



CARTA EDUCATIVA Município de Odivelas • 2012



Vol. I

**Diagnóstico e
Reordenamento
da Rede
Educativa**

FICHA TÉCNICA

GRUPO DE TRABALHO

DGEJCA/DPISE - Divisão de Planeamento e Intervenção Socioeducativa

Gabriel Caetano, Sociólogo

Isabel Dias, Técnica de Serviço Social (Área de Educação e Ação Cultural)

DOMHT/ SEP

Orlando Silva, Arquiteto

Sónia Baiona, Arquiteta

DGOU/DPUPE/Setor do Plano Diretor Municipal, Projetos Especiais e Energia

Luís Grave, Arquiteto

Ana Rita Rosado, Geógrafa

APOIO TÉCNICO

SOCIODEMOGRAFIA

Maria da Graça Serra, Antropóloga

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA

Diogo Barreiras, Geógrafo

IMAGENS PARA CARACTERIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

Paulo Agostinho, Arquiteto

Victor Ferreira, Desenhador

ÍNDICE GERAL

VOLUME I

DIAGNÓSTICO E REORDENAMENTO DA REDE EDUCATIVA

INTRODUÇÃO	13
I - Caraterização Geral do Município de Odivelas	17
1 - Dinâmica urbana	17
2 - Análise sociodemográfica	20
2.1. Evolução da população residente	20
2.2. Densidade populacional	24
2.3. Famílias, alojamentos e edifícios	26
2.4. Estrutura etária da população residente	28
2.5. Naturalidade da população residente	31
2.6. Nacionalidade da população residente	32
2.7. Qualificações académicas	33
2.8. Atividade, emprego, desemprego e dependência	34
2.9. Dinâmica da população em idade escolar	39
II - Caraterização Geral do Sistema Educativo	43
1 – Organização do Sistema Educativo /Rede Pública	43
1.1. Agrupamentos de Escolas	43
1.2. Escolas Não Agrupadas	47
2 - Caraterização Humana	50
2.1. Rede Pública	50
2.1.1. Alunos	50
2.1.2. Professores	61
2.1.3. PND (Pessoal Não Docente)	62
2.1.4. Distribuição dos Recursos Humanos, por Sexo	63
2.2. Rede Privada	67
2.2.1. Rede Particular e Cooperativa	68
2.2.1.1. Alunos	68
2.2.1.2. Pessoal Docente	74
2.2.1.3. Pessoal Não Docente (PND)	76
2.2.1.4. Distribuição dos Recursos Humanos, por Sexo	76
2.2.2. Rede Solidária – IPSS e Outras Instituições Sem Fins Lucrativos	78
2.2.2.1. Alunos	78

2.2.2.2. Professores	81
2.2.2.3. Pessoal Não Docente	81
2.2.2.4. Distribuição dos Recursos Humanos, por Sexo	82
3 - Evolução da Rede Educativa	84
3.1. Oferta/Procura - Rede Publica	84
3.1.1. Educação Pré-Escolar	84
3.1.2. Ensino Básico	89
3.1.2.1. Primeiro Ciclo do Ensino Básico (1º CEB)	89
3.1.2.2. Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico (2º/3ºCEB)	98
3.1.3 Ensino Secundário	108
3.1.4 Outro Tipo de Oferta (3º ciclo e secundário)	113
3.1.5 Ensino Profissional	114
3.1.6 Educação Especial	116
3.1.7.Taxas de Ocupação das Escolas	118
3.1.7. 1. Jardins de Infância	118
3.1.7.2. Escolas do 1º Ciclo	121
3.1.7.3. Escolas do 2º e 3º Ciclos	126
3.1.7.4. Escolas Secundárias	127
3.2. Oferta/Procura - Rede Privada	129
3.2.1. Rede Social	129
3.2.2. Rede Particular e/ou Cooperativa	133
3.2.2.1 Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário	133
3.2.2.2. Ensino Artístico	135
3.2.2.3. Ensino Superior	137
3.2.2.4. Formação Profissional	139
4. Resultados escolares	143
4.1. Rede Pública/Rede Privada	143
4.1.1. Taxas de Transição/Retenção	143
4.1.2 Resultados dos exames	150
4.2. Abandono Escolar	154
4.3 Taxa bruta de escolarização e pré-escolarização	155
4.4. Taxa real de escolarização e desvio etário	157
5 – Apoios e Complementos Educativos/Rede Pública	162
5.1. Ação Social Escolar	162
5.2 Transportes Escolares	170
5.3. AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º ciclo	174
5.4. CAF – Componente de Apoio à Família no Pré-Escolar	176

5.5. Outros Apoios	178
6 – Apoios e Complementos Educativos/Rede Privada	180
III – Território e estabelecimentos de ensino em Odivelas	182
1. Envolvente das Instalações Escolares	182
2. Rede de Transportes Coletivos	188
3. Mobilidade dos alunos do município de Odivelas	192
IV – Diagnóstico/Síntese do Funcionamento do Sistema educativo Local	202
1. Síntese/Diagnóstico (Rede Pública)	202
2. Síntese/Diagnóstico (Rede Privada)	205
3. Síntese/Diagnóstico do Sistema Educativo Local	206
V – Reordenamento da Rede Educativa Local	210
1 – Execução das medidas propostas no documento da Carta Educativa	210
2. Medidas de intervenção na rede pública	215
3 – Proposta de reordenamento da rede educativa (pública)	218
VI – Calendário e Metodologia de Monitorização	224

ANEXOS

- 1 – Siglas Utilizadas
- 2 – Glossário
- 3 – Legislação de Referência
- 4 – Referências Bibliográficas
- 5 – Identificação das Escolas
- 6 – Caracterização da envolvente aos estabelecimentos de ensino (2011/2012)

PEÇAS DESENHADAS

- Rede Educativa do Município de Odivelas 2011/2012
- Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – A Sudoeste de Odivelas
- Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Avelar Brotero
- Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Caneças
- Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – D. Dinis
- Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Moinhos da Arroja
- Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Pontinha
- Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Póvoa de Santo Adrião
- Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Vasco Santana

VOLUME II

CARATERIZAÇÃO FUNCIONAL DO PARQUE ESCOLAR /REDE PÚBLICA

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1.	Evolução demográfica 1991, 2001, 2011	20
Tabela 2.	Evolução demográfica das freguesias do concelho de Odivelas 1991, 2001, 2011	23
Tabela 3.	Variação da população residente no concelho de Odivelas por grupos etários, por freguesia 2001-2011	28
Tabela 4.	Percentagem da população jovem e idosa no concelho de Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	30
Tabela 5.	Índice de envelhecimento no concelho de Odivelas, por freguesias 2001-2011	30
Tabela 6.	Condição perante o trabalho da população residente no concelho de Odivelas, por freguesia (%) 2011	35
Tabela 7.	Taxa geral de atividade da população no concelho de Odivelas, por freguesia (%) 2001 e 2011	36
Tabela 8.	Índices de Envelhecimento, de Dependência de Jovens, de Dependência de Idosos e de Dependência Total, por freguesia 2001 – 2011	37
Tabela 9.	Taxa de emprego da população residente no concelho de Odivelas, por freguesia 2011	38
Tabela 10.	Taxa de desemprego da população residente no concelho de Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	38
Tabela 11.	População residente no concelho de Odivelas em idade escolar, por nível de ensino 2001-2011	40
Tabela 12.	População residente no concelho de Odivelas em idade escolar, por freguesia 2001-2011	40
Tabela 13.	Projeção da população residente do município de Odivelas para 2021, segundo a projeção aritmética e a projeção geométrica	42
Tabela 14.	Evolução do Número de Alunos por AE por Nível de Educação e Ensino	46
Tabela 15.	Distribuição das escolas não agrupadas, por freguesia	48
Tabela 16.	Distribuição dos diretores e dos presidentes dos CG, por sexo	66
Tabela 17.	Distribuição dos recursos humanos do Instituto de Odivelas, por sexo	66
Tabela 18.	Novas salas de 1º CEB que entraram na Rede Escolar	90
Tabela 19.	Evolução do número de alunos a frequentar as escolas do 1ºCEB	93
Tabela 20.	Outro Tipo de Formação nas escolas do 2º e 3º Ciclos (EFA e PIEFF)	107
Tabela 21.	Outro Tipo de Formação nas escolas do 2º e 3º Ciclos (Turmas PCA)	107
Tabela 22.	Oferta Formativa de Nível Secundário (Cursos Profissionais)	111

Tabela 23.	Oferta de cursos tecnológicos nas escolas secundárias	112
Tabela 24.	Outra Oferta Formativa nas Escolas Secundárias	113
Tabela 25.	Evolução do número de alunas, por ano de escolaridade	114
Tabela 26.	Evolução do número de alunos por oferta formativa e por ano letivo	115
Tabela 27.	Cursos ministrados, por ano letivo	116
Tabela 28.	Unidades Especializadas de Apoio	117
Tabela 29.	Taxa de ocupação no 1º ciclo do ensino básico, por escola	123
Tabela 30.	Salas de aula do 1º ciclo, por agrupamento de escolas	125
Tabela 31.	Instituições da Rede Solidária	130
Tabela 32.	Frequência de ATL por alunos de escolas do 1º ciclo (2011/2012)	132
Tabela 33.	Alunos de escolas da rede pública a frequentar a valência de ATL em estabelecimentos da rede privada	135
Tabela 34.	Evolução do Número de Alunos por Oferta Formativa	136
Tabela 35.	Evolução do Número de Alunos no grau de licenciatura	138
Tabela 36.	Evolução do Número de Alunos (Pós – Graduações)	138
Tabela 37.	Evolução do Número de Alunos (Cursos de Mestrado)	139
Tabela 38.	Evolução do Número de Alunos por Oferta Formativa	141
Tabela 39.	Evolução Taxas de retenção e desistência (Odivelas/Grande Lisboa)	150
Tabela 40.	Resultados do Ensino Básico (Ano Letivo 2011/2012)	152
Tabela 41.	Resultados do Ensino Secundário (Ano Letivo 2011/2012)	153
Tabela 42.	Taxa bruta de escolarização e pré-escolarização (publico/privado)	156
Tabela 43.	Taxa bruta de escolarização (publico)	156
Tabela 44.	Taxa bruta de pré-escolarização (publico/social)	157
Tabela 45.	Atividades de Tempos Livres (com instalações em Escolas EB1/JI)	179
Tabela 46.	Estabelecimentos de ensino localizados em aglomerados populacionais, por agrupamento de escolas (2011-2012)	183
Tabela 47.	Estabelecimentos de ensino servidos por tipo de transportes coletivos, por agrupamento de escolas (2011-2012)	191
Tabela 48.	Número de alunos residentes no concelho a frequentar estabelecimentos de ensino de Odivelas, por agrupamento de escolas (2011-2012)	193

Tabela 49.	Evolução dos alunos com transporte escolar e que frequentam escolas fora do concelho, por freguesia de residência	195
Tabela 50.	Construção e/ou Ampliação de Equipamentos (EB1/JI) – Novas salas na rede	211
Tabela 51.	Construção e/ou Ampliação de Equipamentos (EB 2,3 e ES) - Novas salas na rede	212
Tabela 52.	Programação de prioridades (Cenário 2013-2018)	216
Tabela 53.	Programação de prioridades (Cenário 2018-2022)	217
Tabela 54.	Agrupamentos Verticais de Escolas (<i>do pré-escolar até ao 9º ano</i>)	219

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.	Variação da população por concelho na Grande Lisboa 1991-2001 e 2001-2011	21
Figura 2.	Evolução da população residente no concelho de Odivelas 1900 a 2001	22
Figura 3.	Variação da população residente no concelho de Odivelas, por freguesia 1991-2001 e 2001-2011	24
Figura 4.	Densidade populacional (hab./km ²) em Odivelas, por freguesia 2011	25
Figura 5.	Densidade populacional em Odivelas, por freguesia (hab./km ²) 2001 e 2011	26
Figura 6.	Dimensão média das famílias em Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	27
Figura 7.	Número de fogos por edifício em Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	27
Figura 8.	Pirâmide etária do concelho de Odivelas 2011	29
Figura 9.	População residente por sexo no concelho de Odivelas, por freguesia 2011	31
Figura 10.	Naturalidade da população residente no concelho de Odivelas (%) - 2011	32
Figura 11.	Nacionalidade da população residente no concelho de Odivelas (%) 2011	32
Figura 12.	População residente no concelho de Odivelas por nível de qualificação académica, por freguesia (%) 2011	33
Figura 13.	Taxa de analfabetismo da população residente do concelho de Odivelas, por freguesias 2001 e 2011	34
Figura 14.	Condição perante o trabalho da população feminina e masculina residente no concelho de Odivelas, por freguesia (%) 2011	35
Figura 15.	Taxa geral de atividade da população residente (HM) no concelho de Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	36
Figura 16.	Taxa de desemprego da população residente (HM) no concelho de Odivelas, por freguesia 2001 e 2011	39
Figura 17.	Variação da população residente no concelho de Odivelas em idade escolar (%), por freguesia 2001-2011	41
Figura 18.	Níveis de Educação e Ensino por Agrupamento de Escolas	45
Figura 19.	Estabelecimentos de Educação e Ensino por AE (2012/2013)	45
Figura 20.	Distribuição dos níveis de ensino nas escolas não agrupadas	48
Figura 21.	Evolução dos alunos com nacionalidade estrangeira, por nível de ensino	50
Figura 22.	Distribuição dos alunos por país de origem	51
Figura 23.	Evolução do número de alunos com português língua não materna, nos AE	52

Figura 24.	Distribuição dos alunos com português língua não materna, por AE	53
Figura 25.	Evolução do número de alunos com português língua não materna, nas ES	54
Figura 26.	Distribuição de alunos com português língua não materna, por escola	55
Figura 27.	Distribuição dos alunos do pré-escolar e 1ºCEB, por sexo	56
Figura 28.	Distribuição dos alunos das escolas do 2º e 3ºciclos, por sexo	56
Figura 29.	Distribuição dos alunos das escolas secundárias e profissional, por sexo	57
Figura 30.	Evolução dos alunos com NEE nos AE	58
Figura 31.	Distribuição dos Alunos por NEE, nos AE	59
Figura 32.	Evolução dos <i>alunos com NEE nas escolas secundárias</i>	60
Figura 33.	Distribuição dos alunos por NEE nas escolas secundárias	60
Figura 34.	Evolução do número de professores nas escolas da rede pública do concelho	61
Figura 35.	Evolução do número de elementos de PND nas escolas da rede pública do concelho	62
Figura 36.	Distribuição do número de elementos de PND por categoria profissional	63
Figura 37.	Distribuição dos professores, PND, e direção dos AE, por sexo	64
Figura 38.	Distribuição dos professores, PND, e direção das ES, por sexo	65
Figura 39.	Distribuição dos professores, PND, e direção do IO, por sexo	67
Figura 40.	Distribuição dos alunos por sexo (2011/2012)	68
Figura 41.	Evolução do número de alunos com NEE	69
Figura 42.	Distribuição dos alunos por tipologia de NEE	69
Figura 43.	Distribuição dos alunos por modalidade de formação e por sexo	70
Figura 44.	Distribuição dos alunos por origem geográfica	71
Figura 45.	Distribuição dos alunos por modalidade de formação e por sexo	72
Figura 46.	Distribuição dos alunos por origem geográfica	72
Figura 47.	Distribuição dos alunos por sexo	73
Figura 48.	Distribuição dos alunos por modalidade de formação e sexo	74
Figura 49.	Distribuição dos professores por tipo de estabelecimento de educação e ensino	75
Figura 50.	Evolução do número de professores	75
Figura 51.	Evolução pessoal não docente (PND)	76

Figura 52.	Evolução do pessoal (PND, professores, e direção dos EEE), por sexo	77
Figura 53.	Distribuição dos professores, PND, e direção (ISCE e CMDD), por sexo	77
Figura 54.	Evolução do número de crianças com PLNM	79
Figura 55.	Evolução do número de crianças com NEE	79
Figura 56.	Distribuição das crianças com NEE por tipologia	80
Figura 57.	Distribuição das crianças por sexo (2011/2012)	80
Figura 58.	Evolução do número de professores nas IPSS e outras Instituições	81
Figura 59.	Evolução do número de PND, nas IPSS e outras Instituições	82
Figura 60.	Figura 2.2.2.4.1. Distribuição de professores, PND, e elementos de direção, por sexo	83
Figura 61.	Evolução da oferta de salas de pré – escolar	85
Figura 62.	Evolução da capacidade de resposta das salas de pré – escolar	86
Figura 63.	Evolução do número de crianças a frequentar o pré-escolar	87
Figura 64.	Evolução de crianças a frequentar o pré-escolar por idades e por ano letivo	88
Figura 65.	Evolução dos Regimes de Funcionamento das escolas do 1º ciclo, por ano letivo	91
Figura 66.	Evolução do número de alunos do 1º ciclo do ensino básico	92
Figura 67.	Evolução do número de alunos do 1º CEB, por ano de escolaridade	95
Figura 68.	Evolução do número de alunos do 1º ciclo, por ano de escolaridade, e por AE (2011/2012)	96
Figura 69.	Evolução do número de alunos do 1º ciclo, por ano de escolaridade, e por AE (2012/2013)	96
Figura 70.	Evolução número alunos por ano letivo e por escola	98
Figura 71.	Evolução número alunos por ano letivo e por ciclo (2º ciclo)	100
Figura 72.	Evolução número alunos por ano letivo e por ciclo (3º ciclo)	100
Figura 73.	Evolução número alunos do 5º ano, por ano letivo	102
Figura 74.	Evolução número alunos do 7º ano, por ano letivo	103
Figura 75.	Evolução número alunos do 3º CEB nas ES, por ano letivo	104
Figura 76.	Evolução número alunos do 3º CEB nas EB2,3	104
Figura 77.	Evolução número alunos dos cursos CEF nas escolas do 2º e 3º CEB	105
Figura 78.	Evolução número alunos dos cursos CEF, nas ES	106
Figura 79.	Distribuição dos alunos entre o 3º ciclo e o secundário (ES)	108

Figura 80.	Distribuição dos alunos entre o ensino regular e os CP (ES)	109
Figura 81.	Evolução dos alunos nos cursos profissionais (ES)	110
Figura 82.	Taxas de Ocupação dos jardins - de - infância, por AE	119
Figura 83.	Crianças em idade para frequentarem o pré-escolar em lista de espera nos AE	120
Figura 84.	Evolução dos alunos com idade para frequentar o pré-escolar	120
Figura 85.	Taxas de ocupação no 1º ciclo do ensino básico, por AE	122
Figura 86.	Taxas de ocupação das escolas do 2º e 3º ciclos	126
Figura 87.	Taxas de ocupação das escolas secundárias	127
Figura 88.	Evolução da Oferta/procura nas Instituições da Rede Solidária	131
Figura 89.	Evolução da oferta/procura (ano letivo 2009/2010 a 2011/2012)	133
Figura 90.	Oferta/procura por nível de educação e ensino	134
Figura 91.	Evolução da oferta/procura por nível de educação e ensino	134
Figura 92.	Evolução dos alunos inscritos no ISCE	137
Figura 93.	Evolução das taxas de transição no 1º ciclo do ensino básico	143
Figura 94.	Evolução das taxas de transição no 2º, 3º CEB e secundário	144
Figura 95.	Taxa de Transição por nível de ensino (2009/2010 – 2010/2011)	145
Figura 96.	Taxas médias de retenção no 1º CEB, por AE (2011/2012)	146
Figura 97.	Taxas de retenção nas EB 2,3 (2011/2012)	146
Figura 98.	Taxas de retenção nas ES e EP (2011/2012)	147
Figura 99.	Taxas de retenção por ano de escolaridade (2º, 3º CEB e ES - 2011/2012)	148
Figura 100.	Taxa de retenção por nível de ensino	149
Figura 101.	Evolução das taxas de abandono escolar por nível de ensino	155
Figura 102.	Idade cronológica/idade de referência dos alunos do 1º CEB	159
Figura 103.	Idade cronológica/idade de referência dos alunos do 2º CEB	160
Figura 104.	Idade cronológica/idade de referência dos alunos do 3º CEB	160
Figura 105.	Idade cronológica/idade de referência dos alunos do ensino secundário	161
Figura 106.	Evolução do número de alunos com ação social escolar no pré-escolar e no 1º CEB	163
Figura 107.	Evolução do número de alunos com tecnologias de apoio no 1º CEB	164

Figura 108. Percentagem de alunos com ação social escolar no pré-escolar e no 1º ciclo	164
Figura 109. Percentagem de alunos por escalão de apoio (pré-escolar e 1º ciclo), por AE	165
Figura 110. Evolução do número de alunos com ação social escolar nas EB 2,3	166
Figura 111. Percentagem de alunos com ação social escolar nas EB 2,3	167
Figura 112. Evolução do número de alunos com ação social escolar nas ES	168
Figura 113. Distribuição dos alunos com ação social escolar, por escola	168
Figura 114. Distribuição de alunos com ação social escolar entre o 3º ciclo e o secundário (ES)	169
Figura 115. Evolução do número de alunos com atribuição de apoio em TE nas EB1	170
Figura 116. Evolução do número de alunos com atribuição de apoio em TE nas EB 2,3	171
Figura 117. Evolução do número de alunos com atribuição de apoio em TE nas EB2,3	172
Figura 118. Evolução do número de alunos com atribuição de apoio em TE nas ES e EP	173
Figura 119. Percentagem de alunos com atribuição de apoio em TE nas ES	174
Figura 120. Evolução dos alunos a frequentar as AEC, nas escolas do 1º CEB	175
Figura 121. Percentagem de alunos a frequentar as AEC (2011/2012)	176
Figura 122. Evolução dos alunos a frequentar a CAF, nos jardins - de- infância	177
Figura 123. Percentagem de alunos a frequentar a CAF (2011/2012)	178
Figura 124. Alunos subsidiados na rede particular e cooperativa	180
Figura 125. Alunos subsidiados na rede social (IPSS)	181
Figura 126. Estabelecimentos de ensino localizados junto a jardins/zonas verdes, por agrupamento de escolas (2011-2012)	184
Figura 127. Estabelecimentos de ensino localizados junto a equipamentos coletivos, por agrupamento de escolas (2011-2012)	185
Figura 128. Estabelecimentos de ensino localizados nas proximidades de vias rodoviárias de tráfego elevado, por agrupamento de escolas (2011-2012)	186
Figura 129. Estabelecimentos de ensino servidos por rede de transportes coletivos (2011/2012)	189
Figura 130. Estabelecimentos de ensino servidos por rede de transportes coletivos, por agrupamento de escolas (2011-2012)	190
Figura 131. Número de alunos residentes no território do agrupamento de escola que frequenta (2011-2012)	194
Figura 132. Evolução dos alunos a frequentar escolas do concelho (EB1/JI) e a residir fora do concelho	196
Figura 133. Alunos a frequentar escolas do concelho (EB2,3) e a residir fora do concelho	197

Figura 134. Concelhos de proveniência dos alunos por AE	198
Figura 135. Evolução do número de alunos exteriores ao concelho a frequentar as ES e EP	199
Figura 136. Concelhos de proveniência de alunos que frequentam ES no concelho	199
Figura 137. Freguesias de proveniência dos alunos que frequentam escolas secundárias (2011-2012)	200

INTRODUÇÃO

Tal como é definido no Decreto Lei 7/2003, de 15 de Janeiro, “a Carta Educativa, é a nível municipal, o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”.

A Carta Educativa de Odivelas foi submetida a discussão e parecer do Conselho Municipal de Educação, e aprovada pelos Órgãos competentes da Câmara e Assembleia Municipal no início do ano de 2007, com homologação pela Ministra da Educação, em Maio de 2007.

Foi elaborada a partir dos dados sobre a população residente dos Censos de 2001, e com base na população escolar que frequentava as escolas do concelho no ano letivo 2004/2005. As projeções aí apresentadas, relativamente à organização territorial dos equipamentos educativos afetos aos diferentes níveis de educação/ensino diziam respeito ao período temporal 2007/2011.

Tendo em conta que os normativos do Ministério da Educação para a elaboração da Carta Educativa apontam para a necessidade da sua revisão ao fim de 5 anos, o facto de se tratar de um instrumento prático de apoio ao desenvolvimento que deve contemplar uma avaliação dinâmica que permita corrigir trajetórias e processos, e ainda, o facto de se terem verificado alterações significativas no Quadro Legislativo da Educação nos últimos 4/5 anos (Unidades de Gestão, matrículas, organização curricular, formação de turmas, competências dos diferentes intervenientes – Ministério, Autarquia, Agrupamentos de Escolas -, o aumento da escolaridade obrigatória), serviram de suporte à decisão de se iniciar o processo de revisão deste documento.

Assim, o documento agora apresentado surge como uma necessidade, mas também como uma oportunidade para fazer uma reflexão crítica sobre diferentes variáveis que influenciam o funcionamento do sistema educativo, fazendo o cruzamento e análise de um conjunto de dados, nomeadamente: os dados atualizados da população escolar; os dados definitivos dos Censos 2011; a evolução geral da rede escolar e da organização do sistema educativo no concelho nos últimos anos letivos (oferta/procura nos diferentes níveis de educação e ensino, insucesso e abandono escolar, medidas de ação social escolar, evolução da rede educativa

nas suas diferentes modalidades); a atualização dos procedimentos em função da dinâmica legislativa que foi sendo publicada.

Por se tratar de um documento com um peso significativo no planeamento estratégico do concelho, o documento de revisão da Carta Educativa assentou em informação proveniente de vários domínios e áreas de intervenção municipal, pelo que o contributo de diferentes Unidades Orgânicas Municipais na sua elaboração viu-se como fundamental, tendo a interdisciplinaridade como imperativo.

Independentemente do recurso a outros Serviços Municipais para fornecimento ou confirmação de dados, o processo de revisão da Carta Educativa contou com a participação ativa das Unidades Orgânicas:

- DDGEJCA/Divisão de Planeamento e Intervenção Socioeducativa (coordenação geral);
- DOM/Estudos e Projetos;
- Equipa de Projeto do Plano Diretor Municipal.

A metodologia utilizada neste processo de revisão do documento da Carta Educativa baseou-se numa articulação das dimensões quantitativas e qualitativas de análise, socorrendo-nos da “triangulação de dados” para procurar padrões ou inconsistências que facilitassem a conversão dos dados em informação útil. A pesquisa documental de referência através da consulta de documentos e fontes publicadas, a consulta e tratamento dos dados relativos aos Censos 2011 no que se refere às novas dinâmicas do concelho, a atualização do quadro normativo em vigor, fizeram parte integrante desta metodologia.

O trabalho de pesquisa no terreno prosseguiu com a recolha de dados junto de todos os estabelecimentos de educação e ensino do concelho (rede pública, rede particular e cooperativa e rede social) relativos à sua caracterização geral (evolução da oferta/procura, recursos humanos, resultados escolares, alunos abrangidos por ação social escolar, alunos estrangeiros, mobilidade dos alunos nas escolas do concelho, entre outros) foi feita via inquérito, enviado por correio e/ou correio eletrónico.

A caracterização física e funcional dos edifícios escolares da rede pública foi feita diretamente nos próprios estabelecimentos de educação e ensino, através de visitas programadas pela equipa técnica das 3 Unidades Orgânicas envolvidas no Grupo de Trabalho, dividindo-se em 2 partes: numa primeira parte realizava-se uma pequena reunião de trabalho com um elemento

da direção para preenchimento conjunto da Ficha Tipo; de seguida, era feita a visita acompanhada aos diferentes espaços que integram cada uma das escolas.

Nas visitas às escolas, os momentos de interação foram cruciais para reconstrução do sentido e produção de novos sentidos, possibilitando à equipa de trabalho apreender e analisar as dinâmicas e lógicas que se cruzam na escola. A importância de se cruzar os conhecimentos técnicos com o conhecimento que deriva da prática dos “atores” que vivenciam diariamente os problemas e habitam os diferentes espaços constituiu-se com uma fonte inesgotável de informação de grande utilidade.

O Conselho Municipal de Educação também foi parte interveniente neste processo, acompanhando o evoluir do trabalho de revisão que estava a ser desenvolvido no terreno, tendo sido apresentado naquele órgão quer a metodologia que estava a ser utilizada quer uma primeira síntese daquilo que era um primeiro diagnóstico da rede educativa.

Atendendo à dispersão de fontes a que se teve que recorrer, optou-se por analisar a informação estatística do seguinte modo:

- Caracterizar o concelho através dos dados definitivos dos Censos 2011, com especial enfoque na comparação com os Censos 2001, no que respeita à análise sociodemográfica da população;
- Centrar o período de análise e tratar de forma sistemática os dados referentes aos estabelecimentos de educação e ensino dos 3 últimos anos letivos (2009/2010 a 2011/2012), mas incluindo sempre que possível dados disponíveis do ano letivo em curso (2012/2013);
- Utilizar algumas séries longas, com referência ao ano letivo 2004/2005, por comparação com os dados utilizados aquando da elaboração do documento da Carta Educativa, para melhor elucidação da evolução registada em certas áreas;
- Incluir os dados disponíveis, mesmo que relativos a períodos mais curtos, quando se tratou de dimensões consideradas essenciais ou ilustrativas de determinada realidade;
- Fazer uma breve abordagem à dinâmica da população em idade escolar, através de uma análise prospetiva qualitativa.

Depois de nesta primeira nota introdutória dando conta do caminho percorrido, apresenta-se agora a estrutura do documento, o qual será constituído por 2 volumes:

- Um primeiro Volume dará conta da caraterização geral do concelho com base nos Censos 2011; caraterização da evolução do sistema educativo local (rede pública e rede privada); diagnóstico do funcionamento do sistema educativo; propostas de reordenamento da rede pública; inserção das escolas no território – caracterização da envolvente dos estabelecimentos de ensino e rede de transportes públicos; georreferenciação das moradas dos alunos do ensino básico; processo de monitorização; atualização do quadro legislativo e dos normativos em vigor.
- Um segundo volume com a caraterização física e funcional do parque escolar /rede pública.

Por último referir, que ao longo do percurso efetuado, e por via do trabalho de pesquisa, de troca de conhecimentos e experiências, de reflexão e análise, com um sentido apurado de questionamento permanente e espírito de equipa, foi possível conceber e produzir este documento, e foi ainda fácil perceber, que a educação é um desafio permanente que obriga a que nos reinventemos permanentemente e a solução de hoje amanhã pode já não servir ou fazer sentido.

I - Caracterização Geral do Município de Odivelas

1 - Dinâmica urbana

O Município de Odivelas está inserido na Área Metropolitana de Lisboa (AML) e faz fronteira a Sul com Lisboa, a Norte com Loures e a Oeste com Amadora e Sintra

Com 26,6 Km², o município de Odivelas apresenta uma elevada densidade populacional: 5.424hab/Km² e é constituído por sete freguesias: Caneças, Famões, Odivelas, Olival Basto, Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Ramada.



Freguesias	População	Área (ha)
Caneças	12324	589,00
Famões	11095	466,00
Odivelas	59559	505,00
Olival Basto	5812	142,00
Pontinha	23041	470,00
P. Sto. Adrião	13061	123,00
Ramada	19657	370,00
CONCELHO	144.549	2.665,00

Fonte: INE, Censos 2011

Odivelas¹ é “um concelho marcadamente construído, cuja ocupação se caracteriza pela continuidade nas freguesias de Odivelas, Ramada, Famões e Póvoa de Sto. Adrião. Apesar de afastadas desta principal massa construída, as freguesias de Caneças e Pontinha também são representativas de um tecido urbano consolidado. A freguesia de Olival Basto, em grande medida resultado da construção de infraestruturas rodoviárias regionais, apresenta uma clara separação do restante concelho.” (p. 9-10).

¹ Este texto tem como base o relatório de caracterização territorial relativo à estrutura e forma urbana, realizado no âmbito do processo de elaboração do PDM de Odivelas: CMO (2009) – *Plano Diretor Municipal de Odivelas – Volume 4.3 – Caracterização do Território – Enquadramento Regional, Estruturação Urbana e Sistemas Infraestruturais – XI – Estrutura e Forma Urbana*, Janeiro 2009.

“A dinâmica do concelho é revelada pelo crescimento urbano registado nos últimos anos nas freguesias de Odivelas e Ramada e pela pressão da ocupação que ainda se faz sentir nos espaços expectantes, sendo precedida pela proliferação de áreas construídas de génese ilegal sobretudo na Freguesia de Famões. (...)”

Nas últimas duas décadas deu-se um grande crescimento urbano nas áreas a Norte e mais recentemente a Poente. A cidade de baixa e média densidade foi crescendo para a periferia, dando lugar a uma cidade com maior densidade.

Assistiu-se à consolidação de novas centralidades emergentes a partir da difusão das atividades terciárias para fora do centro da cidade de Odivelas. Este percurso corresponde ao movimento e concentração do capital imobiliário nestas áreas, baseado na habitação que foi ganhando novos perfis com a incorporação de áreas comerciais e de serviços.

Geraram-se pequenos núcleos secundários ao longo dos principais eixos rodoviários locais: Av. D. Dinis no sentido Poente ligando à urbanização das Colinas do Cruzeiro e Av. Abreu Lopes no sentido Norte articulando com as vias principais das urbanizações mais recentes que proliferaram na Freguesia da Ramada. Estes movimentos foram também potenciados pela implementação de um traçado rodoviário de cariz regional que ajudou a definir e balizar áreas possíveis de expansão, dadas as melhorias na acessibilidade.

Pode definir-se uma centralidade principal no centro da Freguesia de Odivelas, sendo esta a sede de Concelho. Todavia, podem observar-se centralidades secundárias junto das áreas mais consolidadas das várias freguesias, pese embora na Freguesia de Famões se assista a um desenvolvimento de um eixo de terciário ao longo da via principal de atravessamento desta Freguesia, perspetivando-se uma concentração a Poente, junto de uma área empresarial ao longo da via T14.

Assiste-se agora à consolidação de áreas que sendo de franja, dada a proximidade aos limites dos concelhos de Amadora, Odivelas e Loures e que por essas razões, ajudaram a definir limites administrativos precisos, começam a gerar entre si pequenos núcleos urbanos, sendo exemplo a área a Norte da Freguesia da Póvoa de Santo Adrião.

Odivelas tem de facto a oportunidade de criar uma nova cidade. Para que tal seja possível é imperativo que se estabeleçam os critérios que permitam na prática, construir uma malha urbana e um espaço urbano qualificado e coerente.

O processo de crescimento e construção de “cidade” pode e deve ser feito a partir da sobreposição e articulação de malhas e traçados diversificados. É evidente e fundamental, que

ao tratar-se de áreas confinantes, haja uma planificação de conjunto, no que respeita às formas e aos desenhos de cidade.” (p.17-18).

“A rede de acessibilidades de âmbito regional, ao incrementar os padrões de mobilidade inter-concelhia veio também potenciar os efeitos barreira indesejáveis para o bom funcionamento da cidade como espaço urbano e social. As ligações destas infraestruturas regionais à rede intra-concelhia gerou grandes áreas inacessíveis e algumas delas, em especial as da zona Sul do Concelho, com níveis de tráfego problemáticos. Ao nível local, destacam-se as EN como espaços de estruturação e ligação de territórios urbanos, onde se foram instalando espaços comerciais informais.

No que se refere às atividades económicas – geradores de emprego – importa salientar o centro urbano de Odivelas como polarizador da maioria dos serviços e equipamentos de espectro municipal, o que em grande medida contribuiu para que fosse este o território mais apelativo como local de residência.

A atividade industrial aparece disseminada por todo o território concelhio, podendo destacar-se o espaço fronteira de Famões, Pontinha e Odivelas como o local mais representativo neste sector.” (p.7-8).

2 - Análise sociodemográfica

2.1. Evolução da população residente

Nas últimas duas décadas tem vindo a registar-se um crescimento da população residente, quer em termos nacionais (os 9.867.147 habitantes em 1991 passaram para 10.562.178 em 2011), quer regionais: na região de Lisboa verificou-se um aumento de 6% e na Grande Lisboa assistiu-se a um acréscimo demográfico de 3,6% entre 1991-2001 e de 4,9% de 2001 a 2011, ultrapassando nesta última data os 2 milhões de habitantes.

Tabela 1. Evolução demográfica | 1991, 2001, 2011

	População residente			Variação populacional			
	1991	2001	2011	1991-2001		2001-2011	
				N.º	%	N.º	%
Portugal	9.867.147	10.356.117	10562178	488.970	5,0	206.061	2,0
Lisboa	2.520.708	2.661.850	2821876	141.142	5,6	160.026	6,0
Grande Lisboa	1.880.215	1.947.261	2042477	67.046	3,6	95.216	4,9
Amadora	181.774	175.872	175136	-5.902	-3,2	-736	-0,4
Cascais	153.294	170.683	206479	17.389	11,3	35.796	21,0
Lisboa	663.394	564.657	547733	-98.737	-14,9	-16.924	-3,0
Loures	192.143	199.059	205054	6.916	3,6	5.995	3,0
Mafra	43.731	54.358	76685	10.627	24,3	22.327	41,1
Odivelas	130.015	133.847	144549	3.832	2,9	10.702	8,0
Oeiras	151.342	162.128	172120	10.786	7,1	9.992	6,2
Sintra	260.951	363.749	377835	102.798	39,4	14.086	3,9
Vila Franca Xira	103.571	122.908	136886	19.337	18,7	13.978	11,4

Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2001, Censos 1991

No contexto da Grande Lisboa verificam-se situações bastante heterogéneas em termos demográficos, decorrentes de processos evolutivos muito distintos.

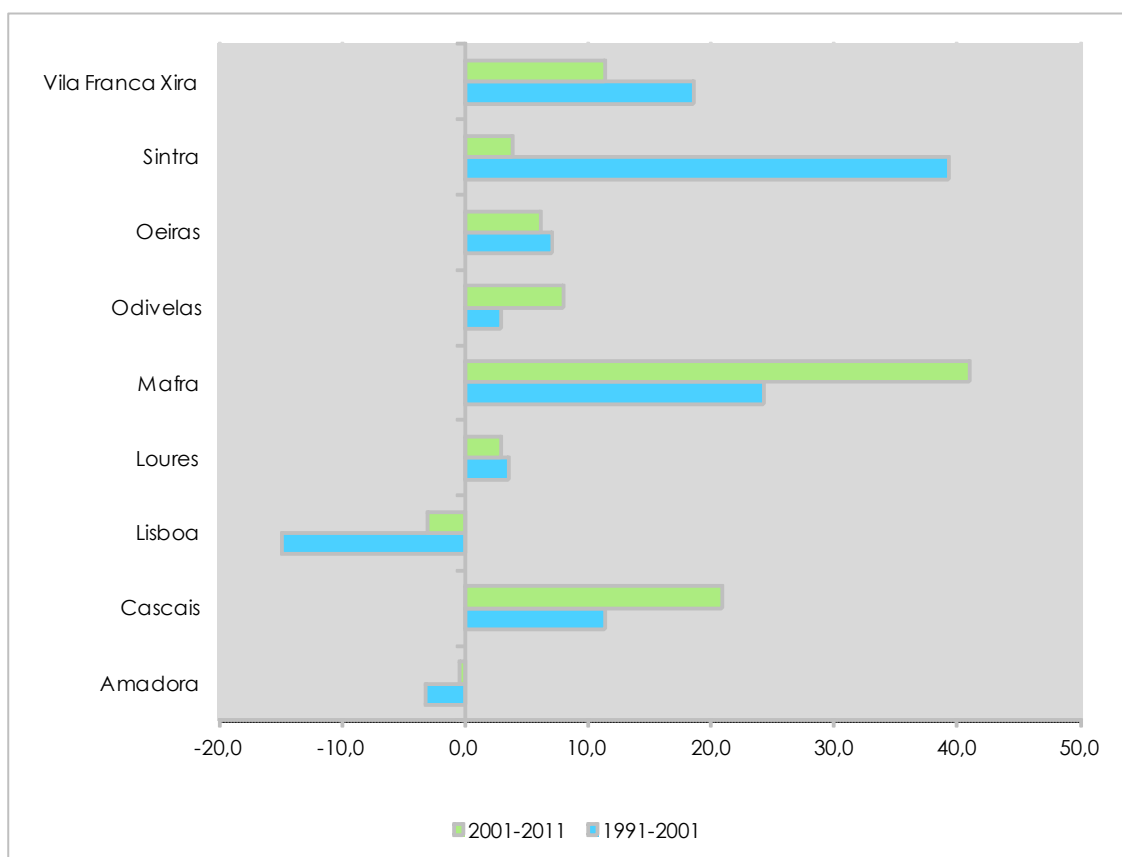
Lisboa continua a perder habitantes, ainda que, nesta última década, a um ritmo inferior: de -14,9% de variação entre 1991 e 2001 passou para -3% em 2001-2011. O município da Amadora regista uma tendência demográfica semelhante, não obstante começar a observar-se uma tendência para a estagnação dos quantitativos populacionais.

Os concelhos de Oeiras, Loures e Odivelas têm registado nestas duas décadas um ligeiro aumento populacional, apresentado este último um acréscimo mais acentuado no período 2001-2011, dinâmica de crescimento consentânea com a da região de Lisboa (de 5,6% em 1991-2001 e de 6% em 2001-2011).

Sintra (39,4%) e Vila Franca de Xira (18,7%) foram os municípios com maiores acréscimos populacionais no período 1991-2001, verificando-se na última década uma diminuição do ritmo de crescimento, de 3,9% e de 11,4%, respetivamente.

Os municípios de Mafra e Cascais são os que, no contexto da Grande Lisboa, apresentam a maior taxa de crescimento populacional nos últimos 10 anos, com 41,1% e 21%, respetivamente.

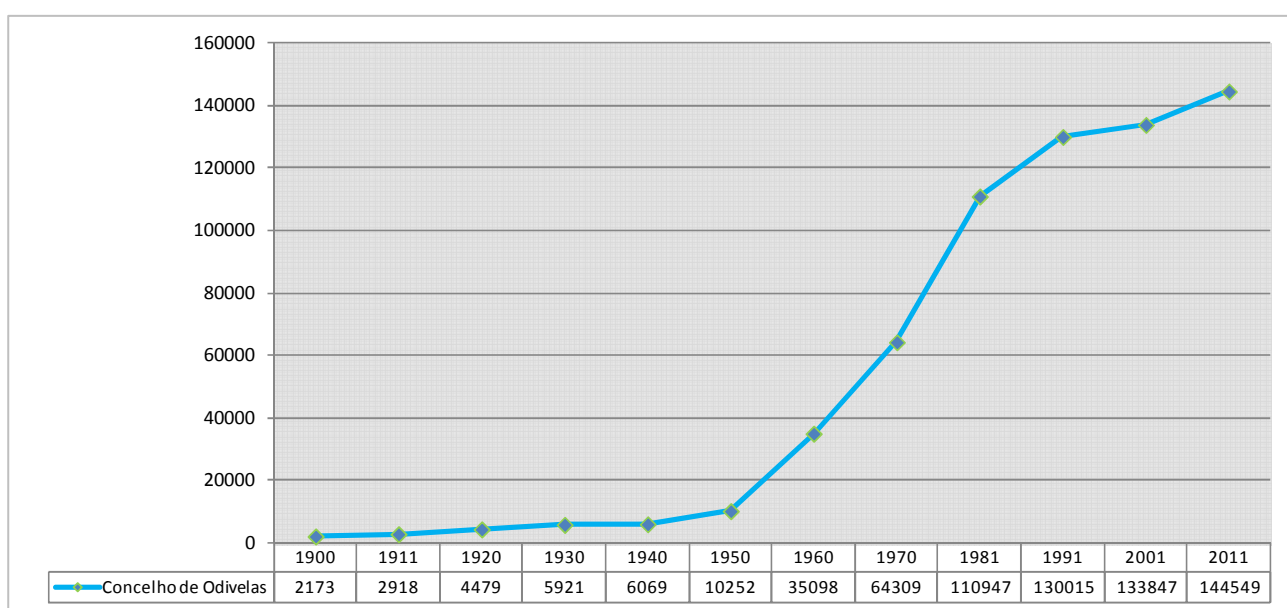
Figura 1. Variação da população por concelho na Grande Lisboa | 1991-2001 e 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2001, Censos 1991

Em termos de evolução da população residente no último século, o concelho de Odivelas registou um “(...) crescimento abrupto a partir da década de 50, altura em que se acentuam as migrações internas no nosso país – importantes contingentes de imigrantes dirigem-se às metrópoles ocupando as suas cinturas externas – e que determinam de forma marcante o território nacional (...)”.²

Figura 2. Evolução da população residente no concelho de Odivelas | 1900 a 2001



Fonte: Adaptado de CMO/DPE (2004) – “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, volume 1”

Atualmente, o município de Odivelas conta com 144.549 habitantes, o que representa cerca de 7% dos residentes da Grande Lisboa, a qual, por sua vez, concentra cerca de 1/5 da população nacional.

² In CMO/DPE (2004) – “Estudos Prévios de Planeamento Estratégico, volume 1”, p. 18.

Tabela 2. Evolução demográfica das freguesias do concelho de Odivelas | 1991, 2001, 2011

Freguesias	População residente			Variação populacional			
	1991	2001	2011	1991-2001		2001-2011	
				N.º	%	N.º	%
Caneças	9664	10647	12324	983	10,2	1.677	15,8
Famões	7092	9008	11095	1.916	27,0	2.087	23,2
Odivelas	53531	53449	59559	-82	-0,2	6.110	11,4
Olival Basto	7346	6246	5812	-1.100	-15,0	-434	-6,9
Pontinha	26252	24023	23041	-2.229	-8,5	-982	-4,1
P. Sto. Adrião	14463	14704	13061	241	1,7	-1.643	-11,2
Ramada	11667	15770	19657	4.103	35,2	3.887	24,6
CONCELHO	130015	133847	144549	3.832	2,9	10.702	8,0

Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2001, Censos 1991

No entanto, o crescimento populacional de Odivelas não se tem processado de igual forma em todo o território do município.

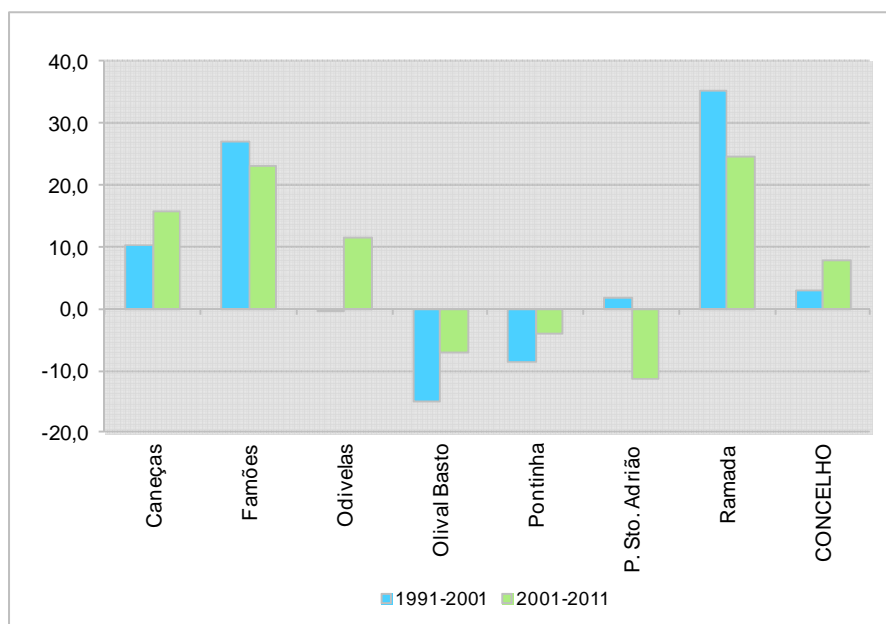
As freguesias de Olival Basto e Pontinha mantêm em 2001-2011 o decréscimo populacional verificado na década anterior, ainda que com taxas inferiores (de -6,9% e de -4,1%, respetivamente).

Póvoa de Santo Adrião (-11,2%) foi a freguesia que apresentou uma dinâmica de crescimento mais negativa em relação à década anterior, onde já evidenciava alguns sinais de estagnação do volume populacional (1,7%).

As freguesias que apresentam uma evolução positiva superior relativamente à década 1991-2001 são Caneças (15,8%) e Odivelas (11,4%).

Ramada (24,6%) e Famões (23,2%) registam as taxas de crescimento populacional mais elevadas entre 2001 e 2011, apesar de ligeiramente inferiores à variação populacional verificada no período 1991-2001, de 35,2% e 27%, respetivamente.

Figura 3. Variação da população residente no concelho de Odivelas, por freguesia | 1991-2001 e 2001-2011



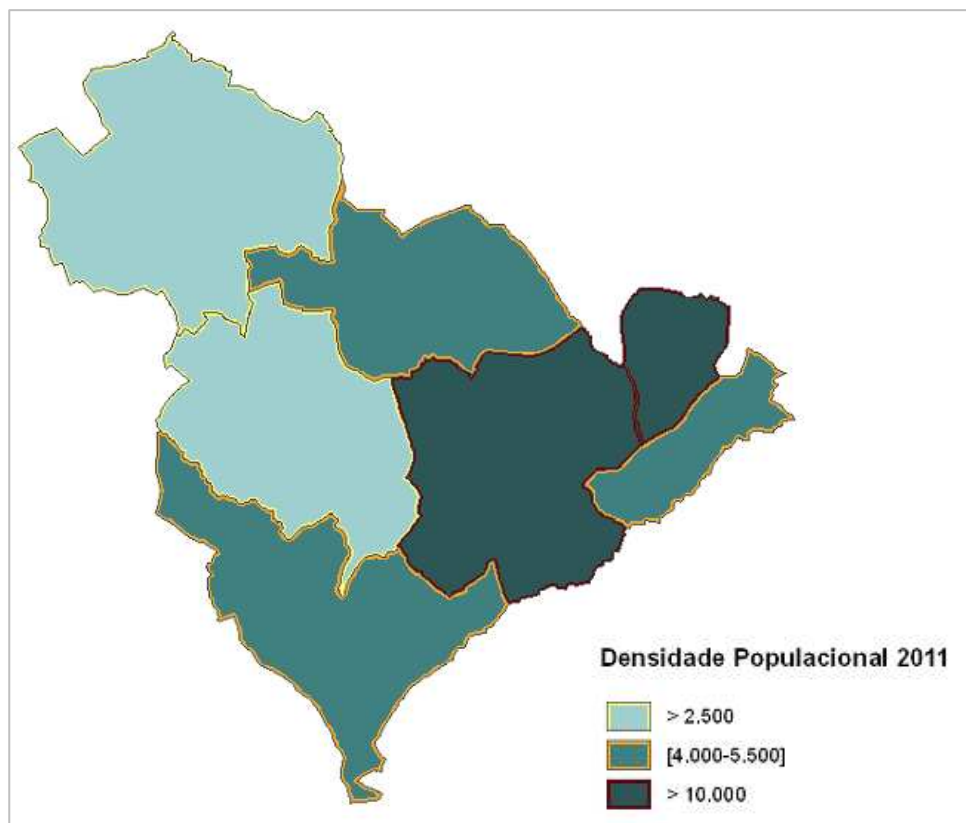
Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2001, Censos 1991

2.2. Densidade populacional

Inserido numa das sub-regiões do país mais densamente povoadas, a Grande Lisboa, com 1.484 hab./km² em 2011, o município de Odivelas apresenta uma densidade populacional superior a este valor: 5.424 hab./km².

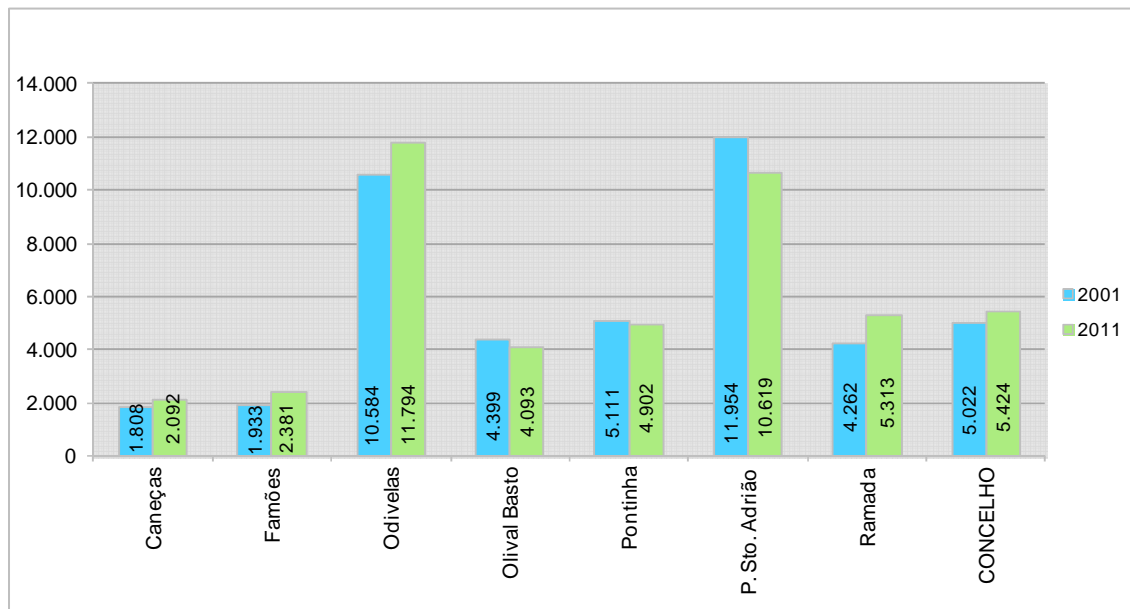
Verifica-se que são as freguesias de Odivelas e Póvoa de Santo Adrião aquelas que apresentam as densidades mais elevadas do município, com valores acima dos 10.000 habitantes/km².

Figura 4. Densidade populacional (hab./km²) em Odivelas, por freguesia | 2011



Fonte: INE, Censos 2011.

Contudo, estas duas freguesias apresentaram uma evolução bem diferente ao longo do período em análise: enquanto a Póvoa de Santo Adrião passou de 11.954 habitantes/km² em 2001 para 10.619 habitantes/km² em 2011, em Odivelas assistiu-se a um aumento da densidade populacional de 10.584 habitantes/km² em 2001 para 11.794 habitantes/km² na última data. Refira-se que esta freguesia concentra mais de 40% da população concelhia.

Figura 5. Densidade populacional em Odivelas, por freguesia (hab./km²) | 2001 e 2011

Fonte: INE, Censos 2001, Censos 2011.

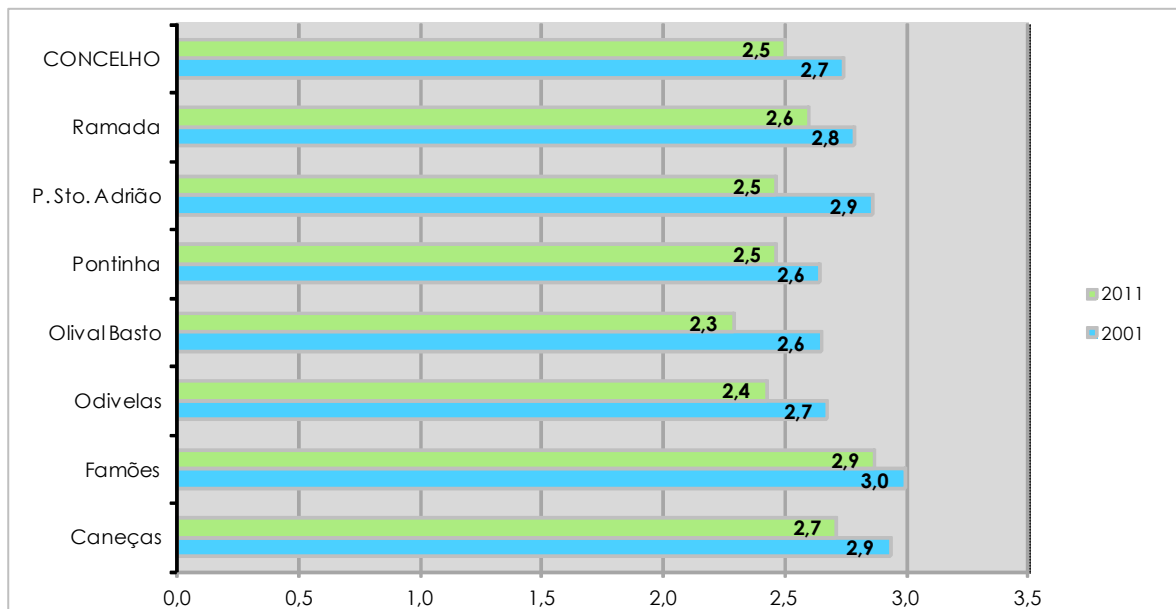
Em 2011, as freguesias da Ramada (5.313 hab./km²), Pontinha (4.902 hab./km²) e Olival Basto (4.093 hab./km²) apresentaram valores de densidade populacional mais semelhantes à média do município, que foi de 5.424 habitantes/km².

Destas, apenas a Ramada registou uma variação positiva de densidade demográfica no período em análise.

Caneças e Famões são as freguesias menos densamente povoadas do concelho, com pouco mais de 2.000 habitantes/km² em 2011, sendo também aqui que se verificam os valores mais elevados de dimensão média das famílias, com 2,7 e 2,9, respetivamente.

2.3. Famílias, alojamentos e edifícios

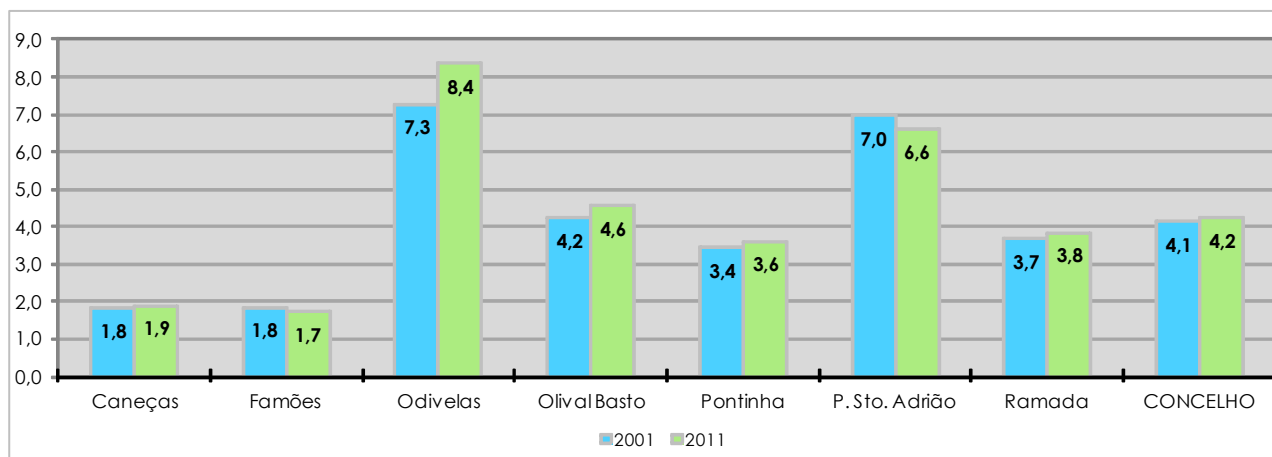
A dimensão média das famílias apresentou uma quebra na última década, passando de 2,7 para 2,5 no total do concelho, tendência registada em todas as freguesias, destacando-se a Póvoa de Santo Adrião, onde se verificou a maior quebra, passando de 2,9 em 2001 para 2,5 em 2011.

Figura 6. Dimensão média das famílias em Odivelas, por freguesia | 2001 e 2011

Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

Em relação ao número de fogos/edifício, as freguesias de Caneças e Famões registaram uma variação inversa na última década: enquanto Caneças viu aumentar este índice de 1,8 em 2001 para 1,9 em 2011, Famões sofreu uma diminuição de 1,8 para 1,7 no período em análise.

A elevada densidade populacional reflete-se nos índices de número de fogos por edifício, uma vez que em Odivelas e na Póvoa de Santo Adrião são registados valores (8,4 e 6,6, respetivamente) bem acima da média concelhia (4,2).

Figura 7. Número de fogos por edifício em Odivelas, por freguesia | 2001 e 2011

Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

2.4. Estrutura etária da população residente

Uma leitura da população por grupos etários permite confirmar uma tendência de envelhecimento da população residente no município de Odivelas, orientação absolutamente consentânea com a verificada a nível nacional.

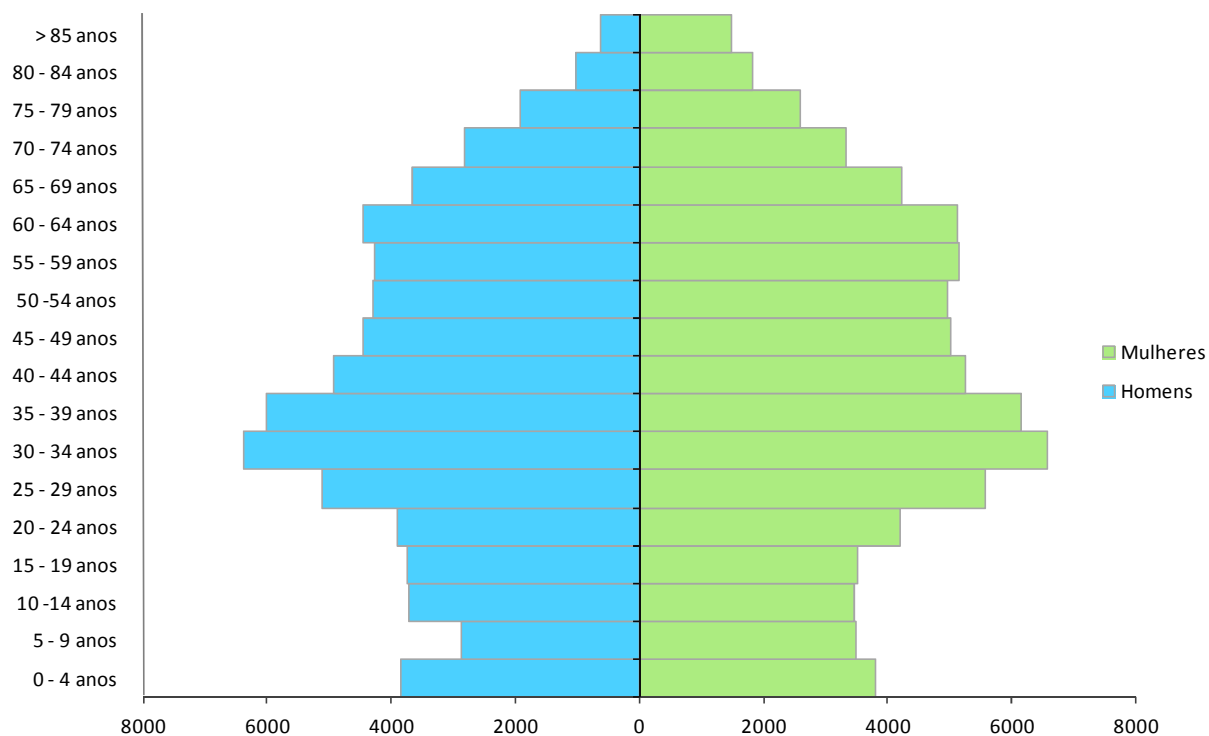
Tabela 3. Variação da população residente no concelho de Odivelas por grupos etários, por freguesia | 2001-2011

Freguesias	Variação populacional (2001-2011)							
	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 e mais anos	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Caneças	233	13,6	-195	-12,6	932	15,6	707	50,5
Famões	268	16,7	-91	-6,3	1197	22,6	713	107,1
Odivelas	1448	19,2	-1878	-23,9	3616	11,5	2924	43,6
Olival Basto	-87	-10,3	-312	-34,4	-220	-6,3	185	18,2
Pontinha	-312	-8,8	-1031	-28,3	-583	-4,3	944	27,7
P. St.º Adrião	-160	-8,5	-1100	-43,2	-1384	-15,8	1001	66,3
Ramada	751	28,5	-284	-12,2	2427	25,6	993	74,5
CONCELHO	2141	10,8	-4891	-24,1	5985	7,7	7467	46,6

Fonte: INE, Censos 2001, Censos 2011.

No município de Odivelas, apesar da classe dos 0-4 anos apresentar um ligeiro alargamento, contrariamente à situação verificada em 2001, é possível verificar uma estagnação/decréscimo dos jovens (até aos 15 anos) e um aumento de idosos (a partir dos 65 anos), registando-se uma tendência para a diminuição dos jovens adultos (até aos 25-29 anos).

O ligeiro alargamento da classe dos 0-4 anos não reflete um investimento nacional ou local em políticas de promoção da natalidade, mas antes um acréscimo da população emigrante. Na verdade, estamos perante uma pirâmide idosa ou decrescente, característica de países desenvolvidos.

Figura 8. Pirâmide etária do concelho de Odivelas | 2011

Fonte: INE, Censos 2011

A percentagem de jovens ao nível do concelho de Odivelas mantem-se. Estes representam cerca de 15% da população residente no concelho, tanto em 2001 como em 2011. Uma análise detalhada permite mesmo identificar, entre 2001 e 2011, um movimento de recuo da percentagem de jovens em algumas das freguesias.

Caneças, Póvoa de Santo Adrião e Ramada são as freguesias que apresentam igual percentagem de jovens em 2001 e 2011 (16%; 13% e 17% respetivamente);

Famões, Olival Basto e Pontinha registam um recuo, na medida em que de 18%, 14% e 15%, respetivamente, em 2001, os jovens nestas freguesias passaram a representar 17%, 13% e 14% da população em 2011;

A freguesia de Odivelas foi a única a apresentar um ligeiro aumento da percentagem de jovens: de 14% em 2001 para 15% em 2011.

Tabela 4. Percentagem da população jovem e idosa no concelho de Odivelas, por freguesia | 2001 e 2011

Freguesias	Jovens		Idosos	
	2001	2011	2001	2011
Caneças	16,0	15,7	13,1	17,1
Famões	17,8	16,8	7,4	12,4
Odivelas	14,1	15,1	12,5	16,2
Olival Basto	13,5	13,0	16,3	20,7
Pontinha	14,8	14,1	14,2	18,9
P. St.º Adrião	12,8	13,2	10,3	19,2
Ramada	16,7	17,2	8,4	11,8
Concelho	14,8	15,2	12,0	16,3

Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2001.

No que respeita à população idosa assiste-se a um movimento inverso. No município de Odivelas os idosos representam, em 2001, 12% da população residente, passando, em 2011, a representar 16%. Este acréscimo acentuado da percentagem da população idosa regista-se na totalidade das freguesias do concelho.

A freguesia da Póvoa de Santo Adrião é aquela em que o acréscimo da percentagem da população idosa se faz notar com maior acuidade. Em 2001, os idosos nesta freguesia representavam 10% da população e em 2011 passaram a representar 19%.

Odivelas é a freguesia em que o acréscimo foi menos acentuado: de 13% em 2001 os idosos passam, em 2011, a representar 16% da população.

Tabela 5. Índice de envelhecimento no concelho de Odivelas, por freguesias | 2001-2011

Freguesias	IE *	
	2001	2011
Caneças	82,0	108,6
Famões	41,6	73,8
Odivelas	89,0	107,2
Olival Basto	120,7	159,0
Pontinha	95,6	133,8
P. St.º Adrião	79,9	145,2
Ramada	50,6	68,7
CONCELHO	81,1	107,3

* Índice de Envelhecimento - (Pop 65 e mais anos / Pop 0-14 anos)*100

Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2001.

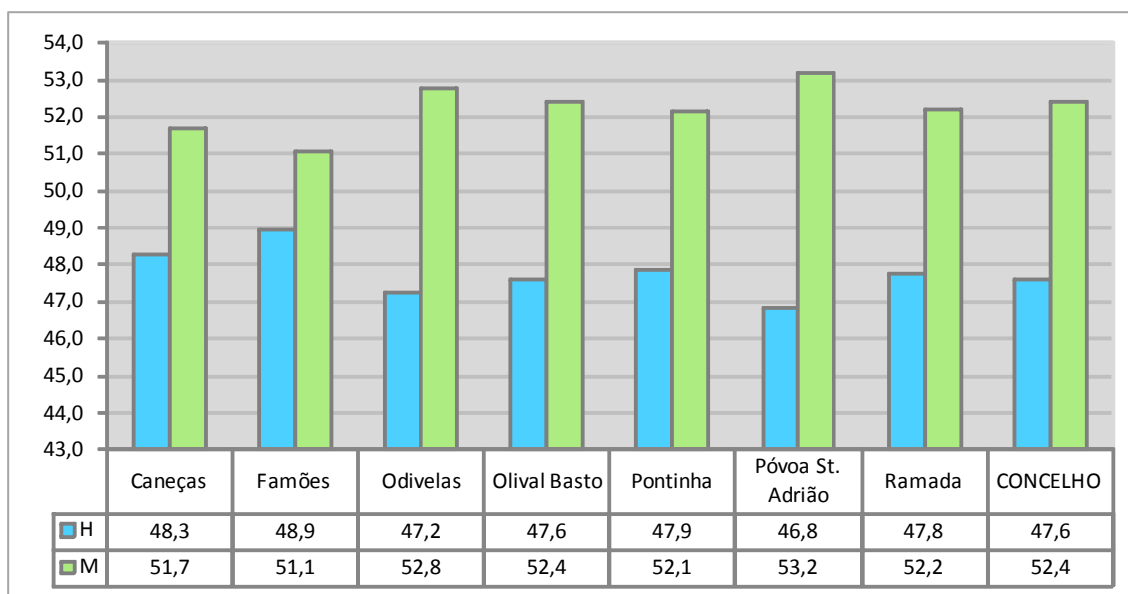
Com efeito, o índice de envelhecimento da população do concelho agravou-se de 81 em 2001, para 107 em 2011, o que significa a existência de 107 idosos por cada 100 jovens. Este agravamento é sentido na totalidade das freguesias do concelho de Odivelas.

A Póvoa de Santo Adrião é a freguesia onde o agravamento do índice de envelhecimento é mais acentuado. De 80, em 2001, passam a existir, em 2011, 145 idosos para cada 100 jovens residentes na freguesia.

A distribuição da população residente no concelho de Odivelas por sexo revela um equilíbrio entre homens e mulheres (47,6% de homens e 52,4% de mulheres), ainda que a percentagem de população feminina seja ligeiramente superior.

Igual tendência é revelada a partir da análise desta distribuição ao nível das freguesias.

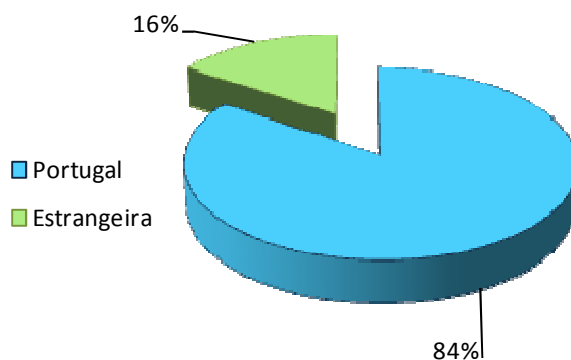
Figura 9. População residente por sexo no concelho de Odivelas, por freguesia | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

2.5. Naturalidade da população residente

A população do município de Odivelas é maioritariamente natural de Portugal. Com efeito, 84% da população residente é natural de Portugal e 16% é natural de países estrangeiros.

Figura 10. Naturalidade da população residente no concelho de Odivelas (%) - 2011

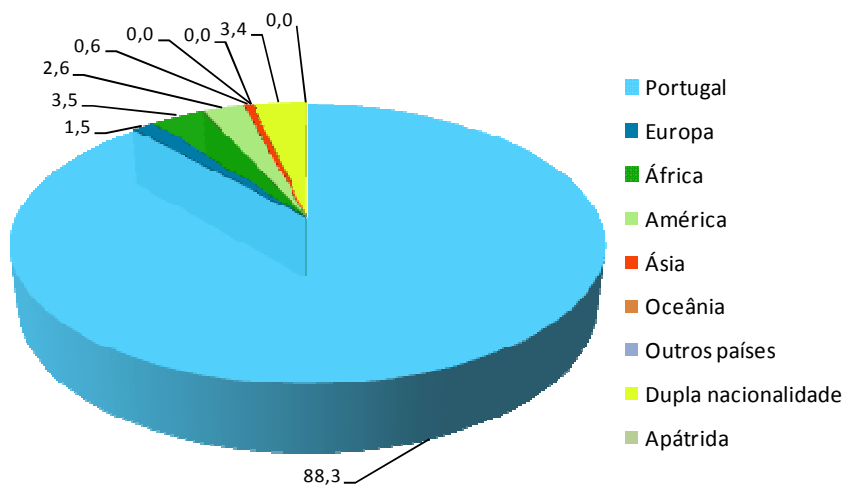
Fonte: INE, Censos 2011.

2.6. Nacionalidade da população residente

A grande maioria da população residente no concelho de Odivelas tem nacionalidade portuguesa (88%), verificando-se, contudo, um decréscimo face a 2001 (94%).

À data dos Censos 2011, residiam no concelho de Odivelas 11.926 cidadãos de nacionalidade estrangeira, que representavam 8,3% da população total. Também este valor constitui um aumento relativamente ao momento censitário anterior.

Os cidadãos de nacionalidade africana são os que têm maior peso (3,5%), seguidos dos cidadãos de nacionalidade americana (2,6%) e por fim europeia (1,5%).

Figura 11. Nacionalidade da população residente no concelho de Odivelas (%) | 2011

Fonte: INE, Censos 2011.

2.7. Qualificações académicas

A população residente no município de Odivelas caracteriza-se por um baixo grau de qualificações académicas.

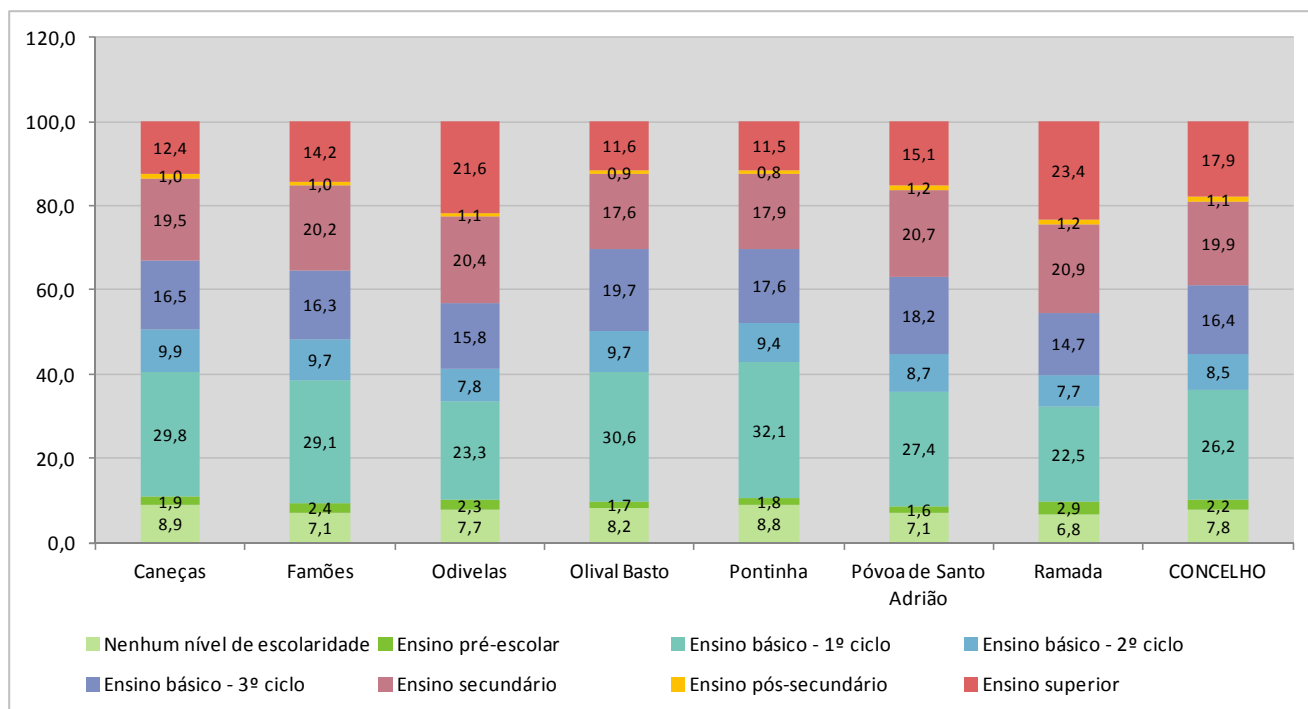
Mais de metade da população residente no concelho (51,2%) possui apenas o ensino básico, com especial incidência no primeiro ciclo (26,2%).

As freguesias do município de Odivelas apresentam algumas disparidades ao nível das qualificações académicas da sua população residente.

Ramada e Odivelas são as freguesias com uma percentagem mais elevada de indivíduos com o ensino superior, com 23,4% e 21,6%, respetivamente, valores superiores aos do concelho (17,9%).

As freguesias de Caneças, Pontinha e Olival Basto são as que apresentam maior peso da população sem nenhum nível de escolaridade, 8,9%, 8,8% e 8,2% respetivamente.

Figura 12. População residente no concelho de Odivelas por nível de qualificação académica, por freguesia (%) | 2011

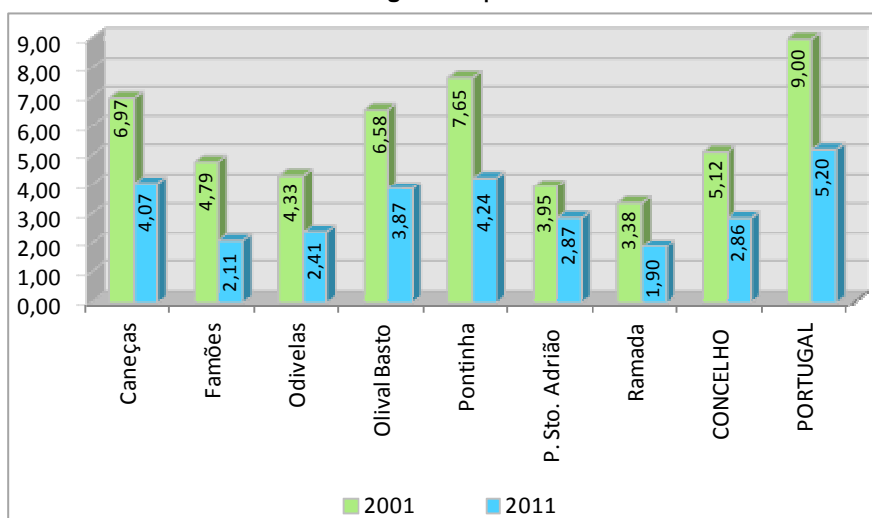


Fonte: INE, Censos 2011.

Importa, ainda, referir a significativa redução da taxa de analfabetismo entre 2001 e 2011. Globalmente o concelho de Odivelas vê a sua taxa de analfabetismo reduzida de 5,12% em 2001 para 2,86% em 2011, um valor claramente abaixo do valor nacional (5,2%). Esta tendência encontra-se em total sintonia com a registada a nível nacional,

São, efetivamente, as freguesias da Pontinha, Caneças e Olival Basto aquelas que apresentam as taxas de analfabetismo mais elevadas.

Figura 13. Taxa de analfabetismo da população residente do concelho de Odivelas, por freguesias | 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011.

2.8. Atividade, emprego, desemprego e dependência

Relativamente à condição perante o trabalho, mais de metade da população residente no concelho de Odivelas é ativa (52,5%).

Relativamente à distribuição da população ativa por sexo, constata-se uma paridade de valores tanto ao nível do concelho como ao nível das freguesias.

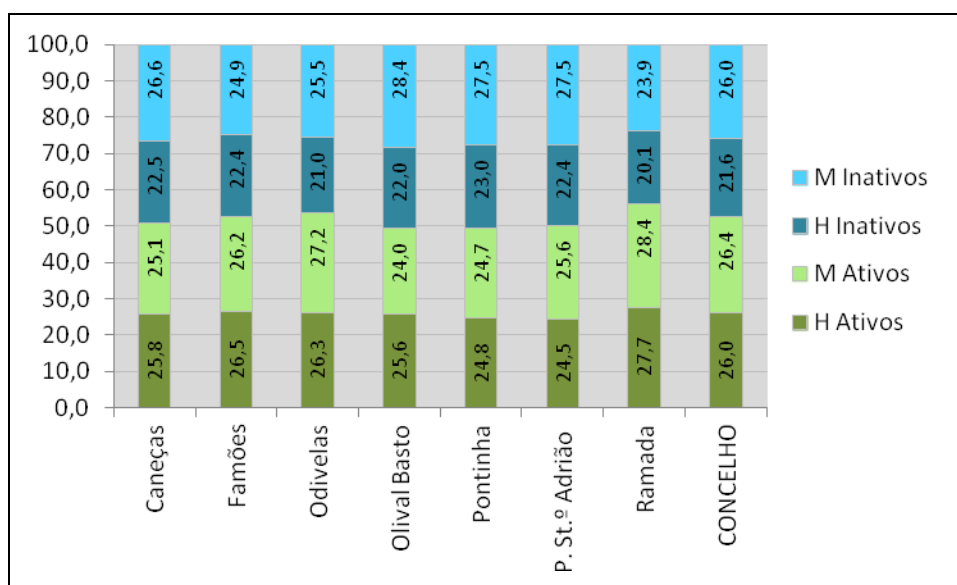
No que respeita à distribuição da população inativa por sexo existe alguma disparidade, ainda que não seja muito acentuada. A população inativa masculina é inferior à feminina, tanto ao nível do concelho como das freguesias.

Tabela 6. Condição perante o trabalho da população residente no concelho de Odivelas, por freguesia (%) | 2011

Freguesias	Pop. Residente HM	HM				H				M			
		Ativos		Inativos		Ativos		Inativos		Ativos		Inativos	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Canêças	12324	6273	50,9	6051	49,1	3184	25,8	2768	22,5	3089	25,1	3283	26,6
Famões	11036	5847	52,7	5248	47,3	2941	26,5	2490	22,4	2906	26,2	2758	24,9
Odivelas	58559	31873	53,5	27686	46,5	15660	26,3	12481	21,0	16223	27,2	15205	25,5
Olival Basto	5812	2880	49,6	2932	50,4	1488	25,6	1279	22,0	1392	24,0	1653	28,4
Pontinha	23041	11405	49,5	11636	50,5	5725	24,8	5302	23,0	5680	24,7	6334	27,5
P. St.º Adrião	13061	6543	50,1	6518	49,9	3194	24,5	2923	22,4	3349	25,6	3695	27,5
Ramada	19657	11017	56,0	8640	44,0	5443	27,7	3949	20,1	5574	28,4	4691	23,9
CONCELHO	144549	75838	52,5	68711	47,5	37625	26,0	31192	21,6	38213	26,4	37519	26,0

Fonte: INE, Censos 2011

Figura 14. Condição perante o trabalho da população feminina e masculina residente no concelho de Odivelas, por freguesia (%) | 2011



Fonte: INE, Censos 2011

O concelho de Odivelas está inserido na sub-região Grande Lisboa que apresenta uma das mais elevadas taxas de atividade do país, de cerca de 50%.

No concelho de Odivelas verifica-se uma quebra desta taxa de 55,5% em 2001 para 52,5% em 2011. Contudo, este valor mostra-se acima do valor da região em que se insere.

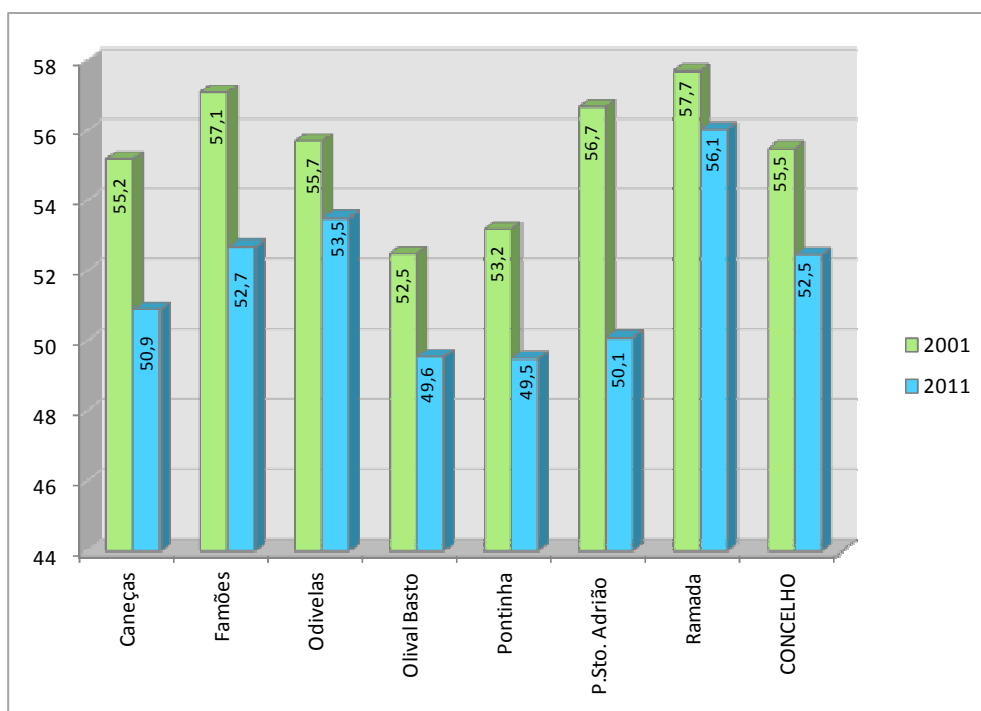
Esta quebra fez-se sentir na totalidade das freguesias de Odivelas, tanto ao nível da população masculina (de 59,9% em 2001, para 54,7% em 2011) como da população feminina (de 51,4% em 2001, para 50,4% em 2011), ainda que em termos relativos a quebra desta taxa se tenha feito sentir com maior premência ao nível da população masculina.

Tabela 7. Taxa geral de atividade da população no concelho de Odivelas, por freguesia (%) | 2001 e 2011

Freguesias	2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M
Caneças	55,2	60	50,6	50,9 €	53,5 €	48,5 €
Famões	57,1	61,4	52,9	52,7 €	54,2 €	51,3 €
Odivelas	55,7	59,9	51,9	53,5 €	55,6 €	51,6 €
Olival Basto	52,5	58,1	47,5	49,6 €	53,8 €	45,7 €
Pontinha	53,2	58	48,5	49,5 €	51,9 €	47,3 €
Póvoa de Santo Adrião	56,7	60,6	53	50,1 €	52,2 €	48,2 €
Ramada	57,7	61,7	53,7	56,1 €	58,0 €	54,3 €
Concelho	55,5	59,9	51,4	52,5	54,7	50,5

Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

Figura 15. Taxa geral de atividade da população residente (HM) no concelho de Odivelas, por freguesia | 2001 e 2011)



Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

Os índices de dependência, ao avaliarem o peso dos grupos economicamente inativos, permitem perceber a pressão que estes exercem nas camadas ativas da população.

No município de Odivelas assiste-se, não só ao nível do concelho mas também das freguesias, a um aumento da dependência dos grupos inativos. Sendo, contudo, mais expressivo o aumento da dependência dos idosos.

Em 2001, ao nível do concelho, por cada 100 indivíduos ativos existiam 20 jovens dependentes, tendo esse valor subido para 22 em 2011. No que respeita à população idosa, em 2001 verifica-se por cada 100 indivíduos ativos 16 idosos, tendo esse valor subido para 24 em 2011.

Tabela 8. Índices de Envelhecimento, de Dependência de Jovens, de Dependência de Idosos e de Dependência Total, por freguesia | 2001 – 2011

Freguesias	IDJ *		IDI **		IDT ***	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Caneças	22,6	23,4	18,6	25,4	41,2	48,9
Famões	23,8	23,8	9,9	17,6	33,6	41,4
Odivelas	19,2	21,9	17,1	23,5	36,3	45,5
Olival Basto	19,3	19,7	23,2	31,3	42,5	50,9
Pontinha	20,9	21,0	19,9	28,1	40,8	49,2
P. St.º Adrião	16,7	19,6	13,4	28,5	30,1	48,1
Ramada	22,3	24,3	11,3	16,7	33,6	40,9
CONCELHO	20,2	22,1	16,4	23,7	36,5	45,8

* Índice de Dependência de Jovens - (Pop 0-14 anos / Pop 15-64 anos)*100

** Índice de Dependência de Idosos - (Pop 65 e mais anos / Pop 15-64 anos)*100

*** Índice de Dependência Total - [(Pop 0-14 anos + Pop 65 e mais anos) / (Pop 15-64 anos)]*100

Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2001.

A taxa de emprego da população residente no concelho de Odivelas em idade ativa sofreu, na última década, uma diminuição de 60,7% em 2001 para 54,3% em 2011. Ainda assim, este valor mostra-se acima do valor nacional (48,5%) e também da Região de Lisboa (50,4%).

As diferenças entre a taxa de emprego na população masculina e feminina, quer ao nível do concelho quer das freguesias, não são muito acentuadas.

Tabela 9. Taxa de emprego da população residente no concelho de Odivelas, por freguesia | 2011

Freguesias	2011		
	HM	H	M
Caneças	53,0	26,7	26,3
Famões	56,2	28,1	28,1
Odivelas	55,8	27,2	28,6
Olival Basto	48,4	24,6	23,8
Pontinha	48,8	23,9	24,8
P. St.º Adrião	49,6	23,8	25,8
Ramada	61,4	30,3	31,1
Odivelas	54,3	26,7	27,6

Fonte: INE, Censos 2011, Censos 2001

No que respeita ao desemprego, assistiu-se, na última década, a um aumento abrupto do número de desempregados.

Com efeito, a taxa de desemprego no concelho de Odivelas praticamente duplicou: em 2001 esta taxa era de 6,7% e em 2011 apresentou um valor de 12,1%.

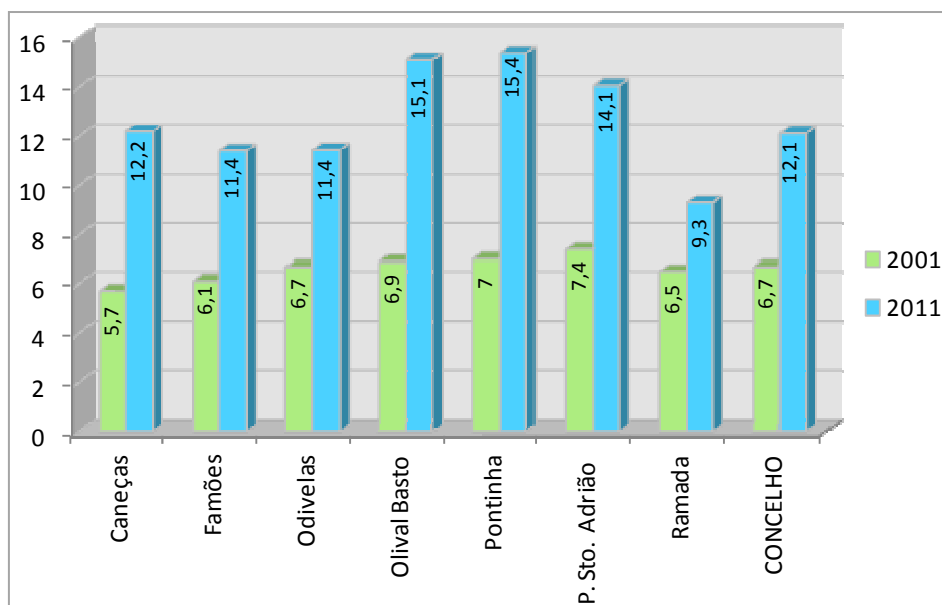
No que respeita à distribuição da taxa de desemprego por sexo, é de notar uma alteração nesta última década. Se em 2001 a taxa de desemprego feminina era ligeiramente superior à masculina (7,5% e 6% respetivamente), em 2011 inverte-se a situação e é a população masculina que apresenta uma taxa superior (13% para os homens e 11,3% para as mulheres).

Tabela 10. Taxa de desemprego da população residente no concelho de Odivelas, por freguesia | 2001 e 2011

Freguesias	2001			2011		
	HM	H	M	HM	H	M
Caneças	5,7	4,9	6,5	12,2	12,9	11,6
Famões	6,1	4,9	7,5	11,4	11,8	10,9
Odivelas	6,7	6,1	7,4	11,4	12,0	10,9
Olival Basto	6,9	5,6	8,2	15,1	16,4	13,7
Pontinha	7	6,5	7,5	15,4	17,3	13,4
P. Sto. Adrião	7,4	6,7	8,2	14,1	15,5	12,7
Ramada	6,5	5,5	7,6	9,3	9,4	9,2
Concelho	6,7	6	7,5	12,1	13,0	11,3

Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

Figura 16. Taxa de desemprego da população residente (HM) no concelho de Odivelas, por freguesia | 2001 e 2011



Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

2.9. Dinâmica da população em idade escolar³

A população residente no concelho de Odivelas em idade escolar sofreu no global e ao longo da última década, um aumento ligeiro (4,3%), ainda que o mesmo não tenha ocorrido de igual forma nos diversos níveis de ensino.

Os aumentos mais significativos registaram-se ao nível do pré-escolar (12,5%) e do 1º ciclo (13,2%), verificando-se um acréscimo de apenas 4,1% no 2º e 3º ciclos entre 2001 e 2011.

Pelo contrário, é no ensino secundário e profissional que se verifica uma diminuição da população de -11,3%.

³ Para o cálculo da população em idade escolar, de acordo com a valência letiva, foram considerados os escalões etários 3-5 para o pré-escolar; 6-9 para o 1º ciclo; 10-14 para os 2º e 3º ciclos e 15-17 para o ensino secundário (DGOTDU, 2002).

Tabela 11. População residente no concelho de Odivelas em idade escolar, por nível de ensino | 2001-2011

	2001	2011	Variação 2001-2011	
			N.º	%
Pré-escolar	3.797	4.271	474	12,5
1º ciclo	5.050	5.719	669	13,2
2º e 3º ciclos	6.875	7.158	283	4,1
Sec. e Profissional	4.787	4.248	-539	-11,3
TOTAL	20.509	21.396	887	4,3

Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

Quanto às variações por freguesia, Olival Basto, Pontinha e Póvoa de Santo Adrião registaram no período em análise uma quebra da população em idade escolar em todos os níveis de ensino.

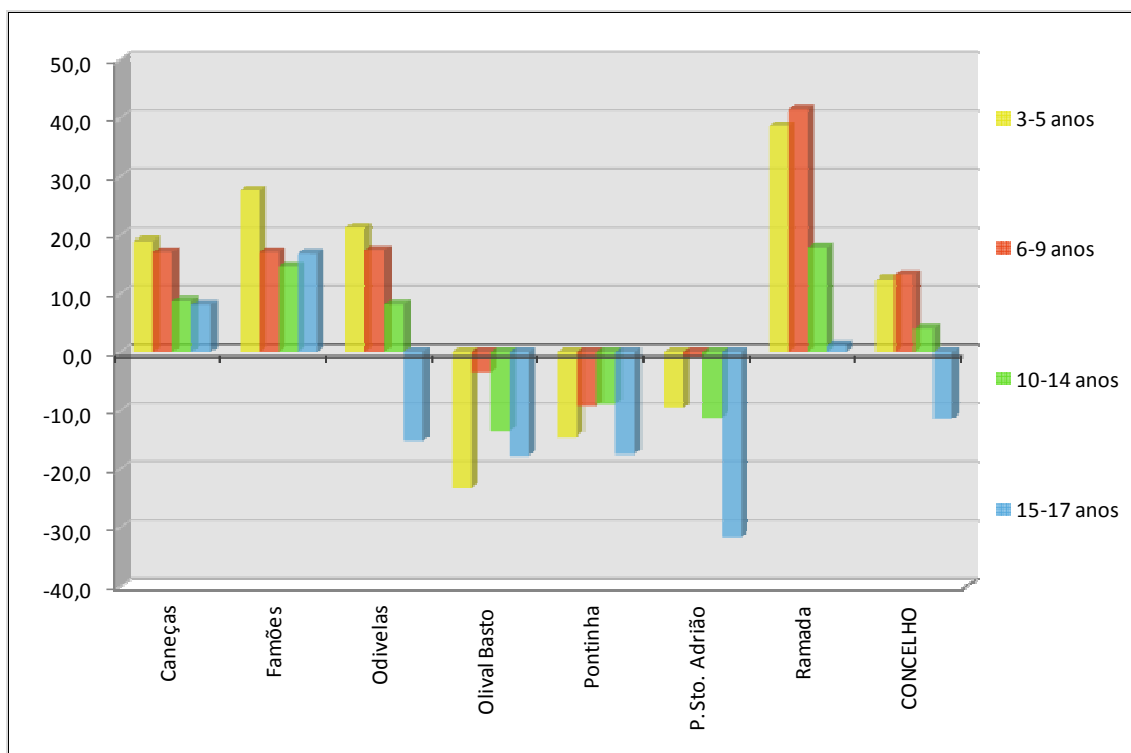
Pelo contrário, as restantes freguesias viram a sua população escolar aumentar, ainda que no caso de Odivelas se tenha registado uma quebra no grupo etário 15-17 anos, correspondente ao ensino secundário.

Tabela 12. População residente no concelho de Odivelas em idade escolar, por freguesia | 2001-2011

Freguesias	População residente em idade escolar							
	3-5 anos		6-9 anos		10-14 anos		15-17 anos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Caneças	299	356	450	527	616	671	377	408
Famões	289	369	450	527	549	630	350	409
Odivelas	1497	1.818	1.913	2.247	2.557	2.769	1.821	1.547
Olival Basto	168	129	199	192	312	270	187	154
Pontinha	717	614	910	827	1.248	1.138	906	748
P. Sto. Adriã	337	305	470	467	686	610	546	374
Ramada	490	680	658	932	907	1.070	600	608
CONCELHO	3.797	4.271	5.050	5.719	6.875	7.158	4.787	4.248

Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

Figura 17. Variação da população residente no concelho de Odivelas em idade escolar (%), por freguesia | 2001-2011



Fonte: INE, Censos 2011, INE, Censos 2001

Não sendo possível prever a evolução da população em idade escolar, até porque as principais variáveis que a determinam têm registado recentes alterações, torna-se mais difícil perspetivar cenários de desenvolvimento de rede educativa.

De facto, devido à conjuntura económica nacional, tem-se assistido ao acentuar da queda da taxa de natalidade, pela conjugação de vários fatores, com destaque para os movimentos migratórios, que passam pelo retorno de alguns imigrantes ao seu país de origem e à emigração registada sobretudo nas camadas mais jovens da população portuguesa.

Se consideramos a taxa de crescimento do conjunto da população residente entre 2001 e 2011, é possível aplicar métodos matemáticos de projeção demográfica, de modo a prever a população total de Odivelas para os próximos 10 anos, conforme indicado na tabela seguinte.

Tabela 13. Projeção da população residente do município de Odivelas para 2021, segundo a projeção aritmética e a projeção geométrica

Dados base:

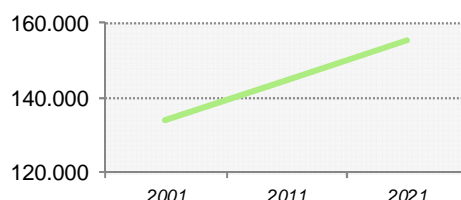
População residente 2001 | **133.847** habitantes

População residente 2011 | **144.549** habitantes

PROJEÇÃO ARITMÉTICA

Tem por base o crescimento populacional constante registado no período de análise anterior

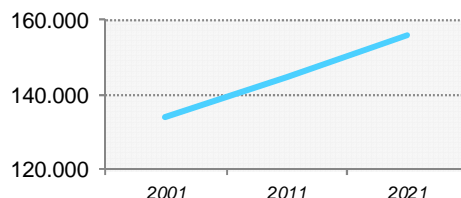
População estimada 2021: **155.251** habitantes



PROJEÇÃO GEOMÉTRICA

Tem por base o crescimento populacional existente a cada instante

População estimada 2021: **156.107** habitantes



Tendo em conta os fenómenos demográficos registados no início da década de 2010, com destaque para a baixa natalidade e aumentos dos fluxos emigratórios, tudo aponta para que os valores da população para 2021, com qualquer um dos métodos de projeção utilizados, estejam sobrestimados.

Pelo conhecimento qualitativo das dinâmicas demográficas e territoriais do município, será pouco provável que nos próximos anos se venham a verificar acréscimos no conjunto da população em idade escolar.

II - Caraterização Geral do Sistema Educativo

1 – Organização do Sistema Educativo /Rede Pública

O planeamento da rede educativa pressupõe uma visão integrada e integradora da escola no plano interno de organização, quer ao nível da gestão dos diferentes recursos, quer ao nível das relações com a comunidade envolvente.

A constituição de agrupamentos de escolas está subordinada a critérios de articulação curricular entre os diferentes níveis e ciclos de ensino, de racionalidade na utilização dos recursos e reordenamento da rede educativa, sendo a organização dos atuais agrupamentos de escolas do concelho desenvolvida em conformidade com o definido pelo Dec. Lei 115/A/98, de 04 de maio, e pelo Decreto Regulamentar nº 12/2000, de 29 de Agosto.

No ano letivo em curso (ano letivo 2012/2013), a rede educativa pública do concelho de Odivelas, a nível do cumprimento da educação pré-escolar e do ensino básico e secundário, está organizada em 8 agrupamentos verticais de escola (que integram a educação pré-escolar, o 1º, 2º e 3º ciclos); 5 escolas não agrupadas que dão resposta ao 3º ciclo e ao nível secundário, e 1 escola profissional.

1.1. Agrupamentos de Escolas

Os agrupamentos de escolas são unidades organizacionais dotadas de órgãos próprios de administração e gestão, constituídos por estabelecimentos de educação pré-escolar e de um ou mais níveis e ciclos de ensino, a partir de um projeto pedagógico comum, tendo em vista a realização de um percurso sequencial e articulado dos alunos abrangidos pela escolaridade obrigatória, o reforço da capacidade pedagógica e a garantia da aplicação de um regime de autonomia (in Decreto-Lei nº 115/A/98, de 4 de maio).

Os primeiros agrupamentos verticais de escola a constituírem-se no concelho de Odivelas tiveram o seu início de funcionamento no ano letivo 2003/2004 (Agrupamento de Escolas da Pontinha e Agrupamento da Póvoa de Santo Adrião), seguindo-se no ano letivo 2004/2005 a constituição dos restantes 5 agrupamentos de escola (AE Sudoeste de Odivelas, AE Avelar Brotero, AE Caneças, AE D. Dinis, AE Moinhos da Arroja e AE Vasco Santana). A constituição

original sofreu algumas alterações numa fase posterior em 2 dos agrupamentos de escolas (Agrupamentos de Escolas Avelar Brotero e Póvoa de Santo Adrião).

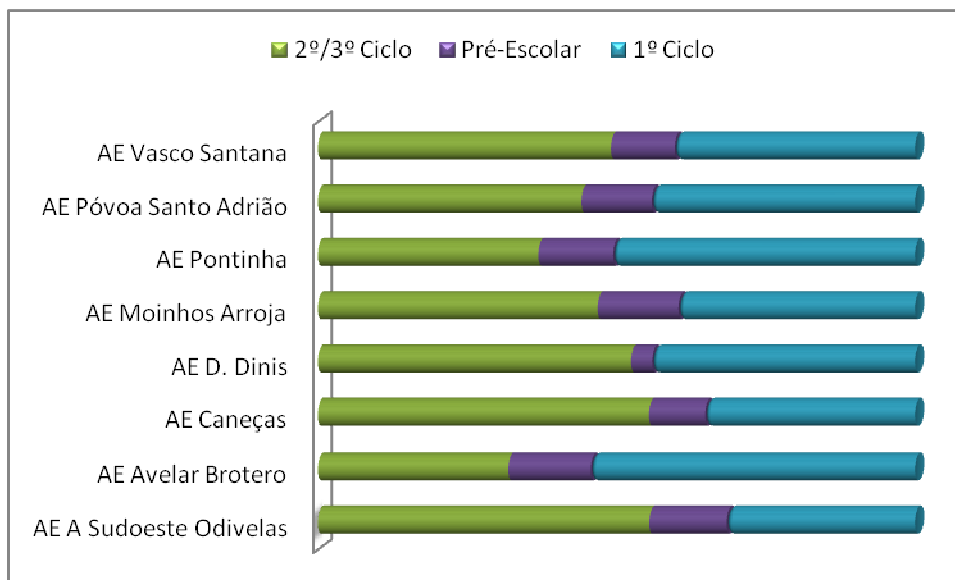
Numa primeira fase, uma escola do 1º ciclo manteve-se em regime de autonomia ao abrigo do Decreto-Lei 115-A/98, de 4 de maio, sem integração em nenhum dos agrupamentos verticais de escola, a EB1 Maria Máxima Vaz, na freguesia de Odivelas.

A sede dos agrupamentos ficou localizada nas escolas do 2º e 3º ciclos, onde era possível gerir de forma mais concentrada todas as questões processuais e administrativas, por terem já a tradição de funcionamento com uma secretaria com recursos humanos especializados afetos.

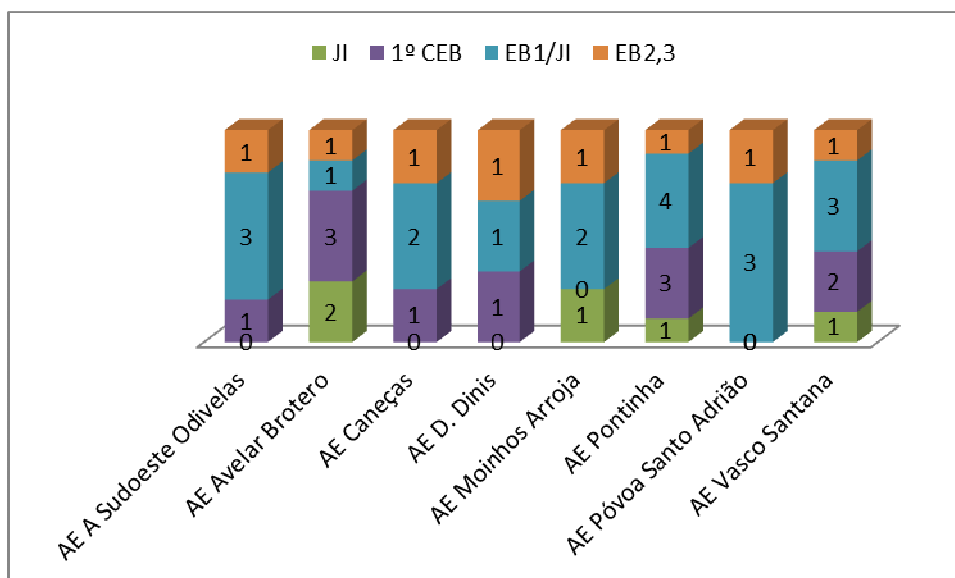
Entre o modelo inicial de constituição dos agrupamentos de escolas e o modelo atual, verificaram-se algumas alterações pontuais por integração de novas escolas que entraram na rede ou alteração de tipologias (EB1 que passaram a EB1/JI ou EB1 que passaram a JI), tendo-se apenas verificado, como já referido anteriormente, uma alteração de fundo nos Agrupamentos de Escolas Avelar Brotero e Póvoa de Santo Adrião, a saber:

- No ano letivo 2007/2008, por proposta do Ministério da Educação, a EB1 Maria Máxima Vaz foi integrada no Agrupamento de Escolas Avelar Brotero, deixando o modelo de escola não agrupada, e é desativado o anexo do Olival Basto da EB 2,3 Avelar Brotero que tinha poucas condições de funcionamento, quer em termos físicos quer em termos de outros recursos materiais;
- No ano letivo 2009/2010, também por proposta do Ministério da Educação, a EB1/JI do Olival Basto deixou de estar integrada no Agrupamento de Escolas Avelar Brotero e passou a estar integrada no Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião.

Ao fazermos uma leitura diacrónica desde o ano letivo 2009/2010 (ano em que estabilizou a transição de escolas de agrupamento para agrupamento) até ao presente ano letivo, verificamos que todos os agrupamentos verticais de escolas oferecem níveis de educação e ensino de pré-escolar, 1º, 2º, e 3º ciclos do ensino básico, sendo que o peso das crianças de pré-escolar é o menos significativo em qualquer um dos agrupamentos de escolas (ver Figura.18).

Figura 18. Níveis de Educação e Ensino por Agrupamento de Escolas

O número de equipamentos educativos varia de agrupamento para agrupamento, sendo que todos têm uma escola de 2º e 3º ciclos onde funciona a sede de agrupamento, e depois o número de equipamentos do pré-escolar e 1º ciclo, independentemente da sua dimensão e níveis de educação e ensino integrados, varia entre o mínimo de 2 equipamentos educativos com pré-escolar e/ou 1º ciclo (Agrupamento de Escolas D. Dinis) e o máximo de 8 equipamentos educativos (Agrupamento de Escolas da Pontinha).

Figura 19. Estabelecimentos de Educação e Ensino por AE (2012/2013)

No que se refere ao número total de alunos por agrupamento de escolas também oscila, variando entre um mínimo de 1266 alunos no Agrupamento de Escolas D. Dinis e um máximo de 2032 alunos no Agrupamento de Escolas da Pontinha, tendo como referência os dados do ano letivo 2012/2013. Os restantes agrupamentos de escola situam-se neste intervalo, concentrando-se a sua média nos 1400 alunos por agrupamento de escolas, com exceção do Agrupamento de Escolas Vasco Santana que também tem mais de 2000 alunos (2011 alunos no ano letivo 2012/2013).

Tabela 14. Evolução do Número de Alunos por AE por Nível de Educação e Ensino

Agrupamentos de Escolas	Ano Letivo 2009/2010			Ano Letivo 2010/2011			Ano Letivo 2011/2012			Ano Letivo 2012/2013		
	2.º /3º C	JI	1.º C	2.º /3º C	JI	1.º C	2.º /3º C	JI	1.º C	2.º /3º C	JI	1.º C
Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas	737	146	444	694	141	439	753	169	421	748	175	425
	1327			1274			1343			1348		
Agrupamento de Escolas Avelar Brotero	572	174	1038	540	173	936	562	176	874	505	211	841
	1784			1649			1612			1557		
Agrupamento de Escolas Caneças	756	95	529	764	85	524	761	115	503	734	121	465
	1380			1373			1379			1320		
Agrupamento de Escolas D. Dinis	637	41	581	649	45	606	659	45	588	664	45	557
	1259			1300			1292			1266		
Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja	434	145	396	541	215	421	628	205	521	691	197	584
	975			1177			1354			1472		
Agrupamento de Escolas Pontinha	651	215	1153	713	280	1122	763	276	1054	754	246	1032
	2019			2115			2093			2032		
Agrupamento de Escolas Póvoa Santo Adrião	648	120	693	650	157	653	650	165	673	636	170	635
	1461			1460			1488			1441		
Agrupamento de Escolas Vasco Santana	935	49	725	922	149	747	923	205	780	987	215	809
	1709			1818			1908			2011		

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito.

Como se pode verificar pela Tabela 14, quando analisamos a evolução do número de alunos ao longo destes 4 anos, por agrupamento de escolas, verificamos que 2 dos agrupamentos

apresentam uma tendência de evolução sempre crescente no seu global, apresentando ligeiras oscilações com valores muito próximos, se isolarmos por nível de educação e ensino (Agrupamento de Escolas Vasco Santana e Moinhos da Arroja), a que não será alheia a construção de novos estabelecimentos de educação e ensino que os integraram recentemente (pré-escolar e 1º ciclo), e a área de influência a que dão resposta em termos da residência dos pais e/ou encarregados de educação (bairros em expansão/novas urbanizações).

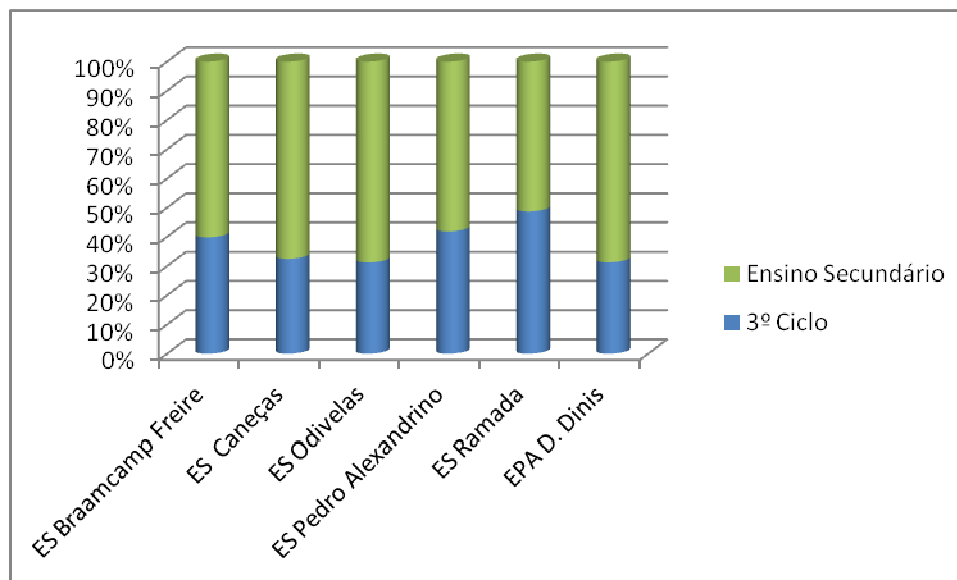
Depois temos 3 agrupamentos de escolas que apresentam uma estabilidade ao longo do tempo, sem grande alteração no número de alunos de ano para ano, no seu global, verificando-se apenas ligeiras oscilações se isolarmos os níveis de educação e ensino (Agrupamento de Escolas da Pontinha, Póvoa de Santo Adrião e Caneças).

Existem 2 agrupamentos de escolas que vão sofrendo pequenas oscilações no seu global, ao longo deste período, quer crescentes quer decrescentes, embora com valores relativamente próximos (Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas e D. Dinis).

Por último, temos um agrupamento de escolas que tem tido uma evolução decrescente no seu global, com valores mais acentuados no 1º ciclo do ensino básico, sendo que no presente ano letivo (2012/2013) apresenta uma evolução positiva no que respeita ao número de alunos do pré-escolar, decorrendo da abertura de 2 novas salas de atividade (Agrupamento de Escolas Avelar Brotero).

1.2 Escolas Não Agrupadas

Como já referido anteriormente, existem 5 escolas secundárias no concelho (escolas não agrupadas) que acumulam a lecionação do 3º ciclo e do ensino secundário (do 7º ao 12º anos). Existe ainda uma escola profissional pública (Escola Profissional Agrícola D. Dinis da Paiã), que leciona cursos de educação e formação (CEF) ao nível do 3º ciclo, e cursos profissionais ao nível do ensino secundário.

Figura 20. Distribuição dos níveis de ensino nas escolas não agrupadas

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Como se pode verificar pela Figura 20, apesar de se tratar de escolas que acumulam o 3º ciclo do ensino básico e o ensino secundário, a representação de alunos do secundário é claramente dominante na totalidade destas escolas.

As 5 escolas secundárias estão localizadas de forma dispersa pelo território, nas freguesias de Caneças, Ramada, Odivelas, Pontinha e Póvoa de Santo Adrião. A escola profissional fica localizada na freguesia da Pontinha.

Tabela 15. Distribuição das escolas não agrupadas, por freguesia

Escolas	Localização/Freguesia
Escola Secundária Braamcamp Freire	Pontinha
Escola Secundária de Caneças	Caneças
Escola Secundária de Odivelas	Odivelas
Escola Secundária Pedro Alexandrino	Póvoa Santo Adrião
Escola Secundária Ramada	Ramada
Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paia	Pontinha

Todas estas escolas estão abrangidas, no âmbito da sua administração e gestão, pelo Decreto-Lei nº 75/2008, de 22 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 224/2009, de 11 de setembro, e pelo Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho (legislação que aprova o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário).

2 - Caracterização Humana

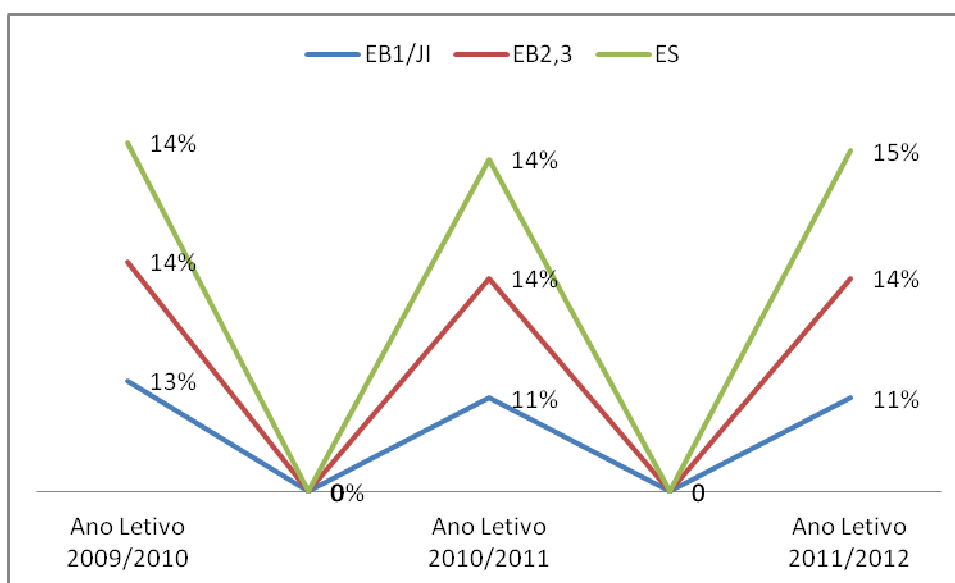
2.1. Rede Pública

2.1.1. Alunos

Neste ponto faremos uma caracterização genérica dos alunos que frequentam as escolas da rede pública do concelho, a nível de: nacionalidades estrangeiras dominantes; alunos com língua não materna; distribuição dos alunos por sexo e nível de ensino; alunos com NEE.

Nacionalidades dos Alunos

Figura 21. Evolução dos alunos com nacionalidade estrangeira, por nível de ensino



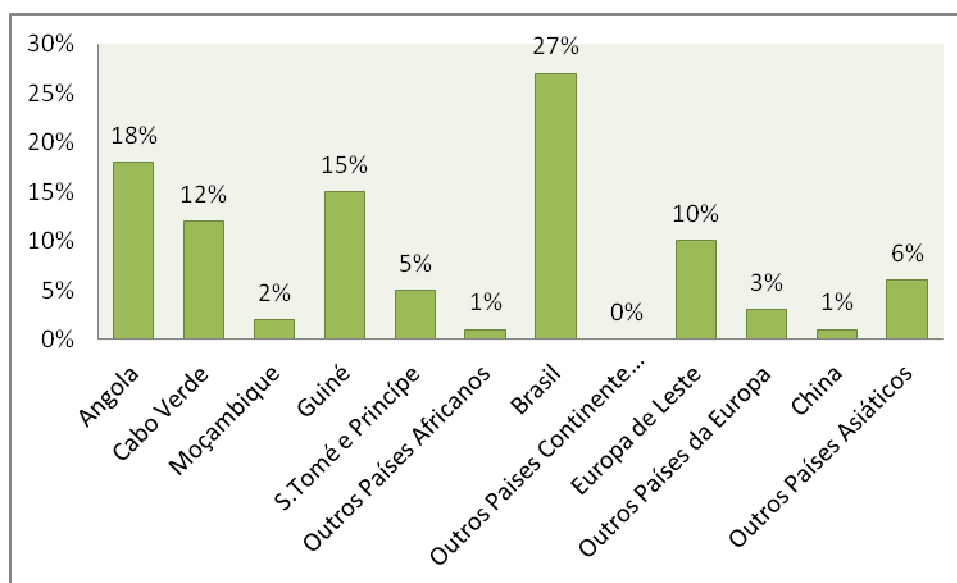
Fonte: Dados recolhidos junto das escolas e agrupamentos, via inquérito

Ao analisarmos a evolução do número de alunos com nacionalidade não lusa, por nível de ensino, nos 3 últimos anos letivos, verificamos que a média global se situa entre os 12% nos estabelecimentos de educação e ensino com pré-escolar e 1º ciclo, 14% nas escolas dos 2º e 3º ciclos, e 14% nas escolas secundárias (incluindo a escola profissional).

Ao fazermos uma análise mais fina por nível de ensino, verificamos uma ligeira subida nas escolas secundárias no último ano letivo, uma estabilidade nas escolas com 2º e 3º ciclos, e

uma retração no que respeita aos estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e 1º ciclo, conforme se pode verificar pela Figura 21.

Figura 22. Distribuição dos alunos por país de origem



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas e agrupamentos, via inquérito

No que se refere às nacionalidades mais representativas, conforme se verifica na Figura 22, aparece por ordem decrescente o Brasil, seguido de Angola, Guiné, Cabo Verde, Países da Europa de Leste, Países Asiáticos, S. Tomé e Príncipe, Moçambique, China, Outros Países Africanos.

Esta representatividade de alunos com nacionalidade estrangeira nas escolas da rede pública do concelho, corresponde àquilo que são as tendências apresentadas pelo INE sobre a população estrangeira com estatuto legal de residente no concelho de Odivelas (INE, Estatísticas Demográficas, setembro 2011), com exceção dos Países da Europa de Leste que aparecem logo em 2º lugar em termos da população residente, e que na representação em termos da população escolar da rede pública, aparece em 5º lugar.

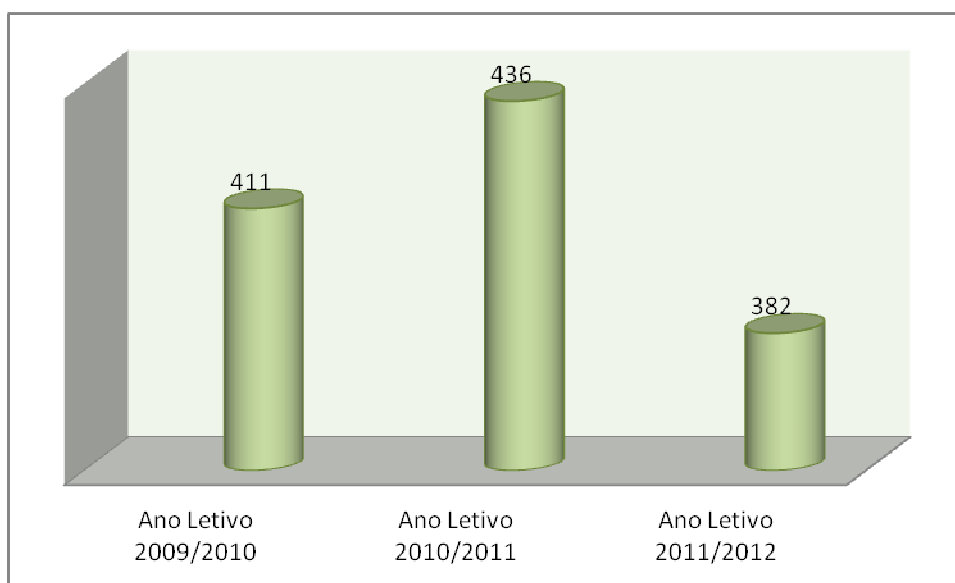
Segundo dados disponíveis na Base de Dados da Fundação Francisco Manuel dos Santos (FFMS, Portugal: os Números, 2010) entre os estrangeiros com estatuto legal residentes em

Portugal, a comunidade de origem brasileira era a mais numerosa, graças ao processo especial de legalização especial que os teve como destinatários.

Esta diversidade cultural que hoje é uma realidade bem presente nas escolas de Odivelas, tem implícita a necessidade de adoção de medidas específicas, promotoras de uma melhor integração destes alunos na comunidade escolar e de maiores níveis de sucesso escolar, nomeadamente o reforço da aprendizagem da língua portuguesa.

Alunos com Língua Não Materna - Agrupamentos de Escolas

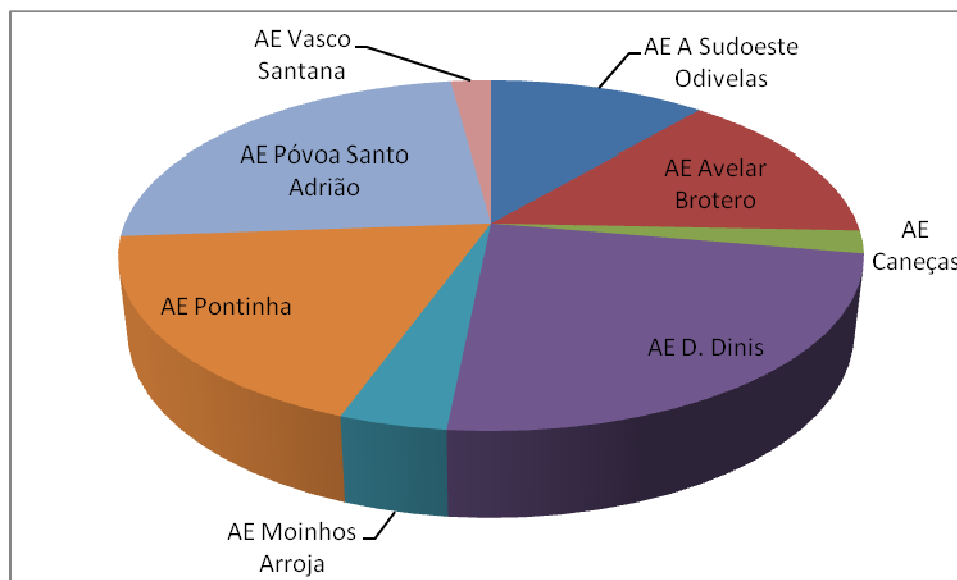
Figura 23. Evolução do número de alunos com português língua não materna, nos AE



Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos, via inquérito

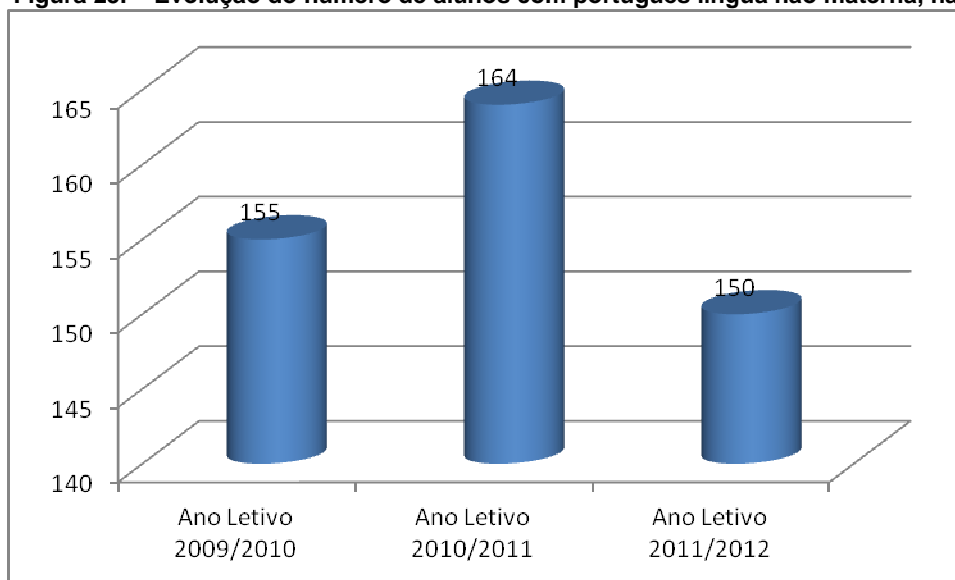
No que se refere à representação de alunos com língua não materna nos agrupamentos de escolas nos 3 últimos anos letivos, verificamos uma tendência de evolução crescente do ano letivo 2009/2010 para o ano letivo 2010/2011, seguida de uma retração, do ano letivo 2010/2011 para o ano letivo 2011/2012.

Figura 24. Distribuição dos alunos com português língua não materna, por AE



Fonte: Dados recolhidos junto dos Agrupamentos, via inquérito

Se quisermos individualizar a concentração de alunos com português como língua não materna por agrupamento de escolas, verificámos que o maior número de alunos se concentra nos Agrupamentos de Escolas D. Dinis, Póvoa de Santo Adrião e Pontinha; a menor incidência verifica-se nos Agrupamentos de Escolas Vasco Santana e Caneças; e nos valores intermédios, os Agrupamentos de Escolas Moinhos da Arroja e Sudoeste de Odivelas.

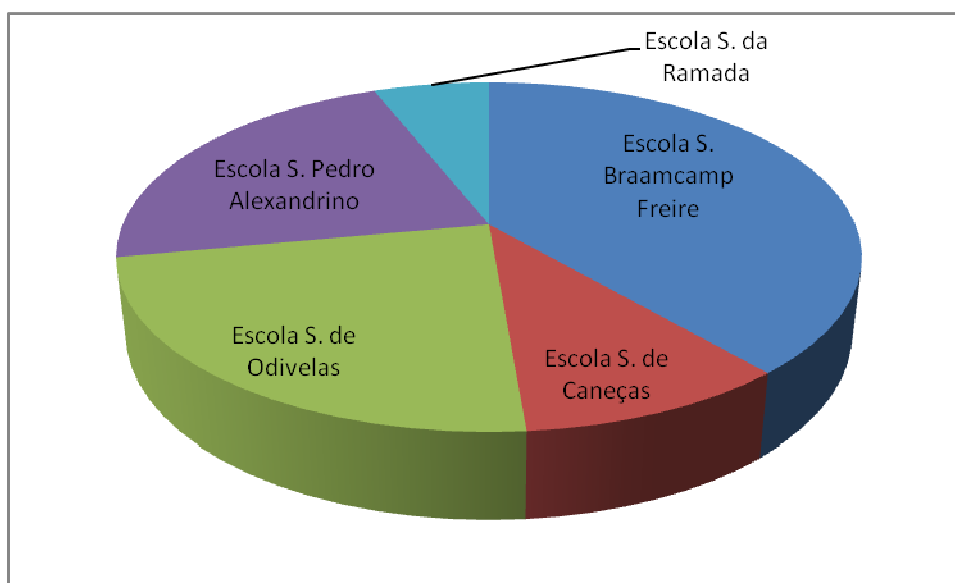
Escolas Secundárias**Figura 25. Evolução do número de alunos com português língua não materna, nas ES**

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Se quisermos analisar a mesma realidade de forma individualizada nas escolas secundárias, verificámos a mesma tendência de crescimento do ano letivo 2009/2010 para o ano letivo 2010/2011, e de retração do ano letivo 2010/2011 para o ano letivo 2011/2012, conforme se pode ver na Figura 25.

Se quisermos individualizar a tendência de concentração de alunos com português língua não materna por escola, verificamos que a maior concentração de alunos se encontra nas escolas Braamcamp Freire e Odivelas, e a menor na escola da Ramada. As escolas de Caneças e Pedro Alexandrino situam-se em valores intermédios, conforme Figura 26.

Figura 26. Distribuição de alunos com português língua não materna, por escola

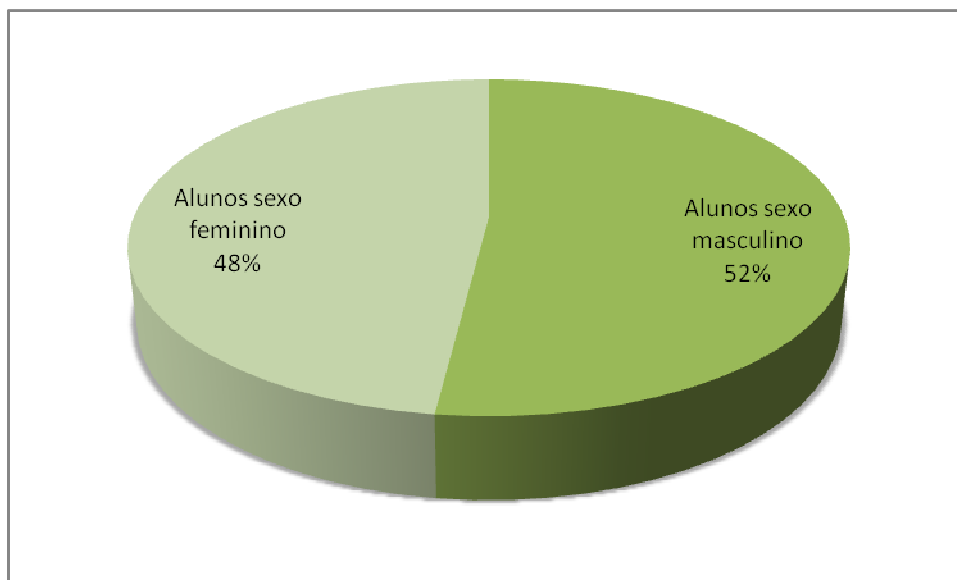


Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Distribuição dos alunos por sexo

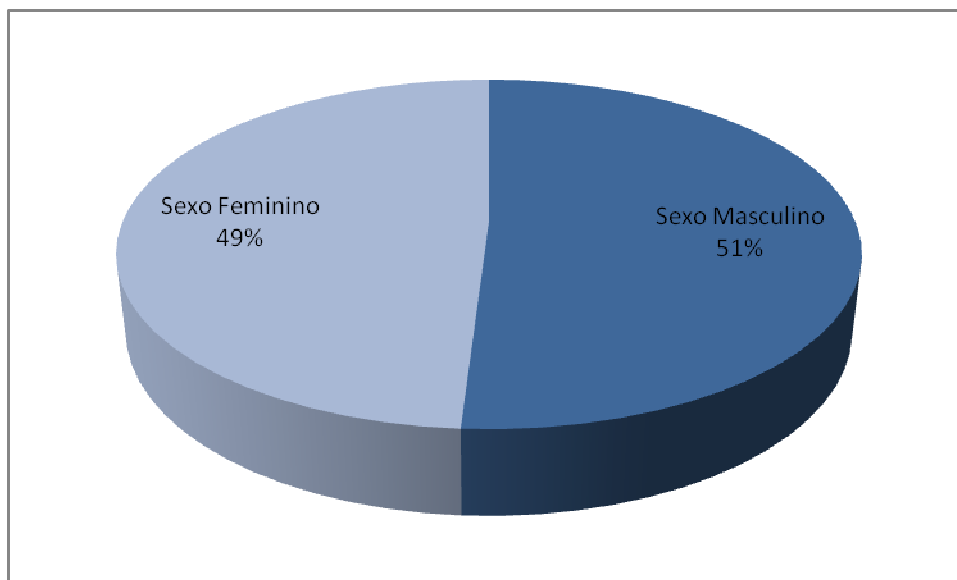
A distribuição a nível global dos alunos nos estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e 1º ciclo da rede pública do concelho, por sexo, corresponde àquilo que é a tendência a nível nacional para este nível de ensino, com uma ligeira ascendência do sexo masculino – valores aproximados de 52% de alunos do sexo masculino e de 48% do sexo feminino ((in DGEEC - Estatísticas da educação 2010/2011 – Jovens, 2012).

Figura 27. Distribuição dos alunos do pré-escolar e 1ºCEB, por sexo



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas e agrupamentos, via inquérito

Figura 28. Distribuição dos alunos das escolas do 2º e 3º ciclos, por sexo

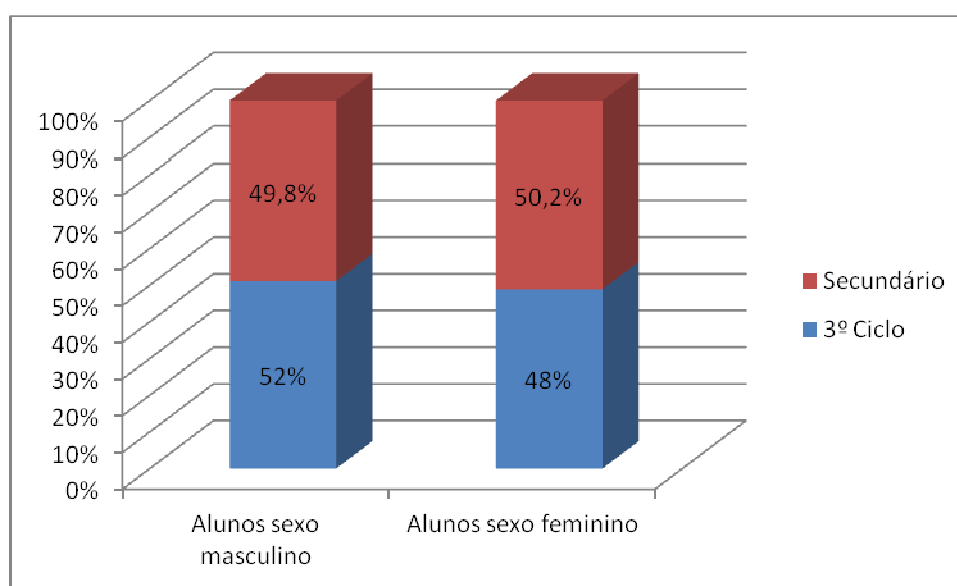


Fonte: Dados recolhidos junto dos Agrupamentos, via inquérito

No que se refere aos alunos que frequentam as escolas do 2º e 3º Ciclos, verificamos que a tendência nacional também se verifica no concelho, com uma ascendência do sexo masculino, conforme Figura 28.

Escolas Secundárias

Figura 29. Distribuição dos alunos das escolas secundárias e profissional, por sexo



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

No que se refere às escolas secundárias, que também acumulam a lecionação do 3º ciclo, verificamos que a nível dos alunos do 3º ciclo, Odivelas acompanha a tendência nacional (cerca de 52% de alunos do sexo masculino e 48% do sexo feminino), verificando-se igualmente os valores da tendência nacional no ensino secundário, em que a tendência se inverte, isto é, a percentagem de alunos do sexo feminino é superior à percentagem de alunos do sexo masculino (ver Figura 29).

Alunos com NEE (Necessidades Educativas Especiais)

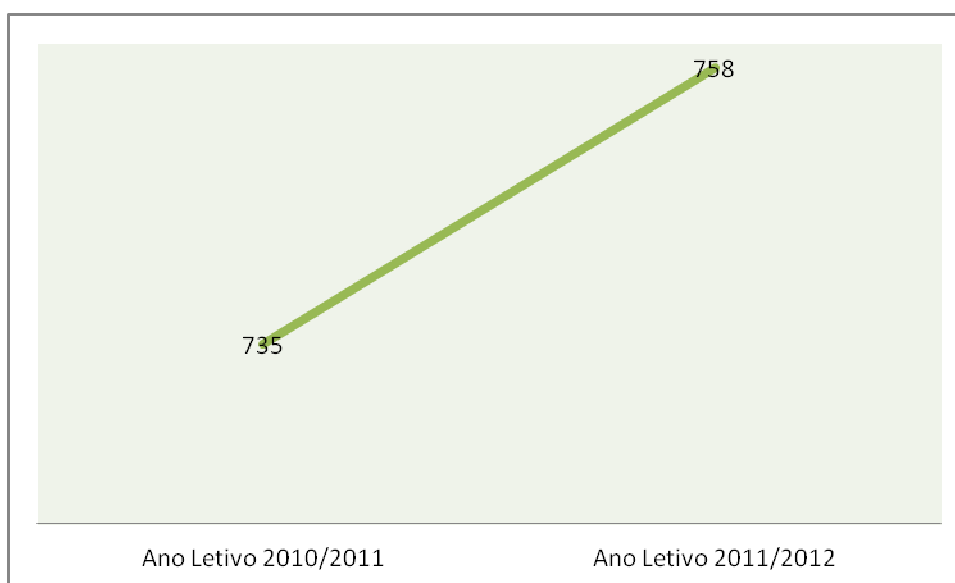
Os alunos tipificados com NEE ao abrigo do Decreto- Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, avaliados com recurso à CIF (Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, da

Organização Mundial da Saúde) são caracterizados como crianças e jovens com limitações ao nível da atividade e da participação, de caráter permanente, resultando de dificuldades ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social, os quais necessitam da mobilização de serviços especiais para promover o potencial de funcionamento biopsicossocial.

De acordo com a legislação em vigor, a educação especial tem por objetivos contribuir para uma escola inclusiva e integradora, que garanta o acesso e o sucesso educativo, bem como a promoção da igualdade de oportunidades.

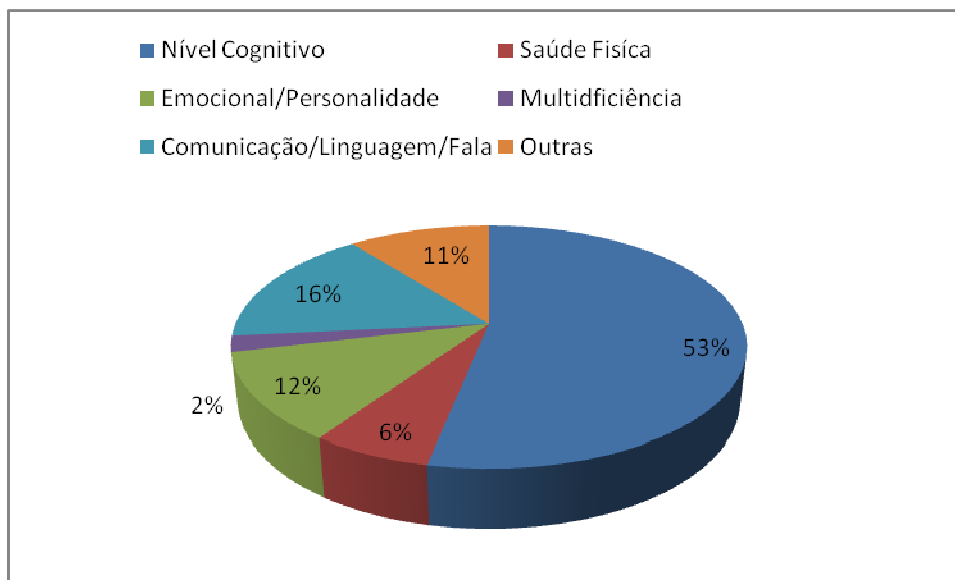
Agrupamentos de Escolas

Figura 30. Evolução dos alunos com NEE nos AE



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Conforme se pode ver pela Figura 30, o número de alunos com NEE a frequentar os estabelecimentos de educação e ensino que integram os agrupamentos de escolas do concelho tem vindo a aumentar de forma expressiva, à semelhança do que se verifica a nível nacional, conforme é sinalizado em estudo recente do Conselho Nacional de Educação (Estado da Educação 2011, CNE, 2011).

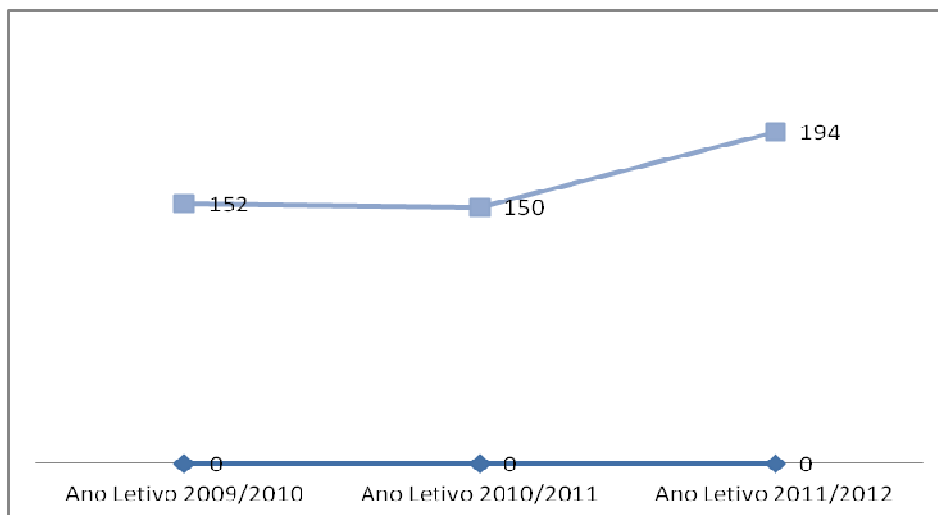
Figura 31. Distribuição dos Alunos por NEE, nos AE

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Como se pode verificar pela Figura 31, os alunos com NEE de nível cognitivo aparecem em maior número (mais de 50% das sinalizações), seguindo-se os alunos com dificuldades de comunicação/linguagem e fala, e os alunos com dificuldades a nível emocional/personalidade.

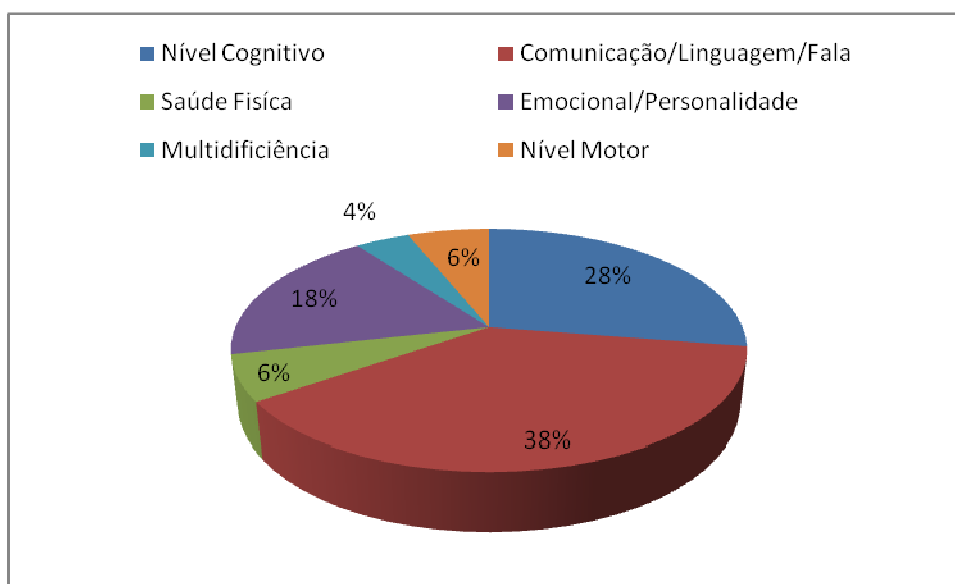
Escolas Secundárias

No que respeita às escolas secundárias, o número de alunos com NEE sofre oscilações ao longo deste período de 3 anos, diminuindo ligeiramente do ano letivo 2009/2010 para 2010/2011, verificando-se contudo um crescimento mais acentado no último ano letivo (2011/2012), conforme Figura 32.

Figura 32. Evolução dos alunos com NEE nas escolas secundárias

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

No que respeita à tipificação das NEE, verifica-se uma inversão relativamente ao que acontecia nos agrupamentos de escolas. Aqui, os alunos com dificuldades de comunicação/linguagem e fala aparecem como os mais presentes (38%), seguido dos alunos com dificuldades a nível cognitivo (28%), mantendo a terceira posição com 18%, os alunos com dificuldades a nível emocional/personalidade.

Figura 33. Distribuição dos alunos por NEE nas escolas secundárias

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

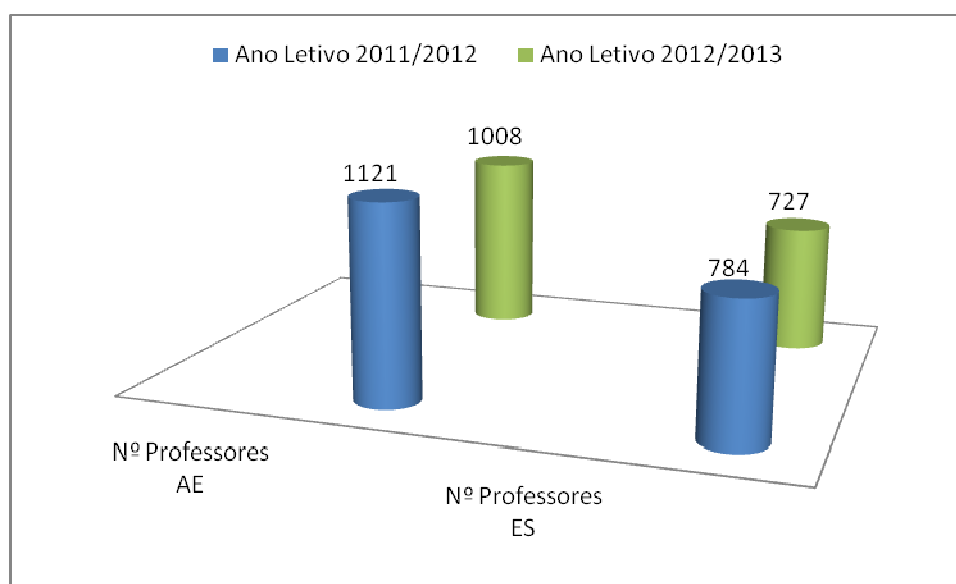
2.1.2. Professores

Os recursos humanos constituem uma base fundamental no desenvolvimento das organizações em geral, e de forma particular nas organizações escolares, cabendo-lhe um papel fundamental na concretização das políticas educativas.

Os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública do concelho, contavam no ano letivo em curso, com um total de 1735 professores, entre professores do quadro (de escola/agrupamento e/ou zona pedagógica) e professores contratados (educadores de infância, professores do ensino básico, e professores do ensino secundário e profissional).

Relativamente ao ano letivo transato (2011/2012), verifica-se um decréscimo no seu conjunto, uma vez que nesse ano lecionavam nas escolas da rede pública do concelho de Odivelas, um total de 1905 professores.

Figura 34. Evolução do número de professores nas escolas da rede pública do concelho



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas e agrupamentos, via inquérito

Se dividirmos os professores por unidades de gestão (agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas), verificamos que entre 2011/2012 e o ano letivo em curso, o decréscimo do número de docentes é mais acentuado nos agrupamentos de escolas (menos 113 docentes no conjunto dos 8 agrupamentos de escolas).

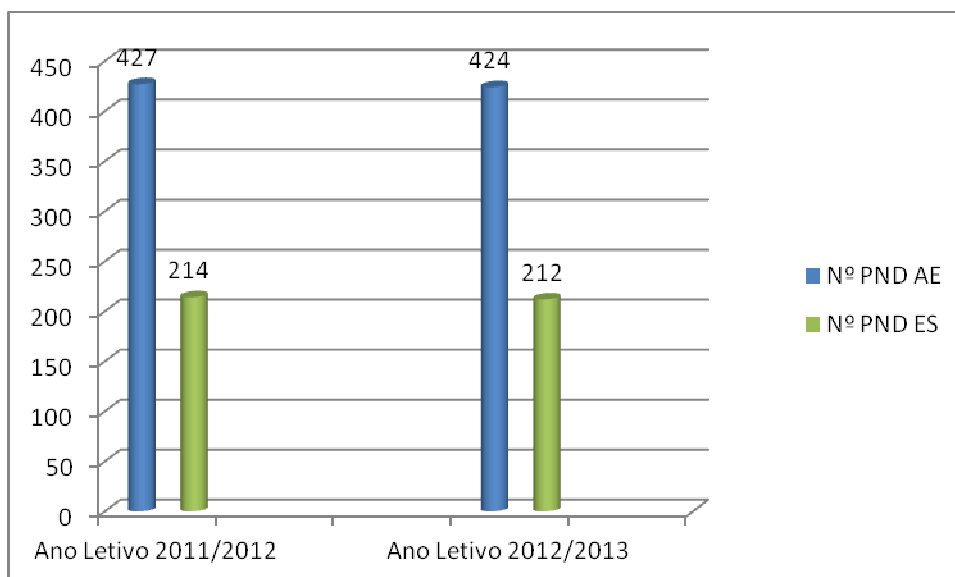
Nas escolas secundárias e profissional, também se verifica um decréscimo, apesar de menos significativo (menos 57 professores no conjunto das 6 escolas).

Este decréscimo no número de docentes a lecionar nas escolas da rede pública poderá prender-se com 3 ordens de fatores, embora cada um deles possa ter mais ou menos impacto em termos individuais: ligeiro decréscimo do número de alunos em alguns ciclos de ensino; alteração na organização da estrutura curricular em algumas áreas e anos de escolaridade; aumento do número de alunos por turma.

2.1.3. PND (Pessoal Não Docente)

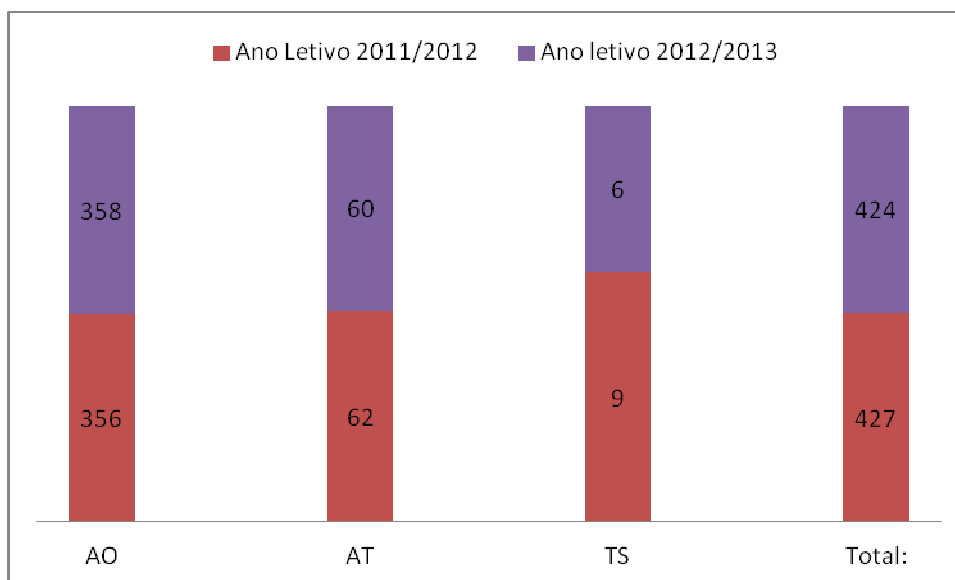
O pessoal não docente (PND) das escolas da rede pública do concelho, totalizava no início do ano letivo em curso 644 elementos, pertencendo 424 destes, aos agrupamentos de escolas (estando aqui incluídos os elementos afetos aos jardins de infância, escolas do 1º ciclo, e escolas do 2º e 3º ciclos) e 212, às escolas secundárias e escola profissional.

Figura 35. Evolução do número de elementos de PND nas escolas da rede pública do concelho



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas e agrupamentos, via inquérito

Entre o ano letivo 2011/2012 e o ano letivo 2012/2013, verifica-se uma certa estabilidade no número de elementos de pessoal não docente a exercer funções nas escolas da rede pública (decrécimo de 2 elementos nas escolas secundárias e 3 nos agrupamentos de escolas).

Figura 36. Distribuição do número de elementos de PND por categoria profissional

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas e agrupamentos, via inquérito

No que se refere às carreiras profissionais, verifica-se que os assistentes operacionais (antigos auxiliares de ação educativa) são a categoria mais representativa, com um peso de mais de 80% face ao total do PND das escolas não agrupadas e dos agrupamentos de escolas; seguem-se os assistentes técnicos (pessoal afeto a trabalho administrativo nas secretarias e técnicos de ação social escolar); e finalmente os técnicos superiores, que ainda têm um peso muito residual nas escolas e agrupamentos, sendo sobretudo psicólogos integrados nos SPO (Serviços de Psicologia e Orientação).

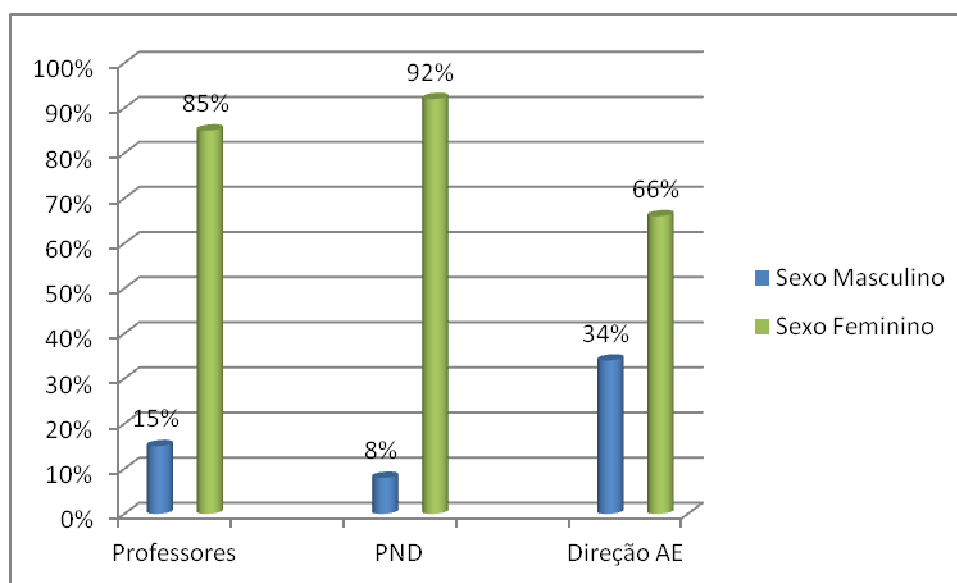
2.1.4. Distribuição dos Recursos Humanos, por Sexo

As profissões ligadas à área da educação são tradicionalmente mais preenchidas por elementos do sexo feminino, quer no que se refere ao pessoal docente quer ao pessoal não docente, e o concelho de Odivelas não se apresenta como exceção, confirmando a persistente “feminização” dos recursos humanos que trabalham nas escolas.

Quando fazemos uma análise mais fina da situação em termos dos agrupamentos de escolas, verificamos que os elementos do sexo feminino predominam de forma significativa nas 3

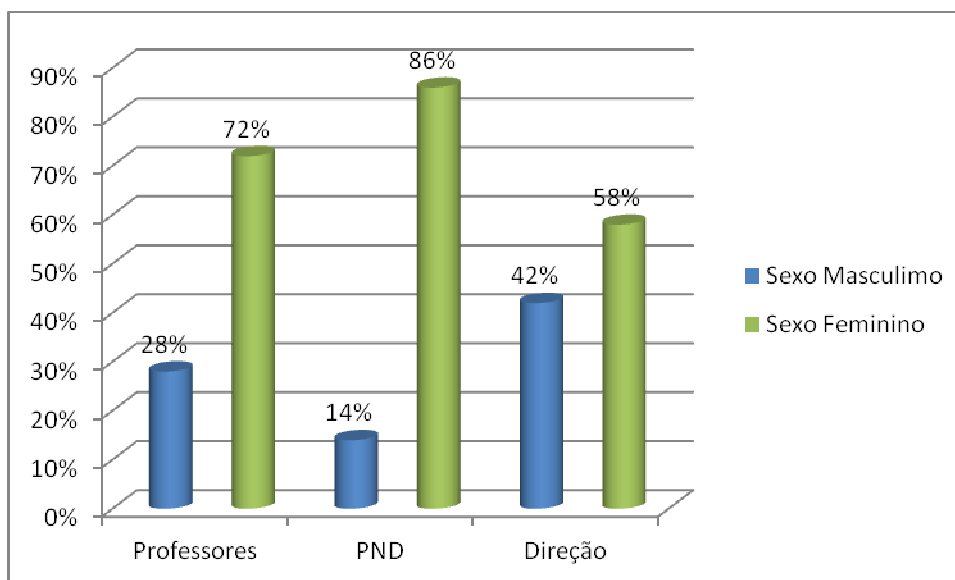
categorias em análise, como se pode verificar na Figura 37 (professores, pessoal não docente e direção dos agrupamentos).

Figura 37. Distribuição dos professores, PND, e direção dos AE, por sexo



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas e agrupamentos, via inquérito.

No caso da direção dos agrupamentos que é onde a discrepância entre sexos é menos díspar, incluem-se, não só os diretores, mas também os subdiretores, e os adjuntos da direção.

Figura 38. Distribuição dos professores, PND, e direção das ES, por sexo

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas e agrupamentos, via inquérito.

No caso das escolas não agrupadas (escolas secundárias e profissional), apesar de continuarem a predominar os elementos do sexo feminino nas 3 categorias em análise (professores, pessoal não docente e direção), a percentagem de elementos do sexo masculino sobe em todos os itens, relativamente ao que se tinha verificado nos agrupamentos de escolas.

Quando fazemos um exercício exemplificativo sobre o exercício do poder, focalizado individualmente nos elementos que presidem aos 2 principais órgãos de gestão e administração das escolas e agrupamentos de escolas (conselho geral como órgão responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola e/ou agrupamentos de escolas, e diretor, responsável pela administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial), verificamos, de forma clara, que o sexo feminino tem um peso predominante na direção dos agrupamentos de escolas nos 2 órgãos em análise e, pelo contrário, nas escolas secundárias, o número de elementos do sexo masculino predominam na direção/presidência dos 2 órgãos.

Tabela 16. Distribuição dos diretores e dos presidentes dos CG, por sexo

Cargos	Agrupamentos de Escolas		Escolas Não Agrupadas	
	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Diretor	3	5	4	2
Presidente CG	1	7	4	2

Outros casos - Instituto de Odivelas

Tendo em conta que o Instituto de Odivelas também integra a rede pública, mas tem um estatuto específico (dependendo do ESTADO - Maior do Exército), é feita uma caracterização individual, de forma sintética, do pessoal docente e não docente.

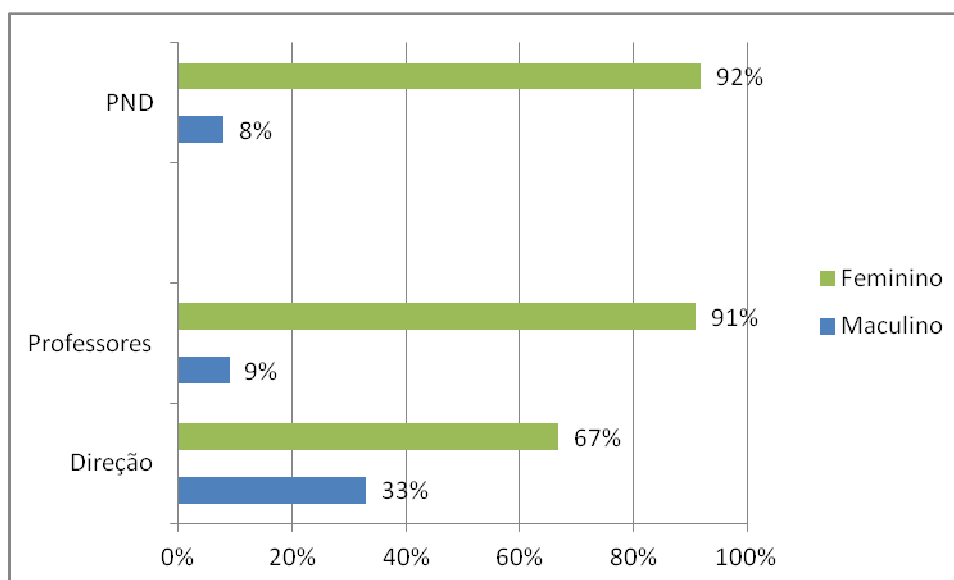
Tabela 17. Distribuição dos recursos humanos do Instituto de Odivelas, por sexo

Ano Letivo/Recursos Humanos	Direção	Pessoal docente	Pessoal não docente
2010/2011	4	66	71
2011/2012	3	64	64

Fonte: Dados recolhidos junto do Instituto de Odivelas, por inquérito

No ano letivo 2011/2012, o Instituto de Odivelas contava com 64 docentes, 64 elementos não docentes, e 3 elementos na direção. Se compararmos com o ano letivo anterior (2010/2011), verificam-se ligeiras oscilações nas diferentes categorias profissionais, nomeadamente: diminuição de 2 professores; diminuição de 7 elementos do pessoal não docente; decréscimo de um elemento da direção.

No que se refere à distribuição do pessoal docente, não docente e elementos da direção, por sexo, verifica-se que a grande maioria dos elementos que trabalham neste Instituto, pertencem ao sexo feminino, conforme se pode verificar pela Figura 39.

Figura 39. Distribuição dos professores, PND, e direção do IO, por sexo

Fonte: Dados recolhidos junto do IO, por inquérito

2.2. Rede Privada

A abordagem aos recursos humanos dos estabelecimentos de educação e ensino da rede privada será desenvolvida individualizando os recursos humanos da rede particular e cooperativa dos da rede de instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

A metodologia seguida, assenta numa abordagem global das oscilações verificadas nos 2 últimos anos letivos (dados disponíveis), realizando-se uma breve análise individual de um ou outro estabelecimento de educação e ensino, que apresente características particulares relativamente ao seu conjunto.

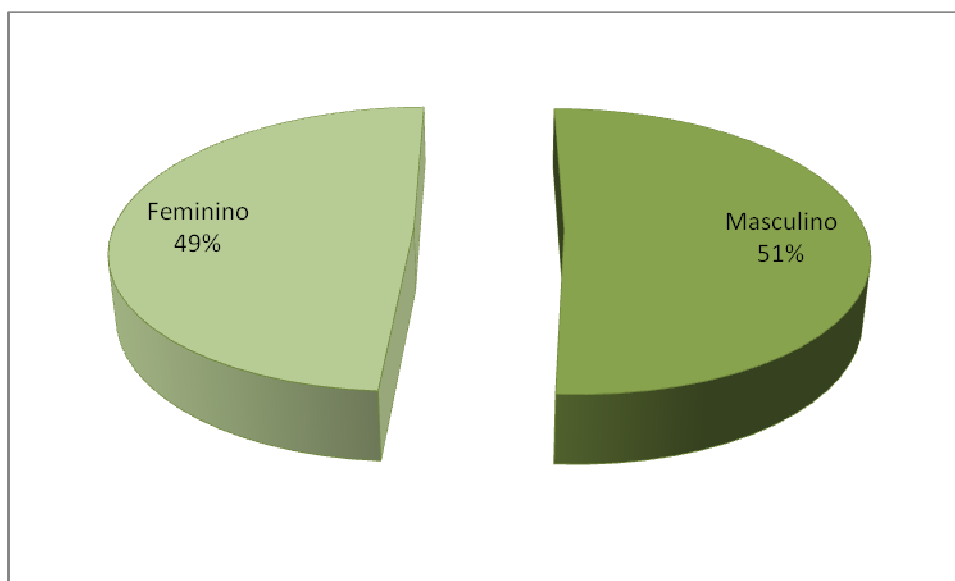
2.2.1. Rede Particular e Cooperativa

2.2.1.1. Alunos

Ao fazermos uma análise aos dados sobre a caracterização dos alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino da rede particular e cooperativa no concelho, verificamos que de uma maneira geral não são identificados alunos que tenham o português como língua não materna (PLNM). No conjunto das respostas rececionadas, apenas encontramos 2 alunos sinalizados no ano letivo 2010/2011, e 1 aluno no ano letivo seguinte.

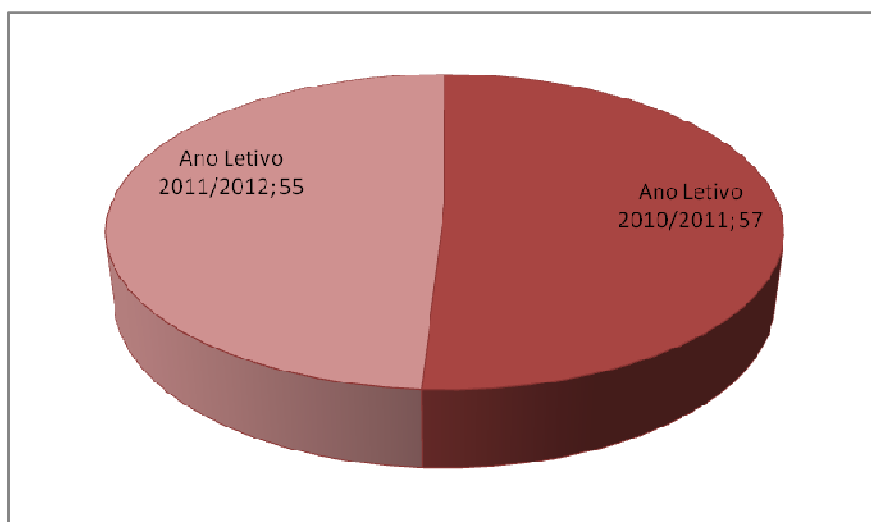
No que se refere à distribuição dos alunos por sexo, verificamos uma ligeira predominância dos alunos do sexo masculino nos estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar, ensino básico e secundário (51% do sexo masculino e 49% do sexo feminino), conforme se verifica na figura 40.

Figura 40. Distribuição dos alunos por sexo (2011/2012)



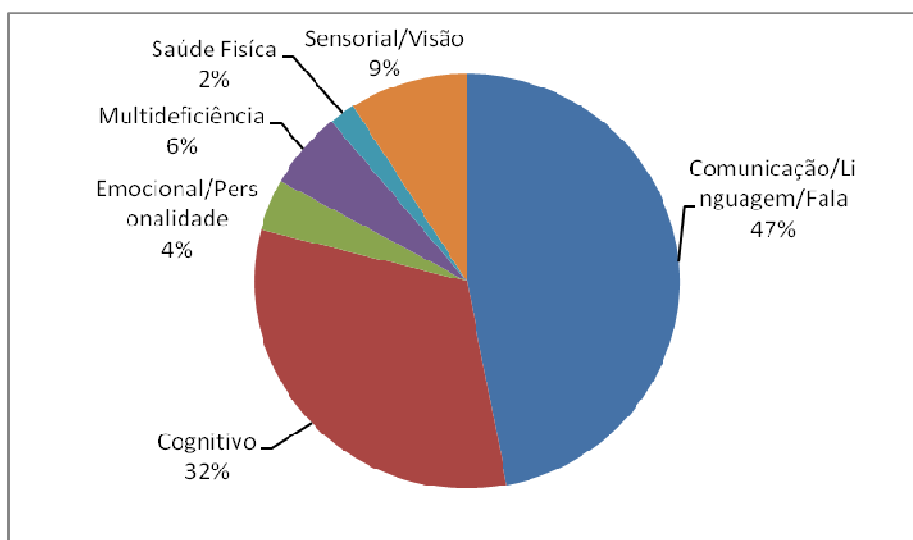
Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito.

No que se refere aos alunos sinalizados com NEE nestes estabelecimentos de educação e ensino, verifica-se um ligeiro decréscimo entre o ano letivo 2010/2011 e o ano letivo 2011/2012 (menos 2 alunos no conjunto), conforme se pode verificar pela Figura 41.

Figura 41. Evolução do número de alunos com NEE

Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito.

No que se refere à tipificação das NEE mais representativas, aparece com mais predominância, com 47% dos alunos sinalizados, as dificuldades de comunicação/linguagem/fala, seguido do nível cognitivo com 32% das sinalizações, distribuindo-se as restantes pelas dificuldades de nível sensorial/visão, multideficiência, emocional/personalidade, e saúde física, conforme Figura 42.

Figura 42. Distribuição dos alunos por tipologia de NEE

Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito.

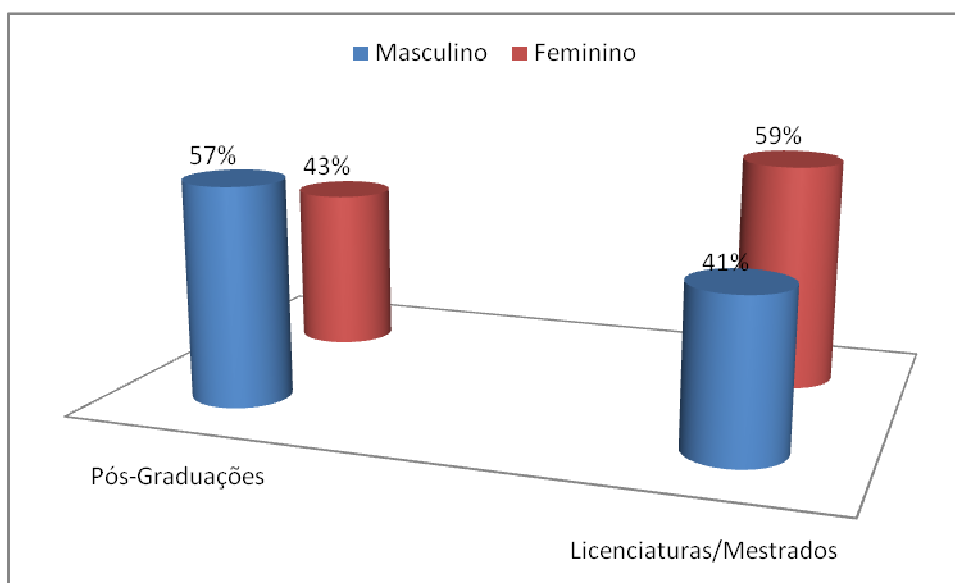
Outros Estabelecimentos

Pelas suas características particulares, será feita uma caracterização dos alunos de alguns estabelecimentos de educação e ensino, caso a caso, nomeadamente, o ISCE por lecionar formação de nível superior; o Conservatório de Música D. Dinis por lecionar o ensino artístico; e o Centro de Formação para o Setor Alimentar da Pontinha, por se tratar de um Centro que oferece um tipo de formação vocacionado para um público muito específico.

ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas

O ISCE é o único estabelecimento de ensino superior localizado no concelho, e oferece cursos de formação de profissionais ligados à área da educação, como educadores de infância, professores do ensino básico, educadores sociais e animadores culturais.

Figura 43. Distribuição dos alunos por modalidade de formação e por sexo

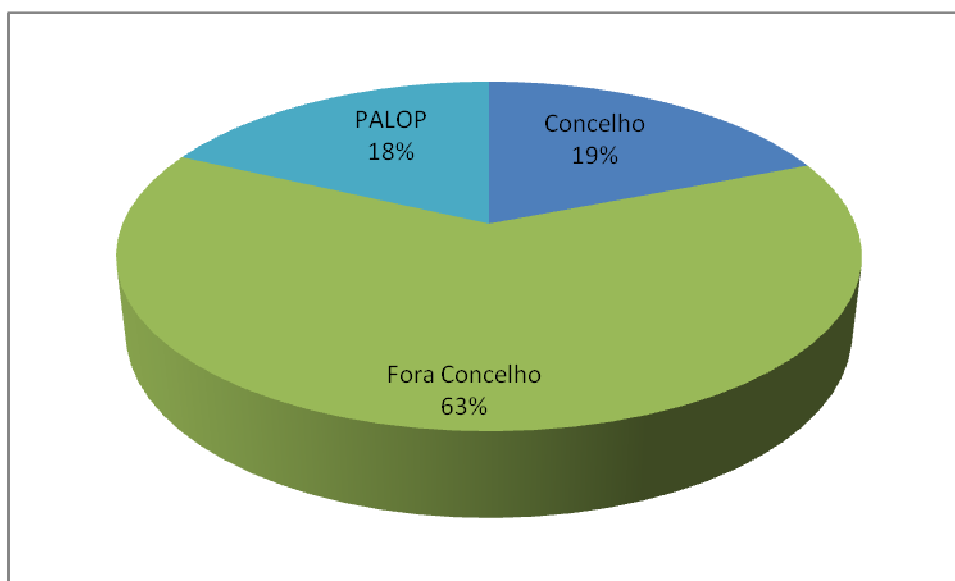


Fonte: Dados recolhidos junto do ISCE, via inquérito.

Quando fazemos uma abordagem à distribuição dos alunos que frequentam o ISCE, por sexo, verificamos que o seu público discente é marcadamente do sexo feminino (o que se compreende pelo facto de formar profissionais ligados ao trabalho na área da educação em que a “feminização” predomina), verificando-se contudo, uma inversão nesta tendência a nível

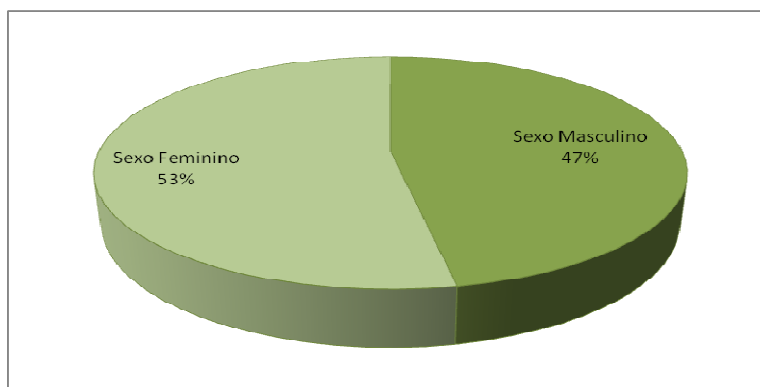
dos alunos que frequentam o grau de pós-graduação, em que o sexo masculino está em maior número do que o do sexo feminino, conforme Figura 43.

Figura 44. Distribuição dos alunos por origem geográfica



Fonte: Dados recolhidos junto do ISCE, via inquérito

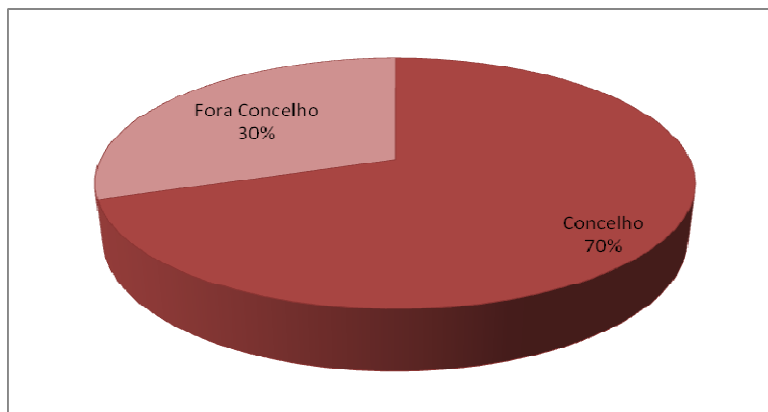
Ao analisarmos a proveniência dos alunos do ISCE, em termos de origem geográfica, verificamos que uma grande parte dos alunos residem na Área Metropolitana de Lisboa, mas fora do concelho de Odivelas (63%), e os restantes se distribuem entre os residentes no concelho (19%), e os alunos oriundos dos PALOP'S (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), conforme Figura 44.

Conservatório de Música D. Dinis**Figura 45. Distribuição dos alunos por modalidade de formação e por sexo**

Fonte: Dados recolhidos junto do CMDD, via inquérito

Os alunos que frequentam o Conservatório de Música D. Dinis pertencem maioritariamente ao sexo feminino (53%), conforme Figura 45.

Por se tratar de um estabelecimento de ensino com Contrato de Patrocínio com o Ministério da Educação no domínio do ensino artístico especializado, fizemos uma breve abordagem ao peso de alunos que frequentam o Conservatório oriundos de outros concelhos da Área Metropolitana de Lisboa, que não Odivelas, concluindo-se que o peso dos alunos de Odivelas é bastante significativa, situando-se nos 70% os alunos oriundos do concelho contra 30% de alunos originários de outros concelhos, conforme Figura 46.

Figura 46. Distribuição dos alunos por origem geográfica

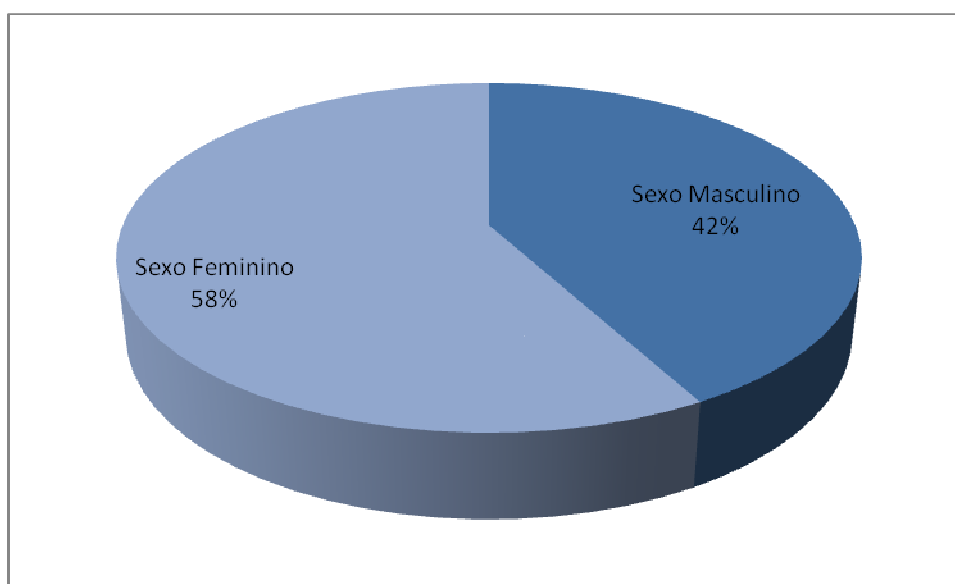
Fonte: Dados recolhidos junto do CMDD, via inquérito

Centro Formação para o Setor Alimentar da Pontinha

O Centro de Formação Alimentar responde a um tipo de público adulto, desenvolvendo formação em 3 dimensões diferentes: formação especializada na área alimentar; formação ao longo da vida; formação técnica especializada de longa duração.

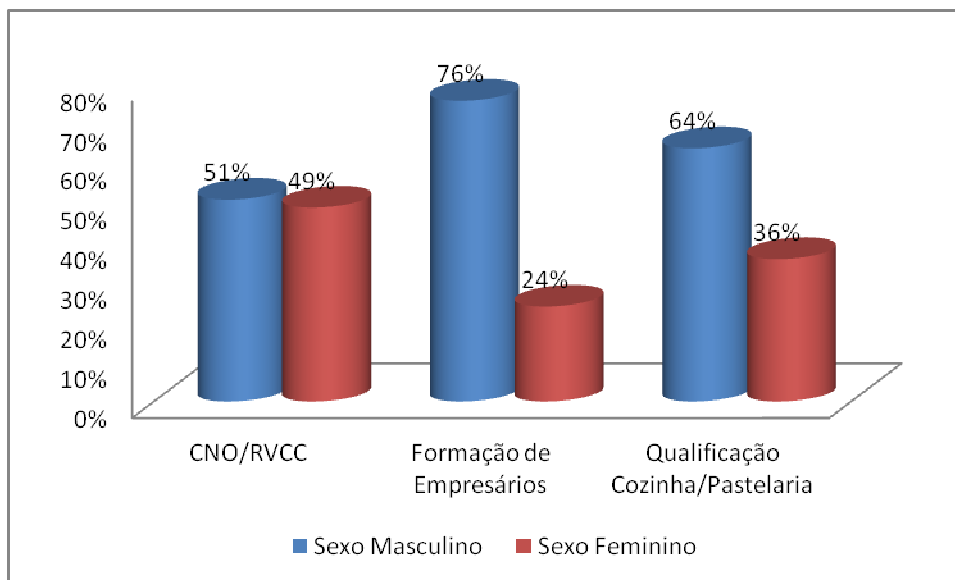
Quando analisamos a distribuição dos alunos que frequentam este Centro, por sexo, verificamos que no seu global, o sexo feminino predomina nos formandos que o frequentam (58%), conforme se verifica na Figura 47.

Figura 47. Distribuição dos alunos por sexo



Fonte: Dados recolhidos junto do CFSA, via inquérito

Esta predominância do sexo feminino prende-se com a frequência de ações de curta duração e ações de formação contínua, uma vez que existem modalidades de formação deste Centro em que os formandos do sexo masculino predominam, como no caso dos alunos do CNO/RVCC, formação de empresários, e formação qualificada em pastelaria/cozinha (ver Figura 48).

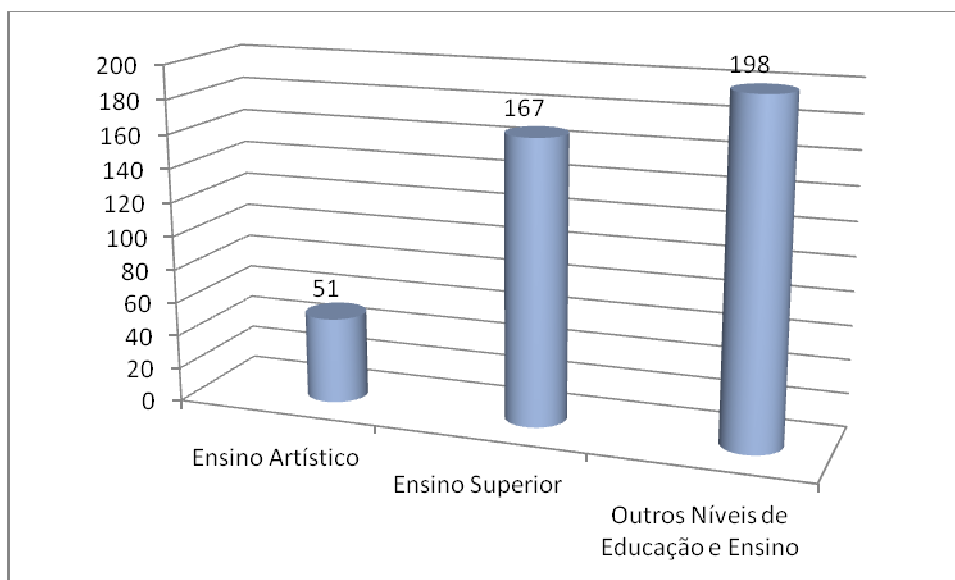
Figura 48. Distribuição dos alunos por modalidade de formação e sexo

Fonte: Dados recolhidos junto do CFSA, via inquérito

2.2.1.2. Pessoal Docente

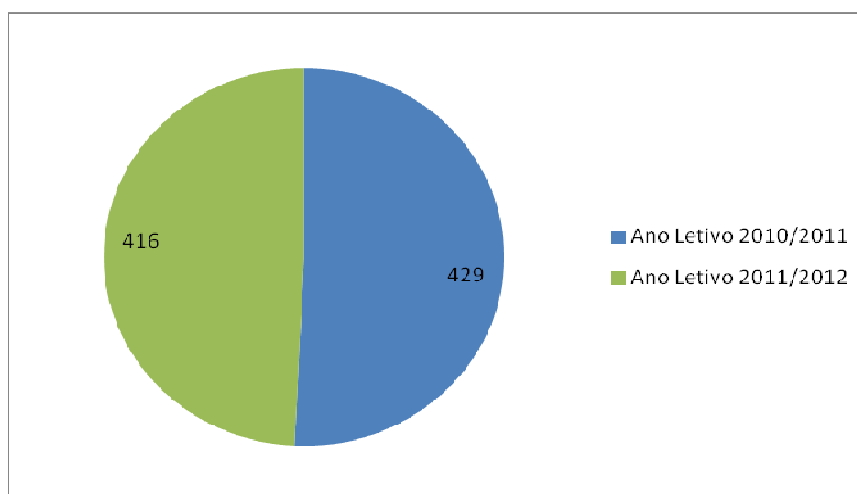
O pessoal docente dos estabelecimentos de educação e ensino que integram a rede particular e cooperativa totalizavam no ano letivo 2011/2012 (ano de referência com dados atualizados neste tipo de estabelecimento), 416 professores.

Ao olharmos para a Figura 49 verificamos que o peso mais significativo dos professores se distribui pelos estabelecimentos de educação e ensino que vão do pré-escolar ao ensino secundário, apesar de não podermos deixar de assinar o peso significativo de professores na única instituição do ensino superior no concelho (Instituto Superior de Ciências Educativas), que no conjunto dos estabelecimentos conta com uma percentagem na ordem dos 40%.

Figura 49. Distribuição dos professores por tipo de estabelecimento de educação e ensino

Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito.

Ao analisarmos a evolução do número de docentes nos 2 últimos anos letivos, verificamos um ligeiro decréscimo no seu número global, entre o ano letivo 2010/2011 e o ano letivo 2011/2012, o que também se afigura como uma evolução natural, uma vez que o número de alunos nestes estabelecimentos de educação e ensino também decresceu no mesmo período de análise (Figura 50).

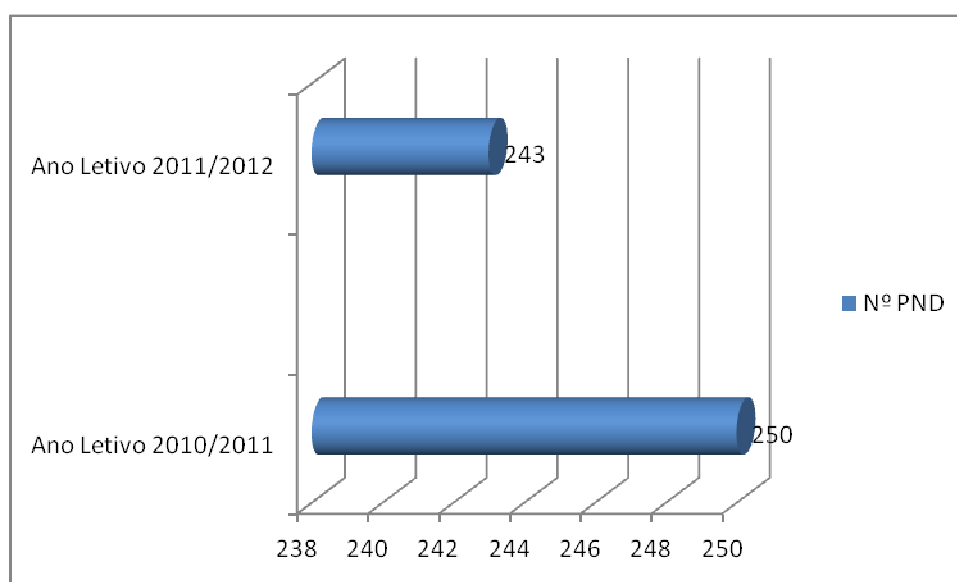
Figura 50. Evolução do número de professores

Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos, via inquérito

2.2.1.3. Pessoal Não Docente (PND)

No último ano letivo (2011/2012), o número de profissionais não docentes nos estabelecimentos de educação e ensino da rede particular e cooperativa totalizava 243 elementos, entre assistentes operacionais, assistentes técnicos e outros técnicos de educação.

Figura 51. Evolução pessoal não docente (PND)

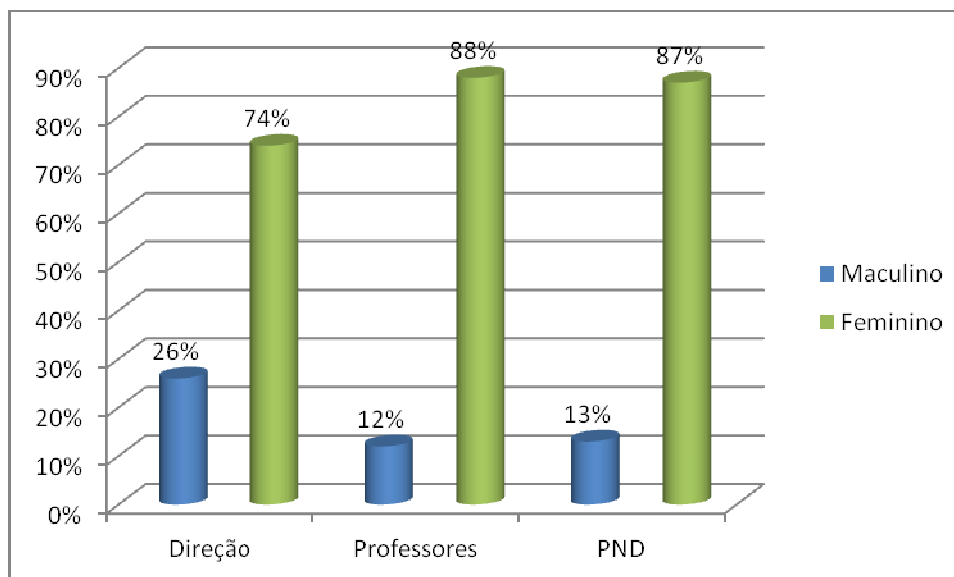


Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito

Relativamente à evolução do pessoal não docente neste tipo de estabelecimento de educação e ensino, verifica-se mais uma vez, um ligeiro decréscimo entre o ano letivo 2010/2011 e o ano letivo 2011/2012 (menos 7 profissionais).

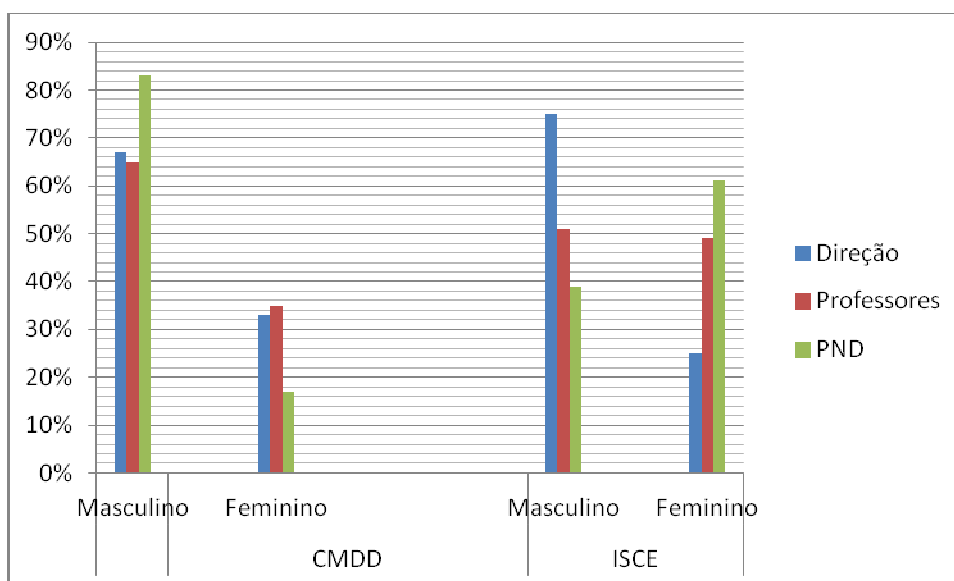
2.2.1.4. Distribuição dos Recursos Humanos, por Sexo

À semelhança do que se passava com os estabelecimentos de educação e ensino da rede pública, os profissionais de educação a exercer funções na rede particular e cooperativa é maioritariamente do sexo feminino, quer no que respeita ao pessoal docente quer ao pessoal não docente e direção dos estabelecimentos, conforme se pode verificar pela Figura 52.

Figura 52. Evolução do pessoal (PND, professores, e direção dos EEE), por sexo

Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito

Tendo em conta que existem 2 estabelecimentos de ensino da rede particular e cooperativa (ISCE e CMDD), que invertiam completamente esta tendência, sobretudo a nível do pessoal docente, fez-se uma abordagem individual aos mesmos, conforme Figura 53.

Figura 53. Distribuição dos professores, PND, e direção (ISCE e CMDD), por sexo

Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito

Como referido anteriormente, o Instituto Superior de Ciências Educativas e o Conservatório de Música D. Dinis apresentam um número superior de profissionais docentes do sexo masculino do que do sexo feminino, apesar de essa diferença ser significativamente maior, no Conservatório de Música D. Dinis.

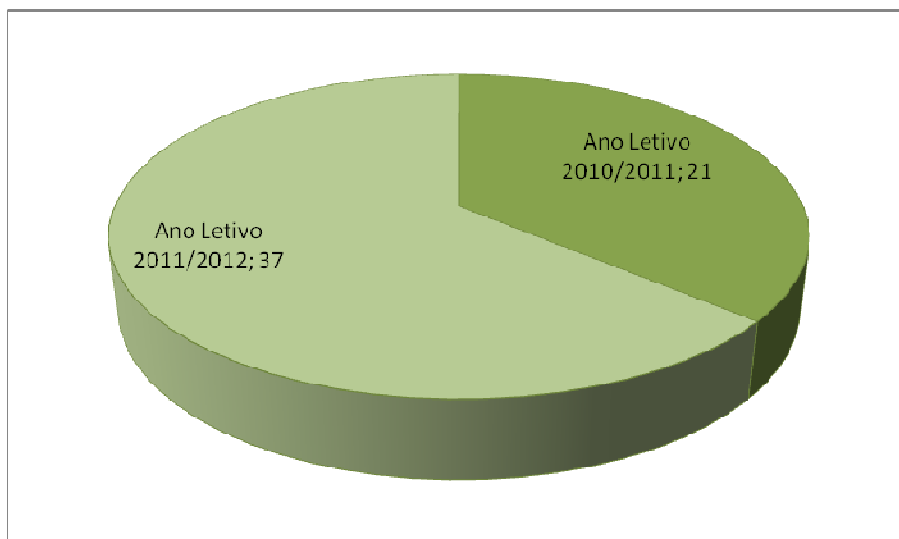
A nível dos elementos de direção também se verifica um maior número de elementos do sexo masculino, sendo que no caso do pessoal não docente, estes 2 estabelecimentos acompanham a tendência geral da supremacia do número de elementos do sexo feminino em detrimento do sexo masculino.

2.2.2. Rede Solidária – IPSS e Outras Instituições Sem Fins Lucrativos

Os recursos humanos dos estabelecimentos de educação que aqui serão analisados dizem respeito às denominadas IPSS (instituições particulares de solidariedade social) e a outras instituições sem fins lucrativos que desenvolvem atividades na área da educação no concelho.

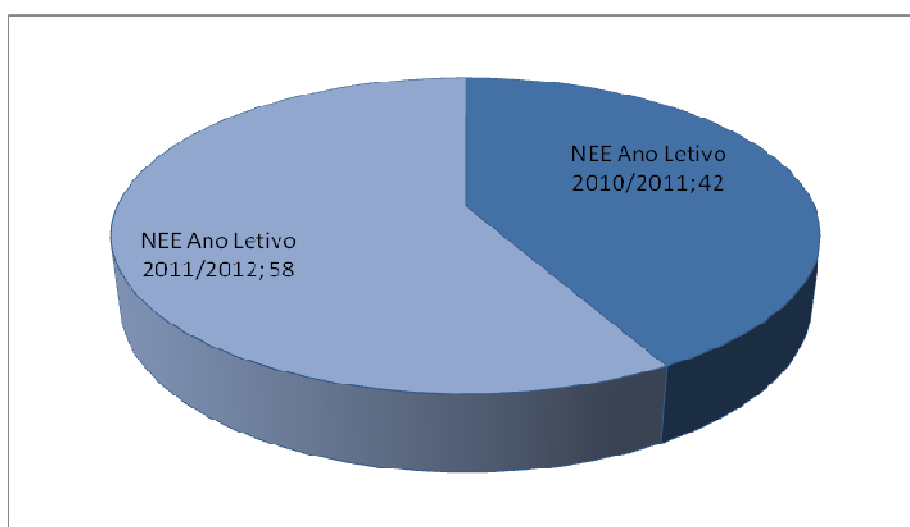
2.2.2.1. Alunos

Ao fazermos uma caracterização genérica das crianças que frequentam as instituições particulares de solidariedade social e outras instituições sem fins lucrativos, não podemos deixar de referir a incidência de inscritos que têm o português como língua não materna, que de acordo com dados fornecidos por inquérito pelas instituições e tratamento nos serviços, têm uma representatividade aproximada de 2,5% no ano letivo 2010/2011, e de 4%, no ano letivo 2011/2012 (Ver Figura 54).

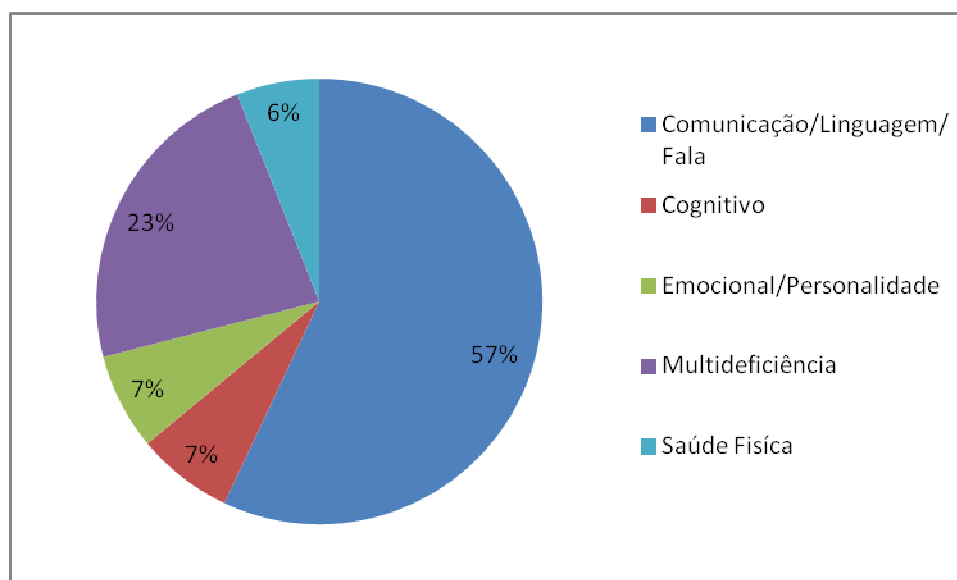
Figura 54. Evolução do número de crianças com PLNM

Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito.

No que se refere a crianças com NEE, também se verifica um aumento do seu número entre o ano letivo 2010/2011 e o ano letivo 2011/2012, conforme Figura 55.

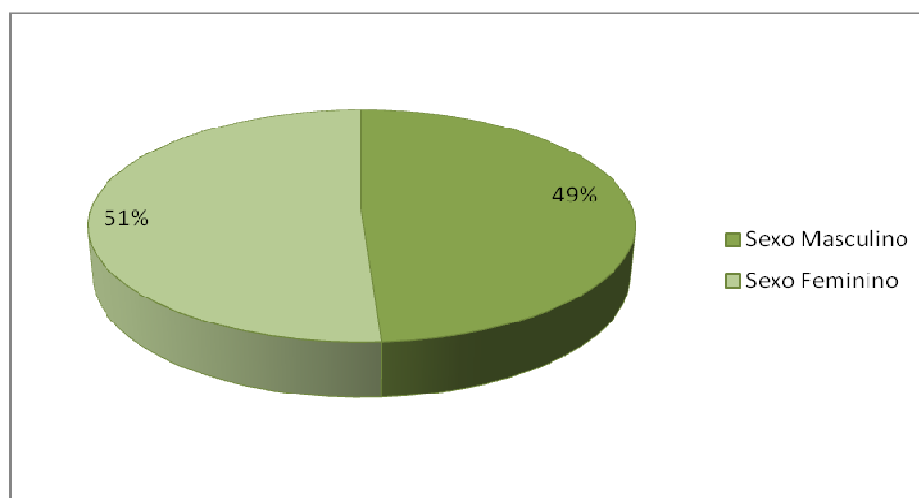
Figura 55. Evolução do número de crianças com NEE

Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito.

Figura 56. Distribuição das crianças com NEE por tipologia

Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito.

No que se refere à distribuição das crianças por tipologia de NEE, verificamos que mais de metade apresentam problemas de comunicação/linguagem/fala, seguido por crianças com problemas de multideficiência, e depois distribuídos de forma mais ou menos equitativa, aparecem as dificuldades de nível cognitivo, emocional/personalidade, e saúde física.

Figura 57. Distribuição das crianças por sexo (2011/2012)

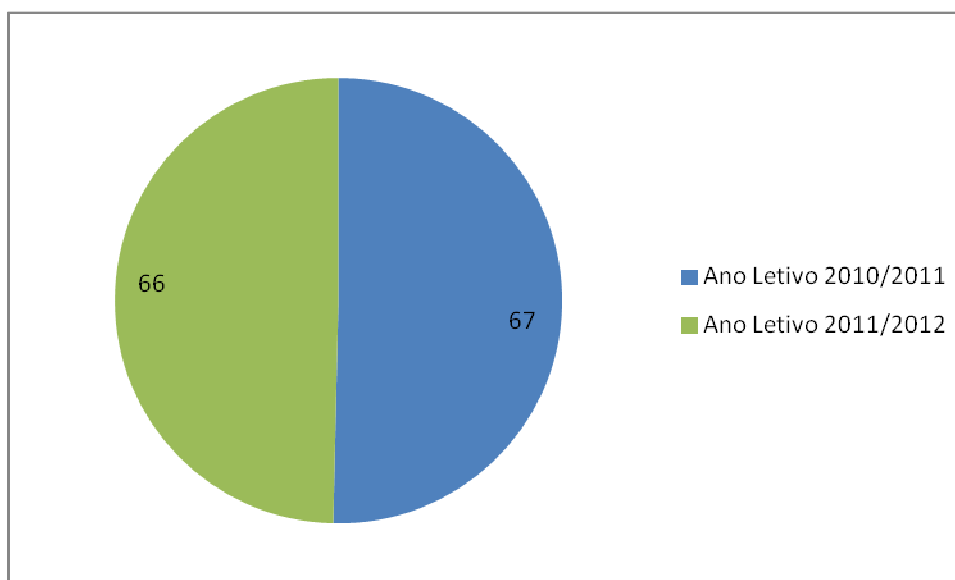
Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

Quando nos debruçamos sobre a distribuição das crianças por sexo, verificamos que a percentagem de crianças do sexo feminino é superior às do sexo masculino.

2.2.2.2. Professores

No ano letivo transato (2011/2012) lecionavam nas IPSS e outras instituições sem fins lucrativos com atividade na área da educação (valência de pré-escolar), 66 professores (entre educadores de infância e outros docentes).

Figura 58. Evolução do número de professores nas IPSS e outras Instituições



Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

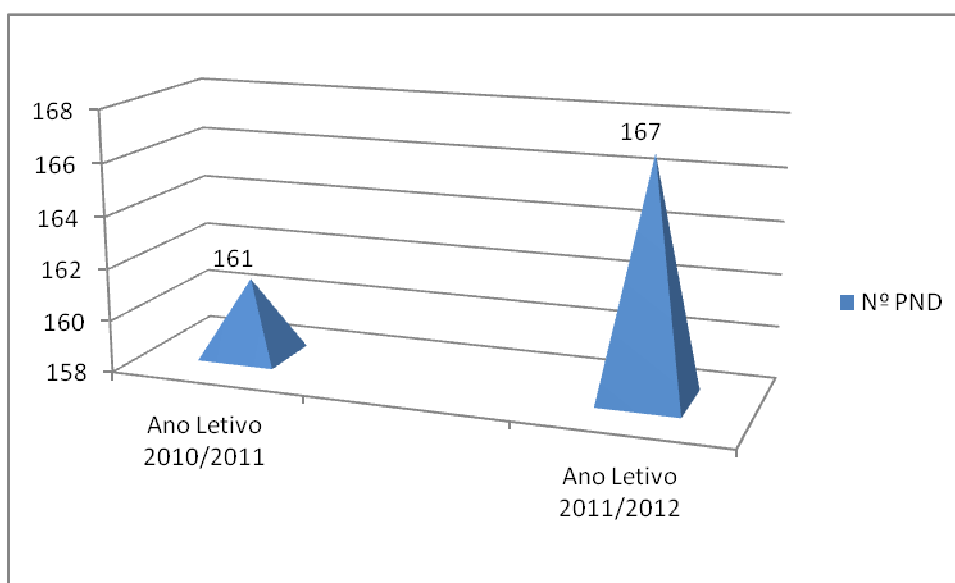
Se analisarmos a evolução do número de professores neste tipo de estabelecimento de educação, nos 2 últimos anos letivos, verificamos que a situação se apresenta bastante estável, diminuindo apenas 1 professor, de um ano para o outro.

2.2.2.3. Pessoal Não Docente

O número de elementos de pessoal não docente que exerciam funções nestes estabelecimentos de educação, no ano letivo 2011/2012, era de 167 profissionais.

Contrariando a tendência decrescente a nível do pessoal a trabalhar nos estabelecimentos de educação e ensino ligados à educação, verifica-se um ligeiro crescimento no número de profissionais não docentes a exercer funções nestas instituições, entre o ano letivo 2010/2011 e o ano letivo 2011/2012, conforme Figura 59.

Figura 59. Evolução do número de PND, nas IPSS e outras Instituições

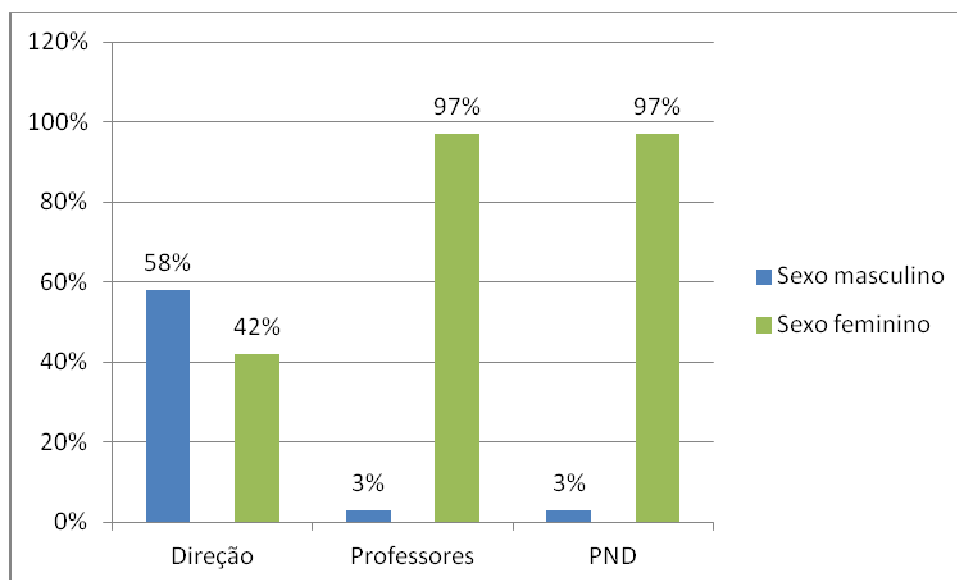


Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

2.2.2.4. Distribuição dos Recursos Humanos, por Sexo

Nas instituições particulares de solidariedade social e outras instituições sem fins lucrativos que desenvolvem atividade na área da educação no concelho, a percentagem de profissionais do sexo feminino excede em muito a percentagem de profissionais do sexo masculino, com exceção dos elementos de direção.

Figura 60. Figura 2.2.2.4.1. Distribuição de professores, PND, e elementos de direção, por sexo



Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

Como se pode ver pela Figura 60, a percentagem de professores/educadores e de pessoal não docente do sexo masculino, é praticamente residual relativamente à totalidade dos profissionais que trabalham nestes estabelecimentos. Como já referido anteriormente, excetuam-se desta tendência, os elementos que exercem funções de direção, em que os elementos do sexo masculino atingem praticamente 60% da totalidade destes elementos.

3 - Evolução da Rede Educativa

3.1. Oferta/Procura - Rede Publica

3.1.1. Educação Pré-Escolar

A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro, e pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto) integra a educação pré-escolar no sistema educativo formal, e a Lei-quadro da Educação Pré – Escolar (Lei nº 5/97, de 10 de Fevereiro) veio defini-la como a primeira etapa da educação básica, sendo complementar da educação educativa da família, com a qual deve estabelecer estreita colaboração, num percurso de aprendizagem ao longo da vida, com vista a um desenvolvimento global e equilibrado da criança.

De acordo com este quadro legislativo, este nível de educação, destina-se a crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico, sendo a sua frequência facultativa, competindo porém ao Estado assegurar a existência de uma rede a nível nacional que contribua para a sua universalização.

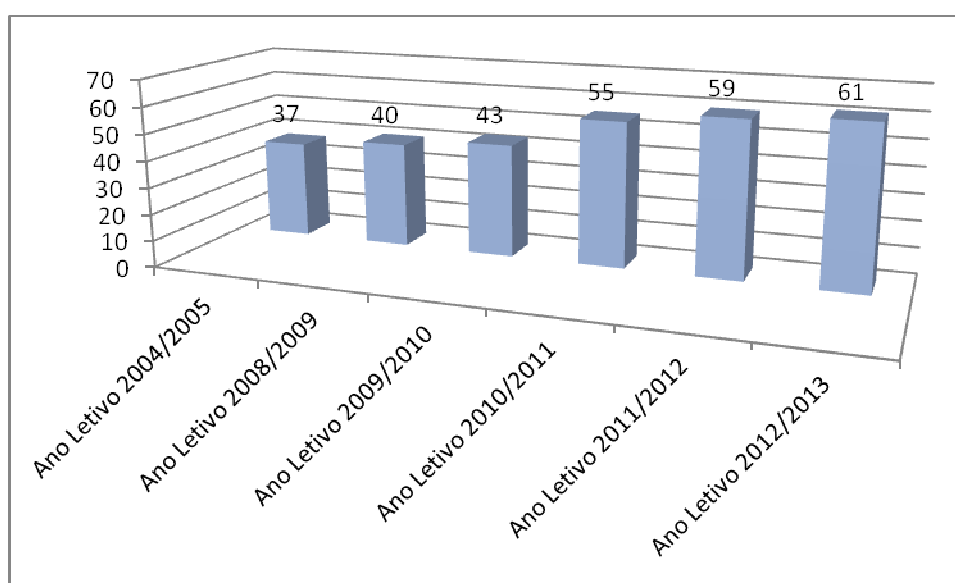
O desenvolvimento da educação pré-escolar, materializa-se na criação de uma rede alargada que integra a rede pública, constituída a partir da iniciativa da administração central e local, e uma rede privada desenvolvida a partir da iniciativa das instituições particulares de solidariedade social, dos estabelecimentos de educação e ensino de natureza particular e/ou cooperativa, e de outras instituições sem fins lucrativos que desenvolvam a sua atividade na área da educação (Decreto-Lei nº 147/97, de 11 de junho).

Com a publicação da Lei nº85/2009, de 27 de Agosto, consagra-se a universalização da educação pré-escolar para crianças a partir do ano em que atinjam os 5 anos, implicando para o Estado o dever de garantir a existência de uma rede de educação pré-escolar que permita a inscrição de todas as crianças por ela abrangidas, e o de assegurar que essa frequência se efetue em regime de gratuitidade da componente educativa.

Investir na educação pré-escolar, quer para a prevenção do insucesso escolar e da exclusão social, quer para a aquisição das bases necessárias para a prossecução da aprendizagem e

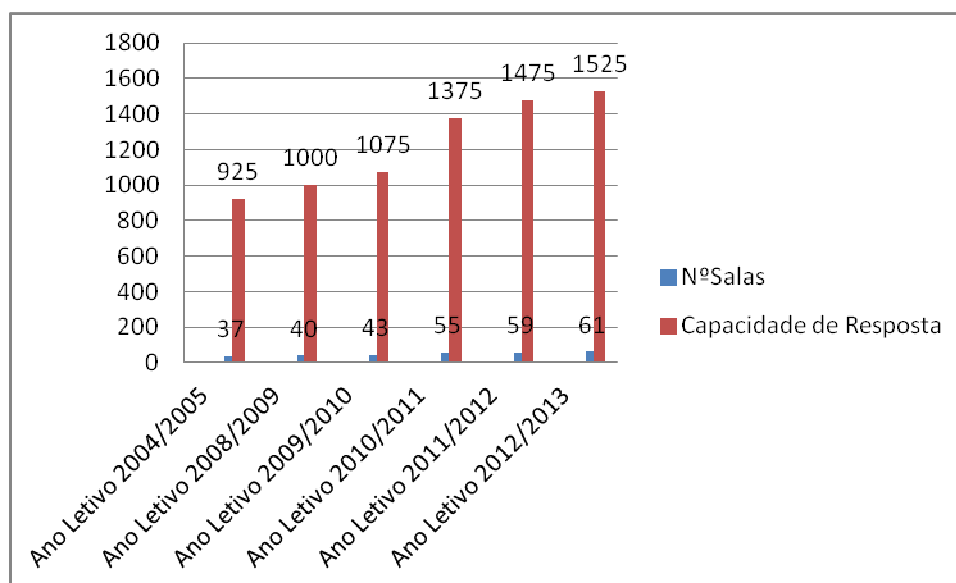
para uma boa integração no sistema escolar durante o ensino básico e secundário, justifica o esforço desenvolvido pelo Município, no alargamento e qualificação da rede de pré-escolar no concelho, uma vez que estão por demais estabelecidas correlações pela generalidade dos sistemas educativos europeus, entre a frequência da educação pré-escolar e os resultados escolares subsequentes (Schweinhart e Weikart, cit. In Castilho, 1999).

Figura 61. Evolução da oferta de salas de pré – escolar



Fonte: Dados CMO/DPISE

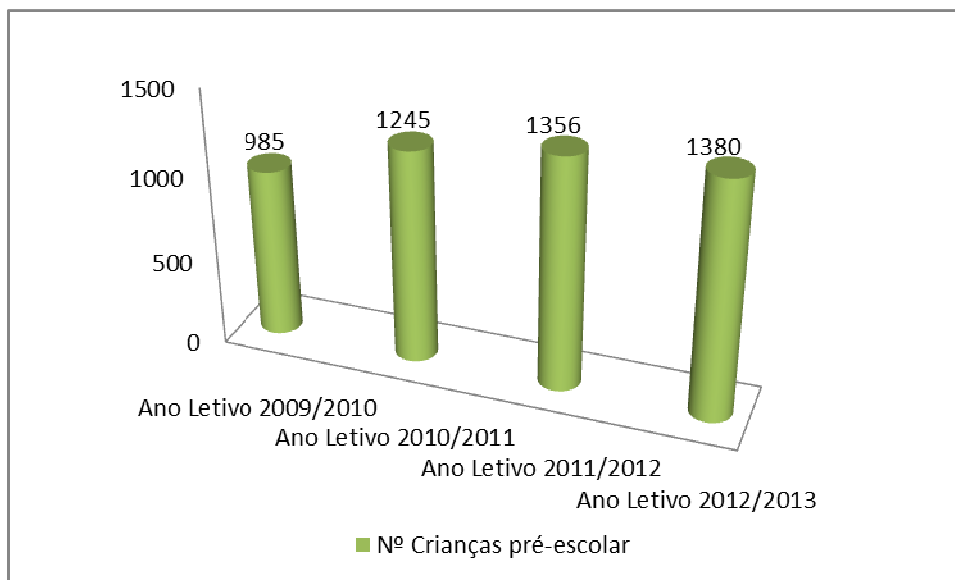
Quando analisamos a evolução da oferta de salas de pré-escolar da rede pública no concelho, verifica-se um aumento significativo desta resposta nos últimos anos, quer fruto de novas construções de equipamentos escolares com a integração da valência de pré-escolar (EB1/JI de Famões, EB1/JI Porto Pinheiro, EB1/JI Casal dos Apréstimos, EB1/JI Eça de Queirós), quer por via da ampliação de escolas do 1º ciclo onde se integraram respostas sociais e aumento da oferta de pré-escolar e 1º ciclo (EB1/JI nº 7 de Odivelas, EB1/JI Olival Basto; EB1/JI Vale Grande), quer ainda, por via da reconversão de salas do 1º ciclo em salas de pré-escolar em escolas que viram diminuir a sua população escolar em resultado da construção de novos edifícios na mesma freguesia (1 sala na EB1 da Quinta das Dálías, na freguesia de Famões; reconversão das 2 salas de atividade da EB1 da Azenha, na freguesia da Ramada, entre outras).

Figura 62. Evolução da capacidade de resposta das salas de pré – escolar

Se fizermos uma análise diacrónica sobre a evolução da oferta de pré-escolar da rede pública desde o ano letivo que serviu como referência na utilização de dados para a elaboração da Carta Educativa de Odivelas (Ano Letivo 2004/2005) até ao presente, concluímos que a oferta aumentou significativamente em praticamente todos os anos letivos, passando de 37 salas no ano letivo 2004/2005 (com uma capacidade de resposta para 925 crianças), para 61 salas no ano letivo 2012/2013 (com uma capacidade de resposta para 1525 crianças), considerando o máximo de 25 crianças por sala, conforme legislação em vigor.

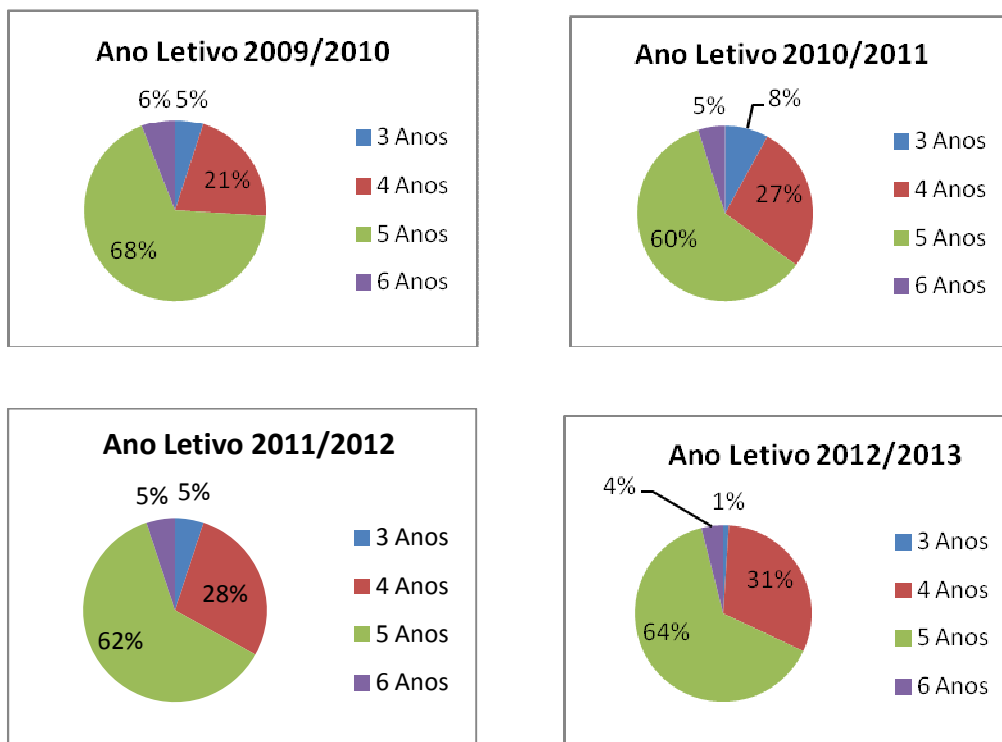
Neste período temporal, a oferta evoluiu mais ou menos de mais 3 salas de atividade por cada novo ano letivo, com exceção dos anos letivos 2005/2006, 2006/2007 e 2007/2008, em que não houve aumento do número de salas, e o ano letivo 2010/2011 em que o aumento foi mais significativo (mais 12 salas novas que entraram na rede educativa).

Da totalidade de salas de jardim-de-infância que estão a funcionar em 2012/2013 (61), apenas 12 salas funcionam em edifícios isolados, só com a componente de pré-escolar, sendo que as restantes 49, funcionam de forma integrada, com a resposta do 1º ciclo do ensino básico.

Figura 63. Evolução do número de crianças a frequentar o pré-escolar

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escola, via inquérito

No que se refere ao número de crianças que frequentam os jardins-de-infância da rede pública, e fazendo uma análise mais exaustiva da evolução da situação desde o ano letivo 2009/2010 até ao presente, verifica-se que apesar de ter aumentado a procura proporcionalmente à abertura de novas salas de atividade, o número de alunos que frequentam os estabelecimentos de educação é sempre inferior à capacidade de resposta das salas disponíveis, por via da redução de algumas turmas de 25 crianças para um mínimo de 20 crianças, pelo facto de integrarem crianças com NEE (Necessidades Educativas Especiais), ao abrigo do artigo 19 do Decreto – Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, com as alterações introduzidas por apreciação parlamentar pela Lei nº 21/2008, de 12 de maio.

Figura 64. Evolução de crianças a frequentar o pré-escolar por idades e por ano letivo

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escola, via inquérito

No ano letivo 2009/2010 estavam a frequentar os estabelecimentos de educação pré-escolar 985 crianças, sendo que 68% destas tinham 5 anos de idade, e apenas 5%, 3 anos de idade; no ano letivo 2010/2011 frequentavam um total de 1245 crianças, tendo 60% delas 5 anos e 8 %, 3 anos; no ano letivo 2011/2012 já eram 1356 crianças a frequentar, tendo 63 %, 5 anos, e 5 %, 3 anos de idade; no ano letivo 2012/2013, frequentam um total de 1380 crianças, tendo 64% delas 5 anos de idade, e apenas 1%, 3 anos de idade.

Nesta abordagem evolutiva pelas idades dos alunos que frequentavam o pré-escolar, deverá referir-se, que a percentagem de alunos com 5 anos é a mais expressiva, havendo ainda a considerar, uma média de 5% de alunos em cada ano letivo que tinham mais de 5 anos no momento da recolha dos dados junto dos agrupamentos de escola (alunos que completaram os 6 anos de idade depois de 16 de setembro do ano letivo em curso, e cujos encarregados de educação não solicitaram a título excecional a sua entrada antecipada no 1º ano do 1º ciclo do ensino básico, ou crianças que já completaram os 6 anos de idade pós 31 de dezembro).

Esta maior percentagem de alunos com 5 ou mais anos de idade integrados nos estabelecimentos do pré-escolar, reflete o critério de acesso definido no Despacho de Matrículas que se tem mantido sem alterações significativas neste âmbito, que apresenta como primeira prioridade de inscrição/frequência nos jardins – de- infância, as crianças que completem 5 anos de idade até 31 de Dezembro, tendo em vista o início de um percurso integrado na escolaridade básica obrigatória, seguindo-se as crianças com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Aqui é de referir ainda, a diminuta percentagem de alunos de 3 anos que conseguem aceder ao pré-escolar da rede pública, destacando-se o ano letivo 2010/2011, em que a percentagem de frequência de crianças de 3 anos é mais significativa (8%), correspondendo ao ano letivo em que entrou um maior número de salas de atividade em funcionamento.

3.1.2. Ensino Básico

O ensino básico compreende o 1º ciclo constituído por 4 anos de escolaridade (1º, 2º, 3º, e 4º), o 2º ciclo, com 2 anos de escolaridade (5º e 6º), e o 3º ciclo, com 3 anos de escolaridade (7º, 8º e 9º).

3.1.2.1. Primeiro Ciclo do Ensino Básico (1º CEB)

O 1º ciclo do ensino básico é constituído no concelho de Odivelas, no presente ano letivo (2012/2013), por 30 estabelecimentos de ensino, sendo que destes, 19 tem salas de pré-escolar integradas no mesmo edifício, tendo a tipificação de EB1/JI, e 11 lecionam apenas o 1º ciclo do ensino básico, sendo tipificadas como escolas EB1.

A rede educativa não é estática, havendo necessidade de adequar a oferta de novas salas de aula aos normativos da política educativa nacional e às alterações que decorrem da procura de novos públicos, implicando por isso, um processo de ajustamento permanente.

Se partirmos dos dados de referência do ano letivo 2004/2005 até ao presente, concluímos que apesar de o número de escolas do 1º ciclo totalizar 30 edifícios, quer em 2004/2005, quer no presente ano letivo (2012/2013), verificou-se neste período temporal, um aumento de novas salas do 1º ciclo que entraram na rede, e uma desativação de salas que reuniam poucas condições de funcionamento em termos físicos e funcionais, o que permitiu aumentar a

quantidade e a qualidade da rede escolar, tendo por indicadores o conforto, a segurança e a funcionalidade.

Tabela 18. Novas salas de 1º CEB que entraram na Rede Escolar

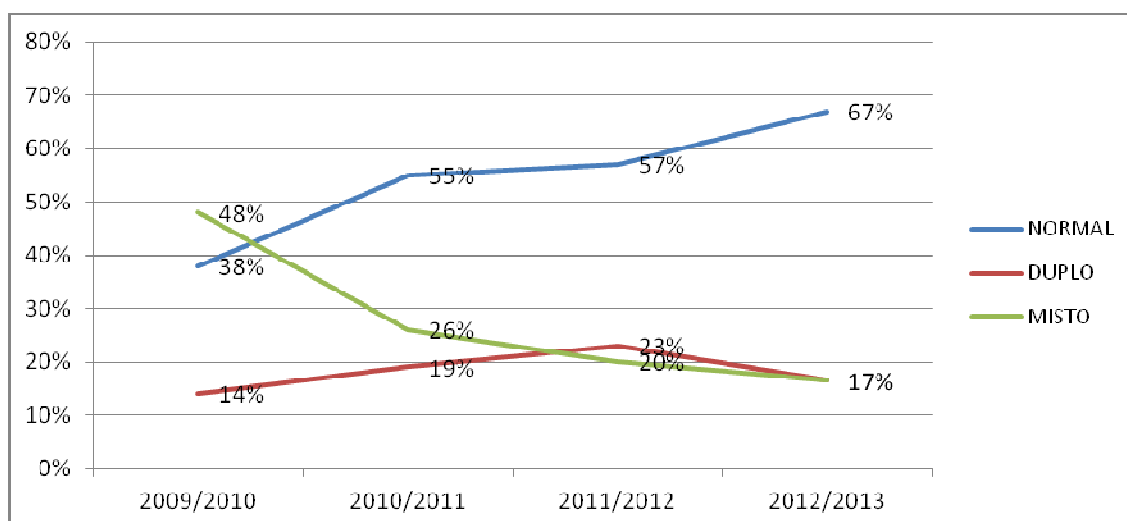
Agrupamentos/Escolas	Nº de Salas Novas	Entrada em Funcionamento (Ano Letivo)	Observações
Agrupamento sudoeste Odivelas	8		
EB1/JI de Famões	8	Ano Letivo 2008/2009	Foi desativada a EB1 nº 3 Famões (2 Salas)
Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião	4		
EB1/JI Barbosa du Bocage	4	Ano Letivo 2009/2010	Ampliação da escola existente, tendo permitido também, a desativação da EB1/JI Chafariz D'El Rei que funcionava num pré-fabricado pesado, sem muitas condições.
Agrupamento de Escolas Moinhos Arroja	16		
EB1/JI nº 7 de Odivelas	4	Ano Letivo 2009/2010	Ampliação do edifício existente.
EB1/JI Porto Pinheiro	12	Ano Letivo 2010/2011	Construção de raiz
Agrupamento de Escolas Vasco Santana	16		
EB1/JI Eça de Queirós	4	Ano Letivo 2010/2011	Foram desativadas 2 salas de pré-fabricados existentes.
EB1/JI Apréstimos	12	Ano Letivo 2010/2011	Construção de raiz.
Nº Total de salas novas na rede:	44		

Fonte: CMO/DEPSE

Com a entrada em funcionamento de novas salas de aulas do 1º ciclo neste período temporal, o que permitiu não só criar melhores condições de funcionamento em algumas das escolas que foram ampliadas e a desativação de escolas que funcionavam em edifícios pré-fabricados provisórios com poucas condições de ensino/aprendizagem (EB1 nº 3 Famões/Bairro do Trigache e EB1/JI Chafariz D'el Rei/Póvoa de Santo Adrião), veio também permitir que o número de escolas a funcionar em regime normal aumentasse significativamente nos últimos anos (com horário da componente letiva das 9 às 15 horas, com 1 hora de intervalo para almoço).

Esta situação veio permitir que fosse cumprido aquilo que a legislação em vigor determina para o 1º ciclo do ensino básico, uma vez que só é permitido o horário duplo, nas seguintes condições: *“excecionalmente, sempre que as instalações não permitam o funcionamento em regime normal, as atividades do 1º ciclo do ensino básico poderão ser organizadas em regime duplo, com um turno de manhã e outro de tarde”* (in Despacho nº5106-A/2012, de 12 de Abril, e outros Despachos que o precederam no âmbito das normas relacionadas com as matrículas, e distribuição dos alunos por escolas).

Figura 65. Evolução dos Regimes de Funcionamento das escolas do 1º ciclo, por ano letivo



Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas.

Pela leitura da Figura 65 verifica-se que o número de escolas a funcionar em regime normal tem vindo a aumentar progressivamente, tendo passado de 38% das escolas no ano letivo 2009/2010, para 55% e 57% nos 2 anos letivos subsequentes, e para 67% no presente ano letivo.

O número de escolas em regime duplo iniciou o seu decréscimo a partir do ano letivo 2011/2012, tendo diminuído significativamente o número de escolas a funcionar em regime misto (escolas com turmas a funcionar em regime normal e turmas a funcionar em regime duplo - manhã e tarde), o que em termos de gestão funcional, veio melhorar bastante o dia-a-dia das escolas, uma vez que os recursos necessários para dar resposta a escolas que praticam um único horário é bastante diferente do que é necessário para dar resposta a 3 horários diferentes - normal, duplo da manhã e duplo da tarde (quer a nível da afetação do pessoal não

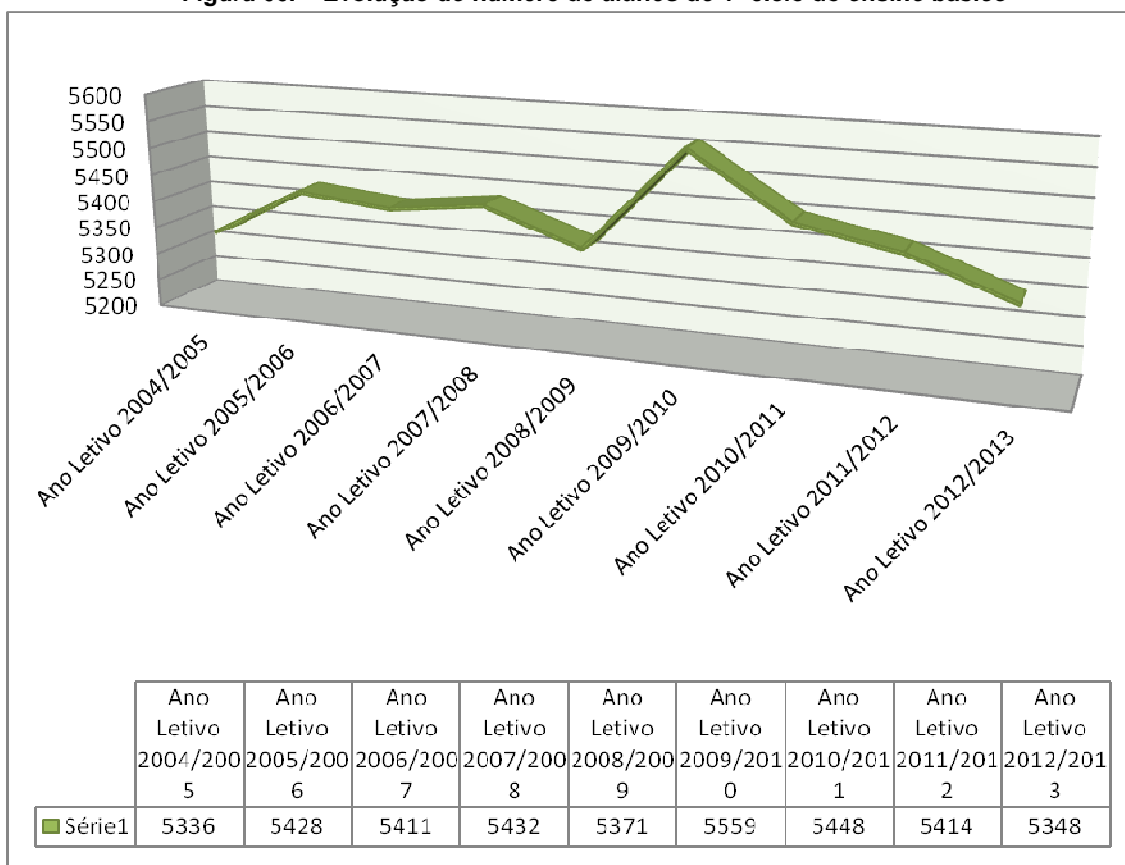
docente às diferentes tarefas, quer na organização do serviço de refeições e atividades de enriquecimento curricular).

No que se refere à evolução do número de alunos que se inscreveu/frequentou as escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública, no período temporal compreendido entre o Ano Letivo 2004/2005 e o presente, concluímos que o número de alunos vai variando de ano para ano, mas nunca apresentando, para mais ou para menos, uma oscilação superior a 100 crianças /ano, sendo exceção o ano letivo 2009/2010, em que se verificou um aumento no sistema referente ao ano letivo anterior, de mais 188 alunos.

Esta situação poderá estar ligada à entrada de novos moradores no concelho, transferência do ensino privado para o público por questões de natureza socioeconómica, entre outros motivos não demonstrados nas evidências.

A partir desse ano letivo, verifica-se uma ligeira diminuição de ano para ano, sendo o maior decréscimo entre o ano letivo 2009/2010 e o ano letivo 2010/2011 (menos 111 alunos inscritos).

Figura 66. Evolução do número de alunos do 1º ciclo do ensino básico



Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Se fizermos uma análise mais fina do aumento do número de alunos entre os 2 anos letivos anteriormente identificados, concluímos que o aumento se centrou de forma mais significativa em escolas localizadas no centro da cidade de Odivelas ou em zonas de passagem (EB1/JI D. Dinis integrada no Agrupamento de Escolas Avelar Brotero; EB1 Rainha Santa e EB1/JI Maria Lamas integradas no agrupamento de Escolas D. Dinis), mas também a nova escola EB1/JI de Famões que entrou na rede precisamente no ano letivo 2008/2009, e que para além de ter salas de pré-escolar integradas, ofereceu desde logo, condições organizativas para oferecerem a componente de apoio à família (prolongamento de horário).

Como se pode verificar na Tabela 19, apesar de no total do Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião se ter verificado um aumento do número de alunos neste período, tal não está diretamente relacionado com um eventual aumento do número de alunos nas escolas deste Agrupamento, mas sobretudo, com a transferência da escola EB1/JI do Olival Basto em termos de gestão organizacional e funcional do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero para este agrupamento, a partir do ano letivo 2009/2010.

As ligeiras oscilações que se verificam na generalidade das escolas do concelho, ainda que pouco expressivas, poderão resultar muito mais das movimentações demográficas que ocorrem por via de mudanças de residência ou do fluxo diário da população relativamente ao emprego, de mais ou menos alunos retidos no 4º ano de escolaridade por escola, abertura de novas salas de aula em alguns dos agrupamentos, do que do aumento populacional na zona de influência dessas escolas.

Tabela 19. Evolução do número de alunos a frequentar as escolas do 1ºCEB

Estabelecimento de Ensino	Ano Letivo 2008/2009	Ano Letivo 2009/2010	Ano Letivo 2010/2011	Ano Letivo 2011/2012	Ano Letivo 2012/2013
	Nº Alunos	Nº Alunos	Nº Alunos	Nº Alunos	Nº Alunos
Escola EB1/JI Quinta das Dálias	49	68	69	49	42
EB1/JI Veiga Ferreira	128	136	133	151	154
EB1/JI Famões	138	155	155	156	161
Escola EB1 Sophia de Mello Breyner Andresen	80	85	82	65	68
Total AE A Sudoeste de Odivelas	395	444	439	421	425
Escola EB1 António Maria Bravo	211	214	186	182	160
Escola EB1/JI D. Dinis	326	345	314	285	298
Escola EB1 Bernardim Ribeiro	178	191	184	155	142
Escola EB1/JI Olival Basto	211				
Escola EB1 Maria Máxima Vaz	291	288	252	252	241

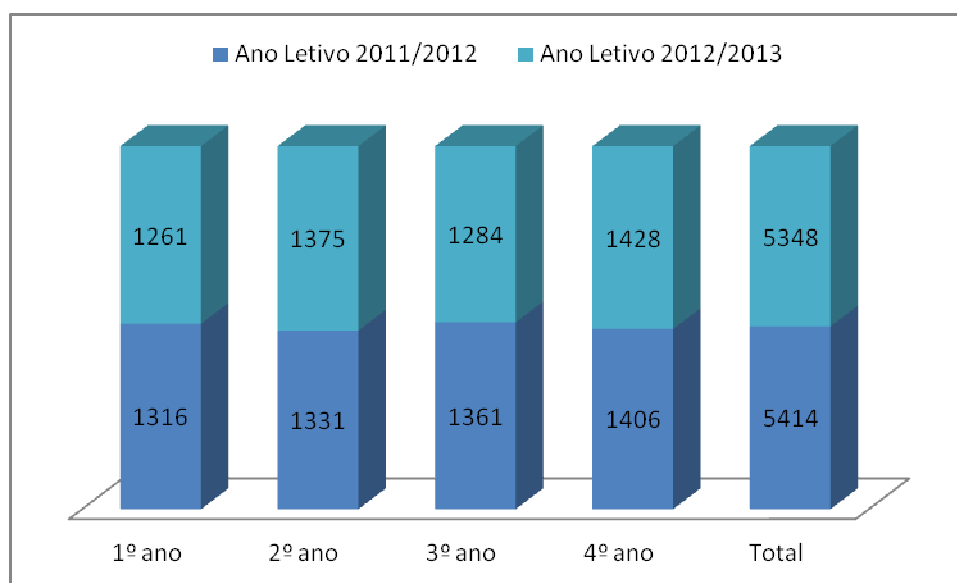
Total AE Avelar Brotero	1217	1038	936	874	841
Escola EB1 Francisco Vieira Caldas	211	214	213	191	169
Escola EB1/JI Artur Alves Cardoso	137	134	136	128	139
Escola EB1/JI Cesário Verde	173	181	175	184	157
Total AE de Caneças	521	529	524	503	465
Escola EB1/JI Maria Lamas	266	303	309	297	296
Escola EB1 Rainha Santa	237	278	297	291	261
Total AE D. Dinis	503	581	606	588	557
Escola EB1/JI Manuel Coco	407	396	238	260	310
Escola EB1/JI Porto Pinheiro			183	261	274
Total AE Moinhos Arroja	407	396	421	521	584
Escola EB1/JI Casal da Serra	168	169	168	155	167
Escola EB1/JI Quinta Condessa	231	217	202	212	223
Escola EB1 Dr. Mário Madeira	158	157	166	133	122
Escola EB1 Mello Falcão	201	229	216	196	186
Escola EB1/JI Quinta da Paiã	191	197	192	184	155
Escola EB1 Serra da Luz	94	91	84	78	88
Escola EB1/JI Vale Grande	94	93	94	96	91
Total AE da Pontinha	1139	1153	1122	1054	1032
Escola EB1/JI Quinta de S. José	209	207	192	204	226
Escola EB1/JI Barbosa du Bocage	134	292	286	290	249
Escola EB1/JI Chafariz D'El Rei	130				
Escola EB1/JI do Olival Basto	(*)	194	175	179	160
Total AE da Póvoa Santo Adrião	473	693	653	673	635
Escola EB1 Prof. Maria Costa	139	112	102	107	96
Escola EB1 da Amoreira	280	307	171	180	189
Escola EB1/JI João Villaret	225	226	139	174	177
Escola EB1/JI Eça de Queirós	30	38	38	40	73
Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos			257	279	274
EB1 da Azenha	42	42	40		
Total AE Vasco Santana	716	725	747	781	809
Total Alunos 1º Ciclo:	5371	5559	5448	5414	5348

Fonte: Dados recolhidos junto dos Agrupamentos de Escolas, via inquérito

Se fizermos uma abordagem à evolução do número de alunos no 1º ciclo no conjunto dos agrupamentos de escolas nos 2 últimos anos letivos, verificámos que as oscilações entre o número total de alunos do 1º ciclo a frequentar as escolas da rede pública não são significativas, verificando-se uma ligeira descida no seu global, o mesmo se passando com a

entrada de novos alunos no 1º ano de escolaridade, que acompanha a tendência de descida, conforme se pode verificar pela Figura 67.

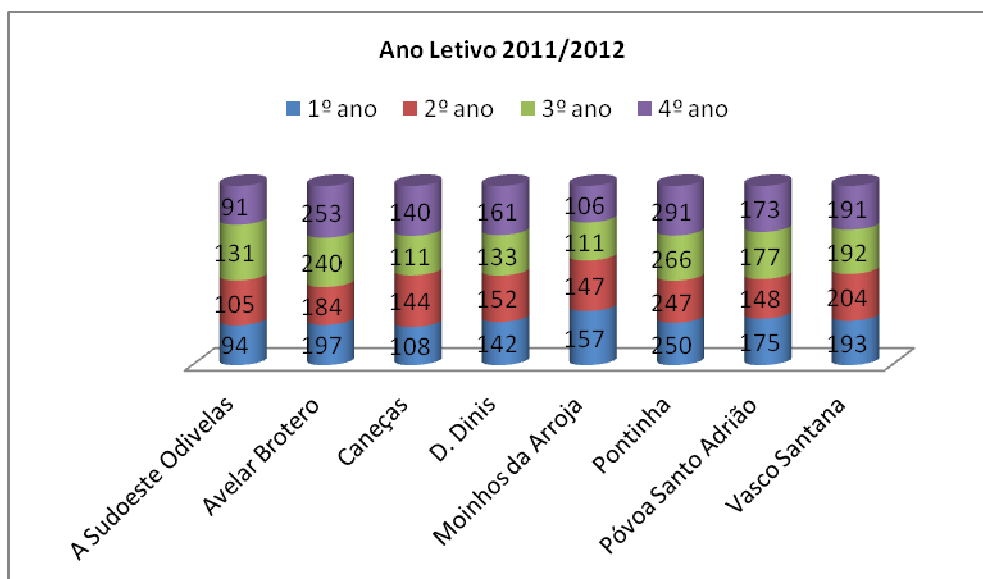
Figura 67. Evolução do número de alunos do 1º CEB, por ano de escolaridade



Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

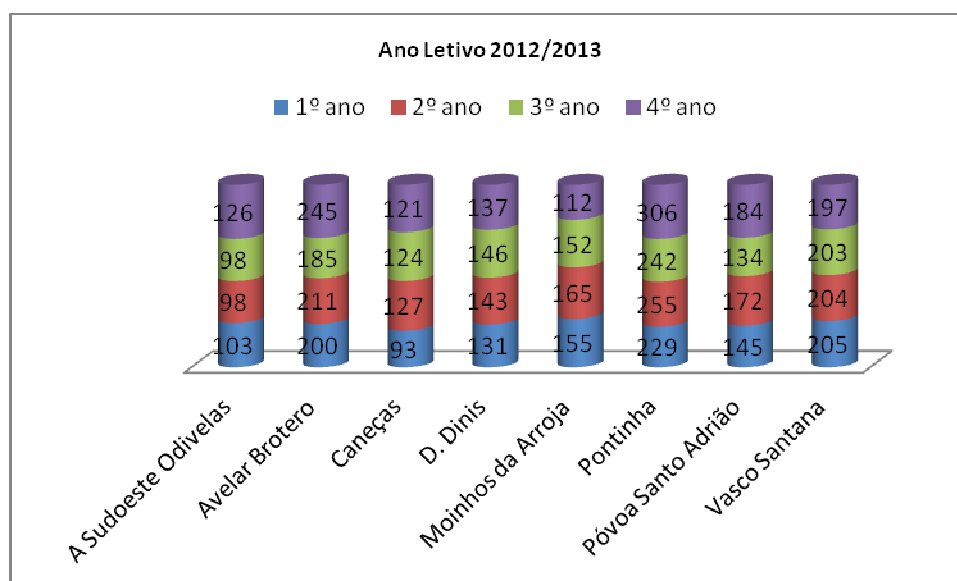
Fazemos agora uma abordagem, ainda que breve, à evolução do número de alunos em cada um dos agrupamentos de escolas a nível geral, e por ano de escolaridade, nos 2 últimos anos letivos, conforme Figura 68 e Figura 69.

Figura 68. Evolução do número de alunos do 1º ciclo, por ano de escolaridade, e por AE (2011/2012)



Fonte: Dados recolhidos junto dos Agrupamentos de Escolas, via inquérito

Figura 69. Evolução do número de alunos do 1º ciclo, por ano de escolaridade, e por AE (2012/2013)



Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

- *Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas* – Verifica-se uma ligeira descida do número de alunos no global do agrupamento, desde o ano letivo 2009/2010 até 2011/2012, subindo depois ligeiramente de 2011/2012 para 2012/2013; no presente ano letivo, verifica-se um aumento na entrada de novos alunos no 1º ano de escolaridade;

- *Agrupamento de Escolas Avelar Brotero* – Tendência geral sempre a descer, de ano para ano, no global do agrupamento, com uma tendência muito ténue de subida no 1º ano de escolaridade nos 2 últimos anos letivos (2011/2012 e 2012/2013);

- *Agrupamento de Escolas de Caneças* – Tendência geral de descida do número de alunos de ano para ano, a partir do ano letivo 2009/2010;

- *Agrupamento de Escolas D. Dinis* – Trata-se de um agrupamento de escolas que apresenta oscilações no período em análise; subida no total de alunos de 2009/2010 para 2010/2011, e descida de ano para ano no global dos alunos, a partir deste ano;

- *Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja* – Agrupamento que apresenta uma tendência de aumento global de alunos de ano para ano no período em análise; esse aumento do número de alunos verifica-se também no 1º ano de escolaridade. A abertura de uma nova escola integrada (com resposta de pré-escolar, 1º ciclo, 2º e 3º ciclos, e com equipamentos sociais de apoio diversos) poderá ter contribuído para este aumento gradual da procura neste agrupamento, podendo também estar relacionado com a fixação de novos residentes na nova urbanização de Porto Pinheiro;

- *Agrupamento de Escolas da Pontinha* – Trata-se de um agrupamento de escolas que apresenta oscilações no período em análise, com descida no total do número de alunos durante 4 anos letivos consecutivos; descida em novas entradas no 1º ano de escolaridade entre o ano letivo 2011/2012 e 2012/2013;

- *Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião* – Trata-se de um agrupamento de escolas em que se verifica uma similitude entre a tendência de aumento/diminuição do número de alunos no global do 1º ciclo e as entradas no 1º ano de escolaridade; verifica-se uma descida de 2009/2010 para 2010/2011, depois verifica-se novamente uma subida no ano letivo seguinte, voltando a entrar em curva descendente no presente ano letivo;

Agrupamento de Escolas Vasco Santana – Trata-se de um agrupamento de escolas que apresenta uma tendência de aumento global de alunos de ano para ano no período em análise; esse aumento do número de alunos, também se verifica em novas entradas no 1º ano de escolaridade. A abertura de 2 novas escolas (com resposta de pré-escolar e 1º ciclo, e com

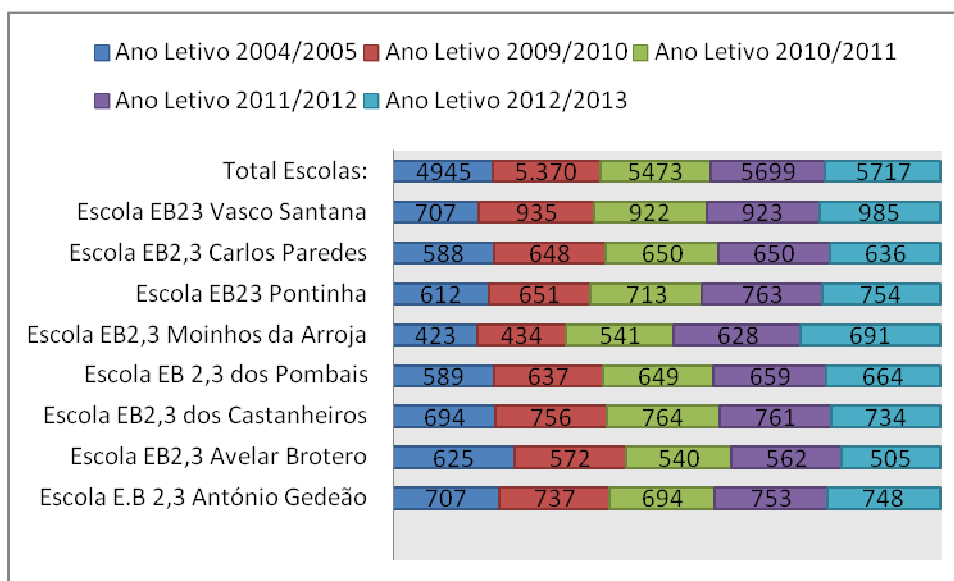
equipamentos sociais de apoio diversos) poderá ter contribuído para este aumento gradual a nível da procura neste agrupamento de escolas, atraindo novos públicos que anteriormente estavam inscritos em estabelecimentos de educação e ensino da rede particular e/ou solidária.

3.1.2.2. Segundo e Terceiro Ciclos do Ensino Básico (2º/3ºCEB)

Existem no concelho de Odivelas 8 escolas que lecionam os 2º e 3º ciclos do ensino básico, as quais constituem a sede de outros tantos agrupamentos verticais de escola. O 3º ciclo é ainda lecionado na totalidade das 5 escolas secundárias, sendo alvo de uma análise individual.

A substituição recente da escola E.B. 2,3 Isabel de Portugal pela E. B. 2,3 Moinhos da Arroja (entrada em funcionamento no ano letivo 2010/2011), com uma maior capacidade de oferta e muito melhores condições em termos da quantidade e qualidade dos espaços sociais de apoio (referir só como exemplo o pavilhão gimnodesportivo e o centro de recursos/biblioteca), assim como as obras de requalificação/remodelação da escola E.B. 2,3 da Pontinha com efeitos na rede a partir do mesmo ano letivo, vieram permitir uma melhor cobertura a nível concelhio ao nível da resposta dos 2º e 3º ciclos, disponibilizando mais e melhores recursos físicos e materiais à comunidade escolar.

Figura 70. Evolução número alunos por ano letivo e por escola



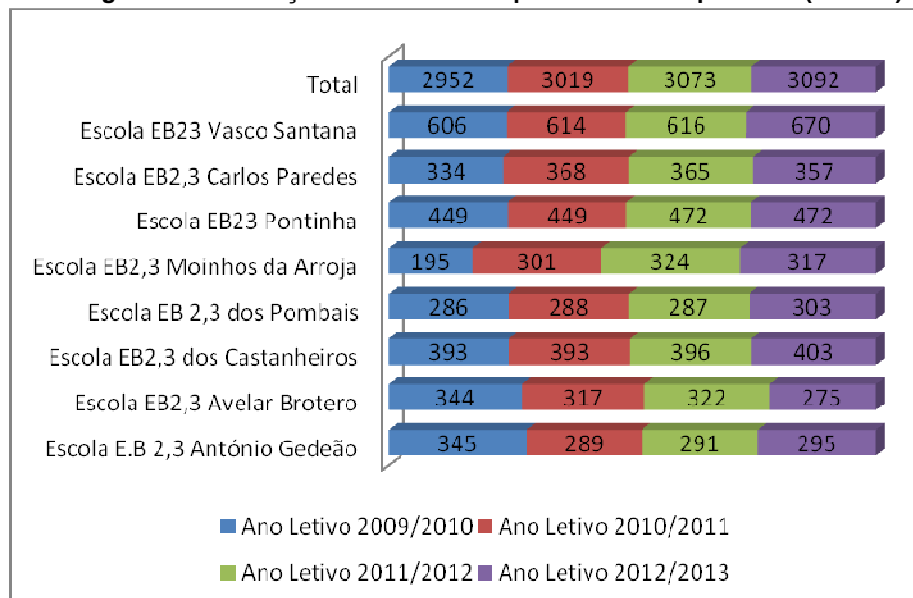
Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Ao fazermos uma breve análise à evolução do número de alunos por escola, e por ano letivo, partindo do ano de referência dos dados utilizados aquando da elaboração da Carta Educativa (Ano Letivo 2004/2005), e cruzando-os com os últimos 4 anos letivos, verificamos uma tendência crescente no total do número de alunos das 8 escolas que lecionam o 2º e 3º ciclos.

Ao fazermos uma análise mais fina, de forma isolada, escola a escola, encontramos escolas em que esse crescimento é acentuado (EB 2,3 Moinhos da Arroja e EB 2, 3 Vasco Santana), escolas em que até se verificaram ligeiros decréscimos (EB 2,3 Avelar Brotero), escolas que vão tendo uma tendência de evolução crescente, ainda que não seja significativa (EB 2,3 dos Pombais), e escolas em que se verificam oscilações de ano para ano, ora subindo ora descendo (EB 2, 3 António Gedeão, EB 2, 3 dos Castanheiros, EB 2,3 da Pontinha, EB 2,3 Carlos Paredes).

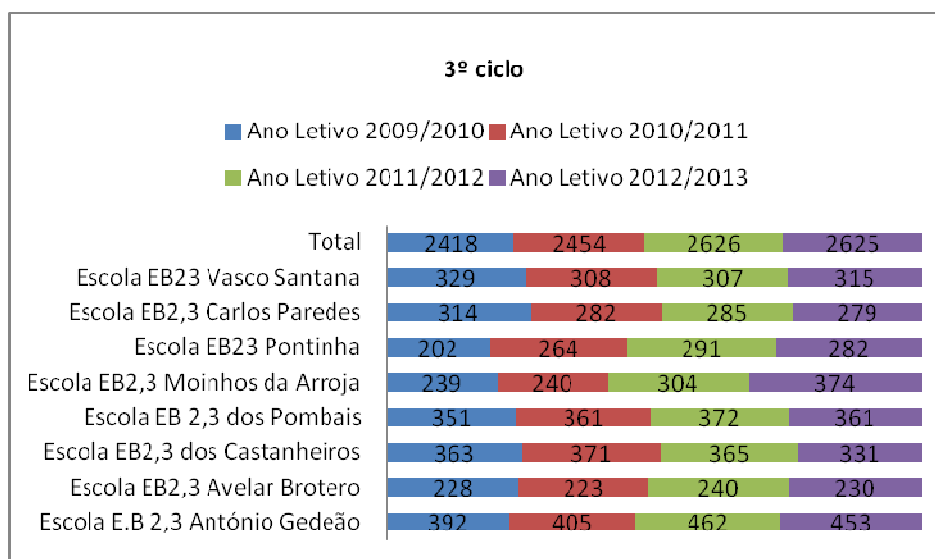
Se tivermos em conta o total de alunos nestas 8 escolas, verificamos que o ano letivo 2009/2010 tem um crescimento mais evidente (à semelhança do que já se tinha verificado no 1º ciclo do ensino básico), sendo que depois deste ano, se continua a verificar um crescimento significativo nos anos letivos 2010/2011 e 2011/2012, entrando numa certa estabilidade no seu global nos anos letivos 2011/2012 e 2012/2013, sendo que neste último, se verifica mesmo uma tendência decrescente em 62,5% das escolas em análise, apesar de no valor global das 8 escolas se verificar um ligeiro crescimento.

Em termos da evolução do número de alunos por ano de escolaridade, e por ciclo de ensino, verifica-se que o número de alunos do 2º ciclo é sempre superior ao do 3º ciclo ao longo do período em análise, se considerarmos os dados no seu global.

Figura 71. Evolução número alunos por ano letivo e por ciclo (2º ciclo)

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Ao fazer-se uma leitura da evolução do número de alunos do 2º e 3º Ciclos, deverá ter-se em conta, que apesar do 2º ciclo ser apenas constituído por 2 anos de escolaridade e o 3º ciclo por 3 anos de escolaridade, as 5 escolas secundárias do concelho também respondem à procura do 3º ciclo, pelo que os alunos a partir do 7º ano de escolaridade, têm 13 escolas da rede pública onde podem prosseguir o seu percurso formativo.

Figura 72. Evolução número alunos por ano letivo e por ciclo (3º ciclo)

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

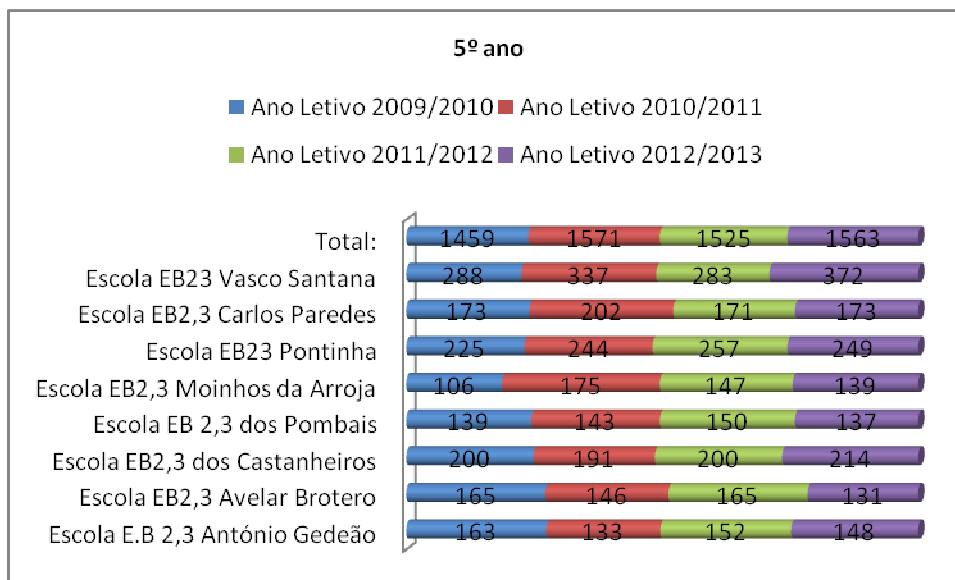
Fazendo uma análise mais individualizada, escola a escola, e por ciclos de ensino, verificámos que temos 5 escolas que respondem de forma mais predominante ao 2º ciclo do ensino básico (EB 2,3 Avelar Brotero, EB 2,3 Castanheiros, EB 2,3 Pontinha, EB 2,3 Vasco Santana, EB 2,3 Carlos Paredes); 2 escolas onde predomina a oferta de 3º ciclo (EB 2,3 Pombais e EB 2,3 António Gedeão); e 1 escola com oscilações, ora com predominância do 2º ora do 3º ciclo (EB 2,3 Moinhos da Arroja).

Neste último caso (EB 2,3 Moinhos da Arroja), trata-se de uma escola que começa por dar mais resposta ao 3º ciclo, depois em 2010/2011, coincidindo com a mudança para as novas instalações em que faz parte de um Complexo Escolar Integrado dando resposta desde o pré-escolar até ao 9º ano de escolaridade, aumenta significativamente o número de alunos no 2º ciclo em detrimento do 3º ciclo, tendência que se mantém ainda no ano letivo seguinte (2011/2012), retomando em 2012/2013, aquilo que era a sua vocação natural (maior peso do 3º ciclo).

Quando olhamos para esta realidade, é clara a leitura que se pode fazer: as escolas do 2º e 3º ciclo que se localizam em freguesias que têm também uma escola secundária concentram mais a sua resposta nos alunos do 2º ciclo, uma vez que os alunos do 3º ciclo ficam distribuídos também pela escola secundária mais próxima; a exceção é a freguesia de Odivelas, que como tem 4 escolas do 2º e 3º ciclos e só uma escola secundária, acaba por ter uma escola do 2º e 3º ciclos que concentra mais a sua população escolar no 2º ciclo (EB 2,3 Avelar Brotero), e depois as outras escolas acabam por se concentrar mais na oferta do 3º ciclo.

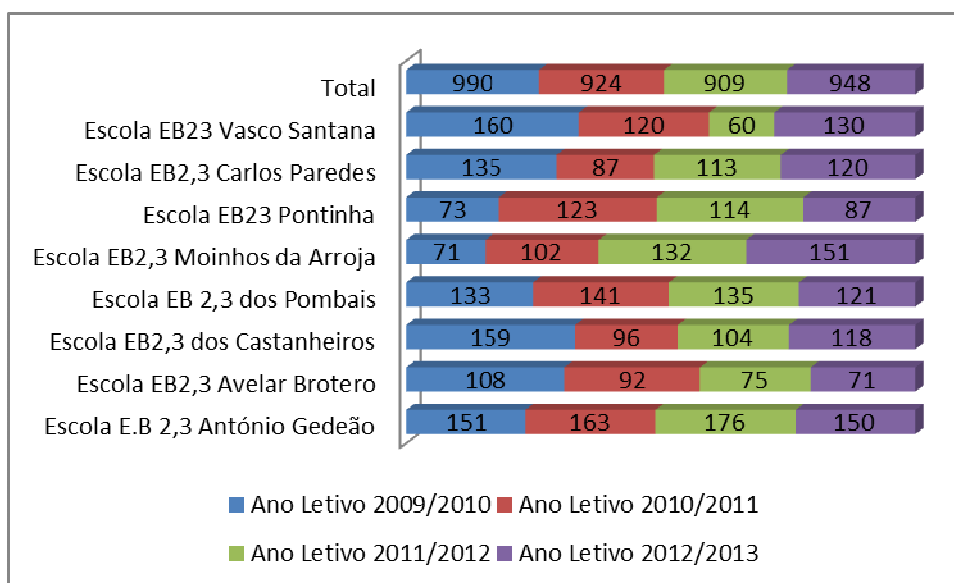
Fazendo agora uma análise mais apurada nas 8 escolas que lecionam o 2º e o 3º ciclo no concelho, sobre a tendência da procura nos 2 anos de escolaridade correspondentes ao início de ciclos (5º e 7º ano) verificamos:

- No 5º ano, temos um crescimento nítido do ano letivo 2009/2010 para 2010/2011 (com mais 112 alunos no sistema), verificando-se depois pequenas oscilações até ao presente ano letivo, ora com tendência decrescente ora crescente. As escolas onde esse crescimento é mais acentuado, são por ordem decrescente, a EB 2,3 Moinhos da Arroja, Vasco Santana, Carlos Paredes e Pontinha.

Figura 73. Evolução número alunos do 5º ano, por ano letivo

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

- No que respeita ao 7ºano, verifica-se um decréscimo no seu global, de ano para ano, nos 3 primeiros anos em análise (2009/2010, 2010/2011, 2011/2012), verificando-se depois um crescimento de 2011/2012 para o presente ano letivo. Aqui não temos dados que nos permitam individualizar escolas, uma vez que os dados apontam para oscilações de ano para ano e de escola para escola, fruto de ser um ano de escolaridade em que os alunos se dispersam por outras escolas do concelho, dependendo da organização da rede educativa levada a cabo anualmente pelos serviços do Ministério da Educação que planeiam a oferta da rede do 3º ciclo no seu conjunto, contando com os recursos das 8 escolas que lecionam o 2º e 3º ciclos e com as 5 escolas que lecionam o 3º ciclo e o ensino secundário.

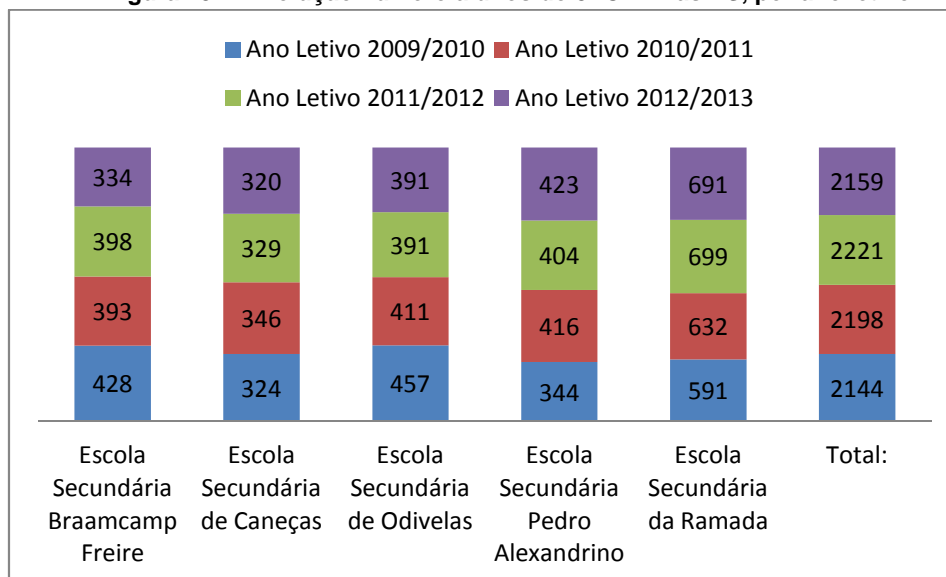
Figura 74. Evolução número alunos do 7º ano, por ano letivo

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

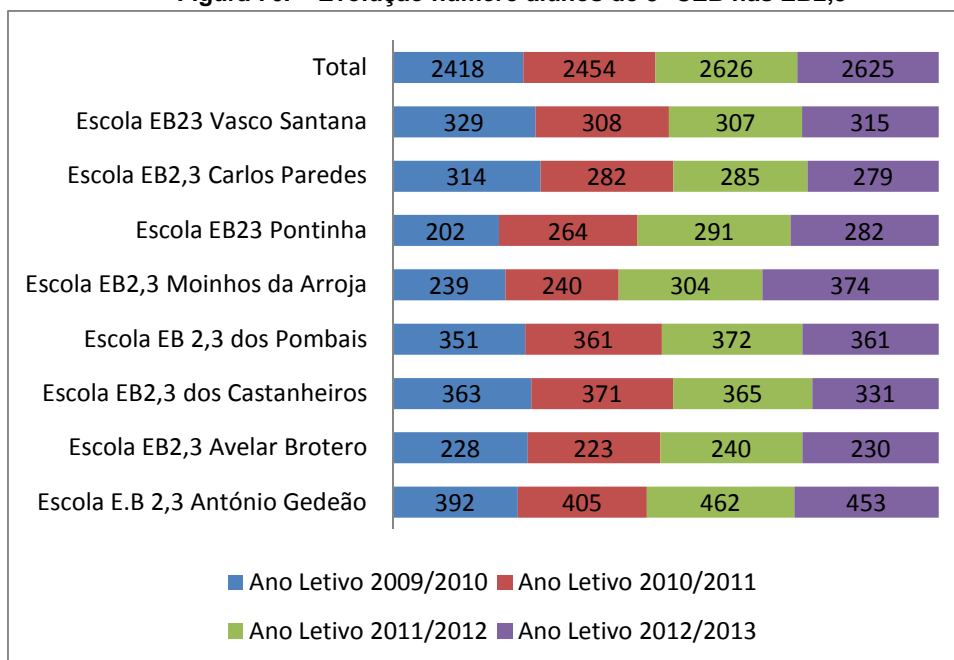
Terceiro Ciclo do Ensino Básico (3º CEB)

Como já referido anteriormente, no concelho de Odivelas os alunos do 3º ciclo distribuem-se pelas 8 escolas do 2º e 3º ciclos e pelas 5 escolas secundárias, sendo que proporcionalmente, o número de alunos deste nível de ensino que frequentam as escolas do 2º e 3º ciclo é superior ao número de alunos que frequenta as escolas secundárias (média de 53% nas escolas do 2º e 3º ciclos e de 47% nas escolas secundárias).

Numa leitura mais individualizada, vemos que existe uma escola secundária que apresenta uma tendência de crescimento em 3 dos anos em análise (Secundária da Ramada); 2 escolas que apresentam uma tendência decrescente (Secundária Braamcamp Freire e Secundária de Odivelas); e 2 escolas que apresentam ligeiras oscilações, ora com tendência crescente ora decrescente (Secundária de Caneças e Secundária Pedro Alexandrino), conforme se verifica na Figura 75.

Figura 75. Evolução número alunos do 3º CEB nas ES, por ano letivo

Se quisermos fazer uma correlação com o que acontece nas escolas do 2º e 3º ciclo neste nível de ensino, verificamos que há tendência a crescer a procura/oferta de 3º ciclo nestas escolas quando na escola secundária da zona essa procura/oferta desce, e tendência a decrescer quando a tendência na secundária da zona é de crescimento, havendo portanto um equilíbrio na complementaridade da oferta/procura no concelho no que respeita ao 3º ciclo, entre estes 2 tipos de escolas.

Figura 76. Evolução número alunos do 3º CEB nas EB2,3

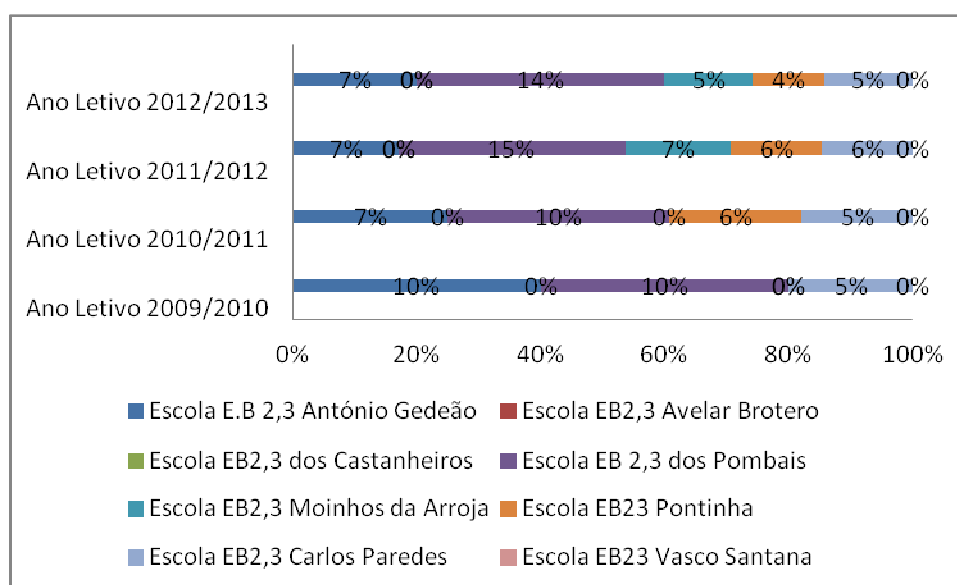
Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Cursos de Educação e Formação (CEF)

O número de alunos a frequentar os cursos de educação e formação (cursos CEF) nas escolas do 2º e 3º ciclos e secundárias tem um peso residual, se compararmos com o número total de alunos que frequentam o 3º ciclo do ensino básico, nestas mesmas escolas.

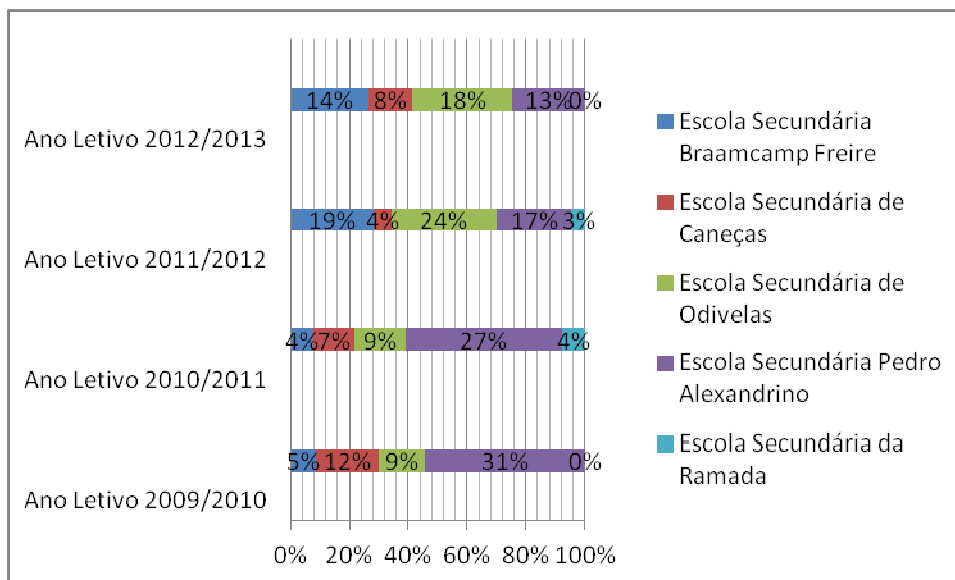
Ainda assim, é de referir, que a tendência nos 3 primeiros anos em análise, no conjunto das 13 escolas, é de uma evolução crescente, com um peso mais significativo nas 5 escolas que oferecem o 3º ciclo e o ensino secundário. No presente ano letivo (2012/2013), verifica-se um ligeiro decréscimo no número de alunos a frequentar este tipo de formação nas escolas do 2º e 3º ciclo.

Figura 77. Evolução número alunos dos cursos CEF nas escolas do 2º e 3º CEB



Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Ao individualizarmos as escolas, verificamos que enquanto nas 8 escolas do 2º e 3º ciclo a oferta deste tipo de cursos apresenta uma regularidade de ano para ano, destacando-se 1 escola com um maior percentagem de alunos nesta formação, proporcionalmente ao número de alunos que frequentam a escola (EB 2, 3 dos Pombais); 3 escolas que mantêm uma estabilidade neste tipo de oferta (EB 2,3 Pontinha, EB2,3 Carlos Paredes; EB 2,3 António Gedeão); 2 escolas que por tradição não oferecem este tipo de cursos (EB 2,3 dos Castanheiros e EB 2,3 Vasco Santana); e a EB 2,3 Avelar Brotero que começou por ter 2 cursos CEF (cozinha e assistente técnico de palco) e que deixou de ter, por falta de procura.

Figura 78. Evolução número alunos dos cursos CEF, nas ES

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Nas 5 escolas que lecionam o 3º ciclo e o ensino secundário, apesar de concentrarem um maior número de alunos inscritos neste tipo de formação, a sua evolução é irregular de ano para ano, se considerarmos cada uma das escolas individualmente, podendo destacar-se a Escola Secundária Pedro Alexandrino como a escola que apresenta um percurso com maior número de alunos neste tipo de formação ao longo do período em análise, e a Escola Secundária da Ramada, como aquela que apresenta o número mais reduzido.

Outro Tipo de Formação – Cursos EFA e PIEFF

É de referir ainda, conforme Tabela 20, a existência de cursos EFA (educação e formação de adultos) em 2 escolas do 2º e 3º ciclos do concelho (EB 2,3 Avelar Brotero e EB 2,3 da Pontinha), e desde o ano letivo 2011/2012, o funcionamento de cursos PIEF na EB 2,3 da Pontinha.

Tabela 20. Outro Tipo de Formação nas escolas do 2º e 3º Ciclos (EFA e PIEFF)

Escolas do 2º e 3º Ciclos	Ano Letivo 2009/2010	Ano Letivo 2010/2011	Ano Letivo 2011/2012		Ano Letivo 2012/2013	
	EFA	EFA	PIEF	EFA	PIEFF	EFA
Escola EB2,3 Avelar Brotero				63		53
Escola EB23 Pontinha	56	133	28	60	23	75
Total Escolas:	56	133	28	123	23	128

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Outro Tipo de Formação – Turmas PCA

Tendo por base o quadro normativo que aprova a reorganização curricular do ensino básico, sublinha-se a necessidade de se implementarem percursos curriculares diversificados que tenham em consideração as necessidades dos alunos, de forma a assegurar o cumprimento da escolaridade obrigatória e combater a exclusão.

Neste sentido, importa que as escolas, no quadro da sua autonomia, promovam uma oferta educativa dirigida a alunos que, encontrando-se dentro da escolaridade obrigatória, apresentem insucesso escolar repetido ou risco de abandono precoce.

É assim, que agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, deram início à criação de turmas PCA (Percursos Curriculares Alternativos), no âmbito do ensino básico, como se exemplifica na tabela que se segue.

Tabela 21. Outro Tipo de Formação nas escolas do 2º e 3º Ciclos (Turmas PCA)

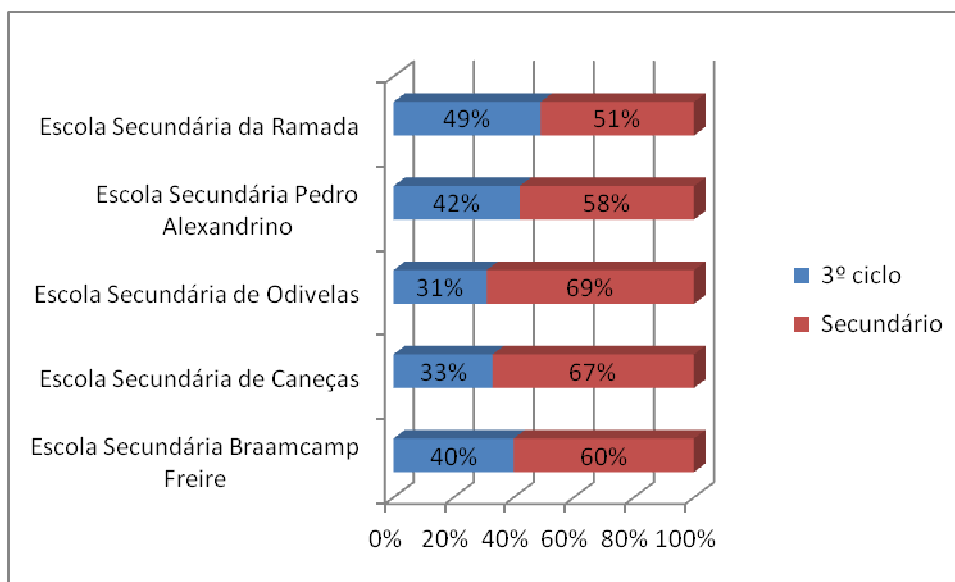
Agrupamentos/Escolas	1º Ciclo	5º Ano	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Nº Total Turmas
AE A Sudoeste de Odivelas				1	1	1	3
AE Avelar Brotero		1		1			2
AE Caneças		1	1				2
AE D. Dinis			1				1
AE Moinhos Arroja		1	1				2
AE Pontinha	1	1	1				3
Escola Secundária Braamcamp Freire						1	1
Total Turmas	1	4	4	2	1	2	14

Fonte: ME/DRELVT

3.1.3 Ensino Secundário

A oferta de ensino secundário no concelho de Odivelas distribui-se por 5 escolas, que também acumulam o terceiro ciclo do ensino básico, como já referido anteriormente. Referir contudo, que o peso do ensino secundário, no seu conjunto, ultrapassa sempre os 60% em todos os anos letivos em análise.

Figura 79. Distribuição dos alunos entre o 3º ciclo e o secundário (ES)



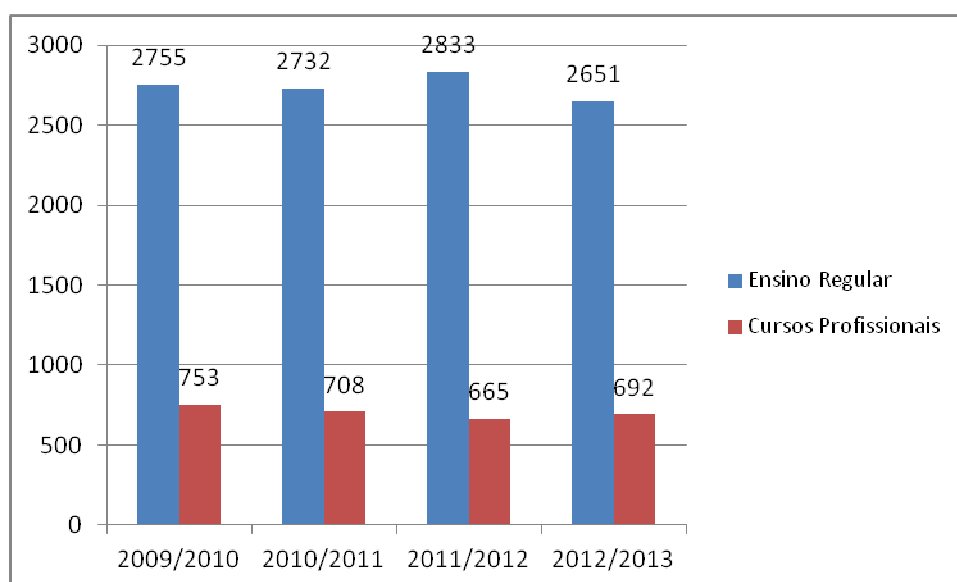
Fonte: Dados recolhidos junto das Escolas, via inquérito

O número total de alunos no conjunto destas 5 escolas não tem sofrido flutuações de forma muito significativa de ano para ano, verificando-se ligeiras oscilações, ora crescentes ora decrescentes, no seu conjunto, a nível da procura no ensino secundário (menos 52 alunos do ano letivo 2009/2010 para 2010/2011; mais 58 alunos no ano letivo 2011/2012), contrastando contudo, com uma evolução sempre crescente no que respeita à procura no 3º ciclo do ensino básico nestas mesmas escolas.

Quando se analisa a oferta em termos de cursos para o ensino secundário, é necessário ter em conta o tipo de oferta nas diferentes escolas, numa lógica de racionalização de recursos e tendo em vista dar resposta às questões de satisfação das necessidades de formação de todos os potenciais alunos que irão ingressar neste nível de ensino.

A oferta de nível secundário no concelho, distribui-se nas 5 escolas, pelos cursos do ensino regular (cursos científico-humanísticos) mais vocacionados para o prosseguimento de estudos no ensino superior, os cursos profissionais, e em algumas escolas também os cursos tecnológicos, tratando-se nos dois últimos casos de cursos mais orientados para o ingresso na “vida ativa”, dada a sua forte componente prática e ligação ao mundo do trabalho, potenciada pela realização de estágios de âmbito profissional em contexto laboral.

Figura 80. Distribuição dos alunos entre o ensino regular e os CP (ES)



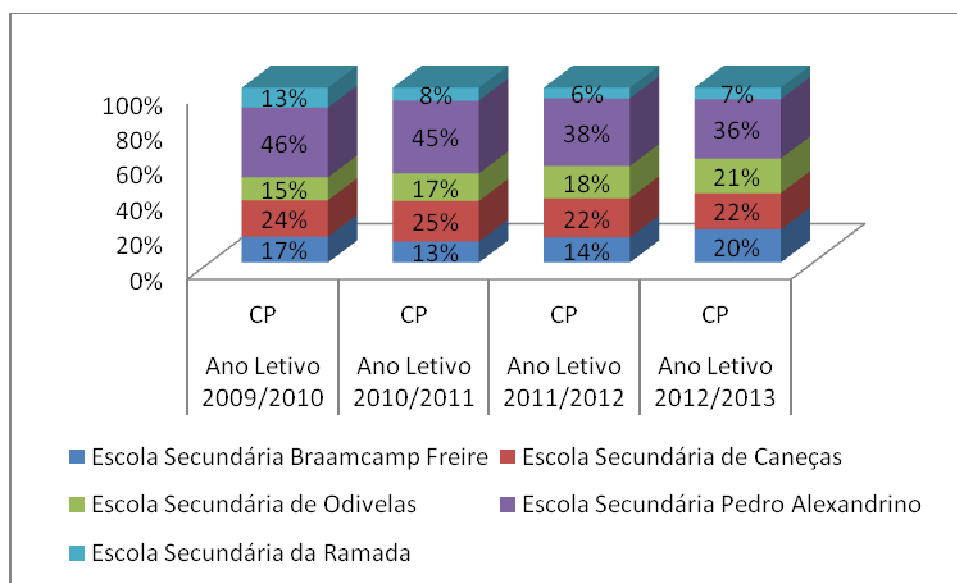
Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Fazendo uma análise mais individualizada por escola, verificamos que todas as escolas oferecem os cursos científico-humanísticos. No que se refere aos cursos profissionais, verifica-se que existe uma escola em que o peso dos cursos profissionais e/ou tecnológicos tem um peso bastante reduzido no conjunto da frequência do ensino secundário (Escola Secundária da Ramada), onde a percentagem de alunos a frequentar estes cursos se situa abaixo dos 10%.

No lado oposto, encontramos a Escola Secundária Pedro Alexandrino, que apresenta uma significativa expressão de alunos a frequentar os cursos de ensino profissional e tecnológicos (36% se tivermos em conta os valores do ano letivo 2012/2013), mas se formos aos anos letivos anteriores, essa percentagem ainda era mais expressiva.

As restantes 3 escolas (Braamcamp Freire, Odivelas, Caneças) situam-se em valores intermédios, 20, 21 e 22%, respetivamente.

Figura 81. Evolução dos alunos nos cursos profissionais (ES)



Fonte: Dados recolhidos junto das Escolas, via inquérito

Se fizermos uma análise mais fina à oferta de cursos profissionais pelas 5 escolas secundárias, nos últimos anos, verificamos uma certa estabilidade na oferta de ano para ano, denotando que as escolas, de acordo com os seus recursos físicos e humanos, vão ganhando um “saber fazer” em áreas específicas, denotando, por outro lado, que a procura destes cursos se tem mantido.

Tabela 22. Oferta Formativa de Nível Secundário (Cursos Profissionais)

Escolas Secundárias	Ano Letivo 2009/2010	Ano Letivo 2010/2011	Ano Letivo 2011/2012	Ano Letivo 2012/2013
	Cursos Profissionais	Cursos Profissionais	Cursos Profissionais	Cursos Profissionais
Escola Secundária Braamcamp Freire	Contabilidade	Apoio à Infância	Gestão de Equipamentos informáticos	Apoio à Infância
	Design	Design	Apoio à Infância	Banca e Seguros
	Eletrotecnia	Eletrotecnia	Banca e Seguros	Gestão de Equipamentos informáticos
	Turismo	Turismo		Eletrónica
		Gestão de Equipamentos informáticos		
Escola Secundária de Caneças	Turismo	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Apoio à Infância
	Comércio	Comercio	Comércio	Turismo
	Design	Design	Turismo	Comércio
	Apoio à Infância	Turismo		
Escola Secundária de Odivelas	Mecatrónica Automóvel	Mecatrónica automóvel	Manutenção Industrial	Manutenção Industrial
	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Gestão e Programação de Sistemas Informáticos
	Instalações Elétricas	Instalações Elétricas	Instalações Elétricas	Auxiliar de Saúde
			Auxiliar de Saúde	Técnico Design
Escola Secundária Pedro Alexandrino	Design	Turismo	Turismo	Turismo
	Gestão de Equipamentos Informáticos	Gestão de Equipamentos Informáticos	Informática de Gestão	Informática de Gestão
	Gestão de Ambiente	Gestão	Gestão	Gestão
	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Apoio à Infância	Apoio à Infância
	Bibliotecas, Arquivo e Documentação	Informática de Gestão	Manutenção Industrial	Manutenção Industrial
	Organização de Eventos	Organização de Eventos	Organização de Eventos	Organização de Eventos
	Comunicação	Comunicação	Comunicação	Comércio
	Animador Sociocultural		Equipamentos Informáticos	Equipamentos Informáticos
		Gestão Desportiva	Gestão Desportiva	
Escola Secundária da Ramada	Eletrónica e Automação de Computadores	Animador Sociocultural	Informática de Gestão	Energias Renováveis
	Energias Renováveis	Energias Renováveis	Energias Renováveis	
	Gestão de Programação de Sistemas Informáticos			

Fonte: ME/DRELV

De realçar aqui, alguma oferta de continuidade, nomeadamente na área das energias renováveis, na Escola Secundária da Ramada; o apoio à infância, comércio e turismo, na Escola Secundária de Caneças; técnico de gestão e programação de sistemas informáticos e

mecatrónica automóvel na Escola Secundária de Odivelas; e técnico de apoio à infância e gestão de equipamentos informáticos na Escola Secundária Pedro Alexandrino. A Escola Secundária Braamcamp Freire tem vindo a sofrer algumas oscilações na abertura de novos cursos, passando pelo design, eletrotecnia, e apoio à infância.

No que se refere aos cursos tecnológicos, também mais orientados para a vida ativa, têm tido pouca expressão nas escolas secundárias do concelho, ficando apenas centrados nos técnicos de desporto, e apenas em 2 escolas do concelho. No ano letivo em curso (2012/2013), já não existe este tipo de formação em nenhuma das escolas do concelho.

Tabela 23. Oferta de cursos tecnológicos nas escolas secundárias

Escolas Secundárias	Ano Letivo 2009/2010	Ano Letivo 2010/2011	Ano Letivo 2011/2012
ES Pedro Alexandrino		Técnico de Desporto	Técnico de Desporto
ES Ramada	Técnico de Desporto	Técnico de Desporto	

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Ainda dentro da oferta formativa das escolas secundárias, é de referir 3 escolas secundárias que têm tido cursos a funcionar à noite, nomeadamente as escolas secundárias de Caneças, Odivelas e Pedro Alexandrino. Trata-se de uma formação direcionada para a aquisição de novas competências por parte de um público adulto, numa perspetiva de educação e formação ao longo da vida.

Desta oferta, é de destacar a diversidade de formação oferecida pela Escola Secundária de Caneças, que para além de ter um CNO (Centro de Novas Oportunidades) que tem respondido a um nível significativo de alunos quer a nível da formação do ensino básico quer do secundário, oferece ainda formação nas áreas de português para todos (PPT), unidades de formação de curta duração em inglês e espanhol, tecnologias de informação e comunicação, entre outras.

Tabela 24. Outra Oferta Formativa nas Escolas Secundárias

Escolas Secundárias/ Níveis de Formação	Ano Letivo 2009/2010		Ano Letivo 2010/2011		Ano Letivo 2011/2012	
	Nível Básico	Nível Secundário	Nível Básico	Nível Secundário	Nível Básico	Nível Secundário
ES Caneças	PPT CNO TIC	EFA UFCD Inglês UFCD Espanhol CNO	PPT CNO TIC	EFA UFCD Inglês UFCD Espanhol CNO	PPT CNO	EFA CNO
ES Odivelas	EFA	Cursos CCH	EFA	Cursos CCH	EFA PPE CB	EFA
ES Pedro Alexandrino	EFA	EFA MC	EFA	EFA MC		EFA

EFA – Educação e Formação Adultos; **PPT** – Português Para Todos; **PPE** - Português Para Estrangeiros; **CNO** – Centro de Novas Oportunidades; **MB** – Competências Básicas; **MC** - Módulos Capitalizáveis; **TIC** - Tecnologias de Informação e Comunicação; **Cursos CCH** - Cursos Científico-Humanísticos

3.1.4 Outro Tipo de Oferta (3º ciclo e secundário)

Instituto de Odivelas

Quando se analisa a oferta de ensino da rede pública no concelho, não podemos deixar de considerar a localização na cidade de Odivelas de uma instituição com um estatuto específico - O Instituto de Odivelas - frequentado por alunas oriundas dos mais diversos pontos do País, e que responde aos níveis de ensino do 2º, 3º ciclos e secundário.

Fundado em 1900, pelo Infante D. Afonso de Bragança, é na atualidade um estabelecimento de educação e ensino que funciona como internato e externato, dependente do Estado - Maior do Exército, mas observando na formação ministrada, as competências essenciais e as orientações programáticas e metodológicas fixadas pelo Ministério da Educação - *“tem por fim a educação de filhas de militares, de elementos da GNR, da PSP, do pessoal militarizado e de civis”* (in Página do Instituto).

Tabela 25. Evolução do número de alunas, por ano de escolaridade

Anos de Escolaridade	2009/2010 (Nº alunos)	2010/2011 (Nº alunos)	2011/2012 (Nº alunos)
5º Ano	36	31	25
6º Ano	30	39	31
Total 2º Ciclo	66	70	56
7º Ano	45	34	36
8º Ano	38	44	28
9º Ano	34	37	46
Total 3º Ciclo	117	115	110
10º Ano	43	36	36
11º Ano	34	35	23
12º Ano	22	31	30
Total Secundário	99	102	89
Total:	282	287	255

Fonte: Dados recolhidos junto do Instituto, via inquérito.

O número de alunas a frequentar o Instituto nestes 3 últimos anos, apresenta oscilações ora crescentes ora decrescentes, verificando-se uma tendência decrescente do ano letivo 2010/2011 para o ano letivo 2011/2012 (menos 32 alunas no seu total).

Numa análise mais fina, verificamos uma diminuição de entradas no 5º ano, de ano para ano, assim como no conjunto dos 3 anos letivos em análise; por outro lado, o nível de ensino que apresenta maior peso de alunas no Instituto, nos 3 anos letivos, é o 3º ciclo do ensino básico (7º, 8º, e 9º ano).

3.1.5 Ensino Profissional

Está localizada no concelho de Odivelas (freguesia da Pontinha) uma escola profissional que pertence à rede pública, com uma longa tradição na oferta de formação ligada às áreas da agricultura, ambiente e pecuária, tendo iniciado o seu funcionamento no ano letivo 1918/1919 – a Escola Profissional Agrícola D. Dinis da Paia.

Ao longo deste grande percurso, passou por vários modelos e processos organizativos, quer a nível de enquadramento funcional, quer a nível de estrutura curricular, assinalando-se como grandes marcos: 1980 – Escola Prática de Agricultura; 1992/93 – Escola Secundária e Profissional; 1995 – Passa exclusivamente a Escola Profissional, modelo que mantém até à atualidade.

A evolução em termos do número de alunos que têm procurado formação nesta escola tem oscilado ao longo dos anos, ficando sempre aquém daquilo que é a sua capacidade real, em termos do número de turmas que poderia lecionar (18 turmas).

Em termos de evolução do número de alunos tínhamos no ano letivo 2004/2005 um total de 271 alunos para uma capacidade máxima de 468 alunos (considerando 26 alunos/turma); no ano letivo 2012/2013 estavam inscritos 374 alunos, tendo passado por valores ora crescentes, ora decrescentes, entre 2009/2010 e 2010/2011, 333 e 299 alunos, respetivamente.

Fazendo uma análise entre o número de alunos que têm frequentado cursos CEF de nível básico, e os alunos que frequentam cursos profissionais de nível secundário, verificamos que a proporção é nitidamente superior nestes últimos.

No que respeita aos cursos CEF Nível II (Tipo 3) apresenta evidências claras de regularidade a nível da sua procura, sendo no entanto perceptíveis oscilações nos cursos CEF Nível II (Tipo 2) e nos cursos profissionais de nível secundário.

Tabela 26. Evolução do número de alunos por oferta formativa e por ano letivo

Tipo de Curso/Nº de Alunos	Ano Letivo 2009/2010	Ano Letivo 2010/2011	Ano Letivo 2011/2012	Ano Letivo 2012/2013
Cursos CEF Nível II (Tipo 2)	44	48	85	117
Cursos CEF Nível II (Tipo 3)	21	21	21	
Total Alunos Cursos CEF	65	69	106	117
Cursos Profissionais (Nível IV)	268	230	269	257
Total	333	299	375	374

Fonte: Dados recolhidos junto da escola, via inquérito

Como já referido anteriormente, a oferta formativa da Escola Profissional Agrícola da Paiã tem-se distribuído de forma regular pelas áreas ligadas à agricultura, pecuária e ambiente, quer nos

curso de educação e formação que respondem a procura do ensino básico (CEF Tipo 2 e 3), quer na oferta dos cursos profissionais, de nível secundário.

Tabela 27. Cursos ministrados, por ano letivo

Tipo de Curso	Ano Letivo 2009/2010	Ano Letivo 2010/2011	Ano Letivo 2011/2012	Ano Letivo 2012/2013
Cursos CEF Nível II (Tipo 2)	- Jardinagem e Espaços Verdes - Tratamento e Desbaste de Equinos - Produção de Bovinos e Caprinos	- Jardinagem e Espaços Verdes - Tratamento e Desbaste de Equinos - Produção de Bovinos e Caprinos	- Jardinagem e Espaços Verdes - Tratamento e Desbaste de Equinos - Produção de Bovinos e Caprinos	- Tratamento e Desbaste de Equinos - Operador Agrícola - Operador de Pecuária - Operador de Jardinagem
Cursos CEF Nível II (Tipo 3)	- Tratamento de Animais em Cativeiro	- Tratamento de Animais em Cativeiro	- Tratamento de Animais em Cativeiro	- Tratamento de Animais em Cativeiro - Operador Manutenção Campo de Golfe - Jardineiro - Operador Agrícola
Cursos Profissionais Nível IV	- Produção Agrária - Processamento e Controle da Qualidade Alimentar - Gestão do Ambiente - Gestão Equina - Jardinagem e Espaços Verdes	- Produção Agrária - Processamento e Controle da Qualidade Alimentar - Gestão do Ambiente - Gestão Equina - Jardinagem e Espaços Verdes	- Produção Agrária - Processamento e Controle da Qualidade Alimentar - Gestão do Ambiente - Gestão Equina - Jardinagem e Espaços Verdes	- Produção Agrária - Processamento e Controle da Qualidade Alimentar - Gestão do Ambiente - Gestão Equina - Jardinagem e Espaços Verdes - Recursos Florestais e Ambientais

Fonte: Dados recolhidos junto da escola, via inquérito.

3.1.6 Educação Especial

A educação especial é parte integrante da rede educativa local, e organiza-se preferencialmente segundo modelos diversificados de integração em estabelecimentos regulares de ensino, tendo em conta as necessidades de atendimento específico, e com apoios de educadores especializados, conforme previsto no artigo 21º, da Lei de Bases do sistema Educativo (*Lei nº 46/86, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 115/97,*

de 19 de setembro, e com as alterações e aditamentos, introduzidos pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto).

No concelho de Odivelas foram criadas, até ao momento, 7 Unidades de Apoio à educação de Crianças e Jovens com NEE, que funcionam em 5 dos 8 agrupamentos de escolas. Destas 7 Unidades, 3 delas são especializadas na educação de crianças e jovens com multideficiência e surdo cegueira, e 4 na educação de crianças e jovens com perturbações do espectro do autismo.

Tabela 28. Unidades Especializadas de Apoio

Agrupamentos/Escolas	Unidade Especializada para Apoio à Educação de Crianças e Jovens com Multideficiência e Surdo Cegueira		Unidade de Apoio à Educação de Crianças e Jovens com Perturbações do Espectro do Autismo	
	Nº alunos que integra	Ano Letivo de Entrada em Funcionamento	Nº alunos que integra	Ano Letivo de Entrada em Funcionamento
Agrupamento de Escolas a Sudoeste de Odivelas				
Escola EB1/JI de Famões	6	2008/2009		
Agrupamento de Escolas Avelar Brotero				
EB1 Bernardim Ribeiro (Nº 5 de Odivelas)			7	2000/2001
Agrupamento de Escolas da Pontinha				
EB1 / JI Quinta da Condessa	7	2010/2011		
Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião				
EB1/JI Barbosa du Bocage			9	2009/2010
Agrupamento de Escolas Vasco Santana				
Escola EB23 Vasco Santana			12	2009/2010
EB1/JI Eça de Queirós	5	2010/2011		
EB1/JI Casal dos Apréstimos			5	2010/2011

Fonte: Informação recolhida junto das Unidades

Do conjunto das 7 Unidades de Apoio, 6 delas estão localizadas em escolas do 1º ciclo do ensino básico, participando os alunos nas atividades curriculares do 1º ciclo com as devidas adequações necessárias; apenas 1 Unidade funciona numa escola com 2º e 3º ciclos (EB 2,3 Vasco santana), participando os alunos nas atividades curriculares ao nível do 2º ciclo do ensino básico.

No que se refere à antiguidade de entrada na rede educativa destas Unidades de Apoio, verificamos que a sua maioria iniciou o seu funcionamento de há 4 anos letivos a esta parte (entre o ano letivo 2008/2009 e 2010/2011), sendo que apenas uma UEE (Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espetro do Autismo na escola EB1 nº5 de Odivelas) iniciou o seu funcionamento há 12 anos (Ano Letivo 2000/2001).

Neste último caso, referir que se trata de uma Unidade que foi criada em Odivelas pouco tempo depois do modelo do programa ser adotado em Portugal (Programa TEACCH – Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children), modelo este, que surge na sequência de um projeto de investigação desenvolvido por Eric Shopler, na década de 70, nos EUA, tendo começado a ser utilizado em Portugal apenas em 1996, como resposta educativa aos alunos com perturbações do espectro do autismo em escolas do ensino regular.

3.1.7. Taxas de Ocupação das Escolas

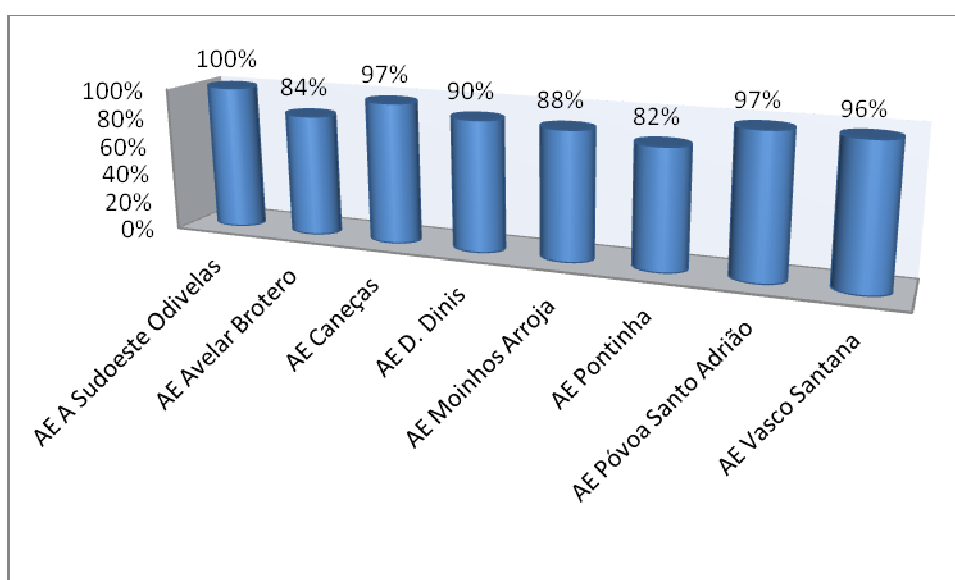
A capacidade de resposta de salas de aula relativamente ao número de alunos que frequentam as escolas, decorre do ajustamento entre as características da população residente e o fluxo da população que se desloca para o emprego, assim como, da capacidade de acolhimento de cada um dos estabelecimentos de educação e ensino, cumprindo aquilo que são os critérios que influenciam a matrícula ou a renovação da matrícula de um maior número de alunos em cada uma das escolas.

3.1.7. 1. Jardins de Infância

A taxa de ocupação dos jardins - de - infância da rede pública poderia considerar-se de 100%, uma vez que como não é permitido o funcionamento em regime duplo neste tipo de estabelecimento de educação, tem havido, ano após ano, lista de espera de crianças em idade de frequentar o pré-escolar nos diferentes agrupamentos de escola, por falta de vaga.

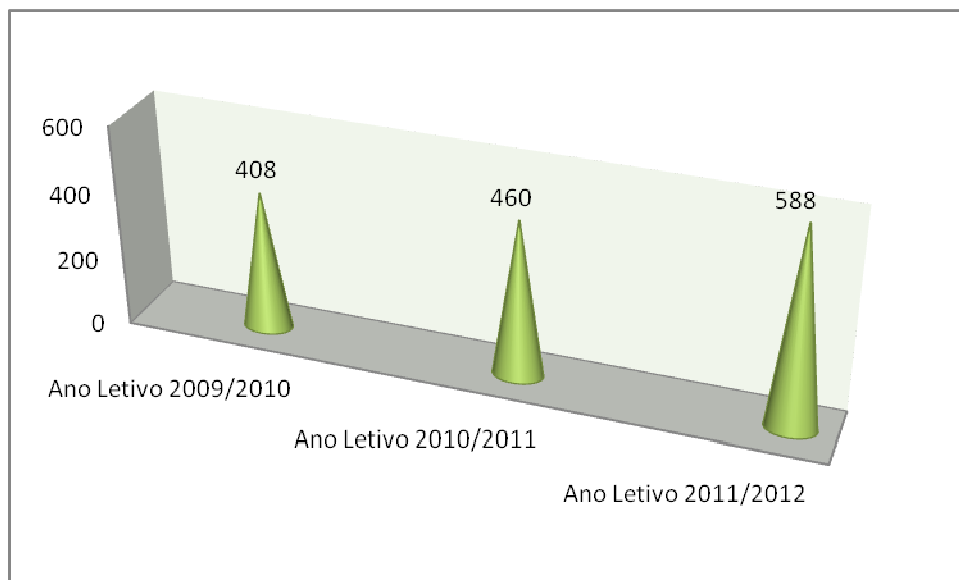
Quando olhamos para a Figura 82, verificamos que existem taxas de ocupação inferiores a 100% na quase totalidade dos agrupamentos de escolas a nível da valência de pré-escolar, mas tal não se deve a um desfasamento entre a oferta e a procura (maior capacidade da rede do que procura por parte de crianças), tendo apenas a ver, com a integração de crianças com NEE (Necessidades Educativas Especiais), que por força da legislação em vigor, diminui o número de 25 crianças/grupo para 20 crianças/grupo.

Figura 82. Taxas de Ocupação dos jardins - de - infância, por AE



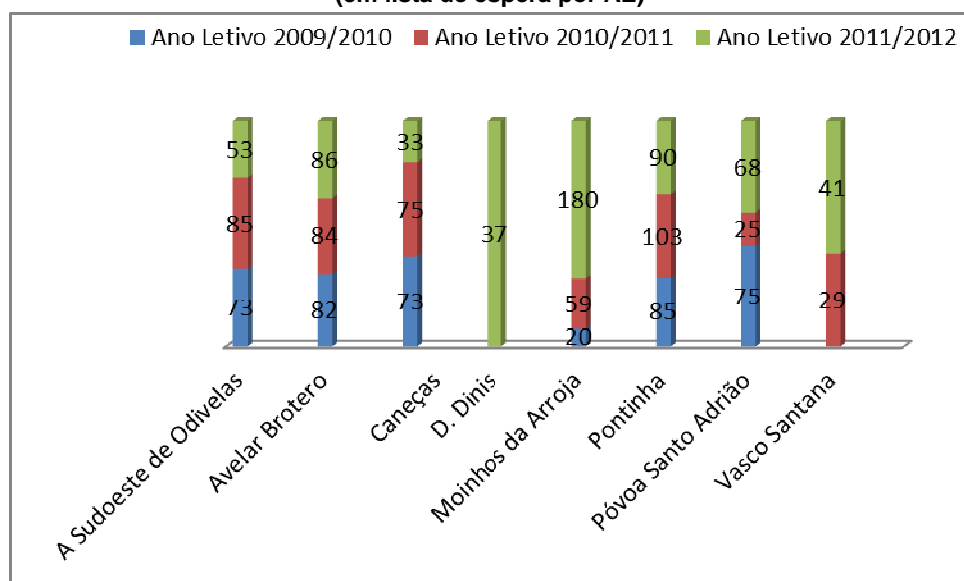
Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas

Conforme se pode verificar pela Figura 83, ao fazermos uma breve abordagem à evolução do número de crianças que se encontravam em lista de espera no final do primeiro período dos anos letivos em análise (2009/2010, 2010/2011, 2011/2012), verificamos que apesar de o número de novas salas na rede ter aumentado progressivamente de ano para ano, o número de alunos em lista de espera não sofreu um processo de regressão.

Figura 83. Crianças em idade para frequentarem o pré-escolar em lista de espera nos AE

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas

Apesar de não termos conseguido recolher dados de todos os Agrupamentos de Escolas, nos 3 anos letivos em análise, podemos ainda assim, fazer um exercício de análise dos números disponíveis.

Figura 84. Evolução dos alunos com idade para frequentar o pré-escolar (em lista de espera por AE)

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas (sem dados completos)

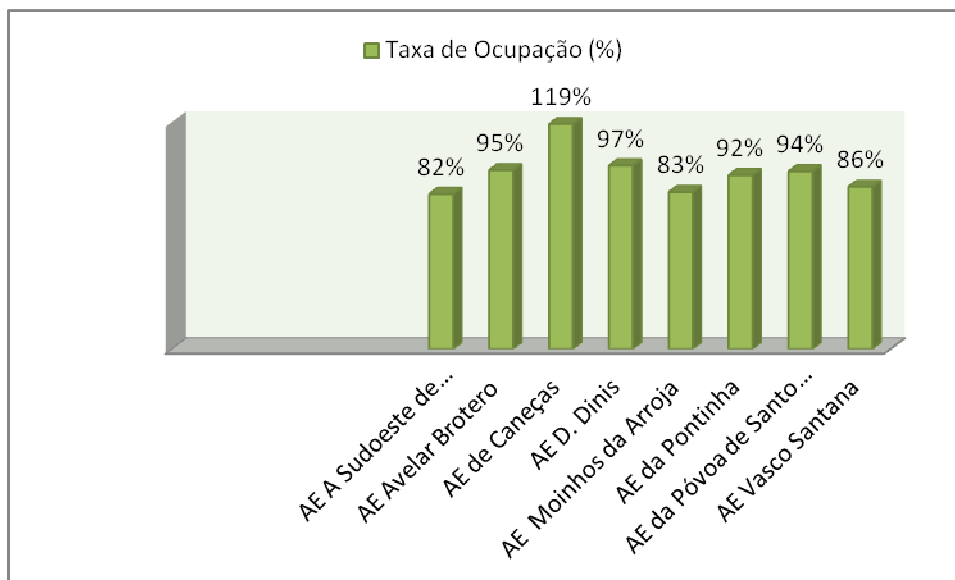
Verificamos que existem agrupamentos de escolas que mantêm um número de alunos em lista de espera, mais ou menos constante (caso do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero); agrupamentos de escolas em que se verifica uma evolução negativa nos 2 últimos anos letivos, correspondendo a abertura de novas salas de atividade que os integraram (Agrupamento de Escolas da Pontinha, Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas, Agrupamento de Escolas de Caneças, Agrupamento de Escolas da Pontinha); existe ainda uma terceira situação, em que se verifica uma diminuição significativa de alunos em lista de espera no ano letivo correspondente a novas aberturas de salas de atividade, mas que volta a aumentar logo no ano letivo seguinte (Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja).

3.1.7.2. Escolas do 1º Ciclo

Apesar de a atual legislação de enquadramento das matrículas (Despacho nº 5106-A/2012, de 12 de Abril) identificar como primeiros critérios para priorizar a aceitação das inscrições no 1º ciclo, os alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente e os alunos com irmãos já matriculados na mesma escola ou no mesmo agrupamento de escolas, estes acabam por ser critérios que em termos reais, não têm um peso significativo no total dos alunos inscritos, sendo largamente ultrapassado pelo local de residência e local de trabalho dos encarregados de educação.

De acordo com os dados apontados no documento da Carta Educativa relativos ao ano letivo 2003/2004, com uma população escolar de 5.336 alunos matriculados no 1º ciclo, e com 183 salas afetas a atividade de lecionação (incluindo salas em pavilhões pré-fabricados leves e pesados), a taxa de ocupação global das escolas do 1º ciclo da rede pública do concelho era na ordem dos 119%, sendo na altura as turmas constituídas por um máximo de 24 alunos/turma.

Tendo em conta que a legislação que define o número máximo de alunos por turma se alterou a partir do ano letivo 2012/2013, passando da referência máxima de 24 alunos/turma para a referência máxima de 26 alunos/turma (com exceção das turmas que têm alunos integrados com NEE de carácter permanente que são constituídas por um máximo de 20 alunos, e turmas que incluam mais de 2 anos de escolaridade que são constituídas por um máximo de 22 alunos), iremos fazer uma abordagem no presente (ano letivo em curso), das taxas de ocupação deste nível de ensino por agrupamento de escolas, com base no indicador de medida (26 alunos/turma).

Figura 85. Taxas de ocupação no 1º ciclo do ensino básico, por AE

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Com este novo quadro normativo, verificamos que no global do concelho, passamos a ter uma taxa de ocupação global no 1º ciclo do ensino básico inferior a 100%, mais concretamente, 92%.

No que se refere ao caso individual dos agrupamentos de escolas, passamos a ter uma situação, em que 7 dos 8 agrupamentos de escolas apresentam uma taxa de ocupação inferior a 100%, se considerarmos a ocupação na sua carga máxima. Apenas o agrupamento de Escolas de Caneças, apresenta uma taxa de ocupação global superior a 100% (119%).

Tabela 29. Taxa de ocupação no 1º ciclo do ensino básico, por escola

Estabelecimento de Ensino	Capacidade das salas (de acordo com o Despacho nº 5106- A/2012)	Alunos inscritos Ano Letivo 2012/2013	Taxa de Ocupação (%)
Escola EB1/JI Quinta das Dálias	78	42	54%
EB1/JI Veiga Ferreira	156	154	99%
EB1/JI Famões	182	161	88%
Escola EB1 Sophia de Mello Breyner Andresen (N.º 4 de Famões)	104	68	65%
Total Agrupamento de Escolas	520	425	82%
Escola EB1 António Maria Bravo	208	160	77%
Escola EB1/JI D. Dinis	338	298	59%
Escola EB1 Bernardim Ribeiro (Nº 5 de Odivelas)	156	142	91%
Escola EB1 Maria Máxima Vaz	182	241	132%
Total Agrupamento de Escolas	884	841	95%
Escola EB1 Francisco Vieira Caldas (N.º1 de Caneças)	104	169	163%
Escola EB1/JI Artur Alves Cardoso (EB1/JI N.º1 de Caneças)	130	139	107%
Escola EB1/JI Cesário Verde	156	157	101%
Total Agrupamento de Escolas	390	465	119%
Escola EB1/JI Maria Lamas	364	296	81%
Escola EB1 Rainha Santa	208	261	125%
Total Agrupamento de Escolas	572	557	97%
Escola EB1/JI Manuel Coco (n.º 7 de Odivelas)	390	310	79%
Escola EB1/JI Porto Pinheiro	312	274	88%
Total Agrupamento de Escolas	702	584	83%
Escola EB1/JI Casal da Serra	130	167	128%
Escola EB1/JI Quinta Condessa	182	223	123%
Escola EB1 Dr. Mário Madeira	104	122	117%
Escola EB1 Mello Falcão	208	186	89%
Escola EB1/JI Quinta da Paiã	286	155	54%
Escola EB1 Serra da Luz	104	88	85%
Escola EB1/JI Vale Grande	104	91	88%
Total Agrupamento de Escolas	1118	1032	92%
Escola EB1/JI Quinta de S. José	182	226	124%
Escola EB1/JI Barbosa du Bocage	286	249	87%
Escola EB1/JI do Olival Basto	208	160	77%
Total Agrupamento de Escolas	676	635	94%
Escola EB1 Prof. Maria Costa	156	96	62%
Escola EB1 da Amoreira	208	189	91%
Escola EB1/JI João Villaret	182	177	97%
Escola EB1/JI Eça de Queirós	78	73	94%
Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos	312	274	88%
Total Agrupamento de Escolas	936	809	86%
Total	5.798	5.348	92%

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Ao fazermos uma análise mais fina do quadro que se nos apresenta no ano letivo em curso, e tendo por referência o número máximo de 26 alunos/turma, verificamos que apesar da taxa global por agrupamento ser inferior a 100% (com exceção de um agrupamento de escolas), temos algumas escolas, que se analisadas de forma isolada, apresentam uma ocupação bastante superior a 100%.

Estamos a referir-nos às escolas, EB1 Maria Máxima Vaz (Agrupamento de Escolas Avelar Brotero); EB1 nº 1 de Caneças (Agrupamento de Escolas de Caneças); EB1 Rainha Santa (Agrupamento de Escolas D. Dinis); EB1/JI Quinta de S. José (Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião); EB1/JI Casal da Serra, EB1/JI Quinta da Condessa e EB1 Mário Madeira, no Agrupamento de Escolas da Pontinha.

Deve contudo referir-se, que apesar de se apresentarem taxas de ocupação muitas vezes inferiores a 100% em várias escolas, tal não significa na maior parte dos casos, que haja salas devolutas, mas tão só, que existem muitas turmas reduzidas (média de 20 alunos/turma), por via de cumprimento de critérios de redução devidamente enquadrados na legislação em vigor.

A capacidade de oferta dos agrupamentos de escolas (disponibilidade de salas de aula) no ano letivo 2012/2013, no que respeita ao 1º ciclo do ensino básico, era de 242 salas, sendo que destas apenas 204 estavam ocupadas com funções letivas e as restantes 38 eram ocupadas com atividades diversas (Bibliotecas, Unidades de Ensino ou Apoio Estruturado, serviço de refeições, atividades de enriquecimento curricular, atividades de apoio à família).

Destas 242 salas disponíveis, 6 salas eram em estrutura de pré-fabricado com mais de 25 anos; 1 escola recente, com 4 salas de aula, construída numa estrutura de módulos pré-fabricados por força de condicionalismos geológicos do terreno (EB1 Serra da Luz); e mais 3 salas em pré-fabricadas implantadas em 1999 no logradouro da escola EB1/JI nº 7 de Odivelas, para responder a um aumento intempestivo da procura na zona da Arroja/Odivelas.

Tabela 30. Salas de aula do 1º ciclo, por agrupamento de escolas

Agrupamentos de Escolas	Situação atual			Cenário viável (caso aumente a procura)		
	Nº total de salas de aula existentes	Nº de salas utilizadas com função letiva	Nº salas de aula utilizadas com outras atividades	Nº de salas suscetíveis de serem utilizadas como sala de aula	Nº salas de aula suscetíveis de serem utilizadas com outras atividades	Nº Salas não consideradas para função letiva
A Sudoeste de Odivelas	21	18	3	20	1	0
Avelar Brotero	39	29	10	34	4	1
Caneças	18	13	5	15	1	2
D. Dinis	22	19	3	22	0	0
Moinhos da Arroja	27	25	2	27	0	0
Pontinha	51	40	11	43	5	3
Póvoa Santo Adrião	27	25	2	26	1	0
Vasco Santana	37	35	2	36	1	0
Total	242	204	38	223	13	6

Olhando para o número de salas de aula disponíveis, e cruzando com o seu nível de ocupação e condições de segurança/conforto das mesmas, construindo um cenário equilibrado, apontaríamos para um número de 223 salas de aula a ser afetadas a funções letivas, 13 que será indispensável manterem-se com funções não letivas, e não seriam contabilizadas as 6 salas em estrutura de pré-fabricado, construídas há mais de 25 anos (salas localizadas nas escolas EB1 Mello Falcão, EB1 nº 1 Caneças, EB1 António Maria Bravo).

Os critérios utilizados para manter 13 salas de aula com funções não letivas, tiveram a ver com: salas afetadas a bibliotecas escolares integradas na RBE (Rede de Bibliotecas Escolares); salas afetadas a UEA (Unidade Especializada de Apoio) ou UAE (Unidades de Apoio à Educação) de apoio e integração a crianças deficientes; e salas de refeições em 2 escolas onde não existe espaço próprio para dar resposta a este serviço (EB1 nº 5 de Odivelas e EB1 Mário Madeira),

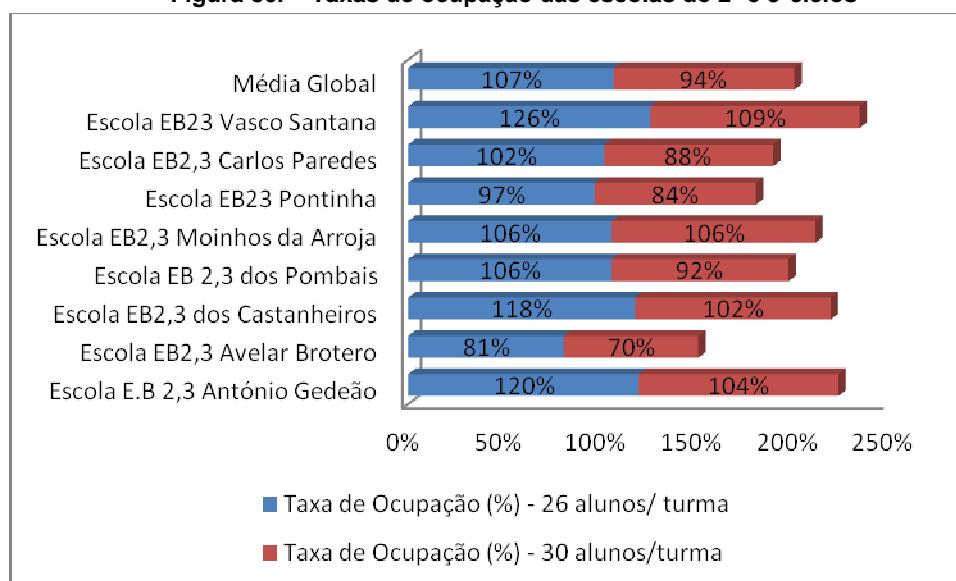
serviço considerado fundamental para prevenir a exclusão social e contribuir para criar melhores condições de aprendizagem aos alunos.

3.1.7.3. Escolas do 2º e 3º Ciclos

Com a alteração recente da legislação que define o número máximo de alunos por turma entre o 5º e o 12º ano (Despacho nº 5106-A/2012, de 12 de abril), passando da referência máxima de 28 alunos/turma para a referência máxima de 30 alunos/turma, com exceção de turmas reduzidas (20 alunos ou menos) por via da integração de alunos com NEE (alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente), turmas dos cursos CEF (cursos de educação e formação), e turmas com PCA (percursos curriculares alternativos), as taxas de ocupação das escolas deste nível de ensino também se alteraram, permitindo aumentar ligeiramente a oferta disponível.

Temos assim, e apenas como apontamento (uma vez que os critérios do número de alunos/turma se alterou desde então), uma taxa de ocupação global no conjunto das 8 escolas que respondem ao 2º e 3º ciclos de 103,5% no ano letivo 2004/2005, passando no ano letivo 2012/2013 para uma taxa de ocupação de 94% (se considerarmos a carga máxima de 30 alunos/turma) e de 107% (se considerarmos o número mínimo de 26 alunos/turma). Neste cálculo, foi sempre considerado um máximo de 26 alunos/ turma na escola EB 2,3 Moinhos da Arroja, correspondendo à área de referência das suas salas de aula.

Figura 86. Taxas de ocupação das escolas do 2º e 3º ciclos



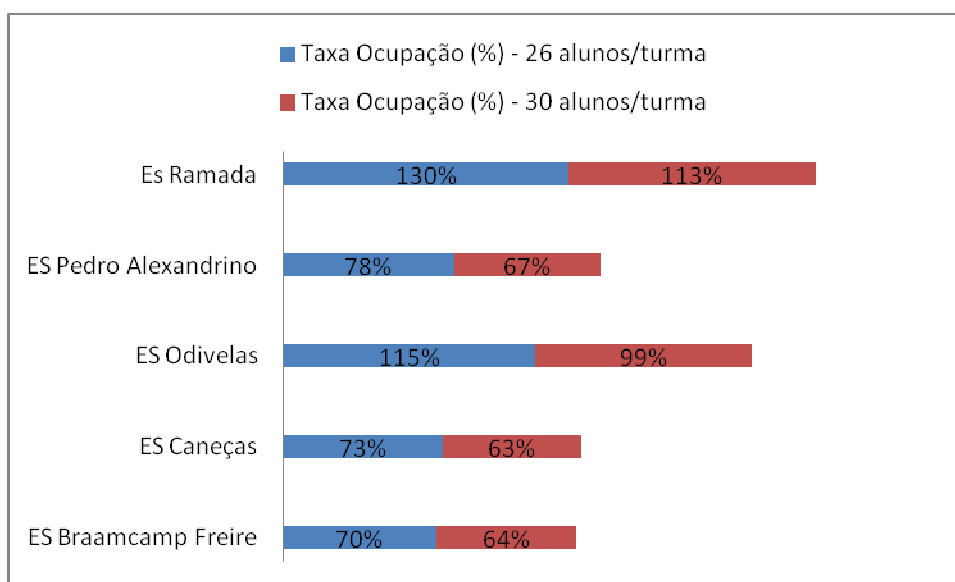
Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Aqui temos como uma evidência paradoxal, que apesar do número de alunos ter vindo a subir nestes 2 níveis de ensino, mantendo-se o mesmo número de escolas na rede, a taxa de ocupação das escolas no seu conjunto diminuiu, se considerarmos o valor da carga máxima (30 alunos/turma). Tal deve-se, não tanto ao aumento de salas de aula na rede por via da substituição da antiga escola EB 2,3 Isabel de Portugal pela EB 2, 3 Moinhos da Arroja, que aumentou a capacidade de resposta em mais 6 salas de aula, mas sobretudo à alteração do quadro normativo, que foi aumentando gradualmente o número de alunos por turma.

3.1.7.4. Escolas Secundárias

A taxa de ocupação das escolas secundárias de acordo com os últimos dados disponíveis (alunos inscritos no ensino diurno no ano letivo 2012/2013), apresenta valores relativamente baixos no seu global, se tivermos em conta as recentes alterações ao quadro normativo do número máximo de alunos/turma.

Figura 87. Taxas de ocupação das escolas secundárias



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

De referir contudo, que a Figura 87 não pode ter uma leitura fechada, uma vez que as turmas podem ser constituídas por um número de alunos que varia entre 26 (no mínimo) e 30 (no máximo), e estas escolas podem ter turmas a funcionar com um mínimo de 20 alunos

(disciplinas de opção da oferta de escola nos 7º e 8º anos, e na disciplina de opção de nível secundário nos cursos científico-humanísticos e de artes visuais).

De qualquer modo, fazendo um exercício diacrónico no tempo, verificamos que no ano letivo 2003/2004 a taxa de ocupação global das escolas secundárias para uma carga máxima de 26 alunos/turma era de 91,3%, sendo que se consideradas individualmente havia 2 escolas secundárias com uma taxa ligeiramente superior a 100% (Escola Secundária de Odivelas com 108% e Escola Secundária da Ramada com 105%).

No presente ano letivo, temos uma taxa de ocupação, se considerarmos a carga máxima (30 alunos/turma) de 81% no global das escolas, e de 93%, se considerarmos o número mínimo de 26 alunos/turma.

Das 5 escolas secundárias, 3 delas apresentam uma taxa de ocupação inferior a 100% (quer se considere o cenário de 26 alunos/turma quer se considere 30 alunos/turma), sendo que à semelhança do ano letivo de referência - 2004/2005, as escolas secundárias de Odivelas e Ramada continuam a ter as taxas de ocupação mais elevadas; Odivelas apresenta uma taxa de ocupação inferior a 100% se considerarmos 30 alunos/turma, e superior a 100% se considerarmos 26 alunos/turma (115%); a Ramada apresenta nos 2 cenários taxas de ocupação superiores a 100%.

Deverá contudo referir-se o impacto que tiveram as obras de requalificação/modernização/ampliação que foram levadas a cabo pela Empresa Parque Escolar/Ministério da Educação em 3 das 5 escolas secundárias (Braamcamp Freire, Caneças e Pedro Alexandrino), que para além de terem permitido uma renovação completa dos edifícios escolares no sentido de os adaptar às novas exigências do cumprimento dos currículos e do projeto educativo e criando igualmente espaços de abertura à comunidade (como os auditórios, bibliotecas/centros de recursos, oficinas), aumentaram significativamente, a capacidade de acolhimento de mais turmas de alunos.

Ao fazer-se uma análise destas taxas de ocupação, e tendo em conta o aumento da capacidade de oferta que se operou nos últimos anos por via das obras já referidas, não poderemos descurar contudo, o novo cenário que se desenha com o impacto que estas escolas vão sofrer por via do aumento da escolaridade obrigatória para 12 anos e/ou 18 anos de idade. Esta é uma variável que vai influenciar este quadro, uma vez que a frequência deste nível de ensino irá por certo aumentar.

Referir contudo, que apesar de ser no ano letivo em curso (2012/2013), que presumivelmente se iria verificar o aumento do número de alunos no 10º ano, uma vez que a legislação de

referência começou a aplicar-se aos alunos que no ano letivo 2009/2010 iniciaram a frequência do 7º ano de escolaridade, sendo que os alunos que transitaram de ano nesse ano letivo e nos 2 subsequentes iniciaram no presente ano letivo, o seu percurso no ensino secundário, tal ainda não é evidente (no ano letivo 2011/2012 estavam inscritos no 10º ano de escolaridade 1321 alunos; no ano letivo 2012/2013 estavam inscritos aquando do início das aulas, 1333 alunos).

3.2. Oferta/Procura - Rede Privada

A rede privada de estabelecimentos de educação e ensino integra os estabelecimentos que funcionam em estabelecimentos de ensino particular ou cooperativo, em instituições particulares de solidariedade social (IPSS), e em instituições sem fins lucrativos que prossigam atividades no domínio da educação e do ensino.

3.2.1. Rede Social

A rede solidária de educação no concelho de Odivelas funciona como complementaridade aos estabelecimentos da rede pública na componente da oferta de educação pré-escolar, inserindo-se no objetivo de expansão e desenvolvimento da rede concelhia, de acordo com os objetivos enunciados na Lei-Quadro da Educação Pré-escolar. Oferece também uma resposta significativa na vertente social de apoio às famílias, designadamente no desenvolvimento de atividades de ocupação de tempos livres, na denominada resposta de ATL.

Tabela 31. Instituições da Rede Solidária

Freguesias/Instituições	Ano Criação	Creche	Pré-Escolar	ATL	Estatuto
Rede Solidária					
Famões					
Centro Comunitário e Paroquial de Famões	2003	✓	✓	✓	IPSS
Odivelas					
Associação Infantil e Juvenil O Nosso Recreio	1975		✓		IPSS
AMOP – Associação de Solidariedade do Bairro das Patameiras	1983		✓	✓	IPSS
Casinha Amarela – Atividades de Tempos Livres de Odivelas	*		✓	✓	IPSS
Centro Infantil da Arroja	1985	✓	✓		JFO/ISCE
Centro Infantil de Odivelas	1980	✓	✓		SS/SCML
Pontinha					
JIPP - Jardim Infantil Popular da Pontinha	1976	✓	✓	✓	IPSS
PROSÁLIS	2001	✓	✓	✓	IPSS
Póvoa Santo Adrião					
Centro Social e Paroquial da Póvoa Santo Adrião	2005	✓	✓	✓	IPSS
IPPI – Instituto Português de Pedagogia Infantil	1979	✓	✓	✓	IPSS
NI-NÓ-NI - Centro Infantil	1998	✓	✓		ONG/CVP
Ramada					
Centro Comunitário e Paroquial da Ramada	1998	✓	✓		IPSS
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada	1993	✓	✓	✓	IPSS

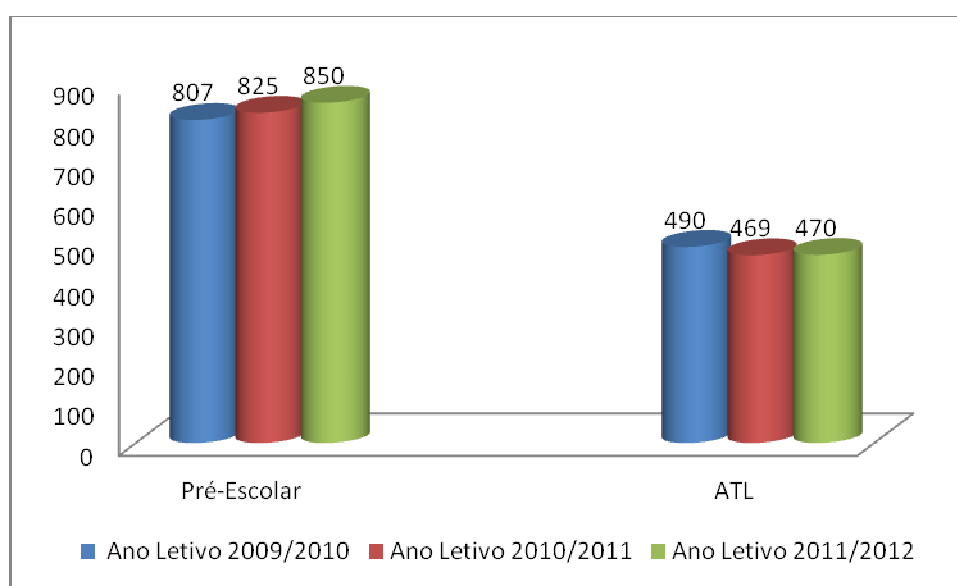
Fonte: Dados fornecidos pelas instituições, via inquérito

Encontram-se a funcionar no concelho 13 instituições que integram a rede solidária, sendo 10 IPSS (instituições de solidariedade social), 1 com estatuto de ONG (Organização Não Governamental) dependente da Cruz Vermelha Portuguesa, 1 instituição dependente da Junta de Freguesia de Odivelas em parceria com o ISCE (Instituto Superior de Ciências Educativas), 1 instituição dependente dos serviços da segurança social (cedido por 3 anos à Santa Casa da Misericórdia de Lisboa).

Estas instituições distribuem-se por 5 das freguesias, sendo de destacar um maior número na freguesia de Odivelas, seguindo-se a Póvoa de Santo Adrião, Ramada e Pontinha, e por último Famões. As freguesias de Caneças e Olival Basto não têm, neste momento, este tipo de resposta.

Quando nos debruçamos sobre a sua antiguidade, verificámos que se trata de um tipo de resposta social que tem o seu início no concelho na década de 70 (três instituições), mantendo depois o mesmo ritmo de crescimento, com três instituições na década de 80, três na década de 90, e três a partir de 2000.

Figura 88. Evolução da Oferta/procura nas Instituições da Rede Solidária



Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

Como se pode ver pela Figura 88, sendo a resposta da rede social na valência do pré-escolar complementar à resposta da rede pública, tem-se mantido alguma estabilidade no número de alunos inscritos na grande maioria destas instituições nos 3 anos em análise (mais de 800 alunos no seu conjunto), verificando-se uma ou outra oscilação crescente num determinado ano e numa determinada instituição, por força de mudança de instalações (caso da Associação Infantil e Juvenil O Nosso Recreio, a partir do ano letivo 2011/2012), ou por funcionarem com uma autorização provisória de um maior número de salas num determinado ano (caso do IPPI - Instituto Português de Pedagogia Infantil, no ano letivo 2010/2011).

Faz-se ainda uma referência à resposta social de ATL nestas instituições (mais de 450 crianças), que apesar de no seu conjunto apresentar um ligeiro decréscimo de ano para ano, nos 3 anos em análise, constitui-se como uma resposta social importante às famílias, facilitando a conciliação da vida profissional e da familiar, dado o seu horário alargado de

funcionamento (muitas delas começam a receber as crianças às 7h/7.30 horas e só encerram às 19h/19.30 horas).

Exercem ainda uma função complementar às respostas de ATL instaladas em algumas escolas do 1º ciclo da rede pública, conforme se pode ver pela Tabela 32.

Tabela 32. Frequência de ATL por alunos de escolas do 1º ciclo (2011/2012)

Estabelecimentos Rede Solidária	Escolas de Rede Pública frequentadas pelos alunos do ATL	Nº alunos que frequentam ATL por escola (*)
Centro Comunitário e Paroquial de Famões	Escola Sophia de Mello Breyner /Nº 4 Famões	45
	Escola EB1/JI Famões	81
	EB1 Quinta das Dálias	6
AMOP – Associação de Solidariedade do Bairro das Patameiras	EB1 Rainha Santa	
Casinha Amarela – Atividades de Tempos Livres de Odivelas	EB1 Maria Máxima Vaz	
JIPP - Jardim Infantil Popular da Pontinha	EB1 Mello Falcão	42
PROSÁLIS	EB1/JI Quinta da Paiã	10
Centro Social e Paroquial da Póvoa Santo Adrião	Escola EB 2,3 Carlos Paredes	
	EB1/JI Barbosa du Bocage	
	EB1/JI Quinta S. José	
IPPI – Instituto Português de Pedagogia Infantil	EB1/JI Barbosa du Bocage	68
	EB1 António Maria Bravo	38
	EB1 nº 5 Odivelas	27
Associação Comunitária Infantil e Juvenil da Ramada	EB1 Amoreira	21
	EB1/JI João Villaret	9
	EB1/JI Apréstimos	9

Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

3.2.2. Rede Particular e/ou Cooperativa

A rede privada de estabelecimentos de educação e ensino localizados no concelho de Odivelas distribui-se por várias modalidades de educação e ensino, desde o pré-escolar ao ensino superior, passando pelo ensino artístico e formação profissional.

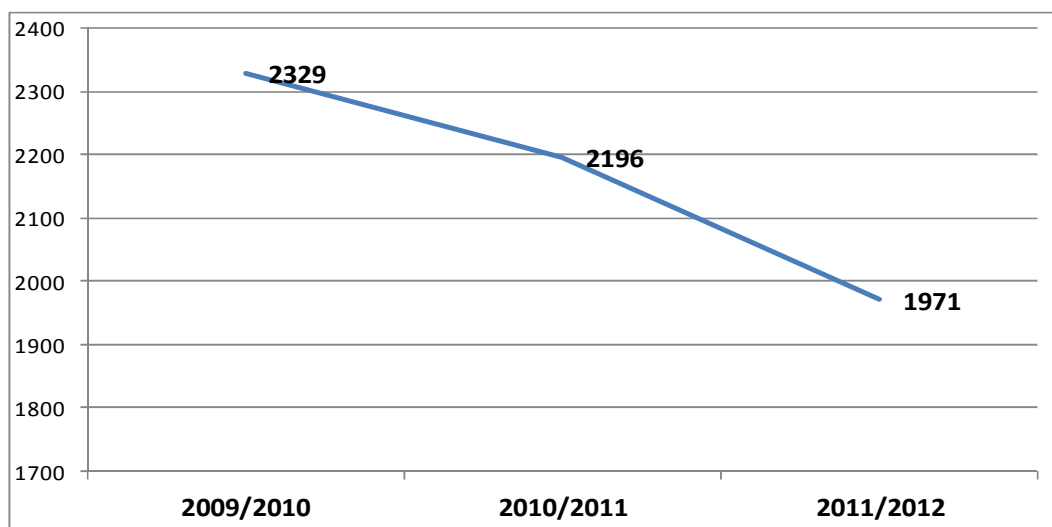
3.2.2.1 Educação Pré-Escolar, Ensino Básico e Ensino Secundário

Tendo em conta que um número significativo de estabelecimentos de educação e ensino da rede particular e cooperativa oferecem mais do que um nível de educação e/ou ensino, iremos apresentar uma caracterização da oferta/procura por estabelecimento, com o conjunto das diferentes modalidades de formação ministrada.

Referir ainda, alguma dificuldade em caracterizar este tipo de estabelecimentos, pelo facto de se verificar alguma instabilidade de ano para ano, quer nos níveis de educação/ensino que oferecem quer na alteração das localizações e das entidades proprietárias, havendo também situações de não resposta ao inquérito enviado pelos serviços.

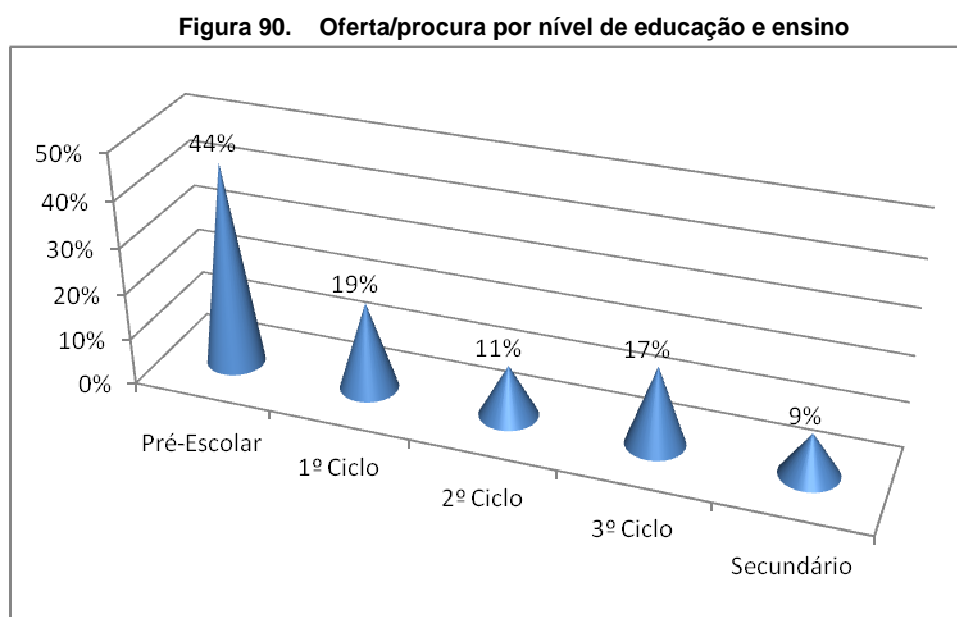
Quando analisamos os dados a nível global verificamos que a rede privada (particular e/ou cooperativa) de estabelecimentos de educação e ensino no concelho apresenta uma tendência de evolução decrescente, a nível da procura, nos 3 anos em análise, conforme se pode verificar pela Figura 89.

Figura 89. Evolução da oferta/procura (ano letivo 2009/2010 a 2011/2012)



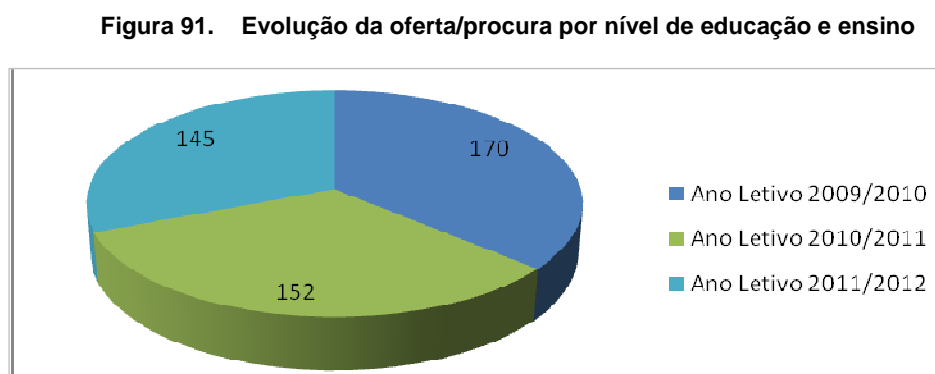
Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

No que se refere às diferentes valências, verifica-se que a resposta de pré-escolar se destaca claramente no número de crianças que estão inscritas neste tipo de estabelecimento, com uma percentagem média de 44% no conjunto das respostas; o 1º ciclo fica nos 19%; o 2º ciclo, 11%; o 3º ciclo, 17 %; e o nível secundário, com uma média de 9%, conforme se pode ver na Figura 90.



Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

Tal como acontecia na rede solidária, também na rede privada a componente de ATL (atividades de tempos livres) assume um peso importante na resposta/procura de alguns estabelecimentos de educação e ensino, conforme se pode verificar pela Figura 91, apresentando contudo uma tendência de evolução decrescente como já acontecia com as restantes ofertas de educação e ensino.



Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

Os alunos que frequentam escolas da rede pública do 1º, 2º e 3º ciclos, frequentam em alguns casos, os estabelecimentos da rede particular e /ou cooperativa na valência de atividades de tempos livres/pós-horário das atividades curriculares, conforme se pode ver na Tabela 33 (dados referentes ao ano letivo 20011/2012).

Tabela 33. Alunos de escolas da rede pública a frequentar a valência de ATL em estabelecimentos da rede privada

Estabelecimentos	Escolas da Rede pública/proveniência alunos ATL	Nº alunos por escola/ATL
O Palhaço Azul	EB1 Caneças	11
	EB1/JI Cesário Verde	1
Externato Jardim do Sol	EB1/JI nº 7 Odivelas	17
Externato O Alicerce	EB 2,3 Moinhos da Arroja	6
	EB 2,3 António Gedeão	4
	EB1/JI nº 7 Odivelas	10
O Bolinha Jardim Infantil Lda.	EB1 Máxima Vaz	6
	EB1/JI Apréstimos	16
	EB1 Amoreira	1
	EB1/JI João Villaret	1
Pino – Educação Infantil, Lda.	EB1 António Maria Bravo	1
	EB2,3 Moinhos da Arroja	3
	EB1 Maria Máxima Vaz	2
	EB2,3 António Gedeão	1
	EB1/JI D. Dinis	8
	EB1/JI Maria Lamas	
Externato Olival Basto Lda.	EB1/Ji Barbosa du Bocage	2
	EB1/JI Olival Basto	13

Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

3.2.2.2. Ensino Artístico

O Conservatório de Música D. Dinis é um estabelecimento de ensino especializado, sediado na freguesia da Póvoa de Santo Adrião, e dedica-se ao ensino da música, desde 1984. É frequentado por alunos de toda a Área Metropolitana de Lisboa, mas o peso de alunos oriundos do concelho de Odivelas, tem uma expressão de 70%.

No seu conjunto, o número de alunos inscritos no Conservatório tem vindo a crescer de ano para ano, ainda que de forma moderada.

A formação oferecida, distribui-se pelo regime articulado (curso básico e curso secundário), regime supletivo (básico e secundário), iniciação musical, pré-iniciação, e livres, conforme se pode verificar na Tabela 34.

Tabela 34. Evolução do Número de Alunos por Oferta Formativa

Oferta Formativa	2009/2010 (Nº alunos)	2010/2011 (Nº alunos)	2011/2012 (Nº alunos)
Pré-Iniciação	21	27	19
Iniciação Musical	97	100	114
Regime Articulado – Curso Básico	311	292	293
Regime Articulado – Curso Secundário	3	1	2
Regime Supletivo – Curso Básico	55	82	80
Regime Supletivo – Curso Secundário	21	24	27
Livres	6	6	4
Nº Total de alunos:	514	532	539

Fonte: Dados recolhidos junto do CMDD, via inquérito.

De forma particular, destaca-se a frequência significativa no regime articulado e regime supletivo do curso básico e na iniciação musical.

Os alunos do regime articulado são alunos que frequentam o ensino regular em escolas dos diferentes graus de ensino (5º ano do básico; 10º ano do secundário), com protocolos com o Conservatório nas componentes especializadas do currículo, ao abrigo da Portaria nº 691/2009, de 25 de junho, alterada pela Portaria nº 267/2001, de 15 de Setembro, e pela Portaria nº 225/2012, de 30 de julho.

As escolas da rede pública do concelho que têm protocolos com o Conservatório de Música D. Dinis, são as escolas EB 2,3 Carlos Paredes, EB 2,3 Vasco Santana, EB 2,3 Pombais e Escola Secundária Pedro Alexandrino. Neste caso, a frequência para os alunos é gratuita, uma vez que nesta modalidade o financiamento é assegurado pelo Ministério da Educação e Ciência, ao abrigo do Despacho nº 12 522/2010, de 4 de agosto.

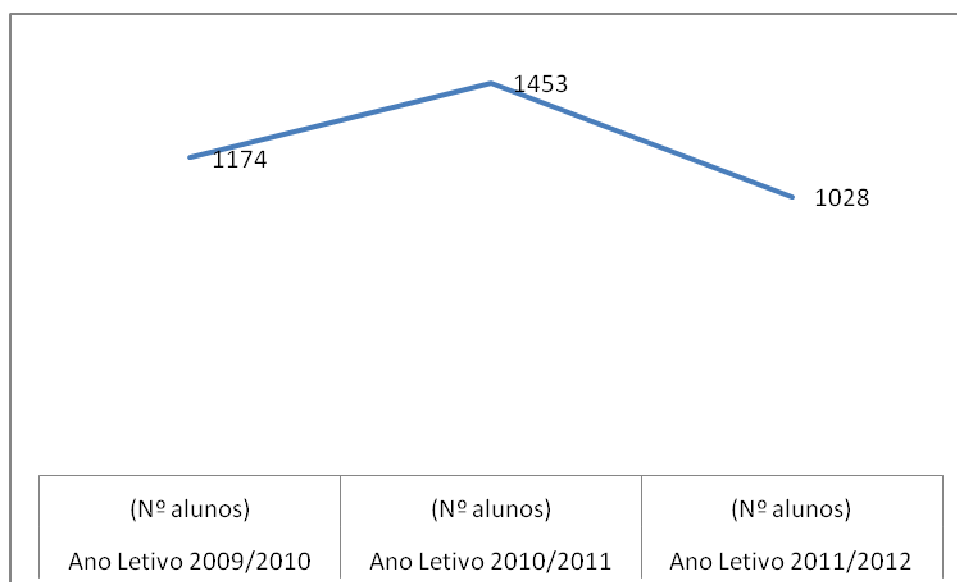
3.2.2.3. Ensino Superior

ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas

No que se refere à resposta de ensino superior, está localizado no concelho de Odivelas, na freguesia da Ramada, o Instituto Superior de Ciências Educativas (ISCE), que oferece cursos de licenciatura, de pós-graduações e de mestrados.

Trata-se de uma instituição particular, reconhecida como escola superior pelo Decreto-Lei nº 415/88. Oferece cursos de formação de profissionais ligados à área da educação, como educadores de infância, professores do ensino básico, educadores sociais e animadores culturais. Paralelamente a esta área específica do saber, o ISCE oferece também na atualidade, formação nas áreas do desporto e do turismo.

Figura 92. Evolução dos alunos inscritos no ISCE



Fonte: Dados recolhidos junto do ISCE, via inquérito

O número total de alunos que têm frequentado as diversas modalidades de formação neste Instituto teve um aumento significativo do ano letivo 2009/2010 para o ano letivo 2010/2011, verificando-se depois um decréscimo acentuado, do ano letivo 2010/2011 para o ano letivo 2011/2012, conforme se pode ver pela Figura 92.

Tabela 35. Evolução do Número de Alunos no grau de licenciatura

Oferta Formativa /Licenciaturas	Ano Letivo 2009/2010 (Nº alunos)	Ano Letivo 2010/2011 (Nº alunos)	Ano Letivo 2011/2012 (Nº alunos)
Animação Sociocultural	28	38	26
Educação Social	72	81	75
Educação Básica	150	160	138
Educação Física e Desporto	156	244	311
Turismo	74	70	48

Fonte: Dados recolhidos junto do ISCE, via inquérito.

A evolução do número de alunos no conjunto dos cursos com vista à obtenção do grau de licenciatura apresenta uma tendência de evolução sempre crescente, nos 3 anos letivos em análise. No entanto, se analisados individualmente, verificam-se oscilações de ano para ano, ora crescentes ora decrescentes, com exceção do Curso de Educação Física e Desporto que apresenta uma tendência de crescimento muito claro no conjunto do período temporal identificado.

Tabela 36. Evolução do Número de Alunos (Pós – Graduações)

Oferta Formativa /Pós-Graduações	Ano Letivo 2009/2010 (Nº alunos)	Ano Letivo 2010/2011 (Nº alunos)	Ano Letivo 2011/2012 (Nº alunos)
Supervisão Pedagógica / Formação de Formadores e, Relação Educativa e Organização Escolar	321	340	114

Fonte: Dados recolhidos junto do ISCE, via inquérito.

A frequência dos cursos de pós-graduação tiveram uma evolução positiva do ano letivo 2009/2010 para 2010/2011, com uma clara retração no ano letivo seguinte, conforme Tabela 36.

Tabela 37. Evolução do Número de Alunos (Cursos de Mestrado)

Oferta Formativa /Mestrados	Ano Letivo 2009/2010 (Nº alunos)	Ano Letivo 2010/2011 (Nº alunos)	Ano Letivo 2011/2012 (Nº alunos)
Educação Especial	281	215	159
Gestão Escolar	34	63	23
Supervisão Pedagógica	17	152	73
Pré-Escolar	17	41	35
1º Ciclo	5	15	15
Pré-Escolar e 1º Ciclo	3	6	11
Crianças e Jovens em Risco	16	28	0

Fonte: Dados recolhidos junto do ISCE, via inquérito.

A tendência de expansão/retração verificado nos cursos de pós-graduação nos anos letivos em análise verifica-se igualmente na frequência dos cursos tendentes à obtenção do grau de mestre, com uma evolução do 1º para o 2º ano, e clara retração no último ano letivo.

A esta situação não será alheio, o facto de se tratar de formação pós - conclusão de um curso superior, que por norma tem custos elevados para os formandos, numa altura em que a crise económica e o nível de desemprego de jovens licenciados apresentam valores preocupantes.

3.2.2.4. Formação Profissional

Centro de Formação para o Setor Alimentar

A formação profissional, para além de complementar a preparação para a vida ativa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, de modo a responder às necessidades conjunturais de emprego, conforme o previsto no artigo 22º, da Lei de Bases do sistema Educativo (*Lei nº 46/86, de 14 de outubro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 115/97, de 19 de setembro, e com as alterações e aditamentos, introduzidos pela Lei nº 49/2005, de 30 de agosto*).

Pelos seus objetivos estratégicos, a formação profissional estrutura-se segundo um modelo institucional e pedagógico suficientemente flexível, que permita integrar os alunos com níveis de formação e características diferenciadas.

Vocacionado para uma área de formação muito específica, está localizado no concelho de Odivelas, freguesia da Pontinha, o Centro de Formação para o Setor Alimentar, que é um Centro de Gestão Participada entre IEFP, 5 Associações Empresariais e Profissionais, e 1 Sindicato (Sindicato de Trabalhadores de Serviços).

Anualmente faz formação para centenas de formandos, quer na área da aprendizagem específica de pastelaria/panificação e cozinha, quer na educação e formação de jovens, educação e formação de adultos, formação contínua, formação pedagógica de formadores, formação para empresários, funcionando também como CNO/RVCC (Centro de Novas Oportunidades/ Reconhecimento e Validação de Conhecimentos e Competências), dando equivalência ao 4º, 6º, 9º e 12º anos.

Tabela 38. Evolução do Número de Alunos por Oferta Formativa

Oferta Formativa (CNO/RVCC)	2009 (Nº formandos inscritos)	2010 (Nº formandos inscritos)	2011 (Nº formandos inscritos)
Equivalência 4º ano	-	-	20
Equivalência 6º ano	41	44	166
Equivalência 9º ano	528	657	896
Equivalência 12º ano	672	839	920
Total CNO/RVCC	1241	1540	2002
Qualificação/Aprendizagem (Pastelaria/Panificação)	18	17	59
EFA – Educação e Formação de adultos	310	415	213
CEF – Educação e Formação de Jovens	89	38	8
Formação Qualificante (empresas)	16	-	-
UFCD – Unidades de Formação Curta Duração	1668	2510	2658
Formação Contínua	276	217	224
UFCD – Unidades de Formação Curta Duração – Para empresas (sede Pontinha)	66	97	82
Formação Contínua/Para empresas (sede Pontinha)	36	-	-
Formação Formadores	17	15	11
Formação Interna	26	24	-
Formação para Empresários	-	43	33

Fonte: Dados recolhidos junto do CFAP, via inquérito.

Fazendo uma análise mais detalhada à formação ministrada neste Centro, e à sua evolução nos 3 anos em análise, verificamos que se destaca em termos de número de formandos inscritos nas diversas modalidades de formação, as equivalências nos níveis de formação do ensino básico e secundário, com especial enfoque nas equivalências ao 9º e 12º anos de escolaridade.

Os cursos EFA (Educação e Formação de Adultos) também têm tido grande impacto na oferta do Centro, tendo no entanto decrescido no último ano em análise (2011); os CEF (Cursos de Educação e Formação), comparativamente, têm menos impacto, tendo vindo a decrescer o

número de inscritos neste tipo de formação. Por sua vez, a formação qualificante na aprendizagem da área de pastelaria/panificação, apresenta uma evolução crescente, no período em análise.

4. Resultados escolares

Neste ponto dos resultados escolares, iremos fazer uma abordagem a um conjunto de indicadores que, de forma direta ou indireta, se interligam e influenciam as conclusões finais sobre esta matéria, nomeadamente: a evolução das taxas de transição/retenção; as questões da frequência e do abandono escolar; o “desvio etário”; os resultados oficiais dos exames; o cálculo da taxa real de escolarização.

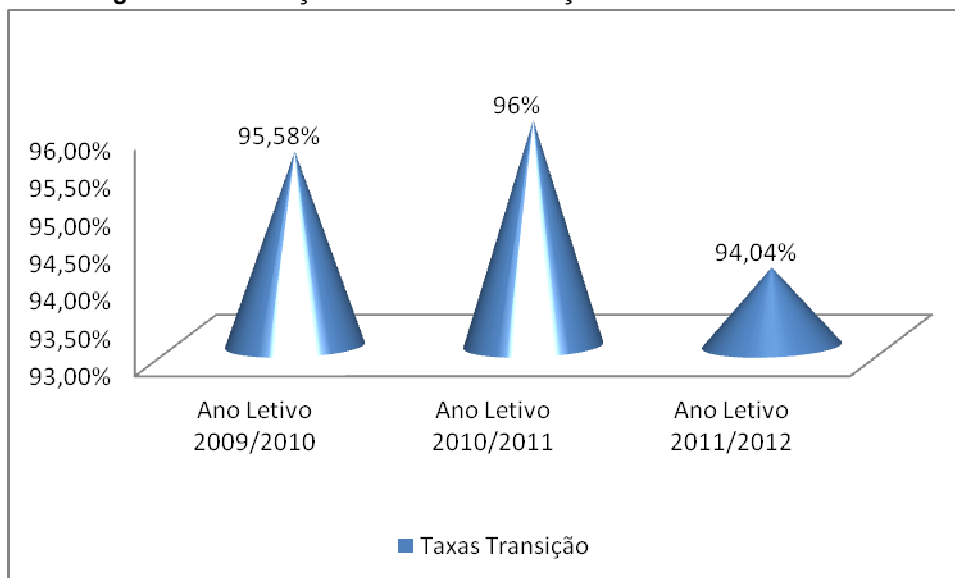
4.1. Rede Pública/Rede Privada

4.1.1. Taxas de Transição/Retenção

Taxas de Transição

Quando olhamos para a Figura 93, verificamos que a evolução da taxa média de transição no 1º ciclo do ensino básico no concelho, se manteve acima dos 95%, nos anos letivos 2009/2010 e 2010/2011 (95,58% e 96%, respetivamente), verificando-se depois uma diminuição no ano letivo 2011/2012, passando para 94,04%.

Figura 93. Evolução das taxas de transição no 1º ciclo do ensino básico

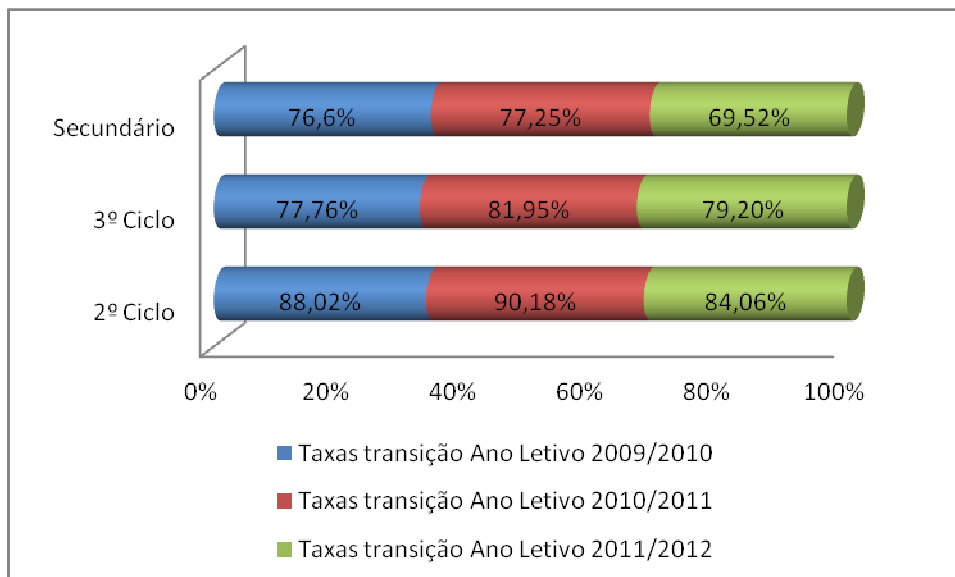


Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito (com tratamento próprio).

No que se refere às taxas de transição do 2º e 3º ciclos e do ensino secundário, torna-se clara numa primeira abordagem, a distinção entre os 3 níveis de ensino, em termos das possibilidades de transição que oferecem.

O 2º ciclo situa-se sempre acima dos 80% nos 3 anos em análise, chegando mesmo aos 90% no ano letivo 2010/2011; o 3º ciclo do ensino básico situa-se entre os 78% e os 82%, aproximadamente; e o ensino secundário fica sempre no intervalo dos 70%, nos 3 anos letivos em análise (ver Figura 94).

Figura 94. Evolução das taxas de transição no 2º, 3ºCEB e secundário



Fonte: Dados recolhidos junto dos AE e escolas não agrupadas, via inquérito

Em termos de evolução no tempo, verificamos um aumento nas taxas de transição nos 2 ciclos do ensino básico entre o ano letivo 2009/2010 e o ano letivo 2010/2011, assim como um aumento no ensino secundário, ainda que mais modesto.

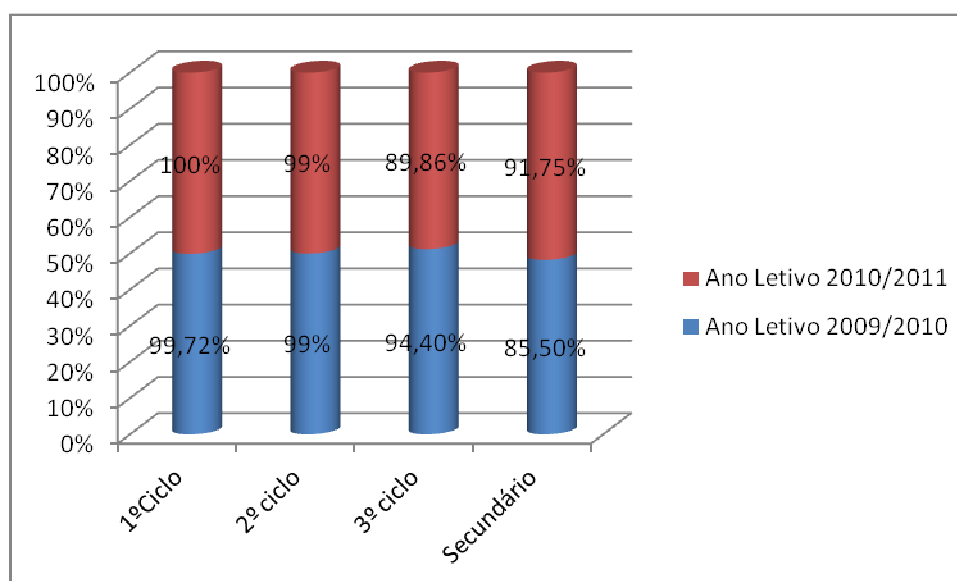
Do ano letivo 2010/2011 para o ano letivo 2011/2012 verifica-se uma clara retração nas taxas de transição nos 3 ciclos de ensino em análise. Tal evidência poderá dever-se não tanto ao facto de os alunos terem mais ou menos sucesso nas suas aprendizagens no ano letivo em causa, mas a eventual alteração dos critérios de avaliação nas escolas.

Rede Privada

Fazendo uma análise global das taxas de transição no ensino privado do concelho nos anos letivos 2009/2010 e 2010/2011, verificamos algumas oscilações por nível de ensino, ou seja, verifica-se uma tendência de evolução positiva de 2009/2010 para 2010/2011 a nível do 1º, 2º ciclo e ensino secundário, e uma evolução negativa no 3º ciclo, conforme Figura 95.

De realçar as altas taxas de transição no 1º e 2º ciclos nos 2 anos letivos em análise (100% no 1º ciclo e 99% no 2º ciclo), e o facto de as taxas de transição nestes 2 anos letivos nos estabelecimentos de ensino da rede privada serem sempre superiores aos da rede pública, em todos os ciclos de ensino.

Figura 95. Taxa de Transição por nível de ensino (2009/2010 – 2010/2011)

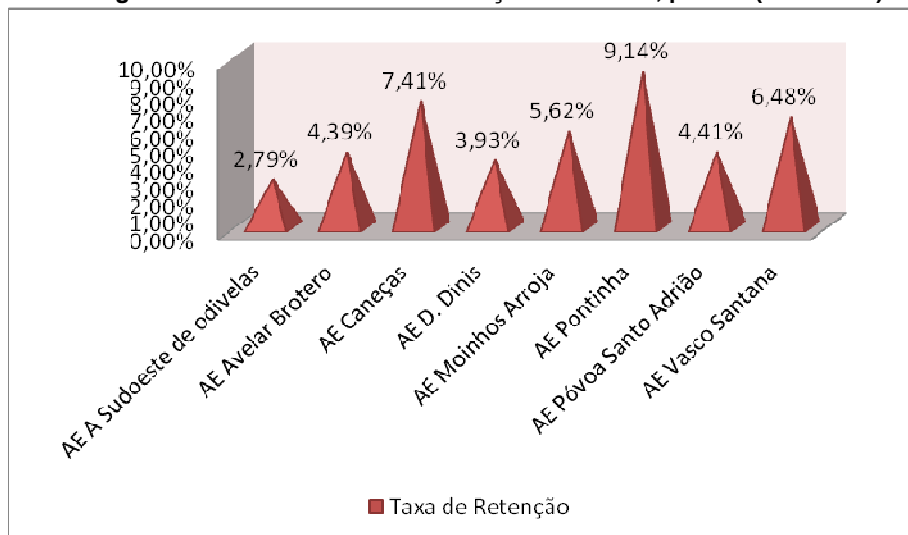


Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito

Taxas de Retenção

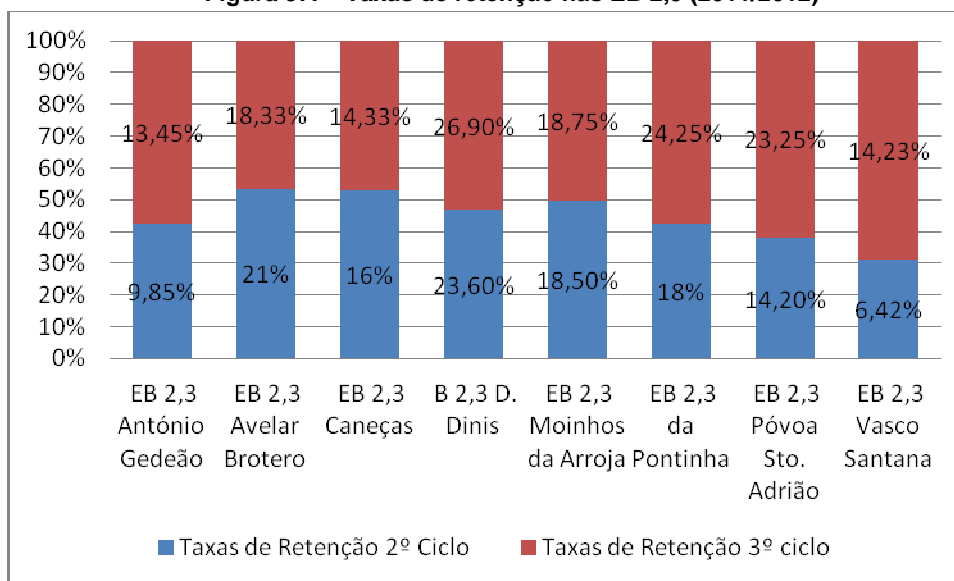
Rede Pública

No que se refere às taxas de retenção optou-se por fazer uma análise mais individualizada do último ano letivo (2011/2012), fazendo-se uma abordagem geral por níveis de ensino e por agrupamento de escolas e/ou por escola não agrupada.

Figura 96. Taxas médias de retenção no 1º CEB, por AE (2011/2012)

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

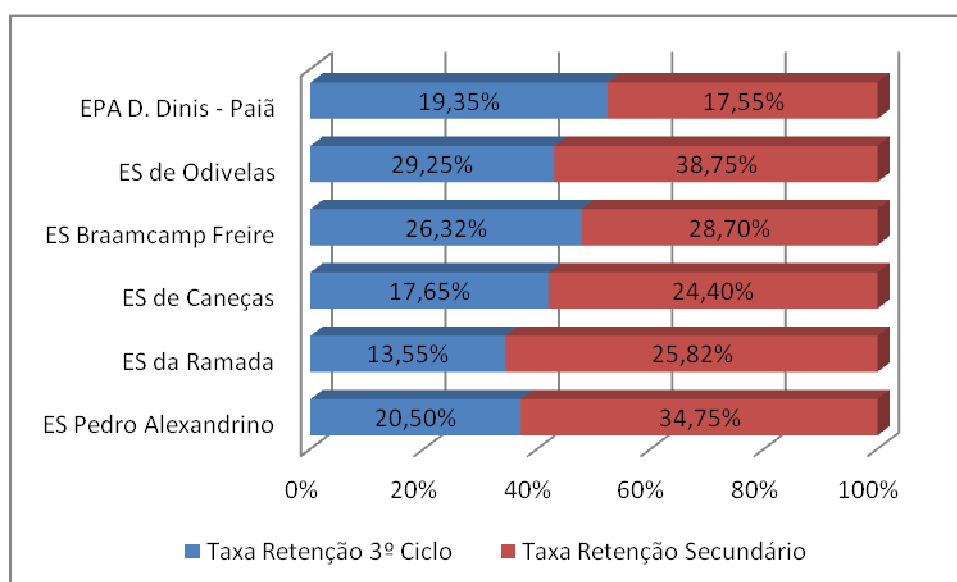
Numa análise mais fina, e utilizando os últimos dados fornecidos diretamente pelos agrupamentos de escolas do concelho, relativos ao último ano letivo (2011/2012), verificamos que 50% dos agrupamentos de escolas apresentam taxas médias de retenção superiores a 5% no 1º ciclo do ensino básico, sendo que a taxa média de retenção mais elevada é a do Agrupamento de Escolas da Pontinha (9,14%), e a taxa média mais baixa é a do Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas (2,79%), conforme Figura 96.

Figura 97. Taxas de retenção nas EB 2,3 (2011/2012)

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Fazendo o mesmo exercício de uma análise individualizada no que se refere à aferição da taxa média de retenção nas escolas do 2º e 3º ciclos do ensino básico do concelho no último ano letivo (2011/2012), verificamos que a taxa média de retenção no 2º ciclo se situa num intervalo alargado que vai de um mínimo de 6,42% na EB 2,3 Vasco Santana e um máximo de 23,6% na EB 2,3 dos Pombais; no que se refere ao 3º ciclo, o intervalo varia entre os 13,45% na EB2,3 António Gedeão e os 26,9% na EB 2,3 dos Pombais, conforme Figura 97.

Figura 98. Taxas de retenção nas ES e EP (2011/2012)

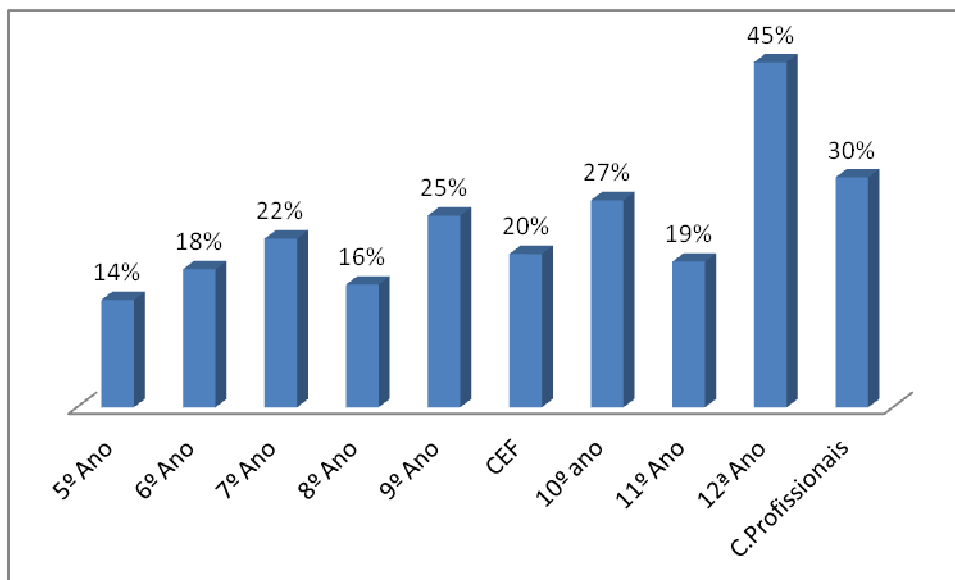


Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, via inquérito

Se analisarmos a Figura 98, verificamos que nas 5 escolas secundárias do concelho, que também lecionam o 3º ciclo, verifica-se claramente, em todas elas, que a taxa média de retenção no 3º ciclo é sempre inferior à taxa média de retenção no ensino secundário.

A este facto não será alheia a tradição da escolaridade obrigatória a nível do ensino básico, que só encontra correspondência a nível do ensino secundário a partir do presente ano letivo, com os alunos que frequentam este ano, pela primeira vez, o 10º ano de escolaridade.

A Escola Profissional D. Dinis da Paiã, pelas suas características específicas, apresenta taxas de retenção similares entre a formação correspondente ao 3º ciclo e os cursos profissionais de nível secundário.

Figura 99. Taxas de retenção por ano de escolaridade (2º, 3º CEB e ES - 2011/2012)

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, via inquérito

Se analisarmos as taxas médias de retenção, por ano de escolaridade, no 3º ciclo e ensino secundário, referentes ao ano letivo 2011/2012, verificamos que é nos anos de escolaridade de início e fim de ciclo que se verificam as maiores taxas de retenção (7º e 9º ano no 3º ciclo; 10º e 12º ano no ensino secundário), conforme Figura 99.

Esta evidência poderá estar relacionada com uma maior dificuldade em os alunos se adaptarem a um novo ciclo com eventual mudança de professores e currículos nos anos de início de ciclo, e com um maior nível de exigência em termos académicos, nos anos terminais de cada ciclo.

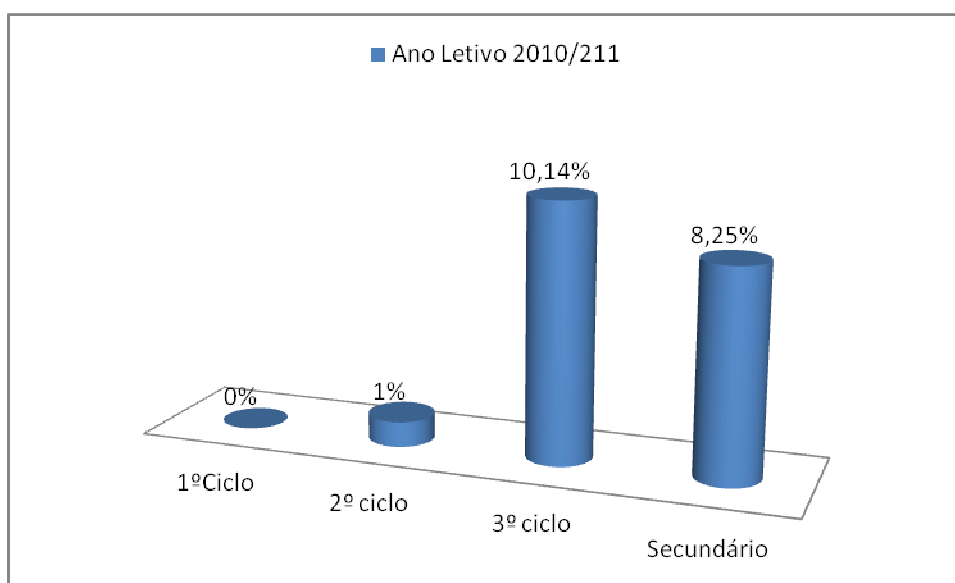
No que se refere aos cursos CEF, verificamos que a taxa de retenção é inferior à média do 9º ano de escolaridade (20% nos cursos CEF e 25% no 9º ano do ensino regular); nos cursos profissionais de nível secundário, a média de retenção é bastante inferior àquilo que é a média de retenção do 12º ano do ensino regular (30% nos cursos profissionais e 45% no 12º ano do ensino regular).

Rede Privada

No que se refere à taxa de retenção no ensino privado, e utilizando os últimos dados disponíveis (ano letivo 2010/2011), verifica-se uma taxa de retenção média de tendencialmento

0% no 1º ciclo do ensino básico; o 2º ciclo também apresenta uma taxa de retenção mínima (1%), conforme Figura 100.

Figura 100. Taxa de retenção por nível de ensino



Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito

Quando olhamos para os valores do 3º ciclo do ensino básico, verificamos que os mesmos apresentam uma taxa média de retenção superior ao nível secundário. Este facto, não se deve a uma tendência para contrariar aquilo que tem sido as evidências constatadas na rede pública (em que a taxa média de retenção no ensino secundário é sempre superior à do 3º ciclo), mas mais ao facto de um estabelecimento de ensino (Externato Júlio César) apresentar no ano em questão, uma taxa de retenção anormalmente alta, comparativamente com os outros estabelecimentos de ensino privados que lecionam este nível de ensino no concelho (19%).

Taxas de retenção e desistência na Grande Lisboa (Comparação)

No que se refere à taxa de retenção e desistência no concelho (rede pública e rede privada), e tendo por base os dados disponíveis da Grande Lisboa, verificamos que os valores de Odivelas se apresentam ligeiramente mais elevados no seu global se considerarmos o ensino básico (no seu conjunto) e o ensino secundário, conforme Tabela 39.

Tabela 39. Evolução Taxas de retenção e desistência (Odivelas/Grande Lisboa)

Taxas de Retenção e desistência	Ano Letivo 2008/2009	Ano Letivo 2009/2010	Ano Letivo 2010/2011
Grande Lisboa			
Ensino Básico	9,3%	9,3%	8,6%
1º Ciclo	4,1%	4,1%	3,8%
2º Ciclo	10,6%	10,3%	9,2%
3º Ciclo	16,4%	16,3%	15,2%
Ensino Secundário	20,9%	21,8%	24,6%
Odivelas			
Ensino Básico	10,5%	10,5%	9,9%
1º Ciclo	4,4%	4,1%	4,0%
2º Ciclo	9,3%	10,1%	9,0%
3º Ciclo	19,3%	19,0%	17,8%
Ensino Secundário	26,3%	25,5%	27,0%

Fonte: DGEEC e DSEE, 2012.

Se fizermos uma análise ao ensino básico, mas por nível de ensino, verificamos uma estabilidade nos resultados de todos os níveis de ensino nos anos letivos 2008/2009 e 2009/2010, verificando-se depois uma descida nas taxas de retenção e desistência no ano letivo 2010/2011, no 1º, 2º e 3º ciclos. O ensino secundário apresenta-se como exceção quer na Grande Lisboa quer no concelho de Odivelas, uma vez que as taxas de retenção e desistência têm sempre tendência crescente, de ano para ano, nos 3 anos considerados.

Fazendo uma análise mais fina de comparação por nível de ensino, verificamos que no 1º ciclo de ensino básico, Odivelas apresenta oscilações de ano para ano relativamente à Grande Lisboa, ora descendo ora subindo, mas sempre com diferenças mínimas, havendo um ano letivo em que se verifica a mesma taxa de retenção da Grande Lisboa (4,1% no ano letivo 2009/2010); no 2º ciclo apresenta uma taxa ligeiramente inferior nos 3 anos em análise; no 3º ciclo e no ensino secundário, Odivelas apresenta uma taxa média mais elevada, nos 3 anos em análise.

4.1.2 Resultados dos exames

Tendo em conta que os resultados dos exames têm sido divulgados publicamente a nível nacional, e como no último ano letivo já foi possível ter presente nessa divulgação alguns dados do contexto das escolas, com tratamento prévio pela Universidade Católica do Porto,

considerou-se de interesse introduzir esta informação no documento de revisão da Carta Educativa.

Deverá contudo fazer-se algumas considerações prévias sobre estes resultados, a saber:

- Os resultados do básico dizem respeito às provas de 9º ano de Português e Matemática (resultados da 1ª fase/alunos internos), e valem 30% no global da avaliação final dos alunos;
- Os dados do contexto fornecidos pelo Ministério da Educação são referentes ao ano letivo 2010/2011, o que quer dizer que estão desfasados 1 ano dos dados dos exames;
- Os dados de contexto não caracterizam a escola em si, mas o Agrupamento de Escolas (no caso das escolas do 2º e 3º ciclos que estão integradas em Agrupamentos), pelo que os dados também dizem respeito aos alunos do 1º e 2º ciclos;
- Os contextos foram definidos pela habilitação média de ambos os pais, a profissão do pai, e a % de alunos com ação social escolar;
- Os contextos só foram definidos para a rede pública.

Identificação dos contextos:

Contexto 1 – (25% dos AE com valores mais desfavoráveis nas 3 variáveis de contexto).

Contexto 2 – (25% dos AE com valores um pouco mais elevados do que os do contexto 1).

Contexto 3 – (25% dos AE com valores um pouco mais elevados do que os do contexto 2).

Contexto 4 – (25% dos AE com valores um pouco mais elevados do que os do contexto 3).

No que se refere à integração das escolas da rede pública de Odivelas nos diferentes contextos, temos:

Contexto 1: Zero (0) escolas em Odivelas;

Contexto 2: EB 2,3 Pombais; EB 2,3 Castanheiros; EB 2,3 Pontinha; EB 2,3 Moinhos Arroja; EB 2,3 Carlos Paredes.

Contexto 3: EB 2,3 António Gedeão; EB 2,3 Avelar Brotero; ES Pedro Alexandrino; ES Braamcamp Freire; ES Caneças; ES Odivelas.

Contexto 4: EB 2,3 Vasco Santana; ES Ramada.

Tabela 40. Resultados do Ensino Básico (Ano Letivo 2011/2012)

Escola	Média	Habilitações Pais (anos)	Profissões pais (% profissões mais qualificadas)	% Alunos ASE (A)	Contexto	Variação face ao contexto	Público/ Privado
Instituto de Odivelas	3,47						PUB
Instituto Ciências Educativas	3,03						PRIV
EB 2,3 Vasco Santana	2,88	11,04	39,93	15,47	4	-	PUB
EB 2,3 Pombais	2,83	9,43	20,45	32,52	2	+	PUB
ES Ramada	2,80	10,75	37,78	4,57	4	-	PUB
Externato Flor do Campo	2,80						PRIV
ES Pedro Alexandrino	2,72	9,70	23,23	27,21	3	-	PUB
EB 2,3 António Gedeão	2,69	8,84	24,42	26,01	3	-	PUB
EB 2,3 Castanheiros	2,62	8,84	21,58	28,29	2	-	PUB
EB 2,3 Pontinha	2,55	8,38	18,02	38,15	2	-	PUB
EB 2,3 Moinhos Arroja	2,52	9,16	17,88	30,33	2	-	PUB
ES Odivelas	2,45	9,35	26,86	17,39	3	-	PUB
ES B. Freire	2,41	8,50	18,88	21,08	3	-	PUB
EB 2,3 Avelar Brotero	2,38	9,92	37,33	26,71	3	-	PUB
ES Caneças	2,37	8,59	18,36	19,37	3	-	PUB
EB 2,3 Carlos Paredes	2,28	9,27	18,12	33,56	2	-	PUB

Fonte: Dados fornecidos pelo Ministério da Educação e com tratamento pela Universidade Católica

Quando olhamos para a Tabela 40, verificámos que no concelho de Odivelas apenas uma escola básica ficou colocada acima do valor esperado para o contexto, isto é, teve resultados superiores ao esperado tendo em conta o contexto de proveniência dos alunos que a

frequentam (EB 2,3 Pombais); o melhor resultado da rede pública foi atingido pela escola EB 2,3 Vasco Santana, na Ramada; o melhor resultado no concelho foi o do Instituto de Odivelas; o melhor resultado da rede privada foi do ICE (Instituto de Ciências Educativas).

Tabela 41. Resultados do Ensino Secundário (Ano Letivo 2011/2012)

Escola	Média Exames	Media referência	Valor esperado contexto	Habilitações Pais (anos)	Profissões pais (% profissões mais qualificadas)	% Alunos ASE (A)	Contexto	Variação face ao contexto	Publico/ Privado
Instituto Odivelas	12,30	10,14							PUB*
Instituto Ciências Educativas	11,17	9,93							
Externato Flor Campo	11,00	9,74							
ES Ramada	10,02	10,08	10,28	10,75	37,78	4,57	4	-	PUB
ES Caneças	9,75	10,32	9,91	8,59	18,36	19,37	3	-	PUB
ES Braamcamp Freire	9,23	10,33	9,92	8,50	18,88	21,08	3	-	PUB
ES Pedro Alexandrino	9,19	10,23	9,85	9,70	23,23	27,21	3	-	PUB
ES Odivelas	8,87	10,16	9,78	9,35	26,86	17,39	3	-	PUB

Fonte: Dados fornecidos pelo Ministério da Educação e com tratamento pela Universidade Católica

No que se refere aos resultados do ensino secundário, foi calculada uma média de referência, ou valor esperado para a escola, através do cruzamento entre a média dos exames e a média de referência para o contexto.

A média dos exames realizados referem-se ao 11º e 12º anos, tem um peso de 30% no final dos resultados, e dizem respeito a 8 disciplinas (biologia e geologia, geografia, geometria descritiva, história, física e química, economia, matemática e português).

Quando olhamos para a Tabela 41 verificamos que o melhor resultado da rede pública foi atingido pela Escola Secundária da Ramada; o melhor resultado no concelho foi o do Instituto de Odivelas; o melhor resultado da rede privada foi do ICE (Instituto de Ciências Educativas).

Esta apresentação dos resultados dos exames, com todos os condicionalismos já referidos anteriormente, não deixa de nos desafiar e fazer refletir sobre a complexidade e variedade de fatores que estão implicados nos processos de aquisição de conhecimentos por parte dos alunos, quer ao nível da sala de aula, quer ao nível da escola no seu conjunto.

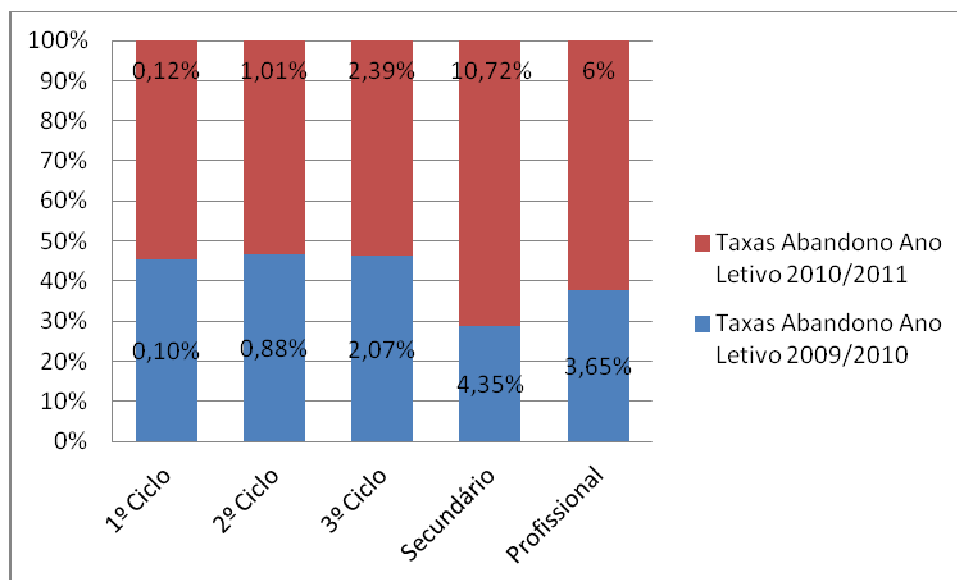
Apesar de numa leitura aligeirada podermos ter a tentação de considerar a Escola A ou a Escola B como sendo aquelas que na verdade têm os resultados médios mais elevados, e por isso, serem as que tendencialmente “acrescentam mais valor” aos seus alunos, não podemos encarar estes resultados de forma simplista como uma medida de “valor acrescentado”, uma vez que estamos a comparar médias globais e não resultado aluno a aluno, e estas diferenças podem acontecer por uma série de motivos que as escolas não controlam, como por exemplo: o contexto sociocultural onde a escola se insere; a qualificação e mobilidade do corpo docente; a cooperação ativa dos pais com a escola, entre outros.

Referir a propósito, que os relatórios do Programa PISA identificam uma elevada heterogeneidade socioeconómica e cultural das famílias portuguesas, dando especial relevo ao importante papel que este fator tem nos resultados das aprendizagens dos alunos (ver Ramalho, Glória, 2003).

Assim sendo, a leitura das Tabelas, deve ser encarado como um simples apontamento informativo, apresentando um conjunto de dados que foram tornados públicos sobre os resultados das escolas do concelho nos exames nacionais no ano letivo transato, sem todavia pretender que essas inferências tenham legitimidade para conclusões generalistas ou ser objeto de extrapolação para qualquer outro âmbito.

4.2. Abandono Escolar

Quando nos referimos aqui ao abandono escolar, não estamos a considerar aquilo que se entende por “taxa de abandono escolar oficial”, mas sim aos alunos que abandonaram as atividades escolares sem que tenham completado o percurso escolar considerado obrigatório, embora neste caso, também se identifique o nível secundário. Neste caso do abandono escolar, só foi possível apresentar resultados das escolas da rede pública.

Figura 101. Evolução das taxas de abandono escolar por nível de ensino

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, via inquérito

Quando analisamos a Figura 101 verificamos que o abandono escolar a nível do 1º ciclo do ensino básico apresenta valores que podem ser considerados de “tendencialmente zero”; o 2º ciclo situa-se num valor aproximado de 1% nos 2 anos letivos em análise; e o 3º ciclo evolui para o valor de 2%. No que se refere ao nível secundário (que nos anos letivos em análise ainda não integrava a escolaridade obrigatória), a taxa de abandono é mais significativa, tendo evoluído de 4,35% no ano letivo 2009/2010 para 10,72%, no ano letivo 2010/2011.

4.3 Taxa bruta de escolarização e pré-escolarização

Quando falamos da taxa bruta de escolarização e de pré-escolarização, analisamos a situação através do cruzamento da população residente em idade escolar com a população que frequenta as escolas do concelho em diferentes níveis de educação e ensino, independentemente de os alunos se encontrarem ou não na “idade ideal” em cada um dos ciclos (considerando os escalões etários de 3-5 anos para o pré-escolar; 6 - 9 anos para o 1º ciclo, 10 - 14 anos para o 2º e 3º ciclo e 15 - 17 anos para o ensino secundário - DGOTDU, 2002).

Tendo em conta os dados dos Censos 2011 sobre a população residente no concelho, desdobrada por faixas etárias correspondentes aos intervalos de idades definidas pelo Ministério da Educação para a frequência de cada nível de ensino, apresenta-se de seguida a taxa bruta de escolarização e de pré-escolarização no concelho, incluindo os dados da rede pública e da rede privada.

Tabela 42. Taxa bruta de escolarização e pré-escolarização (publico/privado)

População em idade escolar			
Níveis de educação e ensino	População residente em idade escolar 2011	População a frequentar escolas no concelho (2011/2012)	Taxa bruta de escolarização e pré-escolarização
Pré - escolar	4.271	3.077	72%
1º Ciclo	5.719	5.793	101,3%
2º e 3º Ciclos	7.158	8.464	118,2%
Secundário e Profissional	4.248	4.050	95,3%

Fonte: Censos 2011

Numa análise genérica dos dados apresentados na Tabela 42, verificamos que nos níveis de ensino em que a escolaridade era obrigatória no ano letivo em análise (2011/2012), o concelho apresentava taxas brutas de escolarização acima dos 100%, o que quer dizer que “teoricamente” toda a população residente neste nível etário (ensino básico) estava a ser escolarizada, e ainda havia população escolar que não residia no concelho; o nível secundário apresenta uma taxa de escolarização inferior a 100%, podendo aqui ter importância a não escolaridade obrigatória deste nível de ensino no ano letivo de referência; a taxa de pré-escolarização situa-se nos 72%.

Tabela 43. Taxa bruta de escolarização (publico)

População em idade escolar			
Níveis de educação e ensino	População residente em idade escolar 2011	População a frequentar escolas no concelho (2011/2012)	Taxa bruta de escolarização
1º Ciclo	5.719	5.414	94,7%
2º e 3º Ciclos	7.158	7.920	110,6%
Secundário e Profissional	4.248	3.873	91,2%

Fonte: Censos 2011

Se considerarmos só a população escolar que frequenta as escolas da rede pública, conforme Tabela 43, verificamos que a nível do 2º e 3º ciclo, a taxa bruta de escolarização continua superior a 100%, o que vem confirmar o facto de haver muitos alunos residentes em concelhos limítrofes (Sintra, Loures, Amadora) a frequentar escolas em Odivelas (aqui estamos a referir-nos não só às 8 escolas que lecionam o 2º e o 3º ciclo, mas também às 5 escolas secundárias (uma vez que também lecionam o 3º ciclo do ensino básico), sendo que o inverso também acontece.

Tabela 44. Taxa bruta de pré-escolarização (público/social)

População em idade escolar					
Níveis de educação e ensino	População residente em idade escolar	População a frequentar pré-escolar- rede pública (2011/2012)	População a frequentar pré-escolar- rede social (2011/2012)	Total (rede pública/rede social)	Taxa bruta de pré-escolarização
Pré - escolar	4.271	1356	850	2206	51,6%

Fonte: Censos 2011

No sentido de fazermos uma comparação sobre o nível de evolução da taxa de pré-escolarização no concelho relativamente àquilo que tinha sido apurado no documento da Carta Educativa (com os dados dos Censos 2001 no que refere à população residente desta faixa etária e os dados da população escolar referentes ao ano letivo 2004/2005), fez-se uma análise isolada à rede pública e rede social, conforme Tabela 44, verificando-se um crescimento significativo da mesma, uma vez que a taxa geral (público/social) passou de 38,3% para 51,6%. Se considerarmos só a rede pública, verifica-se um crescimento de 21% para 31,7%.

De referir contudo, que os dados apresentados são sempre relativos, uma vez que a mobilidade dos alunos inter - concelhos é uma realidade, quer alunos residentes em Odivelas e que frequentam escolas nos concelhos vizinhos, quer alunos do exterior e que frequentam escolas no concelho.

4.4. Taxa real de escolarização e desvio etário

O facto de ter evoluído de forma muito significativa a frequência escolar (ou seja de uma grande percentagem dos alunos em idade escolar estar na escola), tal não significa que todos frequentem o ciclo ou nível de ensino correspondente ao seu escalão etário.

Existe um consenso generalizado em todos os estudos oficiais, sobre a existência de um desvio etário entre a idade cronológica dos alunos portugueses e a idade “ideal” ou de referência para frequência dos diferentes níveis de educação e ensino, com um número considerável de alunos matriculados com idades superiores à idade normal.

Este desfasamento etário é sinalizado em todos os ciclos e níveis de educação e ensino, desde o início da escolaridade, mas atingindo valores mais significativos à medida que se evolui para ciclos de estudo mais avançados.

Esta evidência de um “persistente desvio etário” justifica-se nos níveis mais baixos porque existem crianças que por questões diversas (incluindo o mês de nascimento) só ingressam no 1º ciclo com 7 anos (já com 1 ano de desvio etário), e depois, à medida que os ciclos de ensino vão avançado, as repetidas retenções ao longo do itinerário escolar de um considerável número de alunos contribui para reforçar este desvio, que é progressivamente agravado à medida que se progride na escolaridade.

Tendo em conta os intervalos de idade definidos pelo Ministério da Educação para a frequência dos diferentes níveis e ciclos de ensino já identificados no ponto anterior, tentamos fazer uma abordagem no que concerne ao peso dos alunos que frequentam as escolas da rede pública do concelho, e que “teoricamente” se encontram na situação de desvio etário.

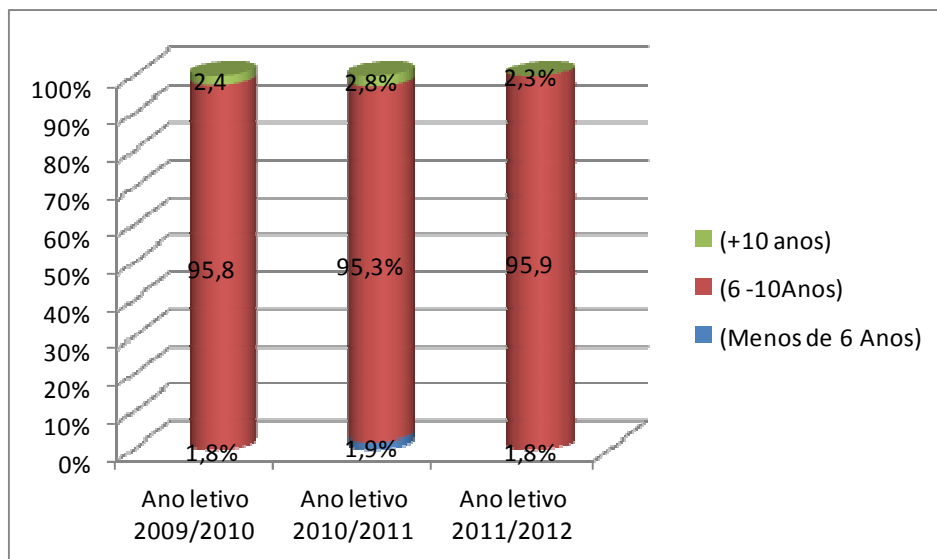
Para levarmos a cabo uma análise com menos margem de erro, consideramos como intervalo para cálculo do “desvio etário”:

1º CEB – alunos a frequentar com menos de 6 anos ou mais de 10 anos;

2º CEB – alunos a frequentar com menos de 10 anos ou mais de 12 anos;

3º CEB – alunos a frequentar com menos de 12 anos e mais de 15 anos;

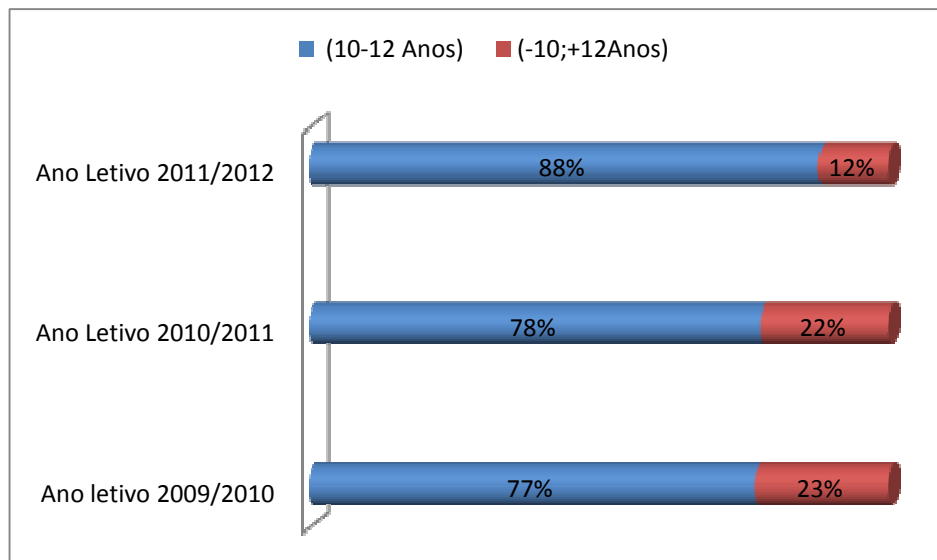
Secundário – alunos a frequentar com menos de 15 anos e mais de 18 anos.

Figura 102. Idade cronológica/idade de referência dos alunos do 1º CEB

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas e escolas, via inquérito

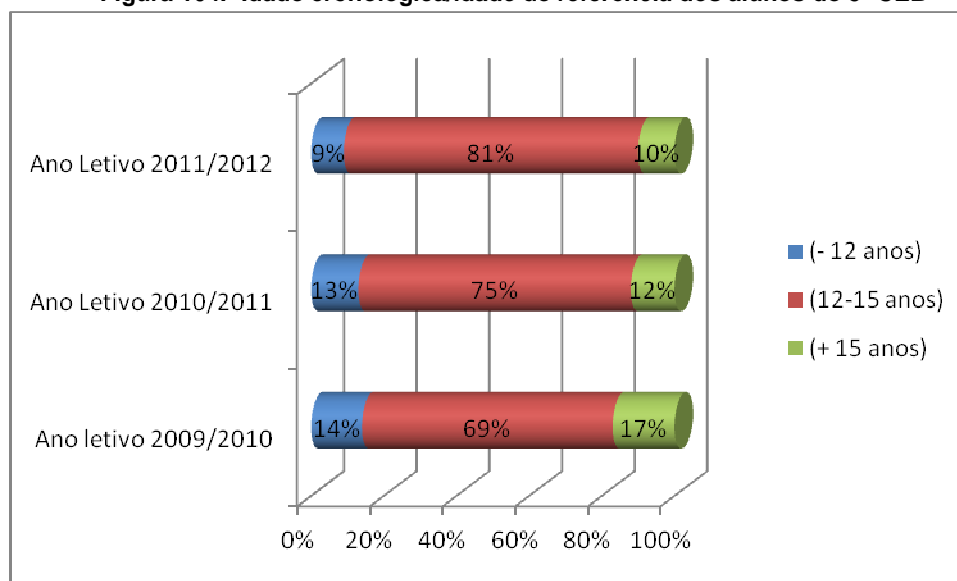
Quando analisamos a Figura 102 verificamos que a nível dos alunos que frequentam as escolas do 1º CEB do concelho, mais de 95% se concentra no nível de referência adequado nos 3 anos letivos em análise, isto é, têm idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos de idade.

Depois, temos sempre mais de 2% de alunos com mais de 10 anos (quase 3%, no ano letivo 2010/2011), e um valor mais residual dos chamados “alunos condicionais”, isto é, que entraram para o 1º ciclo do ensino básico antes de terem concluído os 6 anos de idade (menos de 2%).

Figura 103. Idade cronológica/idade de referência dos alunos do 2º CEB

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas e escolas, via inquérito

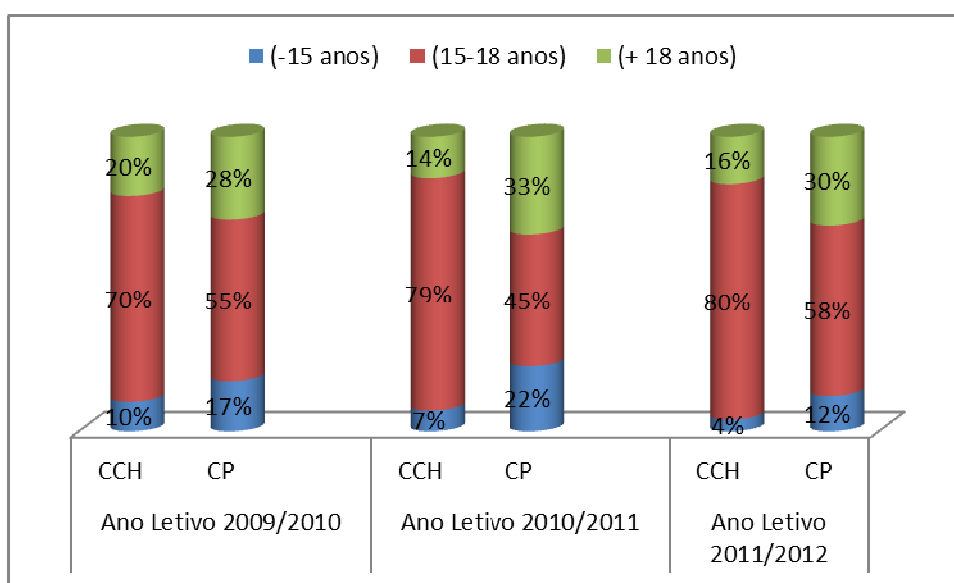
Quando analisamos a Figura 103 apresenta-se como evidência imediata um aumento significativo de alunos fora da idade de referência para este ciclo de ensino (10-12 anos), relativamente àquilo que se tinha verificado no 1º ciclo. Aqui, verifica-se contudo, que esse desfasamento etário vai diminuindo progressivamente no período em análise (23% no ano letivo 2009/2010 e apenas 12% no último ano letivo em análise – 2011/2012).

Figura 104. Idade cronológica/idade de referência dos alunos do 3º CEB

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

Quando analisamos o 3º ciclo do ensino básico, verificamos que apesar de se encontrar uma percentagem significativa de alunos inscritos neste nível de ensino com mais de 15 anos, essa tendência teve uma evolução decrescente ao longo do período em análise.

Figura 105. Idade cronológica/idade de referência dos alunos do ensino secundário



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

No que se refere ao nível secundário, conforme Figura 105, verifica-se alguma oscilação de ano para ano ao longo do período em análise, podendo contudo afirmar-se que o “desvio etário” é mais significativo nos alunos que frequentam cursos profissionais (CP) relativamente àqueles que frequentam os cursos científico-humanísticos (CCH), quer no que se refere à entrada no ciclo de ensino antes dos 15 anos quer no seu prolongamento no sistema, depois dos 15 anos.

5 – Apoios e Complementos Educativos/Rede Pública

Os apoios e complementos educativos previstos nos artigos 27º e seguintes da Lei de Bases do Sistema Educativo abrange as crianças e os alunos que frequentam a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário em estabelecimentos de ensino públicos, ou particulares e cooperativos em regime de contrato de associação.

A atribuição dos apoios aos alunos regem-se pelos princípios da equidade, da diferenciação positiva e da solidariedade social, no sentido de contribuir para o direito efetivo de todas as crianças à educação e ensino, assim como a igualdade de oportunidades de acesso e sucesso escolares, conforme enunciado no Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março.

O acesso aos benefícios decorrentes dos apoios no âmbito da ação social escolar é determinado em função da situação dos alunos, em particular da condição socioeconómica dos agregados familiares, aplicando-se nos apoios os mesmos critérios usados para a atribuição do abono de família.

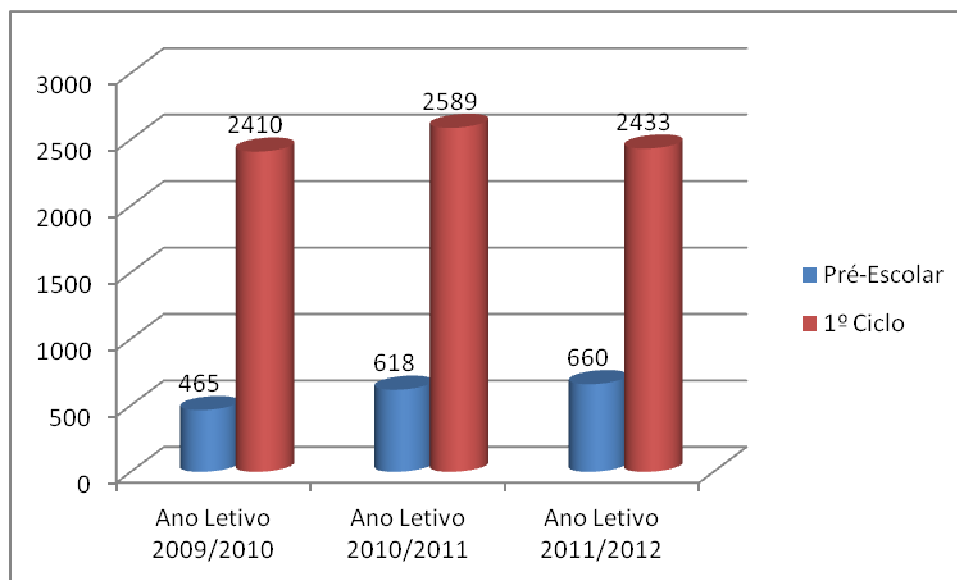
Os montantes a atribuir e as condições de acesso são fixadas anualmente pelo Ministério da Educação, podendo no entanto as Câmaras Municipais, dentro das suas competências aumentar e/ou alargar os apoios aos alunos de acordo com as diferentes realidades ou características das populações que abrangem.

5.1. Ação Social Escolar

No âmbito da ação social escolar iremos situar-nos na análise dos alunos abrangidos pelas modalidades de apoio alimentar e de auxílios económicos, no que respeita ao 1º, 2º, 3º ciclos e secundário. Quando se refere os auxílios económicos, estamos a incluir nesta modalidade o apoio para a aquisição de livros e material escolar.

No caso de Odivelas, e no que respeita ao 1º ciclo do ensino básico, como tem sido política municipal nos últimos anos, a oferta dos manuais escolares obrigatórios a todos os alunos do 1º ciclo, independentemente de serem ou não carenciados, os auxílios económicos dizem apenas respeito à atribuição de subsídios aos alunos abrangidos pelos escalões A e B para aquisição de material escolar, e para tecnologias de apoio aos alunos com NEE (necessidades educativas especiais) sinalizados pelos professores de ensino especial.

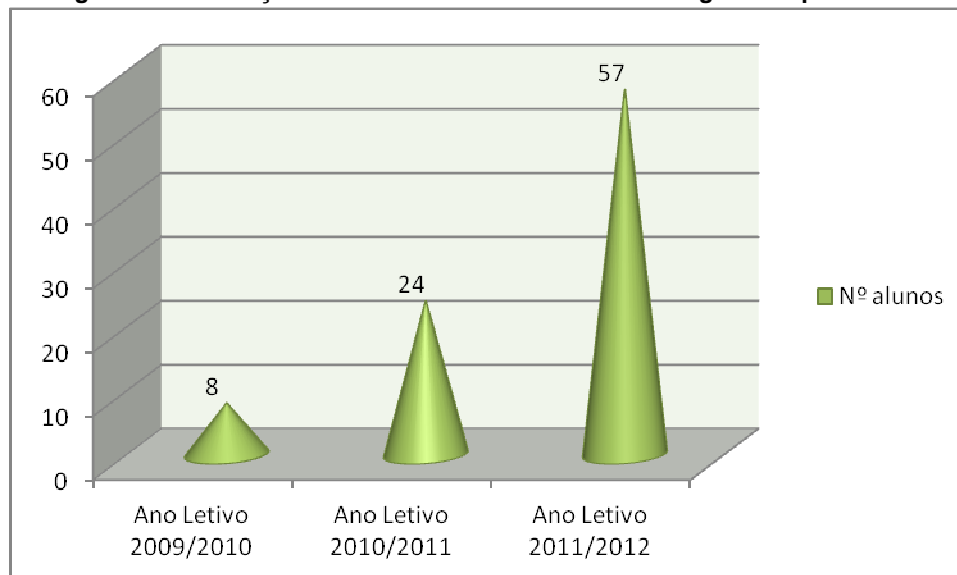
Figura 106. Evolução do número de alunos com ação social escolar no pré-escolar e no 1º CEB



Fonte: Dados recolhidos nos serviços da CMO/DPISE

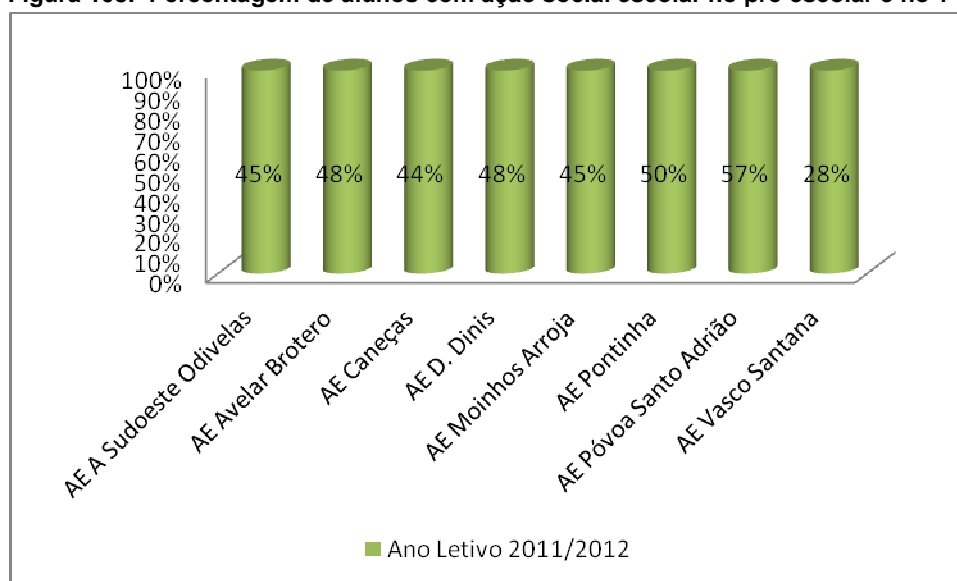
Quando analisamos a evolução dos alunos abrangidos por medidas de ação social escolar no pré-escolar e no 1º ciclo nos 3 últimos anos letivos, verificamos que a nível do pré-escolar a tendência é de uma evolução sempre crescente (neste caso trata-se apenas de apoio a nível das refeições escolares), enquanto no 1º ciclo se verificam oscilações, com uma subida do ano letivo 2009/2010 para o ano letivo 2010/2011, seguido de retração no ano letivo seguinte, conforme Figura 106.

Estas oscilações poderão ter mais a ver com alterações aos critérios de cálculo da capitação para efeito de integração nos diferentes escalões, do que com diminuição de alunos que solicitam apoio para auxílios económicos e/ou para refeições. Referir que o IAS (indexante de apoio social) se mantém inalterado desde 2009, tendo existido reformulação dos escalões, nomeadamente no posicionamento do 3º escalão de abono e seguintes.

Figura 107. Evolução do número de alunos com tecnologias de apoio no 1º CEB

Fonte: Dados recolhidos nos serviços da CMO/DPISE

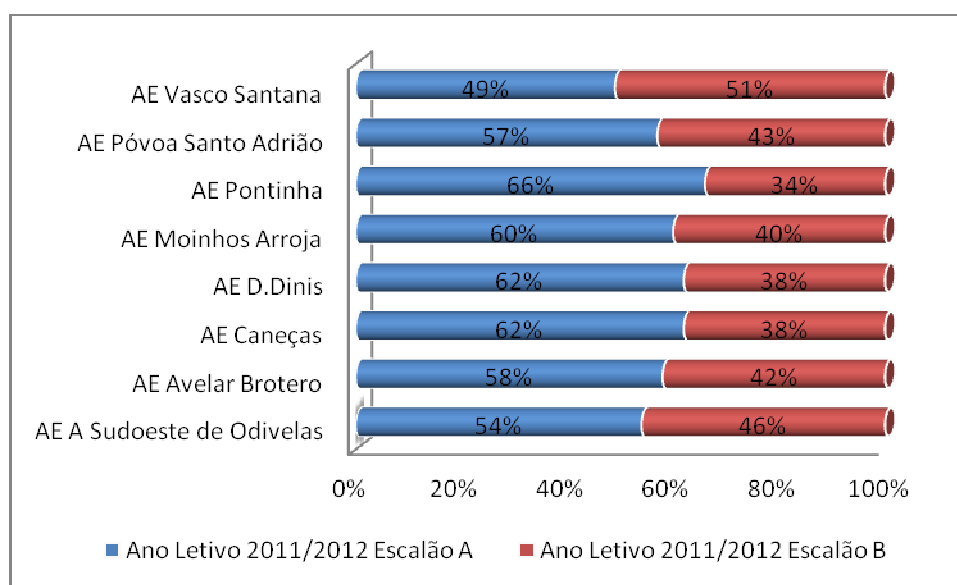
No que se refere ao apoio em tecnologias de apoio para alunos com NEE no 1º ciclo do ensino básico, verifica-se conforme Figura 107, que tem havido um aumento significativo do número de alunos que solicitam apoio acrescido para aquisição de material específico que facilite a sua integração e o acompanhamento das diferentes atividades escolares.

Figura 108. Percentagem de alunos com ação social escolar no pré-escolar e no 1º ciclo

Fonte: Dados recolhidos nos serviços da CMO/DPISE

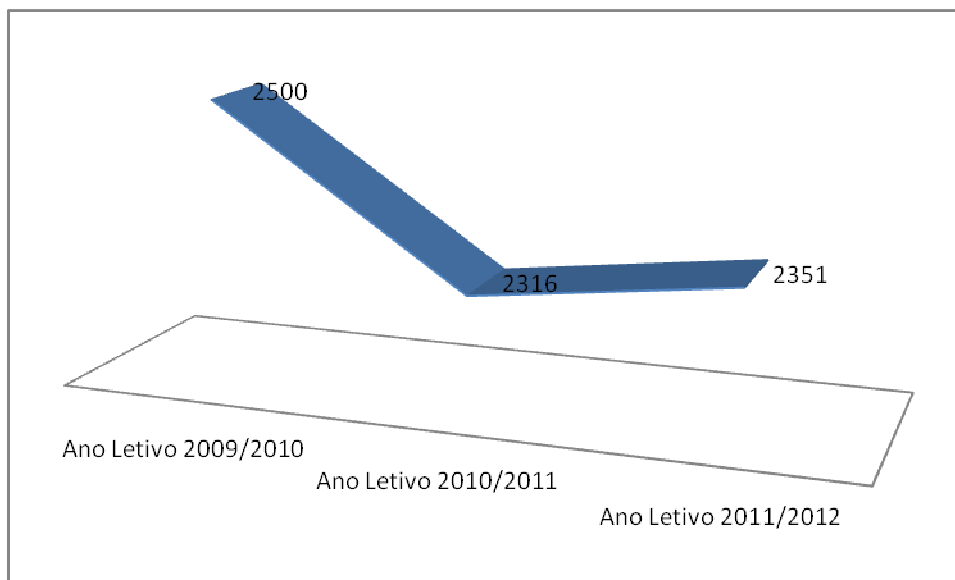
Se quisermos exemplificar o peso de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar no pré-escolar e 1º ciclo, verificamos que a percentagem de alunos abrangidos se concentra na grande parte dos agrupamentos de escolas entre os 40% e os 50%, apresentando-se como exceção a esta média, o Agrupamento de Escolas Vasco Santana com 28%, e o Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião com 57%, conforme Figura 108.

Figura 109. Percentagem de alunos por escalão de apoio (pré-escolar e 1º ciclo), por AE



Fonte: Dados recolhidos nos serviços da CMO/DPISE

Se quisermos fazer uma análise mais detalhada da distribuição dos alunos abrangidos por medidas de ação social escolar por escalão de apoio, e por agrupamento de escolas, verificamos que a percentagem de alunos com escalão A é sempre mais significativo do que os alunos do escalão B, em 7 dos 8 agrupamentos de escolas. A única exceção é o Agrupamento de Escolas Vasco Santana, em que a percentagem de alunos de escalão B é superior às do escalão A, apesar de a diferença ser pouco significativa, conforme Figura 109.

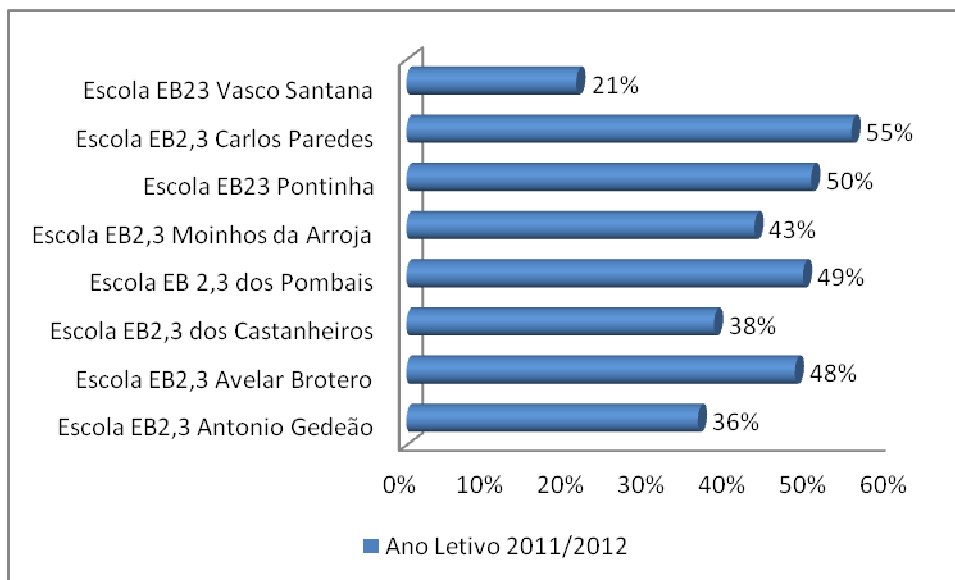
Figura 110. Evolução do número de alunos com ação social escolar nas EB 2,3

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas EB 2,3

No que se refere às escolas do 2º e 3º ciclos, e considerando-se os 3 últimos anos letivos, verifica-se uma diminuição do número de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar a partir do ano letivo 2010/2011, com uma subida ténue no ano letivo seguinte. Esta tendência de oscilação vem de encontro àquilo que já tinha sido constatado pelo CNE (Conselho Nacional de Educação), para a mesma realidade, a nível do Continente, no estudo publicado por aquele órgão em 2011 (in *Estado da Educação 2011 – A Qualificação dos Portugueses*).

Se fizermos uma abordagem individual por escola, verificamos que existe uma escola do 2º e 3º ciclo que tem mais de 50% (55%) de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar (EB 2,3 Carlos Paredes); depois temos 1 escola que tem apenas 21% de alunos abrangidos por estas medidas (EB 2,3 Vasco Santana); as restantes 6 escolas, situam-se em valores intermédios, entre os 36% e os 50%, conforme Figura 111.

Só como apontamento, e não querendo tirar conclusões simplistas, é de referir que em termos dos resultados dos exames nacionais do ensino básico, a escola que aqui apresenta valores mais altos a nível do número de alunos com ação social escolar apresenta os resultados mais baixos nos exames (EB 2,3 Carlos Paredes); pelo contrário, a escola que apresenta um menor número de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar é aquela que apresenta resultados mais elevados nos resultados dos exames (EB 2,3 Vasco Santana).

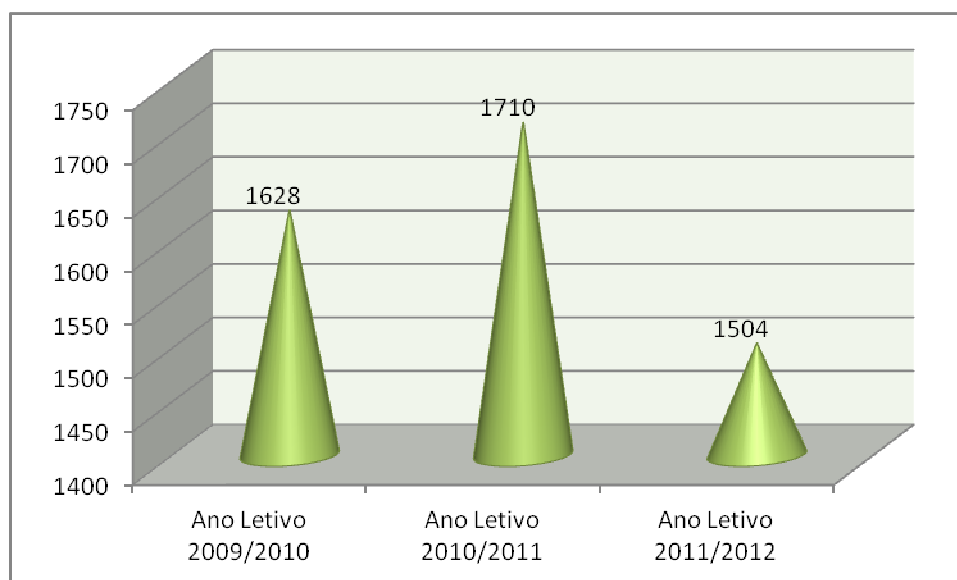
Figura 111. Percentagem de alunos com ação social escolar nas EB 2,3

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas

Se fizermos uma média a nível global das 8 escolas, Odivelas apresenta uma percentagem média de 42,5% de alunos abrangidos por mediadas de ação social escolar nos 2 níveis de ensino lecionados nestas escolas (2º e 3º ciclo), o que se traduz num valor aproximado àquele que já tinha sido apurado pelo CNE para o Continente, no estudo já referido anteriormente, que foi na ordem dos 42,22%.

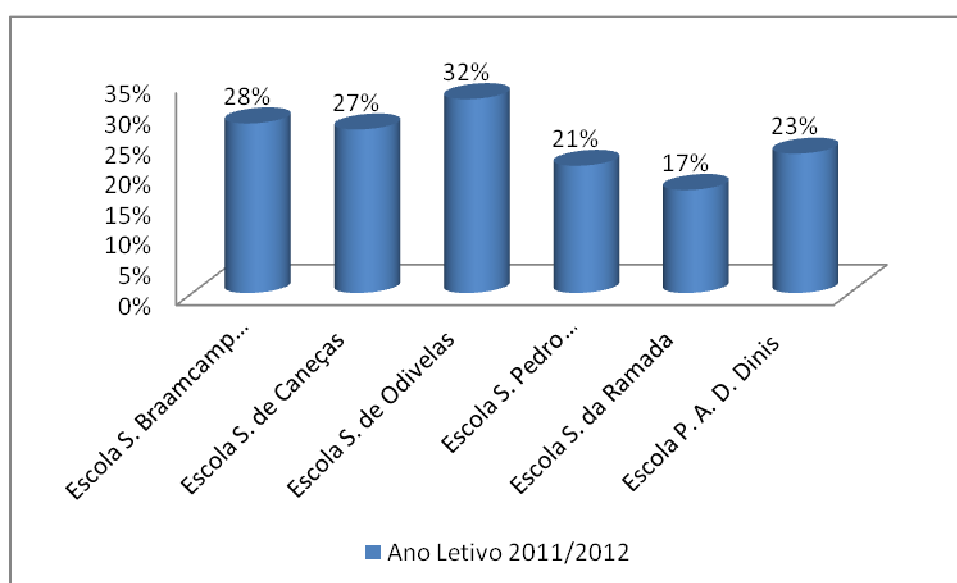
Escolas Secundárias

Quando analisamos a evolução dos alunos abrangidos por medidas de ação social escolar nas 5 escolas secundárias com 3º ciclo e na escola profissional, verificamos mais uma vez, uma oscilação nos valores, ora crescentes ora decrescentes, nos 3 anos letivos em análise, conforme Figura 112.

Figura 112. Evolução do número de alunos com ação social escolar nas ES

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito.

Se fizermos uma abordagem global a estas escolas, verificamos que a média de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar desce significativamente, se comparado com as escolas do ensino básico (média global de 24,66%).

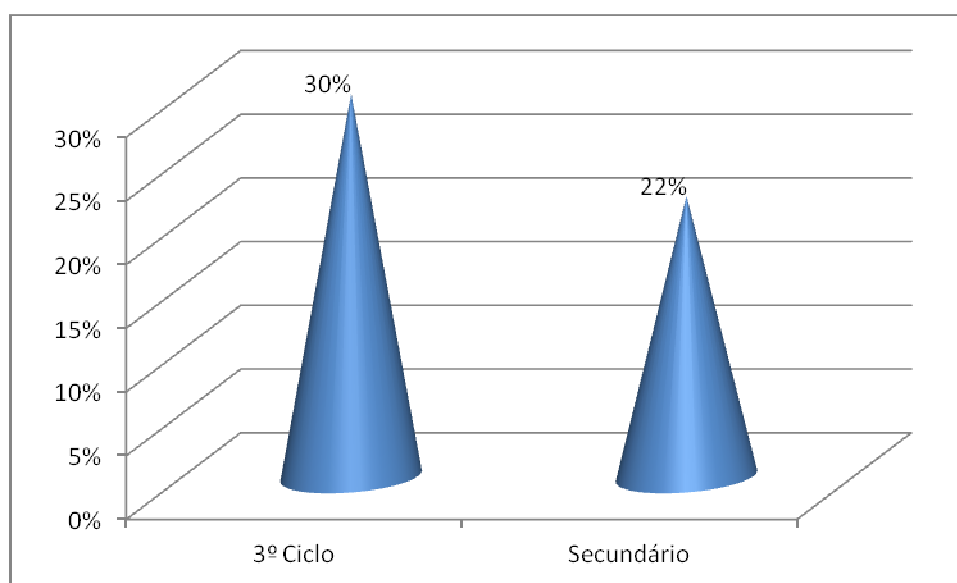
Figura 113. Distribuição dos alunos com ação social escolar, por escola

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Ao fazermos uma análise mais fina, escola a escola, verificamos que o intervalo da média de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar varia entre os 17% na Escola Secundária da Ramada e os 32% na Escola Secundária de Odivelas, conforme Figura 113.

Mais uma vez, verifica-se aqui a mesma evidência já sinalizada nas escolas do ensino básico, em que a escola com maior percentagem de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar é também aquela que apresenta resultados mais baixos nos resultados dos exames do secundário (Escola secundária de Odivelas), e a escola com melhores resultados também coincide com a escola que apresenta menos alunos abrangidos por medidas de ação social escolar (Escola Secundária da Ramada).

Figura 114. Distribuição de alunos com ação social escolar entre o 3º ciclo e o secundário (ES)



Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito.

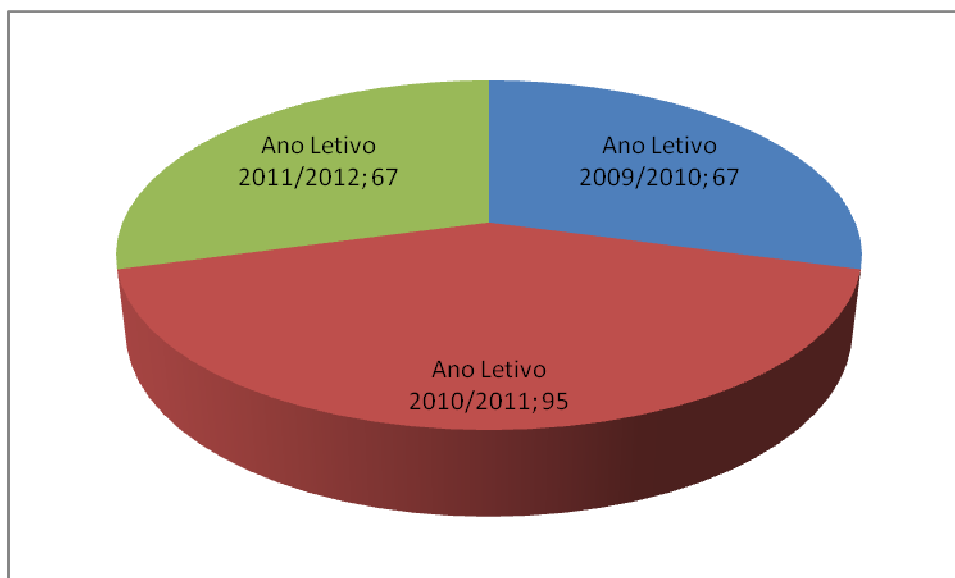
Quando olhamos para a Figura 114, verificamos que nas escolas secundárias do concelho a percentagem de alunos abrangidos por medidas de ação social escolar é superior no 3º ciclo do que no nível secundário, podendo haver aqui alguma justificação na não obrigatoriedade de frequência do ensino secundário até ao ano letivo em curso.

5.2 Transportes Escolares

A atribuição de apoio para os transportes escolares é da responsabilidade dos municípios de residência dos alunos (ensino básico e secundário), sendo atribuído o passe escolar ou apoio para a sua aquisição, de acordo com as condições previstas no Decreto-Lei nº 299/84, de 5 de setembro (que define a distância mínima casa/escola para que os alunos possam ter acesso a apoio em transporte escolar), complementado por normas próprias, definidas caso a caso, por cada município, em função das respetivas realidades locais.

Para além da atribuição de passe escolar e /ou atribuição de apoio financeiro para a sua aquisição, conforme prevê o Decreto-Lei nº 55/2009, de 2 de março, é ainda assegurado diretamente pelos serviço competente da Câmara Municipal, o transporte escolar dentro da área de residência, aos alunos com dificuldade de locomoção ou que necessitem de se deslocar para a frequência de modalidades de educação especial, em carrinhas devidamente adaptadas para o efeito.

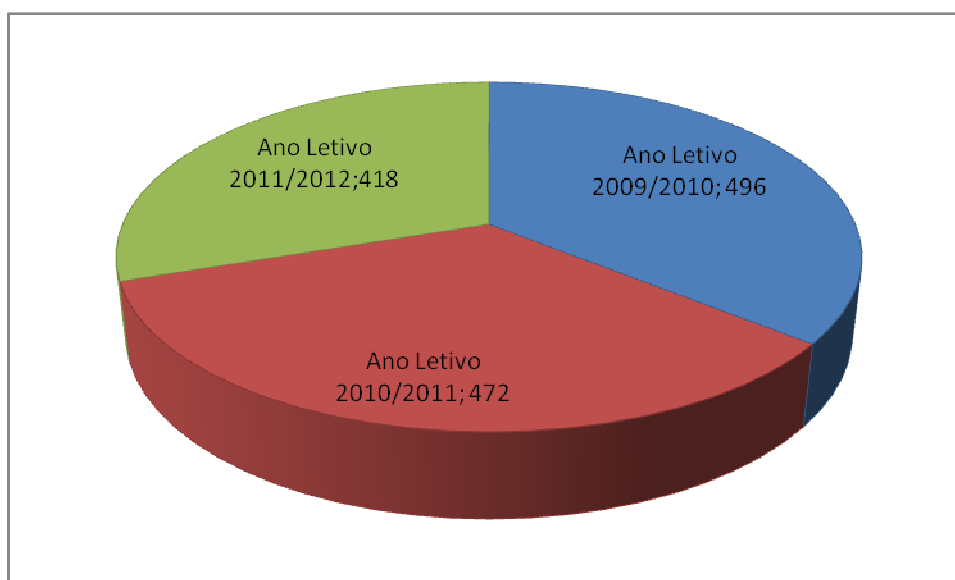
Figura 115. Evolução do número de alunos com atribuição de apoio em TE nas EB1



Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

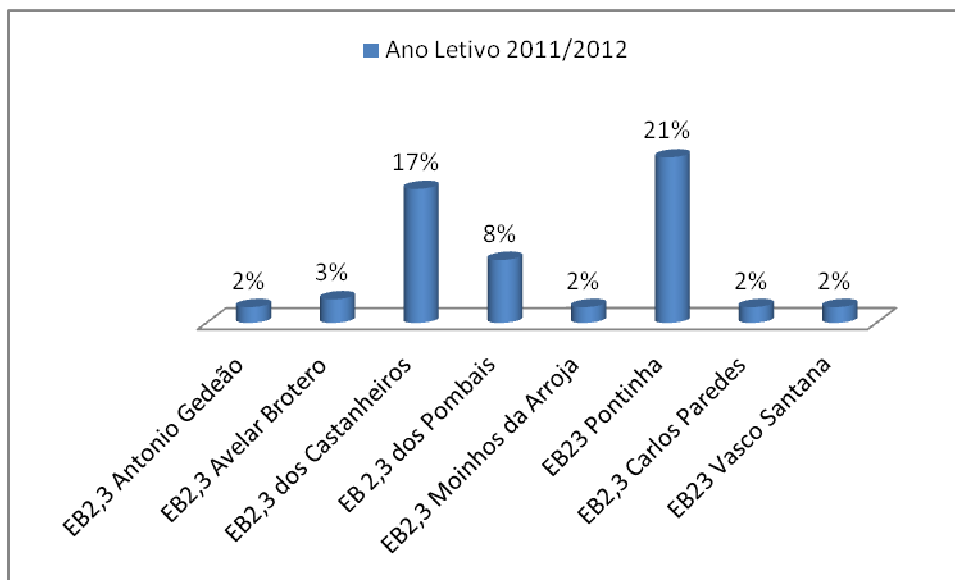
Se fizermos uma análise à evolução do número de alunos com atribuição de apoio para transporte escolar nas escolas do 1º ciclo do ensino básico nos últimos 3 anos letivos, conforme Figura 115, verificamos que se trata de um número de alunos bastante reduzido, que em termos muito gerais se poderá justificar por 2 ordens de razões: proximidade casa/escola e/ou alunos com pouca autonomia para se deslocarem sozinhos em transportes públicos, optando as famílias que têm viatura própria, por esse tipo de solução.

Figura 116. Evolução do número de alunos com atribuição de apoio em TE nas EB 2,3



Fonte: Dados recolhidos dos agrupamentos de escolas, via inquérito

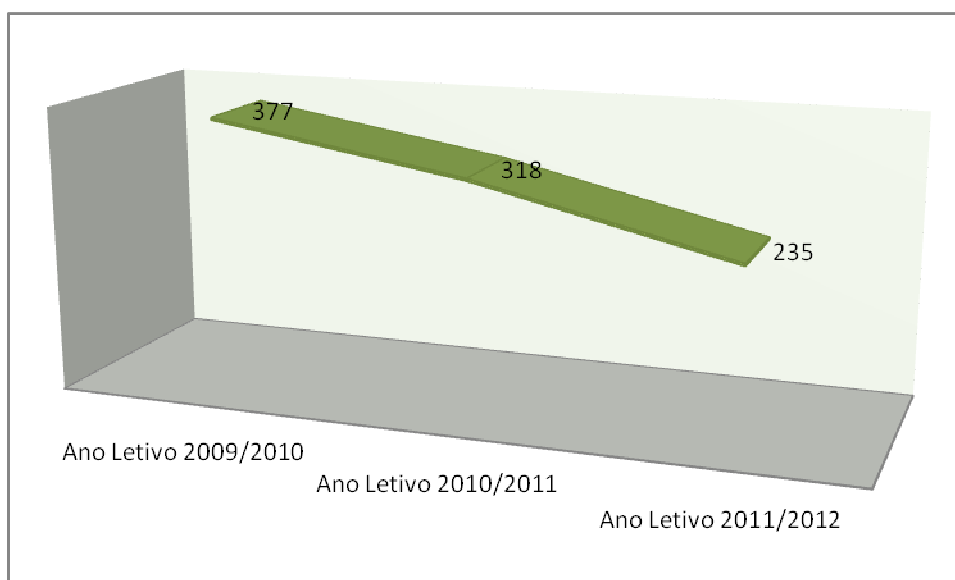
No que se refere às escolas do 2º e 3º ciclo verificamos que o número de alunos com apoio para transporte escolar nas suas deslocações casa/escola já é mais significativo, verificando-se no entanto uma evolução descendente nos 3 anos letivos em análise. Esta diminuição do número de alunos com apoio em transporte escolar poderá relacionar-se, não só, com uma diminuição de alunos que têm direito, como também com eventuais alterações às normas de transporte escolar por parte dos municípios envolvidos.

Figura 117. Evolução do número de alunos com atribuição de apoio em TE nas EB2,3

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escolas, via inquérito

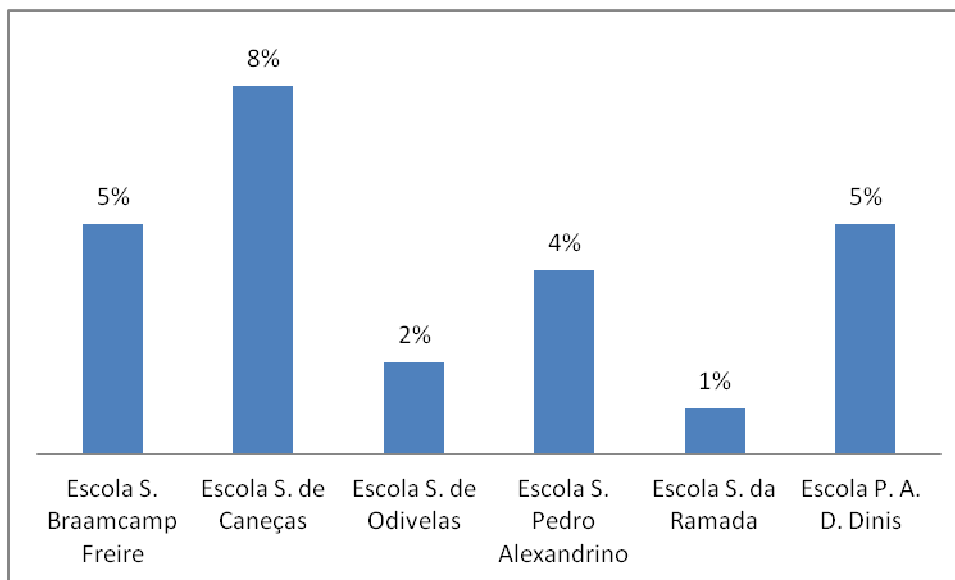
Quando analisamos individualmente as escolas do 2º e 3º ciclo que tem mais alunos com atribuição de apoio em transportes escolares, conforme Figura 117, verificamos que existem 2 escolas que se destacam claramente: a escola EB2,3 da Pontinha e a escola EB 2,3 dos Castanheiros. Referir que estas 2 escolas, recebem um número significativo de alunos de outros concelhos, nomeadamente a EB 2, 3 dos Castanheiros do concelho de Sintra e a EB 2,3 da Pontinha, dos concelhos de Lisboa e Amadora.

No que se refere às escolas do ensino secundário, e quando analisamos a evolução do número de alunos com atribuição de apoio para transportes escolares, verificamos um decréscimo nos 3 anos letivos em análise, à semelhança do que já se tinha verificado nas escolas do 2º e 3º ciclo, conforme Figura 118.

Figura 118. Evolução do número de alunos com atribuição de apoio em TE nas ES e EP

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

Quando analisamos a situação escola a escola, conforme Figura 119, verificamos que é nas escolas Secundária de Caneças, Braamcamp Freire, Pedro Alexandrino, e Escola Profissional D. Dinis da Paiã, onde se concentra a maior percentagem de alunos com apoio em transportes escolares. No caso destas escolas, para além da evidente concentração de alunos de outros concelhos (caso dos alunos de Sintra na Escola Secundária de Caneças e dos alunos de Loures na Escola Secundária Pedro Alexandrino), temos ainda a eventual mobilidade dentro do concelho, por via da procura de cursos de formação profissional.

Figura 119. Percentagem de alunos com atribuição de apoio em TE nas ES

Fonte: Dados recolhidos junto das escolas, via inquérito

5.3. AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular nas escolas do 1º ciclo

As atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas nas escolas do 1º ciclo do ensino básico, comumente identificadas pela sigla AEC, enquadram-se normativamente nos termos previstos no Despacho nº 14460/2008 de 26 de Maio de 2008, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 8683/2011, de 28 de Junho.

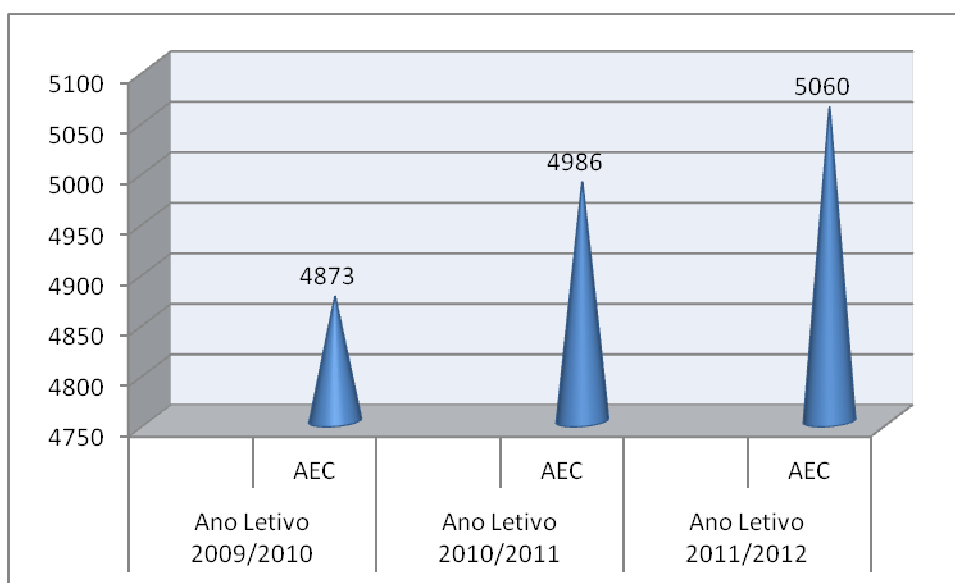
O programa das AEC em Odivelas desenvolve-se, na grande maioria das escolas, através de uma parceria tripartida, envolvendo a Câmara Municipal (enquanto entidade promotora), os agrupamentos de escolas (como entidades parceiras), e as associações de pais e/ou algumas IPSS (como entidades gestoras).

Traduz-se numa oferta educativa extracurricular gratuita, a desenvolver ao longo do ano letivo, em regime de complemento educativo, de frequência facultativa, destinando-se aos alunos dos 4 anos de escolaridade das escolas do 1º ciclo do ensino básico da rede pública do concelho.

As atividades oferecidas na generalidade das escolas do concelho são o inglês, a expressão musical, a atividade física e desportiva, e as atividades lúdico-expressivas (que substituem em

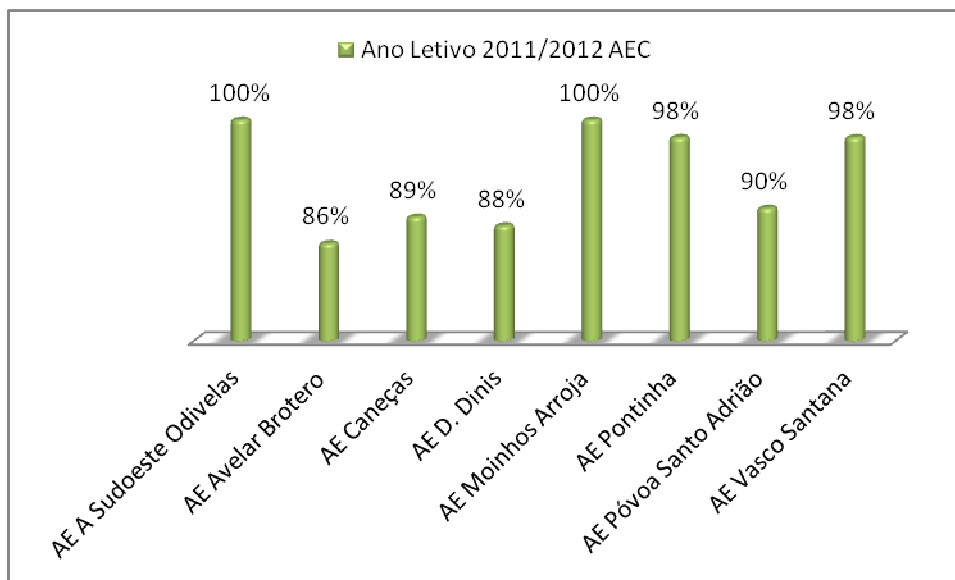
algumas escolas a atividade física ou a expressão musical tendo em conta os objetivos do Projeto Educativo de Escola ou por limitações funcionais dos espaços disponíveis).

Figura 120. Evolução dos alunos a frequentar as AEC, nas escolas do 1º CEB



Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escola, via inquérito

Quando analisamos a evolução global da adesão dos alunos a este Programa, conforme Figura 120, verifica-se uma evolução sempre crescente, apesar de se tratar de atividades de frequência facultativa.

Figura 121. Percentagem de alunos a frequentar as AEC (2011/2012)

Fonte: Dados recolhidos junto dos agrupamentos de escola, via inquérito

Se olharmos para a Figura 121, e fazendo uma análise mais fina, verificamos que existem 2 agrupamentos de escolas em que a percentagem de adesão dos alunos às atividades de enriquecimento curricular é tendencialmente de 100% (Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja e Agrupamento de Escolas A Sudoeste de Odivelas); de seguida, temos mais 2 agrupamentos de escolas em que a adesão às atividades é de 98% (Agrupamento de Escolas da Pontinha e Agrupamento de Escolas Vasco Santana); e depois temos 4 agrupamentos de escolas, em que a percentagem está nos 90% ou valores aproximadas.

Neste caso referir, que existe uma forte correlação entre uma maior adesão dos alunos às AEC e o facto dos agrupamentos de escolas terem uma maior percentagem de escolas do 1º ciclo a funcionar em regime normal, e menos adesão, onde a concentração de escolas a funcionar em regime duplo ou misto é mais significativa.

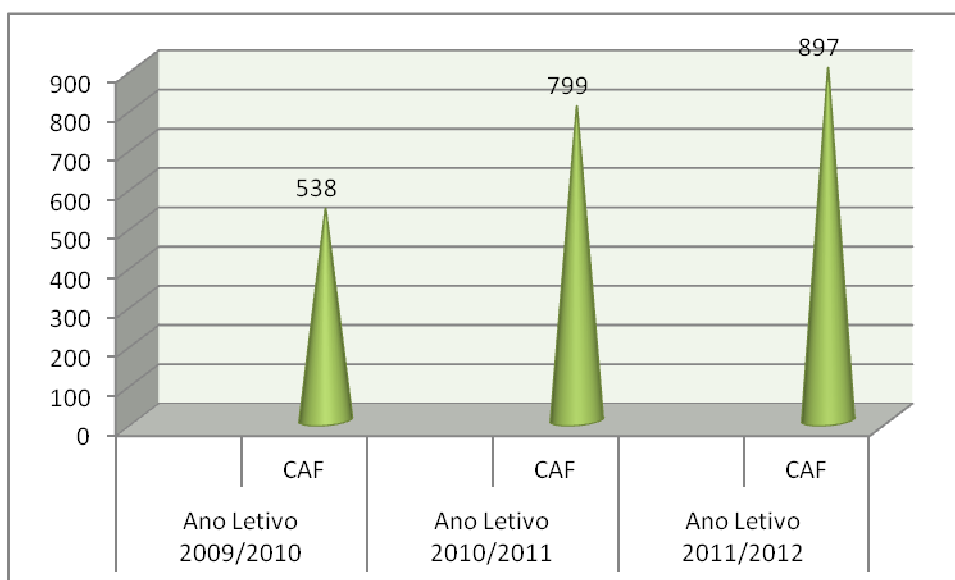
5.4. CAF – Componente de Apoio à Família no Pré-Escolar

A aposta no prolongamento de horário nos estabelecimentos de educação do pré-escolar, traduz-se na oferta de atividades de animação socioeducativa para as crianças que os frequentam, com o objetivo de reforçar o processo de socialização infantil e, através dum

“continuum educativo”, adaptar os tempos de permanência das crianças no jardim-de-infância às reais necessidades das famílias.

Este prolongamento de horário nos estabelecimentos de educação do pré-escolar é dinamizado em parceria com os agrupamentos de escolas e as associações de pais e encarregados de educação, e assegura o acompanhamento e a ocupação das crianças antes e/ou depois das atividades educativas, e/ou durante os períodos de interrupção letiva.

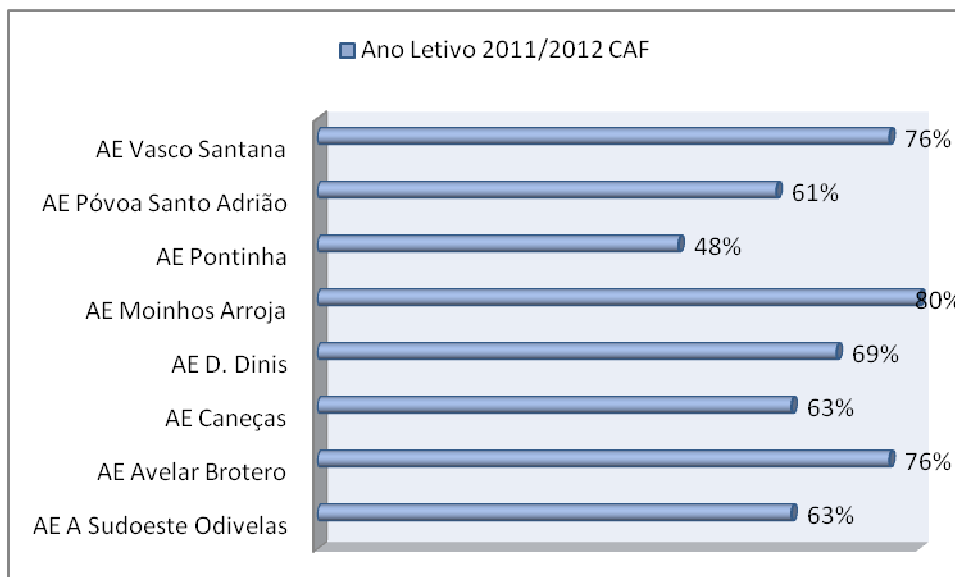
Figura 122. Evolução dos alunos a frequentar a CAF, nos jardins - de- infância



Fonte: Dados recolhidos na CMO/DPISE

Quando analisamos a evolução do número de crianças que participam na CAF ao longo dos 3 últimos anos letivos, verificamos uma tendência de evolução sempre crescente, verificando-se um aumento significativo entre o ano letivo 2009/2010 e o ano letivo seguinte.

Esta situação está relacionada, por um lado, com um aumento progressivo do número de salas de pré-escolar na rede, permitindo dar resposta a uma maior número de crianças de ano para ano, mas também poderá estar relacionado, com um aumento de confiança por parte dos encarregados de educação nos serviços que são oferecidos nos diferentes estabelecimentos.

Figura 123. Percentagem de alunos a frequentar a CAF (2011/2012)

Fonte: Dados recolhidos na CMO/DPISE

Tomando como referência para uma análise individualizada, o ano letivo 2011/2012, verificamos que a participação das crianças que frequentam a CAF por agrupamento de escolas varia entre uma média mínima de 48% no Agrupamento de Escolas da Pontinha, e uma média máxima de 80% no Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja.

5.5. Outros Apoios

A promoção de uma educação de qualidade para todos, garantindo não só o acesso e a permanência de crianças e jovens na escola, mas também a igualdade de oportunidades para que todos os alunos consigam aprender, adquirir conhecimentos e desenvolver competências, são princípios subjacentes a outras medidas de apoio às escolas, aos alunos e às famílias.

ATL nas escolas do 1º ciclo

Quando analisamos a Tabela 45 verificamos que em 83% das escolas do 1º ciclo são disponibilizados espaços para promover a ocupação de tempos livres e/ou prolongamento de horários, contribuindo para facilitar a conciliação da vida familiar com a atividade profissional dos pais e encarregados de educação.

Tabela 45. Atividades de Tempos Livres (com instalações em Escolas EB1/JI)

Nº Escolas do 1º Ciclo com ATL	Entidades Responsáveis pela gestão		
	Associação de Pais	IPSS	Agrupamento de Escolas
25	19	5	1

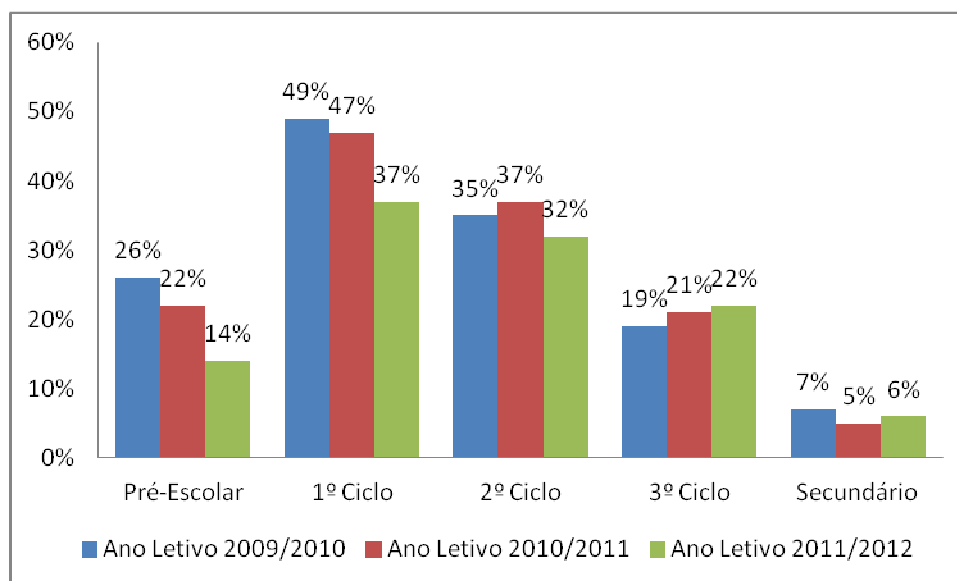
Fonte: Dados recolhidos na CMO/DPISE.

Integram-se, ainda, neste conjunto de medidas de apoio aos alunos e famílias, projetos desenvolvidos pela Câmara Municipal, em parceria com as escolas da rede pública, dos quais destacamos como exemplo, o projeto SEI! Odivelas – projeto para o sucesso educativo e integração (onde se incluem quatro gabinetes de apoio psicológico) e o projeto de hipoterapia para apoio à reabilitação física e de integração social de crianças com NEE, enquadradas nas Unidades de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo e Multideficiência.

6 – Apoios e Complementos Educativos/Rede Privada

Ao introduzir aqui os complementos educativos na rede privada, estamos a referir-nos aos estabelecimentos de educação e ensino da rede privada que têm contratos simples e/ou de desenvolvimento com o Estado, no sentido de permitir especiais condições de frequência de alunos, mediante determinados critérios que tem variado ao longo do tempo, sendo que neste momento a diferenciação do financiamento é feita de acordo com a condição do agregado familiar (conforme Decreto - Lei nº 553/80, de 21 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei nº 138 – C/2010, de 28 de dezembro, e Portaria nº 97/2012, de 5 de abril).

Figura 124. Alunos subsidiados na rede particular e cooperativa



Fonte: Dados recolhidos junto dos estabelecimentos de educação e ensino, via inquérito

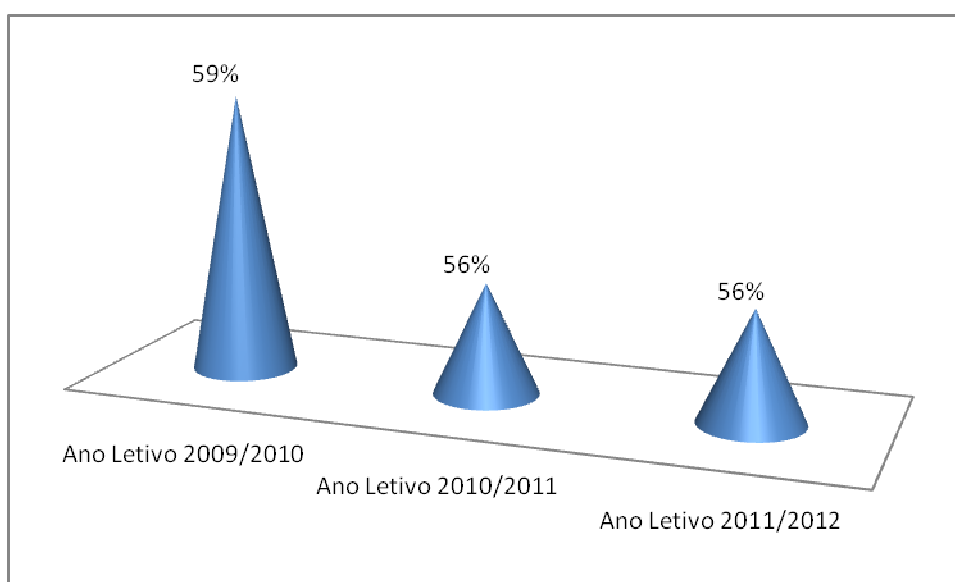
Quando analisamos a Figura 124 verificamos que a tendência evolutiva dos alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino da rede particular e cooperativos abrangidos por esta modalidade de financiamento por parte do Estado tem sofrido oscilações, sendo que não existe uma tendência similar em todos os ciclos de educação e ensino.

Assim, nos 3 últimos anos letivos, verificamos que a nível da valência do pré-escolar e do 1º ciclo, a tendência de crescimento tem sido descendente; o 2º ciclo e o secundário têm sofrido

oscilações; e o 3º ciclo é o único nível de ensino que tem uma tendência de evolução ascendente, apesar de apresentar valores pouco significativos.

No que se refere às IPSS (rede social), estamos a referir-nos às crianças que frequentam a valência de pré-escolar, e que são financiadas pelo Estado ao abrigo dos contratos de desenvolvimento da rede de pré-escolar em zonas que apresentam carência deste tipo de resposta, criados pelo Despacho nº 1058/98, de 17 de janeiro.

Figura 125. Alunos subsidiados na rede social (IPSS)



Fonte: Dados recolhidos junto das instituições, via inquérito

Quando analisamos a Figura 125 que retrata a realidade dos 3 últimos anos letivos, verificamos uma tendência de evolução decrescente do ano letivo 2009/2010 para o ano letivo 2010/2011 na percentagem de crianças abrangidas por estes contratos com o Estado, e depois verifica-se uma estabilidade no ano letivo seguinte.

À semelhança do que já se tinha verificado nos estabelecimentos de educação e ensino de natureza particular e cooperativa, este decréscimo do número de crianças de pré-escolar abrangidas por financiamento do Estado, poderá ter uma relação direta com a tendência de evolução crescente na oferta da rede pública.

III – Território e estabelecimentos de ensino em Odivelas

Os estabelecimentos de ensino constituem elementos chave da paisagem, sendo importantes peças de estruturação e socialização dos espaços urbanos.

A presença de uma escola é estruturante num território, na medida em que um equipamento educativo é, em regra, um elemento físico criador de referências, exercendo um efeito polarizador no espaço envolvente.

O presente capítulo pretende analisar o modo como os equipamentos educativos de Odivelas se inserem no território municipal e avaliar as dinâmicas espaciais decorrentes do seu funcionamento.

1. Envolvente das Instalações Escolares

A caracterização do território envolvente aos estabelecimentos de ensino é feita com base nas visitas efetuadas às escolas, de que resultou o preenchimento do inquérito, cujos resultados são apresentados no *Anexo 6 – Caracterização da envolvente aos estabelecimentos de ensino (2011/2012)*.

Uma vez que se trata de um território eminentemente urbano, onde predomina a função residencial, é natural que a maioria dos estabelecimentos de ensino se situem em aglomerados populacionais: cerca de 94% do total localiza-se em núcleos urbanos.

De facto, podemos observar na planta *Rede Educativa do Município de Odivelas | 2011/2012* que a maior expressão de escolas se situa em áreas consolidadas centrais, de que são exemplo a EB1 Francisco Vieira Caldas do AE de Caneças ou da EB1 Maria Máxima Vaz pertencente ao AE Avelar Brotero, ambas implantadas nas áreas de maior centralidade das freguesias de Caneças e Odivelas, respetivamente.

Há, ainda, outros casos em que os estabelecimentos se situam nas áreas limítrofes à zona edificada, como é o caso da EB1/JI do Casal dos Apréstimos, a Norte da freguesia da Ramada, ou da EB1/JI da Quinta da Condessa, pertencente ao AE da Pontinha.

As escolas mais isoladas em relação aos perímetros urbanos são:

- EB23 da Pontinha com uma localização excêntrica à freguesia, situada já em território pertencente ao município da Amadora;
- EB1/JI Eça de Queirós, localizada no extremo norte da freguesia da Ramada, no limite do concelho, exterior ao Bairro de S. Jorge;
- EB1 /JI da Paiã, com uma localização periférica em relação aos bairros envolventes e implantada em zona de atividades económicas.

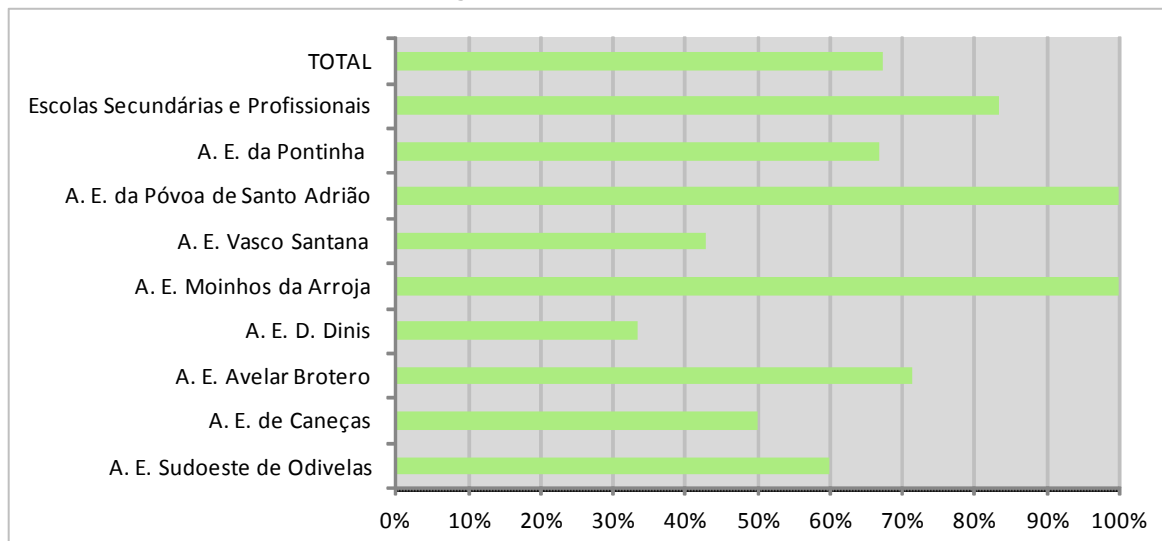
Tabela 46. Estabelecimentos de ensino localizados em aglomerados populacionais, por agrupamento de escolas (2011-2012)

	Aglomerado populacional	
	S	N
<i>A. E. Sudoeste de Odivelas</i>	5	0
<i>A. E. de Caneças</i>	4	0
<i>A. E. Avelar Brotero</i>	7	0
<i>A. E. D. Dinis</i>	3	0
<i>A. E. Moinhos da Arroja</i>	4	0
<i>A. E. Vasco Santana</i>	6	1
<i>A. E. da Póvoa de Santo Adrião</i>	4	0
<i>A. E. da Pontinha</i>	7	2
<i>Escolas Secundárias e Profissionais</i>	6	0
TOTAL	46	3

Quase 70% dos estabelecimentos de ensino do município de Odivelas têm nas suas imediações jardins e espaços verdes, que se revelam de grande importância quer em termos de qualidade urbana quer enquanto espaços de vivência e convívio.

Póvoa de Santo Adrião e Moinhos da Arroja são os agrupamentos onde todas as escolas se situam junto a, pelo menos, um jardim. Ambos os casos correspondem a territórios de elevada densidade populacional e incluem parques urbanos na sua delimitação: da Póvoa de Santo Adrião e da Arroja, respetivamente.

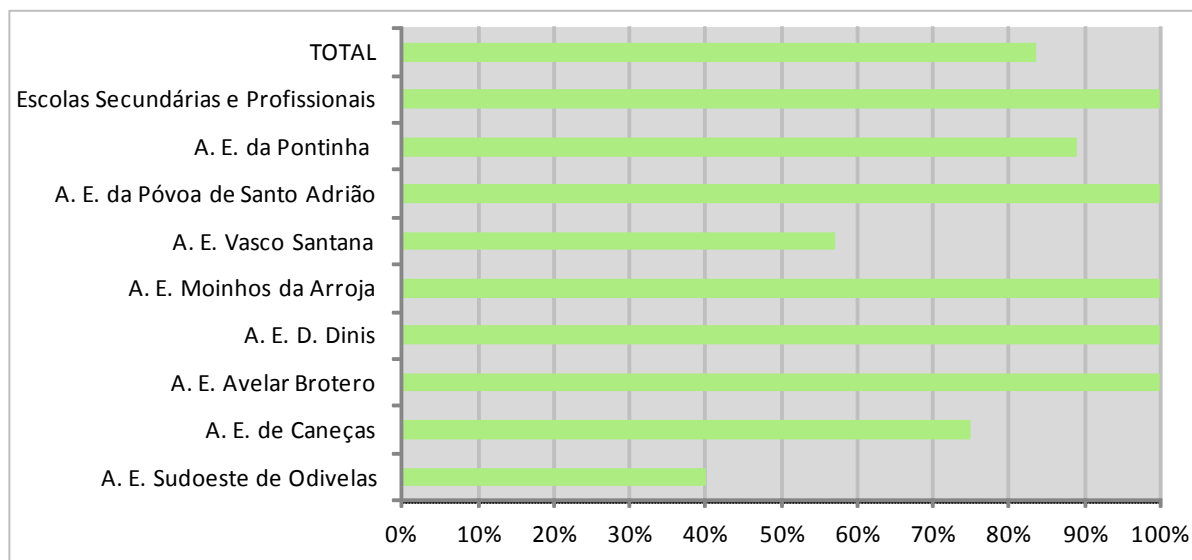
Figura 126. Estabelecimentos de ensino localizados junto a jardins/zonas verdes, por agrupamento de escolas (2011-2012)



A grande maioria das escolas situa-se nas imediações de equipamentos coletivos e serviços de apoio: cerca de 85% do total tem nas suas proximidades equipamentos culturais, desportivos de saúde ou de outra natureza.

No AE Sudoeste de Odivelas apenas 40% dos estabelecimentos de ensino se situam junto a equipamentos coletivos, uma vez que o território educativo abrange a freguesia de Famões, de cariz residencial de baixa densidade, em grande parte constituída por bairros de génese ilegal entretanto legalizados, com carência de espaços públicos e de estruturas de apoio à população.

Figura 127. Estabelecimentos de ensino localizados junto a equipamentos coletivos, por agrupamento de escolas (2011-2012)



O efeito das vias de tráfego junto dos perímetros escolares faz-se sentir não só ao nível da poluição atmosférica e sonora, mas também em termos da segurança dos utentes dos equipamentos educativos, na sua maioria crianças e jovens.

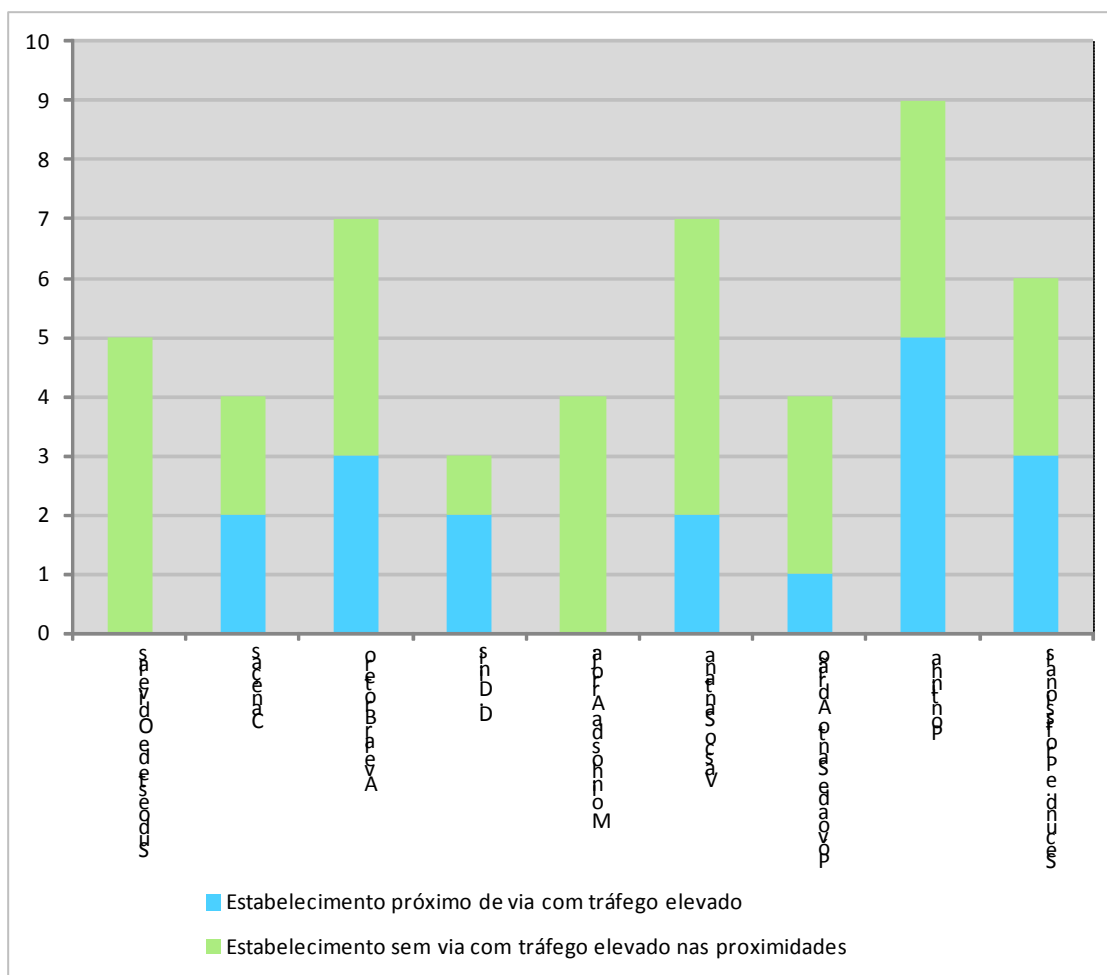
Em Odivelas, apenas os agrupamentos Sudoeste de Odivelas e Moinhos da Arroja não têm estabelecimentos de ensino junto a vias de grande tráfego.

Tratando-se de um território marcadamente urbano, no município de Odivelas cerca de 37% do total tem estradas movimentadas nas suas imediações, o que corresponde a 18 estabelecimentos de ensino.

No entanto, apenas 6 escolas referiram ser afetadas pelo ruído decorrente do trânsito automóvel, tratando-se sobretudo de estabelecimentos situados nas zonas mais centrais, de que são exemplo a EB23 Avelar Brotero ou a EB1 Mello Falcão, na Pontinha.

São também os estabelecimentos de ensino implantados nas zonas de maior centralidade os que sentem mais dificuldades de estacionamento automóvel.

Figura 128. Estabelecimentos de ensino localizados nas proximidades de vias rodoviárias de tráfego elevado, por agrupamento de escolas (2011-2012)



Tendo em conta a Classificação Zonal Acústica⁴ (CMO, Junho 2012), cerca de 94% dos estabelecimentos estão localizados em *Zona Mista*, classificação dominante no território do município de Odivelas.

A EB1 Serra da Luz e a EB1/JI Quinta da Paiã estão situadas em *Zona Indiferenciada* e apenas a Escola Profissional Agrícola D. Dinis – Paiã está localizada em *Zona Sensível*.

Tendo em conta que o atravessamento por linhas aéreas de transporte de energia elétrica é considerada uma incompatibilidade em termos de critérios de localização de equipamentos de educação e ensino (DGOTDU, 2002), importa referir que em Odivelas apenas a EB23 António Gedeão se encontra nesta situação.

⁴ Para efeitos de classificação zonal acústica (...) tomam-se por referência os conceitos e respetivas definições que se seguem:

Zona sensível (ZS) – (...) área definida em plano municipal de ordenamento do território como vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno (...);

Zona mista (ZM) – (...) área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível (...);

Zona mista transitória (ZMT) – a área definida no plano municipal de ordenamento do território, cuja definição é igual à de Zona Mista. Contudo esta classificação é temporária, pelo facto de ser apenas aplicável nas áreas habitadas relativas a conjuntos de edificações residenciais em estatuto de manutenção temporária e nas quais a qualificação de solo é rural. A Classificação de zona mista é aplicável até à erradicação das referidas ocupações, passando a vigorar o regime de Zona Indiferenciada a partir desse momento.

Zonas indiferenciada (ZI) – a área definida no plano municipal de ordenamento do território, onde podem ocorrer recetores sensíveis isolados, sendo estes equiparados em função dos usos existentes na sua proximidade, a zonas sensíveis ou mistas, para efeitos de aplicação do RGR. (CMO, Junho 2012, p.10).

2. Rede de Transportes Coletivos

A rede de transportes coletivos do município de Odivelas abrange:

- Rede rodoviária – constituída por autocarros que asseguram ligações urbanas e suburbanas, sendo este serviço prestado pela Rodoviária de Lisboa, o principal operador a atuar em praticamente toda a área do município, a Carris, o Grupo Barraqueiro, a empresa Isidoro Duarte e a Vimeca.
- Rede ferroviária ligeira – através do metropolitano tradicional, cujo operador é o *Metropolitano de Lisboa*, sendo servido pela *Linha Amarela*, que liga Odivelas ao Rato, e tem duas estações no território municipal – Senhor Roubado, junto a Lisboa e integrada em plataforma intermodal de transportes, e Odivelas, no centro da cidade – e pela *Linha Azul* (que liga Santa Apolónia a Amadora-Este), através da estação da Pontinha que se situa já fora do território municipal.

A proximidade geográfica a Lisboa e consequente dependência funcional em relação à capital explica a cobertura de quase todo o território municipal por rede de carreiras rodoviárias e do serviço assegurado pelo Metropolitano de Lisboa.

No entanto, o município apresenta “*uma rede de transportes públicos desequilibrada, uma vez que a freguesia de Famões, a zona norte da freguesia da Pontinha e a zona sul da freguesia de Caneças, revelam grandes insuficiências em termos do nível cobertura da rede de carreiras de transporte público de passageiros. Verifica-se que as freguesias de Odivelas, Olival Basto, Póvoa de Santo Adrião e Ramada são as que apresentam uma rede de transporte público de passageiros em autocarros mais completa e com melhores níveis de cobertura.*” (CMO, 2009, p.9).

Apesar da cobertura geográfica da rede de transporte rodoviário de passageiros ser satisfatória, em alguns casos “*revela níveis de serviço pouco atrativos*” para os potenciais utentes (CMO/Transitec, 2009, p.18).

Com efeito, no município de Odivelas as freguesias apresentam algumas diferenças em termos de prestação de serviço de transporte rodoviário de passageiros (CMO, 2009, pp. 22-23):

- as freguesias mais bem servidas em termos de número de circulações/dia são Odivelas, pela sua centralidade, e Caneças, uma vez que serve de origem/destino de algumas circulações, encontrando-se atualmente aí instalada uma central de camionagem da *Rodoviária de Lisboa*;

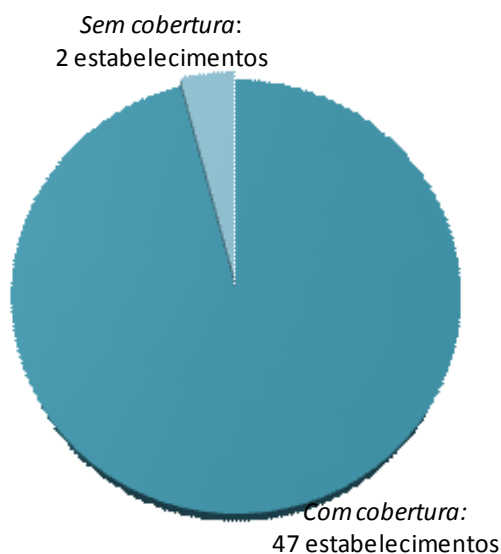
- Olival Basto e Pontinha também se encontram bem servidas em termos de número de circulações, a primeira pela sua localização no troço de ligação a Lisboa, para quem vem da região Oeste através da A8 e segue pela Calçada de Carriche, e a segunda pela proximidade a Lisboa, tendo com esta maior interdependência funcional;
- Ramada e Póvoa de Santo Adrião são, de facto, aquelas que apresentam um défice maior em termos de número de circulações de transportes públicos rodoviários, consequência da ineficiência da rede viária e da sua localização mais periférica.

Pela intensidade de movimentos que desencadeiam, enquanto polos geradores de deslocações, os equipamentos educativos são, em regra, servidos de transportes públicos.

De um modo geral, podemos afirmar que a rede educativa de Odivelas apresenta elevados níveis de cobertura de rede transportes coletivos (Ver Peça desenhada - *Rede Educativa do Município de Odivelas 2011/2012*).

De facto, no município de Odivelas, apenas dois estabelecimentos de educação e ensino não são servidos de transportes coletivos (*Anexo 6 – Caracterização da envolvente aos estabelecimentos de ensino (2011/2012)*): a EB1/JI da Quinta da Condessa (AE da Pontinha), que dista cerca de 400m à paragem de autocarro mais próxima, apresentando uma localização relativamente periférica em relação ao respetivo bairro, e o JI da Azenha (AE Vasco Santana), localizado na Ramada Velha, com duas salas de pré-escolar a funcionar em 2011/2012.

Figura 129. Estabelecimentos de ensino servidos por rede de transportes coletivos (2011/2012)

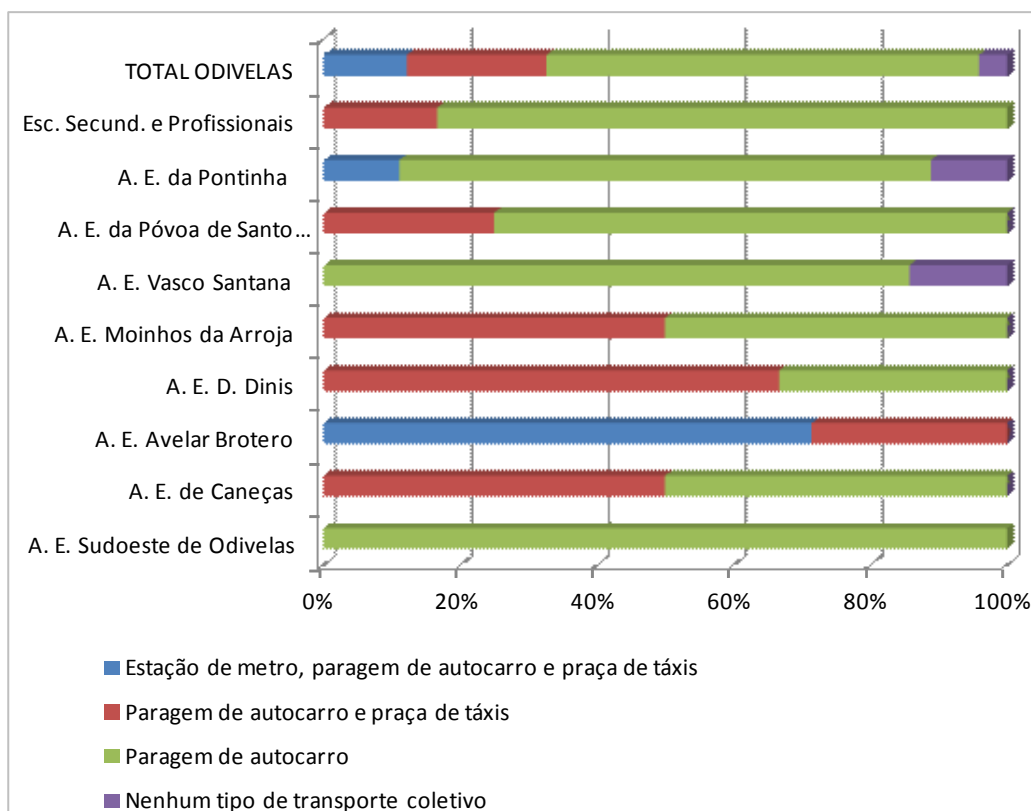


Cerca de 96% dos estabelecimentos de ensino de Odivelas são servidos por transportes rodoviários coletivos.

Os agrupamentos de escolas Vasco Santana e Sudoeste de Odivelas apenas são servidos por transporte rodoviário, enquanto os restantes agrupamentos apresentam maior diversidade de oferta de transportes coletivos (estação de metro, praça de táxis).

Em relação às escolas secundárias e profissionais, ainda que nenhuma se situe a menos de 500m de uma estação de metropolitano, tanto os alunos da Escola Secundária de Odivelas como os alunos da Escola Secundária Braamcamp Freire recorrem bastante ao metropolitano, dado que se tratam de alunos mais velhos e, por isso, capazes de realizar maiores distâncias a pé até às estações de Odivelas e Pontinha, respetivamente.

Figura 130. Estabelecimentos de ensino servidos por rede de transportes coletivos, por agrupamento de escolas (2011-2012)



Pela sua elevada centralidade em relação ao território municipal, os estabelecimentos do agrupamento de escolas Avelar Brotero são os mais bem servidos por transportes públicos, quer pela proximidade à estação de metro de Odivelas, quer pela densidade de percursos de autocarros.

Tabela 47. Estabelecimentos de ensino servidos por tipo de transportes coletivos, por agrupamento de escolas (2011-2012)

	Estação de metro, paragem de autocarro e praça de táxis	Paragem de autocarro e praça de táxis	Paragem de autocarro	Nenhum tipo de transporte coletivo	Total
<i>A. E. Sudoeste de Odivelas</i>	0	0	5	0	5
<i>A. E. de Caneças</i>	0	2	2	0	4
<i>A. E. Avelar Brotero</i>	5	2	0	0	7
<i>A. E. D. Dinis</i>	0	2	1	0	3
<i>A. E. Moinhos da Arroja</i>	0	2	2	0	4
<i>A. E. Vasco Santana</i>	0	0	6	1	7
<i>A. E. da Póvoa de Santo Adrião</i>	0	1	3	0	4
<i>A. E. da Pontinha</i>	1	0	7	1	9
<i>Esc. Secund. e Profissionais</i>	0	1	5	0	6
TOTAL ODIVELAS	6	10	31	2	49

3. Mobilidade dos alunos do município de Odivelas

No sentido de aferir os fluxos dos alunos relativamente à frequência dos estabelecimentos de educação e ensino, para além da importância conferida ao local de residência na legislação que regulamenta a matrícula dos alunos no ensino básico, não podemos deixar de equacionar os fluxos diários dos habitantes do concelho e dos concelhos limítrofes e a sua importância na procura de determinadas escolas, assim como a acessibilidade, quer ao nível dos percursos pedestres e/ou de automóvel individual, quer da rede de transportes coletivos que serve os diferentes bairros e aglomerados populacionais.

De modo a conhecermos a proveniência dos alunos matriculados nas escolas do ensino básico do 1º, 2º e 3º ciclo, procedeu-se ao mapeamento das suas moradas no ano letivo 2011/2012.

A geocodificação dos alunos dos agrupamentos de escolas do município de Odivelas foi realizada através de software SIG (ArcGIS ArcView), possibilitando a ligação semiautomática entre as moradas dos alunos (tabela fornecida pelas escolas) e um tema de endereços do concelho de Odivelas com representação espacial⁵.

Porque não se dispunha de informação dos endereços dos concelhos vizinhos, só foi possível fazer a geocodificação para o município de Odivelas.

Podemos constatar que a maioria dos alunos a frequentar os estabelecimentos de ensino de Odivelas é residente no município, com valores superiores a 90% em todos os agrupamentos, à exceção de Caneças, em que quase ¼ do total de alunos provem de municípios vizinhos, sobretudo de Amadora e de Sintra.

⁵ A metodologia foi desenvolvida inicialmente para o Agrupamento de Escolas de Caneças no ano letivo 2007/2008, tendo sido georreferenciados cerca de 88% dos locais de residência dos alunos oriundos de Odivelas (CMO, 2010).

Tabela 48. Número de alunos residentes no concelho a frequentar estabelecimentos de ensino de Odivelas, por agrupamento de escolas (2011-2012)

	TOTAL	RESIDENTES NO CONCELHO	
		N.º	%
<i>Sudoeste de Odivelas</i>	1177	1127	95,8
<i>Caneças</i>	1327	1044	78,7
<i>Avelar Brotero</i>	1475	1443	97,8
<i>D. Dinis</i>	1223	1199	98,0
<i>Moinhos da Arroja</i>	1097	1072	97,7
<i>Vasco Santana</i>	1685	1649	97,9
<i>Póvoa de Santo Adrião</i>	1329	1222	91,9
<i>Pontinha</i>	1840	1683	91,5

Tendo em conta o número de alunos residentes no concelho, foi efetuada a geocodificação do seu local de residência, o que foi possível para cerca de 90% dos casos.

Deste modo, foi elaborada para cada agrupamento de escolas a planta com o local de residência dos alunos, que nos permite conhecer com maior profundidade as deslocações casa-escola.

Cerca de 77% dos alunos dos estabelecimentos do AE A Sudoeste de Odivelas provém do respetivo território, que corresponde à totalidade da freguesia de Famões e à área envolvente à EB23 António Gedeão, situada já na freguesia de Odivelas, e que acaba por receber um significativo número de alunos dos AE Moinhos da Arroja e D. Dinis (Peça desenhada - *Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – A Sudoeste de Odivelas*).

Em Caneças, é clara a dominância dos alunos residentes na área do agrupamento, que representam 90% do total, sendo sobretudo a EB23 dos Castanheiros que exerce alguma atração junto do restante território do município (Peça desenhada - *Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Caneças*).

Em relação ao AE Avelar Brotero, 82% dos alunos são provenientes do território educativo, sendo os restantes oriundos de todo o município com particular relevância para os AE vizinhos Moinhos da Arroja e D. Dinis e também de Caneças e Ramada, o que se ficará a dever à sua localização central e à excelente cobertura de rede de transportes (Peça desenhada - *Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Avelar Brotero*).

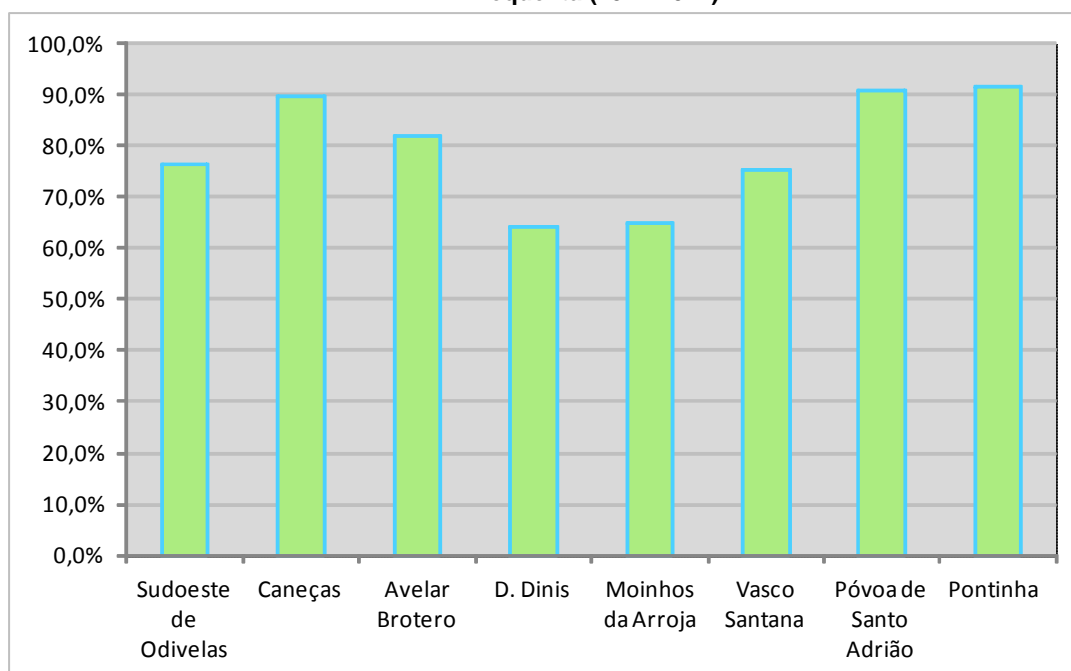
Os agrupamentos D. Dinis e Moinhos da Arroja são os que detêm o menor peso de alunos cujo local de residência se situa dentro da respetiva delimitação. Estes agrupamentos captam cerca $\frac{1}{3}$ dos seus alunos aos agrupamentos vizinhos (Peça desenhada - *Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – D. Dinis* e Peça desenhada - *Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Moinhos da Arroja*).

Do total de alunos do AE Vasco Santana, 75% reside no território do agrupamento, sendo os restantes provenientes sobretudo da zona norte da freguesia de Odivelas que frequenta a EB23 Vasco Santana (Peça desenhada - *Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Vasco Santana*).

O Agrupamento de Escolas da Póvoa de Santo Adrião tem cerca de 91% de alunos residentes no seu território, exercendo apenas alguma influência nos alunos que residem na zona oeste da freguesia de Odivelas (Peça desenhada - *Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Póvoa de Santo Adrião*).

O Agrupamento de Escolas da Pontinha detém cerca de 92% de alunos residentes, sendo o agrupamento em que este valor assume maior expressão, estando os restantes alunos distribuídos pelo território do município (Peça desenhada - *Proveniência dos alunos por agrupamento 2011/2012 – Pontinha*).

Figura 131. Número de alunos residentes no território do agrupamento de escola que frequenta (2011-2012)



Em suma, podemos concluir que são as freguesias mais periféricas as que apresentam o maior peso de alunos residentes nos seus territórios: Caneças, Póvoa de Santo Adrião e Pontinha, com valores de cerca de 90%.

Pelo contrário, os agrupamentos que abrangem a freguesia de Odivelas, mais centrais e com melhor cobertura da rede de transportes, captam mais alunos dos territórios vizinhos.

Quando fazemos uma abordagem à mobilidade dos alunos no território, importa equacionar os alunos de Odivelas que frequentam escolas nos concelhos limítrofes, assim como os alunos que residem fora do concelho e que frequentam escolas no concelho.

No que respeita ao fluxo de alunos do ensino básico, secundário e/ou profissional a estudar em escolas fora do concelho, só é possível efetuar uma abordagem através do número de alunos que, anualmente, solicitam apoio para transporte escolar nos serviços da Câmara Municipal.

Tabela 49. Evolução dos alunos com transporte escolar e que frequentam escolas fora do concelho, por freguesia de residência

Freguesia de Residência	Ano Letivo 2009/2010	Ano Letivo 2010/2011	Ano Letivo 2011/2012
	Nº Alunos	Nº Alunos	Nº Alunos
Caneças	6	5	6
Famões	20	12	11
Odivelas	24	26	27
Olival Basto	10	9	10
Pontinha	27	16	11
Póvoa Santo Adrião	6	2	4
Ramada	9	3	5
Total:	102	73	74

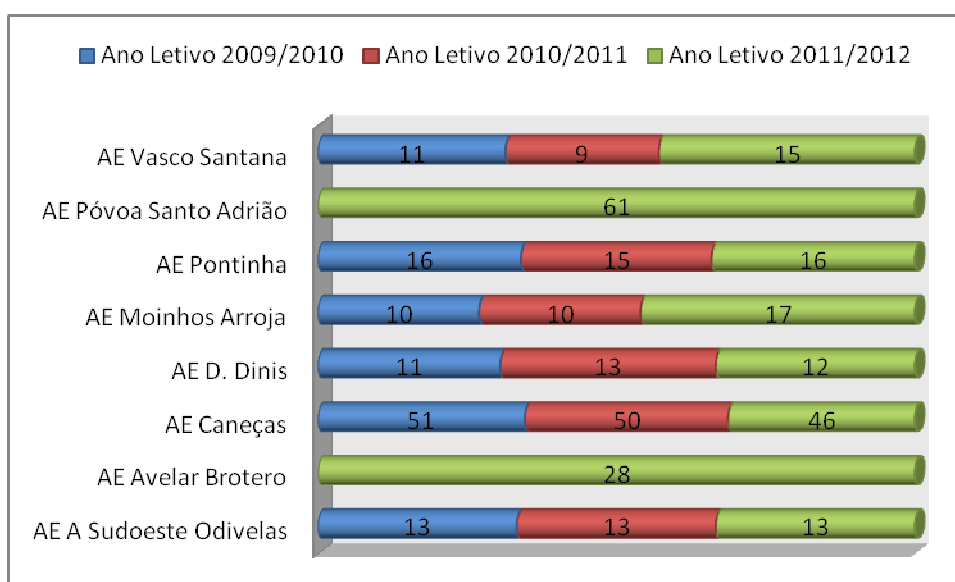
Fonte: CMO/DPISE

Se analisarmos a Tabela 49, verificamos um decréscimo do número de alunos com apoio em transporte escolar do ano letivo 2009/2010 para o ano letivo 2010/2011, registando-se posteriormente uma tendência de continuidade para o ano letivo 2011/2012.

O decréscimo do número de alunos com apoio em transporte escolar entre o ano letivo 2009/2010 e 2010/2011 poderá ficar a dever-se à diminuição do número de alunos que optam por frequentar escolas fora do concelho, mas também à opção por outro título de transporte, nomeadamente a opção pelo passe 4_18@escola.pt (título de transporte alternativo ao transporte escolar).

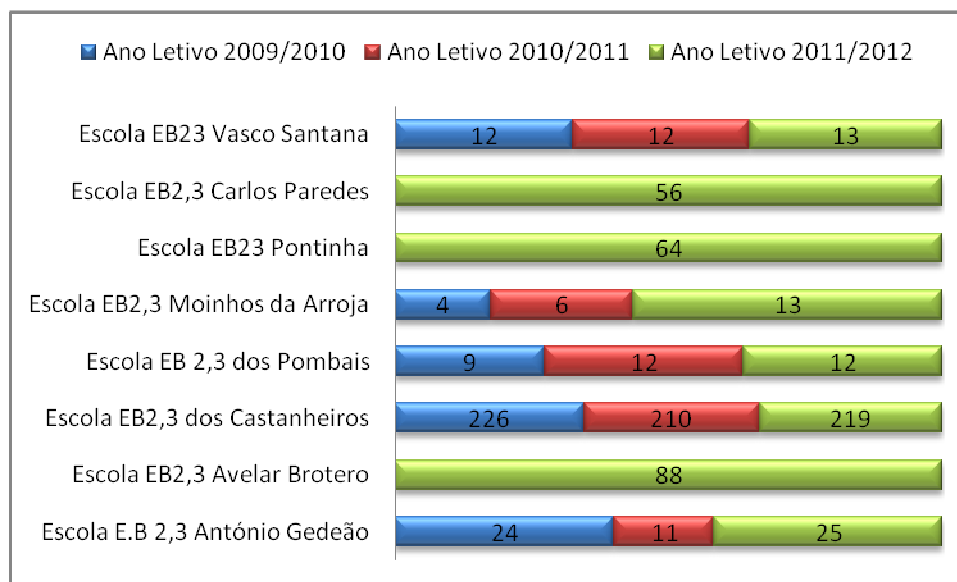
A freguesia com um maior número de alunos residentes e com apoio em transportes escolares é a Pontinha, seguida de Odivelas e de Famões. No caso das duas primeiras, poderá haver uma relação direta entre a acessibilidade ao metro e a algumas escolas de Lisboa (no caso de Odivelas) e de Lisboa e Amadora (no caso da Pontinha). No caso de Famões, por se tratar de uma freguesia que não tem no seu território nenhuma escola do 2º e 3º ciclos ou secundária, poderá haver uma escolha mais clara pela frequência de escolas no exterior do concelho, com recurso ao critério previsto na legislação das matrículas relativamente à opção de escola em função do local de trabalho dos encarregados de educação.

Figura 132. Evolução dos alunos a frequentar escolas do concelho (EB1/JI) e a residir fora do concelho



Fonte: Dados fornecidos pelos agrupamentos de escolas, via inquérito

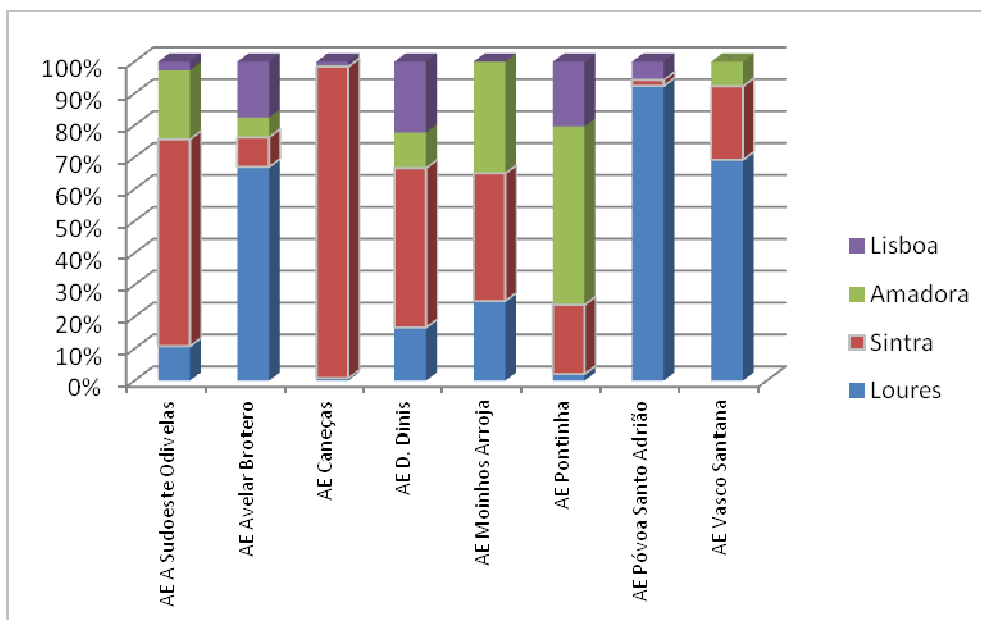
Quando analisamos a evolução dos alunos do pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a residir nos concelhos limítrofes e a frequentar escolas dentro do concelho, verificamos uma estabilidade nos anos letivos em análise, sendo que o Agrupamento de Escolas com mais alunos exteriores inscrito é o Agrupamento de Escolas de Caneças, conforme Figura 132.

Figura 133. Alunos a frequentar escolas do concelho (EB2,3) e a residir fora do concelho

Fonte: Dados fornecidos pelos agrupamentos de escolas, via inquérito

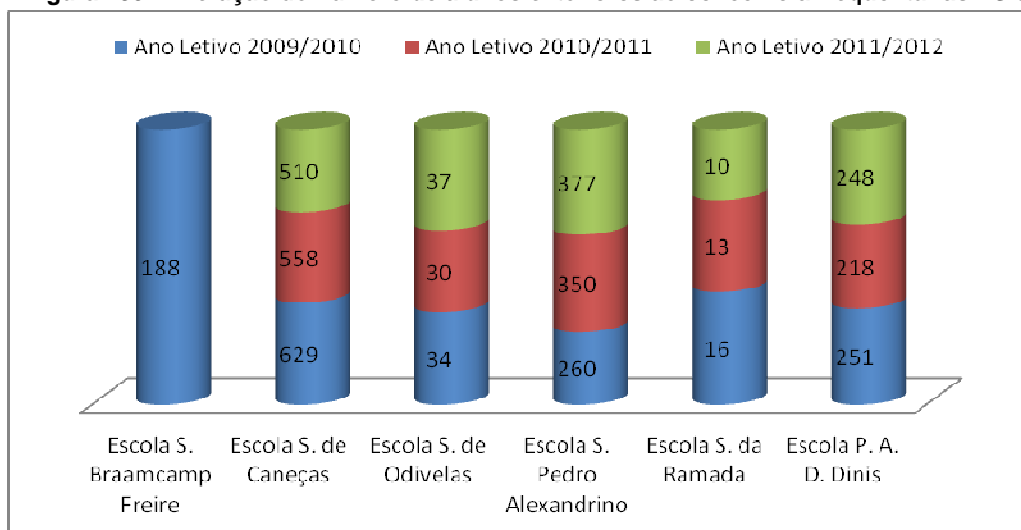
No que se refere às escolas do 2º e 3º ciclos, a escola que tem maior número de alunos inscritos a residir em concelhos limítrofes é a EB 2,3 dos Castanheiros/Caneças, à semelhança do que já se passava nos estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e 1º ciclo do Agrupamento de Caneças.

Apesar de não termos dados dos 3 anos letivos de todas as escolas do 2º e 3º ciclo, verifica-se que no ano letivo 2011/2012, as escolas EB 2,3 Avelar Brotero, Pontinha e Carlos Paredes/Póvoa de Santo Adrião aparecem a seguir à escola de Caneças, como escolas que têm maior número de alunos inscritos, a residir fora do concelho.

Figura 134. Concelhos de proveniência dos alunos por AE

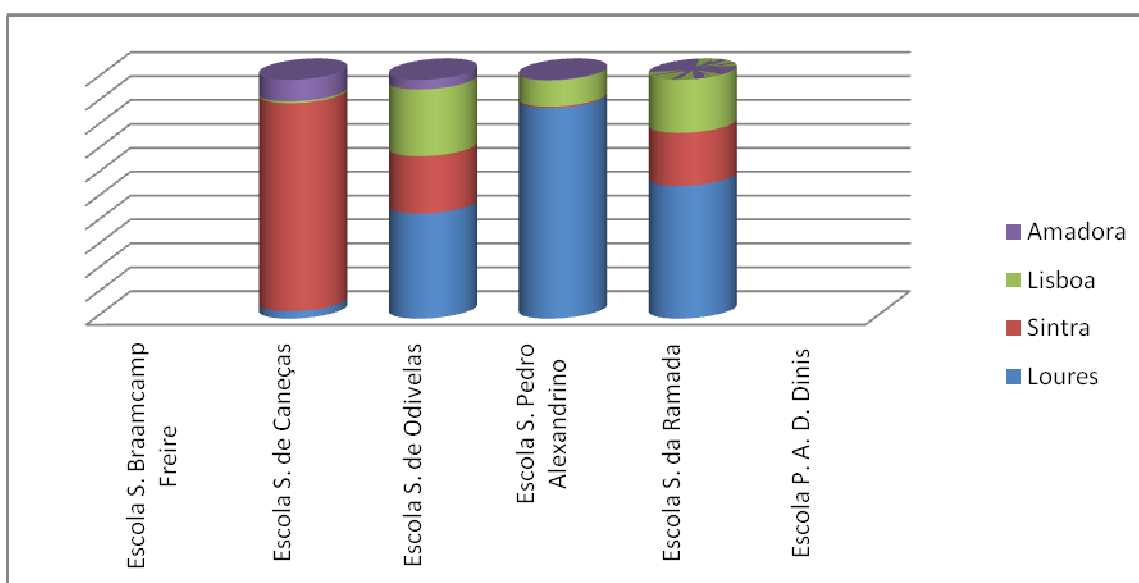
Fonte: Dados fornecidos pelos agrupamentos de escolas, via inquérito

Os concelhos limítrofes onde reside um maior número de alunos que frequentam as escolas que integram os 8 Agrupamentos de Escolas, são os concelhos de Loures, Sintra, Amadora, e Lisboa. De destacar o peso dos alunos provenientes do concelho de Loures nos Agrupamentos de Escolas da Póvoa de Santo Adrião, Avelar Brotero e Vasco Santana; de Sintra no Agrupamento de Escolas de Caneças, Agrupamento a Sudoeste de Odivelas, Agrupamento de Escolas D. Dinis e Agrupamento de Escolas Moinhos da Arroja; da Amadora no Agrupamento de Escolas da Pontinha e Moinhos da Arroja; e Lisboa, com um peso mais residual, nos Agrupamentos de Escolas da Pontinha, D. Dinis e Avelar Brotero.

Figura 135. Evolução do número de alunos exteriores ao concelho a frequentar as ES e EP

Fonte: Dados fornecidos pelas escolas, via inquérito

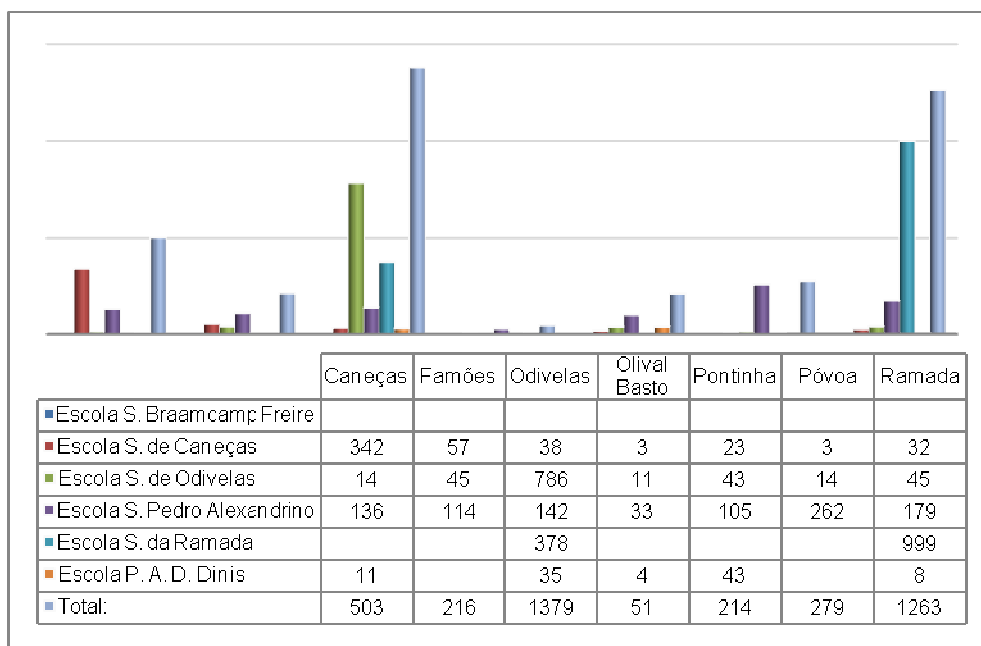
No que se refere às escolas secundárias, quando analisamos o fluxo de alunos que as frequentam e residem fora do concelho, deveremos não só considerar a proximidade geográfica e eventualmente a eficácia da rede de transportes públicos que as servem, mas também a diversidade da oferta formativa, nomeadamente cursos de formação profissional e outros.

Figura 136. Concelhos de proveniência de alunos que frequentam ES no concelho

Fonte: Dados fornecidos pelas escolas, via inquérito (dados incompletos)

Apesar de não se ter conseguido obter dados de todas as escolas e dos 3 anos letivos em análise, é possível referir que as escolas do concelho deste nível de ensino, que são frequentadas por um maior número de alunos de fora do concelho, são por ordem decrescente, Caneças (proximidade a bairros do concelho de Sintra), Pedro Alexandrino (proximidade ao concelho de Loures), Escola Profissional Agrícola D. Dinis da Paiã (pelas próprias características dos cursos que leciona responde a uma área de abrangência da Área Metropolitana de Lisboa e outras zonas do País) e Braamcamp Freire (pela proximidade aos concelhos da Amadora e Lisboa).

Figura 137. Freguesias de proveniência dos alunos que frequentam escolas secundárias (2011-2012)



Fonte: Dados fornecidos pelas escolas, via inquérito

No que se refere ao fluxo de alunos do ensino secundário oriundos do concelho, e tendo em conta que as escolas secundárias dão resposta pela sua própria natureza (diversidade de oferta) a alunos provenientes de diferentes freguesias dentro do concelho, verifica-se que apesar de algumas escolas receberem alunos da quase totalidade das freguesias (casos das escolas de Caneças, Odivelas e Pedro Alexandrino), a concentração do maior número de alunos em cada uma delas acaba por ser sempre a dos alunos residentes na freguesia de localização de cada uma das escolas, conforme se verifica na Figura 137.

Apesar da evidência referida, é de salientar a Escola Secundária da Ramada que integra um grande número de alunos de Odivelas e a Escola Secundária Pedro Alexandrino que acaba por integrar alunos em número significativo de diferentes freguesias do concelho (Caneças, Famões, Odivelas, Pontinha e Ramada).

IV – Diagnóstico/Síntese do Funcionamento do Sistema educativo Local

1. Síntese/Diagnóstico (Rede Pública)

Neste ponto será feita uma síntese global de todos os pontos abordados ao longo do relatório, no que respeita às escolas da rede pública:

- Alteração, ainda que pouco significativa, na organização do sistema educativo local, no que respeita à organização de 2 dos 8 agrupamentos de escolas (integração de uma escola do 1º ciclo em regime de autonomia num agrupamento vertical de escolas – EB1 Maria Máxima Vaz integra o AE Avelar Brotero - e transferência de uma escola do 1º ciclo de um agrupamento de escolas para outro – EB1/JI do Olival Basto transita do AE Avelar Brotero para o AE da Póvoa de Santo Adrião);
- Desativação de escolas por falta de condições de funcionamento (EB1/JI Chafariz D'El Rei, EB 2,3 Isabel de Portugal, EB1 Casal do Trigache, EB1 Eça de Queirós);
- Alteração de tipologias de alguns estabelecimentos de educação e ensino (EB1 Barbosa du Bocage passa a EB1/JI; EB1 Quinta das Dálias passa a EB1/JI; EB1 da Azenha passa a JI; EB1 nº 7 de Odivelas passa a EB1/JI; EB1 Eça de Queirós passa a EB1/JI Eça de Queirós; EB1 do Olival Basto passa a EB1/JI; EB1 do Vale Grande passa a EB1/JI);
- Abertura de novas escolas, contribuindo para aumentar e qualificar a resposta dos diferentes níveis de educação e ensino, e diminuir os regimes duplos de funcionamento das escolas no 1º ciclo (EB1/JI de Famões, EB1/JI Porto Pinheiro; EB1/JI Casal dos Apréstimos, EB1/JI Eça de Queirós; EB 2,3 Moinhos da Arroja);
- Evolução sempre crescente da oferta/procura na rede de pré-escolar ao longo de todo o período em análise;
- Número reduzido de crianças de 3 anos que acedem ao pré-escolar; existência de listas de espera de crianças para acederem ao pré-escolar público;
- Oscilações ora crescentes ora decrescentes na procura a nível do 1º ciclo entre o ano letivo 2004/2005 e o ano letivo 2009/2010, apresentando a partir daí uma tendência decrescente até ao ano letivo em curso (2012/2013);
- Aumento progressivo do número de escolas do 1º ciclo a funcionar em regime normal;

- Taxa média de ocupação de 92% no 1º CEB; só 1 agrupamento de escolas apresenta uma taxa de ocupação superior a 100% (AE Caneças);
- Evolução sempre crescente do número de alunos do 2º ciclo;
- Evolução crescente do número de alunos do 3º ciclo, com ligeira retração no ano letivo em curso;
- Peso residual de alunos a frequentar CEF (cursos de educação e formação);
- Taxa de ocupação de 95% nas escolas do 2º e 3º ciclo (máximo 30 alunos turma), e de 108% (26 alunos turma);
- Evolução, com oscilações ora crescentes ora decrescentes, no ensino secundário, apresentando um ligeiro decréscimo no ano letivo em curso;
- Média de alunos a frequentar cursos profissionais nas escolas secundárias, situa-se nos 21%;
- Taxa média de ocupação das escolas secundárias, se considerarmos a carga máxima de 30 alunos/turma é de 81%, e de 93% se considerarmos o número mínimo de 26 alunos/turma.
- Média de 13% de alunos com nacionalidade estrangeira a frequentar as escolas do concelho (básico e secundário), sendo as nacionalidades mais representativas por ordem decrescente, o Brasil, Angola e Guiné;
- Evolução crescente do número de alunos com NEE, destacando-se como mais significativas, as dificuldades de nível cognitivo no ensino básico, e as dificuldades de comunicação e linguagem no ensino secundário;
- Ligeira ascendência dos alunos do sexo masculino no pré-escolar e 1ºciclo (52% sexo masculino e 48% sexo feminino), e no 2º e 3ºciclos (51% sexo masculino e 49% do sexo feminino); inversão da tendência no ensino secundário (50,2% sexo feminino e 49,8% sexo masculino);
- Aumento da oferta de ensino especializado para alunos com NEE nas escolas do 1º ciclo da rede pública (UEE e UAE);
- Decréscimo do número de professores (básico e secundário);
- Predominância significativa do sexo feminino no pessoal que trabalha nas escolas (pessoal docente, pessoal não docente e de direção);

- Ligeiro decréscimo no número de pessoal não docente (básico e secundário);
- Oscilações nas taxas de transição nos diferentes níveis de ensino, situando-se numa média de 95,2% no 1º ciclo; de 87,42% no 2º ciclo; de 79,63% no 3º ciclo, e de 74,45% no ensino secundário;
- Maiores taxas de retenção nos anos de início e fim de ciclo no 3º ciclo e secundário (7º, 9º, 10º e 12º anos);
- Nos resultados dos exames do básico, apenas uma escola ficou colocada acima do valor esperado para o contexto (EB 2,3 Pombais); o melhor resultado da rede pública foi atingido pela escola EB 2,3 Vasco Santana, na Ramada; o melhor resultado no concelho foi o do Instituto de Odivelas; o melhor resultado dos exames do secundário foi atingido pela Escola Secundária da Ramada; o melhor resultado no concelho também foi o do Instituto de Odivelas;
- Taxas de abandono escolar a nível do 1º ciclo do ensino básico apresentam valores “tendencialmente zero”, o 2º ciclo situa-se num valor aproximado de 1%, e o 3º ciclo de 2%;
- Taxa de abandono no ensino secundário evoluiu de 4,35% no ano letivo 2009/2010, para 10,72% no ano letivo 2010/2011;
- Taxa bruta de pré-escolarização de 31,7% na rede pública, e de 51,6%, se considerarmos o público e o social (IPSS);
- Taxa bruta de escolarização de 94,7% no 1º ciclo, 110,6% no 2º e 3º ciclos. 91,2% no secundário;
- Desvio etário entre a idade cronológica e a “idade considerada ideal” para frequentar determinado nível de ensino, com maior incidência no 2º, 3º ciclo e secundário, mas com tendência de evolução decrescente;
- 45,6% de alunos do pré-escolar e 1º ciclo, 42,5% do 2º e 3º ciclo e 22% do secundário, são abrangidos por medidas de ação social escolar;
- 93,6% de alunos do 1º ciclo frequentam atividades de enriquecimento curricular (AEC);
- 67% de crianças do pré-escolar frequentam a CAF – prolongamento de horário;
- Mais de 90% dos alunos que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo residem no concelho de Odivelas, com exceção do Agrupamento de

Escolas de Caneças em que ¼ do total de alunos provêm de concelhos limítrofes (sobretudo da Amadora e Sintra);

- As escolas secundárias de Caneças, Pedro Alexandrino e Braamcamp Freire, concentram um número significativo de alunos que residem nos concelhos vizinhos (Sintra, Loures e Amadora, respetivamente).

2. Síntese/Diagnóstico (Rede Privada)

- 39% Dos estabelecimentos de educação e ensino privado tem contrato com o Estado (mais significativo nos estabelecimentos com a valência de pré-escolar);

- Decréscimo global da procura nos anos em análise;

- Peso mais significativo da oferta/procura de pré-escolar (43%);

- Aumento da oferta/procura de pré-escolar nas IPSS;

- Complementaridade das respostas de ATL das IPSS para alunos que frequentam o 1º ciclo na rede pública;

- No nível de ensino superior verificam-se oscilações na procura, e 19 % dos alunos residem no concelho de Odivelas;

- No nível de ensino artístico, 60% dos alunos residem no concelho, tendo o estabelecimento de ensino em questão acordos com o Estado para o ensino articulado da música em algumas das escolas da rede pública; evolução crescente na procura deste tipo de ensino;

- Ascendência dos alunos do sexo masculino (51% sexo masculino e 49% sexo feminino), com exceção dos alunos do ISCE, Conservatório de Música D. Dinis e Centro de Formação Alimentar da Pontinha, em que o sexo feminino predomina;

- Formação Profissional do Setor Alimentar com peso significativo ao nível da quantidade de ações de formação ministradas em contexto de trabalho e de atualização de conhecimentos profissionais (formação ao longo da vida);

- Ligeiro decréscimo no número de professores no seu global;
- Ligeiro decréscimo no número de pessoal não docente, com exceção das IPSS`S em que se verificou um ligeiro aumento;
- Predominância significativa do sexo feminino no pessoal que trabalha nos estabelecimentos de educação e ensino (pessoal docente e pessoal não docente e de direção), com exceção do Instituto Superior de Ciências Educativas e Conservatório de Música D. Dinis, no que se refere aos professores e elementos da direção;
- Ligeiro aumento do número de alunos com NEE com especial significado para os alunos com dificuldades de comunicação e linguagem;
- Taxas de transição médias nos anos em análise, de 99,86% no 1º ciclo; 99% no 2º ciclo; 92,13% no 3º ciclo; e 88,62% no secundário;
- Aumento das taxas de retenção à medida que vai aumentando o nível de ensino;
- O melhor resultado nos exames do ensino básico e do ensino secundário foi do ICE (Instituto de Ciências Educativas);
- 14% de crianças do pré-escolar, 37% do 1º ciclo, 32% do 2º ciclo 22% do 3º ciclo e 6% do secundário, recebem apoio do Estado para frequentar a rede particular e cooperativa; 56% das crianças que frequentam o pré-escolar nas IPSS também são financiadas pelo Estado.

3. Síntese/Diagnóstico do Sistema Educativo Local

Neste capítulo do diagnóstico/síntese sobre o Sistema Educativo Local vamos utilizar, de forma simplificada, uma ferramenta da gestão normalmente utilizada para fazer o diagnóstico estratégico de uma organização (análise SWOT), permitindo diagnosticar de forma sintética aquilo que são as forças e fraquezas internas presentes no funcionamento do sistema educativo local, assim como as ameaças e oportunidades provenientes do ambiente exterior.

Forças:	Fraquezas:
➤ Aumento progressivo da taxa de cobertura do pré-escolar;	➤ Número residual de crianças de 3 anos que conseguem aceder ao pré-

<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tendência de complementaridade das redes pública e solidária da educação pré-escolar, que tem permitido aumentar a taxa de pré-escolarização no concelho; ➤ Aumento progressivo das escolas do 1º ciclo a funcionar em regime normal; ➤ Melhoria gradual das condições físicas dos edifícios das escolas do 1º ciclo e jardins - de - infância devido às intervenções levadas a cabo pelo Município; ➤ Generalização do serviço de refeições em todas as escolas; ➤ Abertura de novos equipamentos escolares no pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo, com um conjunto de respostas em termos físicos, quer para o funcionamento curricular quer de enriquecimento curricular e ocupação de tempos livres; ➤ Investimento muito significativo nas TIC nas escolas do 2º e 3º CEB e Secundário, através do PTE; ➤ Obras de modernização pela Empresa Parque Escolar em 3 das 5 escolas secundárias do concelho; ➤ Forte adesão das crianças às atividades de enriquecimento curricular; ➤ Alargamento do período de funcionamento de um número crescente de estabelecimentos de educação e ensino (pré-escolar e 1º CEB), de modo a adequar-se às necessidades das famílias; ➤ Abandono escolar tendencialmente “zero” no 1º ciclo e com taxas 	<p>escolar da rede pública;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ 33 % Das escolas do 1º ciclo ainda funcionam em regime duplo ou misto; ➤ Ainda existem turmas mistas no 1º ciclo, isto é, turmas constituídas por alunos com mais de 1 ano de escolaridade; ➤ Desigualdade de recursos materiais (equipamentos) entre escolas do 1º ciclo e jardins - de - infância (falta de bibliotecas escolares, ginásio/espço polivalente; espaço para refeições pouco adequado; espaços de jogo e recreio coberto, entre outros); ➤ Existência de alguns pavilhões pré-fabricados degradados a funcionar com funções letivas e/ou de complemento curricular no 1º e 2º ciclo do ensino básico (EB1 Mello Falcão; EB1 António Maria Bravo; EB1 Caneças 1; EB1/JI nº 7 Odivelas, EB 2,3 dos Castanheiros); ➤ Existência de 1 escola do 1º ciclo a funcionar em salas modulares (EB1 Serra da Luz); ➤ 6 Das 8 escolas de 2º e 3º ciclo não têm pavilhão gímnodesportivo; ➤ Número alargado de horas diárias de permanência das crianças em meio escolar; ➤ Persistência de elevadas taxas de insucesso escolar, apesar de terem melhorado, sobretudo no 7º, 9º, 10º e 12º ano, e fracos resultados nos exames finais; ➤ Oferta reduzida de cursos CEF e pouca diversidade nos Cursos Profissionais; ➤ Só existe uma UEE no concelho que
---	---

<p>residuais no ensino básico;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Existência de resposta em todos os níveis de ensino no concelho (do pré-escolar ao superior, passando pelo ensino artístico), tornando o Município mais atrativo em termos de população jovem; ➤ Aumento gradual de escolas do 1º CEB integradas na RBE; ➤ Ligeiro acréscimo da população da dos 0 aos 4 anos; ➤ A quase totalidade dos estabelecimentos bem inseridos no tecido urbano; ➤ Rede educativa com elevado nível de cobertura da rede de transportes coletivos. 	<p>dê apoio a alunos do 2º ciclo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Acentuado envelhecimento populacional, sobretudo nas freguesias de Olival Basto, Pontinha e Póvoa de Santo Adrião; ➤ Quebra de população entre os 15-18 anos entre 2001 e 2011 potenciais alunos do secundário e profissional; ➤ Cerca de 37% das escolas estão situadas junto a vias rodoviárias de elevado tráfego.
<p>Ameaças:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Crise financeira a nível nacional, com repercussões a nível local/falta de financiamento para aumento, qualificação e modernização do parque escolar; ➤ Persistência de taxas significativas de abandono escolar no ensino secundário; ➤ Transferência para dentro da escola daquilo que são os problemas da sociedade (alunos com fome, alunos com dificuldades para adquirirem material escolar, alunos com pouco acompanhamento por parte das famílias; etc.); ➤ Falta de recursos humanos técnicos especializados dentro das escolas para responderem a novas exigências que se colocam às escolas (questões de natureza socioeconómica dos alunos, 	<p>Oportunidades:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Comunidade educativa dinâmica e empenhada; ➤ Colaboração estreita entre os Agrupamentos de Escolas e Escolas Secundárias e os Serviços de Educação da Câmara, a nível da colaboração técnica e partilha de conhecimentos e informações; ➤ Movimento associativo de pais dinâmico e interveniente; ➤ Desenvolvimento, por parte do Município, de projetos integrados no âmbito do apoio ao combate ao insucesso escolar e à prevenção de fenómenos de exclusão social; ➤ Alargamento da escolaridade obrigatória até aos 12 anos; ➤ Contributo inestimável das TIC no aumento dos níveis de eficiência e

<p>questões administrativas e de gestão financeira, questões do foro jurídico);</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Normativos oficiais de definição das regras de conceção e construção das escolas do ensino básico estão desatualizados no tempo (2007, DGRE); ➤ Possível constituição de Unidades de Gestão de maior dimensão (Agrupamentos de Escolas com valências desde o pré-escolar ao secundário), com a consequente dificuldade de gerir um grande número de recursos humanos e dispersão de equipamentos; ➤ Alterações constantes na legislação sobre a organização do sistema educativo. 	<p>eficácia da gestão escolar;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Possibilidade de haver uma maior articulação na sequencialidade pedagógica entre ciclos de ensino com a criação dos agrupamentos verticais de escolas com inclusão do ensino secundário; ➤ Diretores dos agrupamentos e de escolas não agrupadas com possibilidade de assinarem contratos de aprofundamento da autonomia com o Ministério da Educação no âmbito da gestão e administração escolar; ➤ Eventual descentralização de novas competências em matéria de educação para as Câmaras Municipais (Lei do Orçamento de Estado 2013).
---	--

V – Reordenamento da Rede Educativa Local

Neste capítulo será feita uma abordagem geral ao nível de execução das medidas preconizadas no documento da Carta Educativa, uma identificação programática das medidas de intervenção consideradas prioritárias num período de 5 anos (tendo em conta o diagnóstico efetuado, e uma proposta de reordenamento das unidades de gestão/administração do concelho (agrupamentos de escolas).

1 – Execução das medidas propostas no documento da Carta Educativa

Aquando da elaboração do documento da Carta Educativa ficou definida uma programação para construção e requalificação/ampliação de equipamentos educativos, com reporte a um primeiro período de projeção, de 5 anos (2007 – 2011).

Quando analisamos a Tabela 50, verificamos que para o período em análise, e no que se refere a novas construções, só não foram concretizados 2 equipamentos considerados prioritários – EB1/JI Caneças e EB1/JI Ribeirada - (apesar de um deles ter sido sinalizado como segunda prioridade – EB1/JI Ribeirada).

No caso da escola EB1/JI de Caneças, trata-se de um equipamento com projeto concluído, que já esteve incluído em Plano e Orçamento, mas que apesar de se continuar a considerar prioritário, não teve concretização por motivos de contenção financeira.

No que respeita à escola EB1/JI da Ribeirada (considerado como prioridade 2), referir que apesar de este equipamento não ter sido construído, foi cedido terreno na mesma zona da Ribeirada a uma Instituição Particular de Solidariedade Social com larga experiência na área da educação e ensino (Associação de Jardins – Escola João de Deus), que está a construir um equipamento social que dará resposta a crianças da creche até ao 1º ciclo do ensino básico.

Tabela 50. Construção e/ou Ampliação de Equipamentos (EB1/JI) – Novas salas na rede

Realizadas		Não Realizadas		Realizadas (não previstas)
Construção	Prioridades (1,2,3)	Construção	Prioridades (1,2,3)	Construção
EB1/JI Famões	1	EB1/JI em Caneças	2	
Escola EB1/JI Eça de Queirós	1	EB1/JI da Ribeirada	1	
EB1/JI Casal dos Apréstimos	3			
EB1/JI Porto Pinheiro	2			
Ampliação/Remodelação	Prioridades (1,2,3)	Ampliação/Remodelação	Prioridades (1,2,3)	Ampliação/Remodelação
EB1 Nº 7 Odivelas (EB1/JI)	1	EB1 Maria Máxima Vaz (EB1/JI)	2	EB1 da Azenha (JI)
EB1 Barbosa du Bocage (EB1/ JI)	1	EB1 Rainha Santa (EB1/JI)	3	EB1 Quinta Dálías (EB1/JI)
EB1 Vale Grande (EB1/JI)	1	EB1 Amoreira (EB1/ JI)	1	EB1/JI Caneças 1
EB1/JI Olival Basto (a)	3	EB1 nº 5 de Odivelas (EB1/ JI)	3	JI Roque Gameiro
EB1 Amoreira (Centro Recursos)	1			

(a) Prevista EBI (integrar 2º e 3º CEB)

Ainda atendendo à Tabela 50, e no que respeita às propostas de ampliação/remodelação, verificamos que mais de metade das intervenções previstas no documento da Carta Educativa foram concretizadas, havendo ainda intervenções que não estavam previstas mas que se realizaram.

Este tipo de “desvio” mais uma vez vem confirmar o carácter dinâmico que tem que ter um documento como a Carta Educativa, permitindo adequar as respostas às trajetórias de desenvolvimento que vão ocorrendo no território, aproveitando os recursos disponíveis e potenciando-os no sentido de os transformar em novas oportunidades de resposta.

Nas intervenções concretizadas é de referir a situação do Olival Basto, que apesar de estar previsto um equipamento integrado (com pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo), ficaram só contempladas as valências de pré-escolar e 1º ciclo, uma vez que pela dinâmica da população escolar daquela freguesia, não se justificava uma resposta localizada de 2º e 3º ciclos.

Como referido anteriormente, apesar de não se terem concretizado algumas medidas de ampliação/remodelação previstas no documento da Carta Educativa, nomeadamente a alteração de tipologia em 4 escolas do 1º ciclo para passarem a EB1/JI (integração de valência de pré-escolar), houve um conjunto de outros estabelecimentos de educação e ensino que não estava previsto alterarem a tipologia ou alargarem a oferta, e que por um conjunto de circunstâncias foi possível intervencionar, tendo contribuído desta forma para aumentar a rede de pré-escolar no concelho (alteração de tipologia no estabelecimento da Azenha, passando de EB1 para JI; alteração de tipologia na EB1 Quinta das Dálías, passando uma sala de 1º ciclo para resposta de JI; abertura de mais uma sala de JI na EB1/JI Caneças 1, a partir da adaptação de uma sala de repouso; abertura de mais 2 salas de atividade no JI Roque Gameiro, a partir da desocupação de parte do equipamento, por parte de uma IPSS).

Tabela 51. Construção e/ou Ampliação de Equipamentos (EB 2,3 e ES) - Novas salas na rede

Realizadas		Não Realizadas		Realizadas (Não previstas)
Construção	Prioridades (1,2;3)	Construção	Prioridades (1,2;3)	Construção
Escola EB2,3 Isabel de Portugal (a)	1	Escola 2,3 em Famões	1	
		Escola 2,3 na Ribeirada (b)	2	
Ampliação/Remodelação		Ampliação/Remodelação		Ampliação/Remodelação
Escola S. Pedro Alexandrino	3	Escola 2,3 Carlos Paredes	1	EB 2,3 Pontinha
		Escola 2,3 Pombais	3	Escola Secundária de Caneças
				Escola Secundária Braamcamp Freire

(a) Foi prevista EB3/S ; (b) Para substituir EB2,3 Avelar Brotero

No que se refere às escolas do 2º e 3º ciclo e secundário (intervenções da responsabilidade do Ministério da Educação), também aqui se verificam alguns “desvios” no que se refere àquilo que era a programação inicial, e aquilo que foi acontecendo na prática.

Quando olhamos para a Tabela 51, verificamos que mais uma vez se verificam as 3 situações (programação cumprida, programação não realizada, e programação não prevista mas realizada).

No caso destas escolas, cumpriu-se aquilo que era a prioridade de substituir a antiga escola EB 2,3 Isabel de Portugal que funcionava em pavilhões pré-fabricados degradados tendo sido construída a nova escola EB 2,3 Moinhos da Arroja num Complexo Integrado (com JI, EB1 e EB 2,3), tendo aumentado também a capacidade de resposta em mais 7 turmas. Também a Escola Secundária Pedro Alexandrino teve grandes obras de ampliação/requalificação por parte da empresa pública Parque Escolar, cumprindo-se aquilo que era a programação inicial.

Nas obras de construção previstas como necessárias mas não realizadas referir apenas o caso da EB 2,3 da Ribeirada (para substituir a escola EB 2,3 Avelar Brotero), que teve contrato de execução assinado com o Ministério da Educação, mas que continua sem data prevista de início de construção.

Nas obras de requalificação/ampliação não programadas, mas realizadas, referir a EB 2,3 da Pontinha que sofreu obras significativas de requalificação porque se encontrava muito degradada, mas que acabou por também beneficiar da criação de outros espaços complementares da função educativa (ginásio, gabinetes diversos, centro de recursos e laboratórios melhorados).

Também as escolas secundárias de Caneças e Braamcamp Freire tiveram obras de requalificação/ampliação por parte da empresa pública Parque Escolar, o que permitiu não só criar melhores condições de funcionamento como também, ampliar a sua capacidade de resposta.

Se tivermos unicamente em conta a vertente quantitativa do aumento de resposta de novas salas na rede pública à data da homologação da Carta Educativa em 2007, com a variação da população residente em idade escolar entre momentos censitários 2001 e 2011, verificamos que a capacidade de resposta foi superior ao aumento da população residente em idade de frequentar os diferentes ciclos de educação e ensino (ver Capítulo I, Ponto 2.9 – Dinâmica da população em idade escolar),

È evidente que não podemos tirar conclusões simplistas, uma vez que as novas salas que foram construídas não foi para responder única e simplesmente à procura de novos públicos escolares, mas também para melhorar as condições de funcionalidade do parque escolar existente (substituição de escolas degradadas, aumento do número de turmas a funcionar em regime normal, entre outras).

2. Medidas de intervenção na rede pública

Neste ponto será feita uma proposta de programação de prioridades no que concerne à edificação escolar no âmbito da rede pública, elaborada a partir de um modelo de cenarização prospetiva e estratégica, num propósito de obviar situações de desajuste da rede educativa relativos à própria dinâmica social e de mobilidade no território.

Trabalhando segundo 2 perspetivas distintas, mas complementares, a perspetiva territorial (do ordenamento) e a perspetiva pedagógica enquanto promotora do princípio da equidade e da igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso, apresenta-se uma programação de definição de prioridades para um cenário de curto prazo (2013-2018), e par um cenário de médio prazo (2018 – 2022).

Esta programação tem evidentemente em conta o quadro recorrente de restrição orçamental a nível nacional com as repercussões evidentes a nível local, as características do parque escolar edificado e constrangimentos do espaço disponível de logradouro para eventuais ampliações/reconversões/adaptações, e obviamente, as tendências de evolução da população em idade escolar, reportando-nos aos dados dos Censos 2011 (naquilo que concerne ao seu desdobramento por faixas etárias correspondentes aos ciclos de educação e ensino).

Na programação que se segue nas Tabelas 52 e 53, recorre-se a um conjunto de soluções de compromisso entre o ideal e o possível, entre as expectativas e a realidade, e estão integradas, não só obras de edificação/reconversão de equipamentos escolares da responsabilidade da Câmara Municipal, como obras da responsabilidade do Ministério da Educação, independentemente de quem venha a assumir-se como dono da obra através de contratualização específica - administração local/administração central.

Tabela 52. Programação de prioridades (Cenário 2013-2018)

Programação	Justificação
Construção	
EB1/JI Caneças (CM)	Com projeto aprovado, continua a manter-se a necessidade da sua construção a curto prazo, uma vez que todas as escolas do 1º ciclo do AE de Caneças funcionam em regime duplo ou misto, acrescido ao facto da escola EB1 Caneças/EB1 Artur Vieira Caldas1 ter 2 pavilhões pré-fabricados degradados a funcionar como salas de aula.
EB 2,3 Ribeirada (ME)	Já teve contrato assinado com Ministério da Educação. Continua a justificar-se a sua construção para substituir a EB 2,3 Avelar Brotero, que funciona num edifício muito antigo, sem laboratórios para as disciplinas de biologia, química, física, e sem espaços adequados à prática da educação física.
Ampliação/Remodelação/ Reconversão	Justificação
Jl Quinta de S. Carlos/Caneças (CM)	Aproveitando um espaço municipal anteriormente já utilizado com funções educativas por parte de uma IPSS, e tendo em conta a lista de espera de crianças de 3 e 4 anos no AE de Caneças que pretendem ingressar no pré-escolar da rede pública, seria criado este JI (2 salas), que apesar de isolado em termos físicos, ficaria ligado em termos de sequencialidade pedagógica à EB1 Caneças 1/EB1 Artur Vieira Caldas.
EB1nº 4 Famões/EB1 Sophia de Mello Breyner passa a EB1/JI (CM)	Aproveitando o decréscimo de procura de alunos do 1º ciclo naquela escola, reverter 1 sala de 1º ciclo em JI, permitindo aumentar a rede de pré-escolar e contribuindo para estabilizar a procura do 1º ciclo.
B1 nº 5 Odivelas/EB1 Bernardim Ribeiro passa a EB1/JI (CM)	Criação de 2 salas de JI,e ainda refeitório e cozinha, biblioteca e UEE (projeto já elaborado).
Jl Álvaro de Campos	Substituição do edifício, mantendo a mesma oferta.
EB1/JI Quinta de S. José (CM)	Alargamento para mais 2 salas de JI e ganha mais uma sala de 1º ciclo que está agora com o pré-escolar (projeto já elaborado).

CM – Responsabilidade Câmara Municipal; ME – Responsabilidade Ministério Educação.

A programação aqui apresentada, e definida como prioritária, no que diz respeito à construção, reconversão/adaptação do parque escolar da rede pública, não invalida aquilo que é um programa de conservação e manutenção eficaz, complementado por um programa de melhoria e requalificação do parque escolar edificado, no sentido de dar uma resposta qualificada aos alunos do concelho e responder com novos espaços educativos à própria evolução da organização do sistema educativo (escola a tempo inteiro, integração de crianças com NEE,

apoio complementar a alunos e famílias na componente social e de apoio psicológico, entre outros).

Os equipamentos escolares pela sua natureza específica estão sujeitos a um desgaste constante e mais rápido que o habitual das organizações públicas, pelo que também requerem uma manutenção sistemática, e cuidada. A “Escola”, cada escola, é um bem público, para a realização de um serviço público, pelo que valorizá-la, passa crucialmente por mantê-la em condições de eficiência, conforto e segurança.

Tabela 53. Programação de prioridades (Cenário 2018-2022)

Programação	Justificação
Ampliação/Remodelação	
EB1 Rainha Santa passa a EB1/JI (CM)	Aumento da rede de pré-escolar em mais 2 salas e criação de Centro de Recursos e Gabinetes de Trabalho.
EB1 Maria Máxima Vaz passa a EB1/JI (CM)	Aumento da rede de pré-escolar em mais 2 salas.
EB1 da Amoreira passa a EB1/JI (CM)	Aumento da rede de pré-escolar em mais 2 salas, e criação de Gabinetes de Trabalho.
EB 2,3 Pombais (ME)	Requalificação/Modernização / construção de pavilhão.
EB 2,3 António Gedeão (ME)	Requalificação/Modernização / construção de pavilhão.
EB 2,3 Carlos Paredes (ME)	Requalificação/Modernização / construção de pavilhão.

3 – Proposta de reordenamento da rede educativa (pública)

Entende-se por rede educativa a configuração da organização territorial dos estabelecimentos educativos afetos aos diferentes níveis de educação/ ensino e formação, visando a sua adequação às orientações e objetivos da política educativa, nomeadamente os que se referem à utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas formativas, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de acesso e de sucesso a todas as crianças e jovens.

Na elaboração do documento da Carta Educativa estiveram implicados critérios de reordenamento, pedagógicos e normativos legais, com um determinado período temporal.

Trata-se de um processo que se constrói e evolui acompanhando as mudanças que se vão registando no território, com uma abordagem como processo e não como produto concluído, com um carácter dinâmico e em permanente atualização, assumido como instrumento para uma atuação municipal mais esclarecida e tecnicamente informada.

Este princípio de flexibilidade, e de adaptação às mudanças, pressupõe a necessidade de reajustamentos e de redefinição de prioridades, face às alterações ocorridas nas variáveis que determinaram a sua elaboração, adequando-se a uma realidade que evolui constantemente, com especial enfoque nas alterações a nível da organização e gestão do sistema educativo, as dinâmicas sociodemográficas, a disponibilidade de recursos financeiros e de fontes de financiamento.

Neste sentido, a partir do território educativo e da unidade de agrupamento de escolas ou de escolas não agrupadas, o documento da Carta Educativa e/ou documentos subsequentes de revisão, diagnosticam, antecipam novos desafios e constrangimentos, mormente no que concerne à constituição de unidades administrativas de gestão, dando resposta àquilo que determinam os normativos legais que vão sendo publicados sobre esta matéria.

Dentro deste princípio enquadrador, a legislação de referência, identifica um conjunto de critérios a que deve obedecer a constituição destas unidades de organização e gestão (Agrupamentos de Escolas), nomeadamente:

- A construção de percursos escolares coerentes e integrados;
- A articulação curricular entre níveis e ciclos de ensino;

- A eficácia e eficiência da gestão dos diferentes recursos (humanos, materiais e pedagógicos);
- A proximidade geográfica;
- A dimensão equilibrada e racional.

Tendo em conta este enquadramento legislativo, e existindo no concelho de Odivelas 8 agrupamentos de escolas (com as valências de pré-escolar, 1º, 2º e 3º ciclo) e 5 escolas secundárias e 1 escola profissional (não agrupadas), tendo subjacentes 3 vertentes distintas (os critérios de reordenamento, os critérios pedagógicos e os normativos legais em vigor), apresenta-se um cenário de agrupamentos verticais de escolas, do pré-escolar até ao 9º ano, com pequenos ajustamentos nos equipamentos que integram 4 dos 8 agrupamentos, existentes.

Tabela 54. Agrupamentos Verticais de Escolas (do pré-escolar até ao 9º ano)

Identificação dos Agrupamentos	Estabelecimentos de Educação e Ensino que integram	Nº Alunos por nível de educação e Ensino	Total Alunos
A Sudoeste de Odivelas	EB 2,3 António Gedeão EB1/JI Famões EB1/JI Casal da Silveira EB1/JI Quinta das Dálías EB1 nº 4 Famões	Jl: 175 1º CEB: 425 2º e 3º EB: 748	1.348
Avelar Brotero	EB2,3 Avelar Brotero EB1/JI D. Dinis EB1 nº 5 Odivelas EB1 Maria Máxima Vaz JI Álvaro de Campos JI Roque Gameiro	Jl: 211 1º CEB: 681 2º e 3º EB: 494	1.386
Caneças	EB 2,3 Castanheiros EB1 Caneças 1 EB1/JI nº 1 Caneças	Jl: 121 1º CEB: 561 2º e 3º EB: 734	1.416

	EB1/JI Cesário Verde EB1 Maria Costa		
D. Dinis	EB 2, 3 Pombais EB1/JI Maria Lamas EB1 Rainha Santa EB1 António Maria Bravo	Jl: 45 1º CEB: 717 2º e 3º EB: 664	1.426
Moinhos Arroja	EB 2, 3 Moinhos Arroja EB1/JI nº 7 Odivelas EB1/JI Porto Pinheiro JI Dr. João dos Santos	Jl: 197 1º CEB: 584 2º e 3º EB: 691	1.472
Pontinha	EB 2,3 pontinha EB1/JI casal da serra EB1/JI Quinta da Condessa EB1 Dr. Mário Madeira EB1 Mello Falcão EB1 Quinta da Paia EB1 Serra da Luz EB1/JI Vale Grande JI Gil Eanes	Jl: 246 1º CEB: 1032 2º e 3º EB: 754	2.032
Póvoa Santo Adrião	EB 2,3 Carlos Paredes EB1/JI Olival Basto EB1/JI Barbosa du Bocage EB1/JI Quinta s. José	Jl: 170 1º CEB: 635 2º e 3º EB: 636	1.441
Vasco Santana	EB 2,3 Vasco Santana EB1 Amoreira EB1/JI João Villaret	Jl: 215 1º CEB: 713 2º e 3º EB: 987	1.915

	EB1/JI Eça de queirós		
	EB1/JI casal dos Apréstimos		
	Jl Azenha		

Com este Cenário, mantinham-se os 8 agrupamentos verticais de escolas, e 5 escolas secundárias não agrupadas, mais a escola profissional (também não agrupada). Este modelo apresenta apenas 2 alterações relativamente à situação atual, com a transição da EB1 António Maria Bravo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero para o Agrupamento de Escolas D. Dinis e da EB1 professora Maria Costa do Agrupamento Vasco Santana para o Agrupamento de Caneças.

Estas duas alterações têm subjacentes os seguintes fundamentos:

- No caso da transição da EB1 Antónia Maria Bravo do Agrupamento de Escolas Avelar Brotero para o Agrupamento de Escolas D. Dinis, prende-se com um maior equilíbrio entre o número de alunos e de estabelecimentos de educação e ensino que integram cada um dos agrupamentos de escolas da cidade de Odivelas, e com o facto de a EB1 António Maria Bravo partilhar a mesma área de influência em termos de proveniência dos alunos da EB1/Jl Maria Lamas, que já integra o Agrupamento de Escolas D. Dinis;

- No segundo caso, a EB1 Professora Maria Costa fica localizada numa área de fronteira entre as freguesias de Caneças e da Ramada, sendo que recebe alunos das 2 freguesias; acresce a esta evidência, o facto de esta escola ter vindo a perder alunos nos últimos anos, numa altura em que as 3 escolas do 1º ciclo que integram o Agrupamento de Escolas de Caneças continuam sobrelotadas, funcionando em regime duplo e/ou misto; por outro lado, viria permitir um número mais equilibrado de alunos nos 2 agrupamentos de escolas (Caneças e Vasco Santana).

Não pondo em causa a “a coerência técnica” de alguns princípios subjacentes à criação de unidades de gestão que integrem os diferentes níveis de educação e ensino, tendo sobretudo em conta o reforço da articulação vertical dos diferentes ciclos e níveis de ensino e a garantia de percursos sequenciais mais articulados, não é de somenos importância referir o aumento de exigências e de competências com que as escolas se tem vindo a defrontar nos últimos anos,

acumulando um excesso de expectativas e missões (“transbordou de competências” como diz António Nóvoa, Reitor da Universidade de Lisboa), como consequência de lhe terem delegado tudo que a família ou a comunidade não podiam ou as preocupava.

A Escola é cada vez mais um espaço onde confluem diferentes culturas e grupos sociais. Lidar com esta diversidade é um dos maiores desafios que se colocam à escola, enquanto contexto de cidadania, porque ou a escola se torna um lugar de integração e inclusão social ou num lugar de exclusão.

Neste sentido, e tendo em conta a dispersão geográfica das escolas e o acréscimo de responsabilidades que exige uma estrutura bastante mais alargada em termos de gestão de recursos humanos, materiais e financeiros, e até o desafio que constitui manter a escolaridade obrigatória de 12 anos, será imprescindível “o apelar ao compromisso e o criar de condições para a emergência de dinâmicas laterais e autónomas de melhoria, que possam devolver o protagonismo aos agentes e, para que eles próprios possam ter um grau maior de sustentabilidade” (Bolívar, 2009), tornando-se fundamental, que as entidades competentes salvaguardem um conjunto de condições que ajudem a minimizar eventuais problemas de organização do sistema em geral, e de prestação de um serviço público de qualidade, em particular.

Assim sendo, torna-se fundamental agilizar algumas áreas de intervenção da escola, nomeadamente a criação de uma plataforma informática em que professores, pessoal não docente, alunos, e encarregados de educação possam aceder a toda a informação actualizada sobre diversas questões do dia-a-dia das escolas (horários das turmas, faltas de professores, serviço de refeições e normas de ação social escolar, comunicação com directores de turma, reuniões, marcação e desmarcação de serviços diversos, visitas de estudo, entre outros).

Por outro lado, a escola não poderá continuar a funcionar como um espaço social de professores e pessoal não docente; é indispensável que cada nova unidade de gestão possa contar com técnicos especializados nas vertentes da intervenção social, da psicologia, da gestão financeira/contabilidade, e da componente jurídica. Estes técnicos devem fazer parte do quadro dos agrupamentos ou escolas não agrupadas, dependendo diretamente da direção, que com certeza poderão e deverão integrar uma rede mais alargada na comunidade local, mas sem estarem dependentes da “bondade” do Projeto A ou do Projeto B, que normalmente têm objectivos definidos no tempo.

Referir a este propósito, as novas exigências que o novo Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei nº 51/2012, de 5 de Setembro) vem acrescentar àquilo que já era um avolumar de trabalho de

articulação escola/família/entidades oficiais de ação social e outras, quando preconiza a comunicação obrigatória e a articulação com as Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), em tudo aquilo que são faltas continuadas de alunos, não cumprimento dos planos de recuperação, problemas de indisciplina diversos, risco de abandono escolar, entre outros.

VI – Calendário e Metodologia de Monitorização

Entendida como instrumento fundamental e dinâmico de intervenção de planeamento e ordenamento da rede educativa inserida no contexto mais abrangente do ordenamento territorial, a Carta Educativa tem como meta atingir maiores níveis de qualidade nas respostas a nível de educação, ensino e formação no concelho, sendo parte integrante do seu desenvolvimento social.

Neste sentido, a Carta Educativa enquanto documento de reflexão prospetivo, com um determinado horizonte temporal, deve integrar para além da sua revisão ao fim de cada 5 anos de vigência para responder às necessidades de reajustamentos e readaptações face às alterações ocorridas no território e na organização do sistema educativo (processo em curso), um processo de monitorização anual, de forma a servir de suporte à decisão política de mais curto prazo e minimizar a incerteza das variáveis que serviram de suporte ao planeamento inicial, desencadeando mecanismos de correção, quando e se necessário.

O processo de monitorização deve assentar num sistema de registo de dados e acções, que de forma continuada, faz o controlo do processo, avalia o seu impacto nos resultados esperados e identifica os factores críticos para a concretização das acções planeadas.

O desafio da escolaridade obrigatória de 12 anos que só se verá o seu verdadeiro impacto naquilo que é a taxa de ocupação das escolas secundárias diz respeito num período de 4 - 5 anos, o impacto que a nova orientação da legislação das matrículas poderá causar a curto prazo (abertura para a escolha da escola por parte dos pais, independentemente do local de residência), a possibilidade de criação de agrupamentos de escolas de maior dimensão, e a eventual transferência de novas competências na área da educação para as autarquias locais (Lei do Orçamento de Estado 2013), exigem-nos um esforço e uma responsabilidade acrescida no processo permanente de monitorização, no sentido de contextualizar as políticas e a ação educativa, contrapondo à homogeneidade das normas a heterogeneidade das formas e das situações, numa tentativa de conciliar o interesse público e o “busca do bem comum” no serviço educativo.

Neste sentido, agora que a escola enquanto espaço social de competências partilhadas, nos surge pela frente, ao mesmo tempo como incerta, instável, imprevisível e repleta de novos desafios e oportunidades, torna-se de todo imprescindível que se trabalhe em conjunto com os seus directores, se criem rotinas e procedimentos com canais abertos de comunicação, para que se concretize uma gestão responsável e eficiente.

Metodologia de monitorização

O processo de monitorização anual deve preocupar-se essencialmente com as alterações que vão ocorrendo na organização do sistema educativo a nível geral, mas dando especial enfoque à evolução e acompanhamento daquilo que são as alterações que se vão verificando na rede pública, quer a nível da sua organização e funcionamento, quer a nível da edificação escolar (encerramentos, reconversões, alterações de tipologia), da oferta formativa e resultados escolares.

A monitorização anual deverá preocupar-se em recolher e sistematizar um conjunto de informação que permita a elaboração de relatórios sintéticos, mas reflexivos, sobre os indicadores que nos são transmitidos em 2 momentos fundamentais para a vida das escolas e para aqueles que direta ou indirectamente assumem responsabilidades e competências na gestão do sistema educativo: o encerramento e a abertura de cada ano letivo.

Com o encerramento do ano letivo, torna-se fundamental recolher os dados dos resultados escolares e das desistências e abandonos; com o início do ano letivo, é de vital importância ter acesso aos dados da diminuição ou aumento da procura nos diferentes níveis de educação e ensino, da oferta formativa, do aumento ou diminuição dos alunos com necessidades de apoio social e de transportes escolares, das crianças com NEE, entre outros.

De forma complementar, e não menos importante, é fundamental que tudo aquilo que forem alterações à legislação vigente em determinado ano letivo, alterações na rede escolar, e alterações na própria definição das atribuições e competências de cada entidade implicada faça parte desse Relatório, assim como, uma reflexão sobre as suas implicações no sistema educativo local.

O sistema de monitorização deverá estar centrado na Unidade Orgânica que tem a responsabilidade de levar a cabo as atribuições e competências em matéria de educação (DEJCA/DPISE), num trabalho articulado com o DOM (área de planeamento), e a Unidade Orgânica que tem as atribuições de acompanhar os estudos do PDM, uma vez que é essencial que a evolução do sistema educativo esteja em devida articulação com aquilo que são os projetos de construção/ampliação/renovação do parque escolar, e com aquilo que é a gestão e o ordenamento do território e a mobilidade da população no concelho.

Ainda no âmbito deste processo de monitorização, pela importância do conhecimento da evolução demográfica no desenho da rede educativa do município, julga-se ser importante aprofundar o conhecimento das técnicas de projeção demográfica, de modo a poder estudar com mais detalhe a população em idade escolar.

O Conselho Municipal de Educação, pelas suas competências e pela diversidade de entidades que o integram com preocupações e responsabilidades nestas matérias da educação e ensino, será um espaço privilegiado para a prestação de contas sobre a informação produzida, para recolher contributos e sugestões, e para provocar o diálogo e a reflexão entre os diferentes parceiros, com vista à criação de um “Projeto Educativo de Concelho”, em que a “Escola” representa o papel principal.

ANEXOS

ANEXO 1 – SIGLAS UTILIZADAS

SIGLAS – LETRAS

AE – Agrupamento de Escolas
AEC – Atividades de Enriquecimento Curricular
ASE – Ação Social Escolar
CAF – Componente de Apoio à Família
CB – Competências Básicas
CCH - Cursos Científico-Humanísticos
CEB – Ciclo do Ensino Básico
CEF - Cursos de Educação e Formação
CG – Conselho Geral
CFSA – Centro de Formação Setor Alimentar
CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e saúde, da Organização Mundial da saúde.
CMDD – Conservatório de Música D. Dinis
CME – Conselho Municipal de Educação
CMO – Câmara Municipal de Odivelas
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNO – Centro de Novas Oportunidades
CP – Cursos Profissionais
DAPP – Departamento de Avaliação, Prospetiva e Planeamento
DGEEC – Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência
DSEE - Direção de Serviços de Estatísticas da Educação
DEEBS - Divisão de Estatísticas do Ensino Básico e Secundário
EB – Escola básica
EEE – Estabelecimento de Educação e Ensino
EFA – Educação e Formação Adultos
EP – Escola Profissional
ES – Escola Secundária
GEPE – Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação
INE – Instituto Nacional de Estatística
IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social
ISCE – Instituto Superior de Ciências Educativas
JI – Jardim – de – infância
LBSE – Lei de Bases do Sistema Educativo
MC - Módulos Capitalizáveis
MEC – Ministério da Educação e Ciência

NEE – Necessidades Educativas Especiais
OCDE – Organização para o Desenvolvimento e Cooperação Económico
PIEF – Programa Integrado de Educação e Formação
PCA – Percursos Curriculares Alternativos
PISA - Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos)
PLNM – Português Língua Não Materna
PND – Pessoal Não Docente
PPE - Português Para Estrangeiros
PPT – Português Para Todos
RBE – Rede de Bibliotecas Escolares
RVCC – Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências
SASE – Serviço de Ação Social Escolar
SPO – Serviços de Psicologia e Orientação
SWOT - Strenghts (Pontos Fortes), Weaknesses (Pontos Fracos), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças).
TE – Transportes Escolares
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UEA - Unidade Especializada para Apoio à Educação de Crianças e Jovens com Multideficiência e Surdo Cegueira
UAE - Unidade de Apoio à Educação de Crianças e Jovens com Perturbações do Espectro do Autismo

SIGLAS – NÚMEROS

1ºC – Primeiro ciclo
2º/3ºC – Segundo e terceiro ciclo

ANEXO 2 – GLOSSÁRIO

Ano Letivo – Período de tempo compreendido entre o início e o fim das atividades letivas que no ensino não superior corresponde a um mínimo de 180 dias efetivos de atividades escolares.

Análise SWOT - Ferramenta de gestão utilizada para o diagnóstico estratégico. O termo SWOT é composto pelas iniciais das palavras Strengths (Pontos Fortes), Weaknesses (Pontos Fracos), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças). Divide-se em 2 análises complementares entre si: Análise Externa (Opportunities: Aspectos positivos da envolvente, com impacto significativo no funcionamento da organização; Threats: Aspectos negativos da envolvente, com impacto significativo no funcionamento da organização); Análise Interna (Strengths: Vantagens internas da organização em relação aos seus principais concorrentes; Weaknesses: Desvantagens internas da organização em relação aos seus principais concorrentes).

Apoio Alimentar - Consubstancia-se no fornecimento de refeições nos refeitórios escolares ou em espaços adaptados para o mesmo efeito, visando assegurar uma alimentação equilibrada e adequada às necessidades dos alunos, contribuindo igualmente para a promoção da saúde e de níveis adequados de bem-estar nas crianças e jovens que frequentam os estabelecimentos de educação e ensino; a responsabilidade da prestação deste serviço no que à rede pública diz respeito é dividida entre a Câmara Municipal (jardins de Infância e escolas do 1º ciclo do ensino básico) e o Ministério da Educação (escolas dos 2º e 3º ciclos e escolas secundárias).

Autonomia pedagógica (escolas particulares) - Consiste na não dependência das escolas públicas quanto a: orientação metodológica e adoção de instrumentos escolares; planos de estudos e conteúdos programáticos; avaliação de conhecimentos, incluindo a dispensa de exame e a sua realização; matrícula, emissão de diplomas e certificados de matrícula, de aproveitamento e de habilitações.

Auxílios económicos - Traduzem-se no apoio aos alunos carenciados para aquisição de livros e outro material escolar, sendo a responsabilidade mais uma vez repartida entre os municípios (para os alunos do 1º ciclo), e o Ministério da Educação (para os alunos do 2º e 3º ciclos e secundário).

Centros Novas Oportunidades (CNO) - São unidades orgânicas da iniciativa de entidades formadoras com um conjunto de valências diversificadas no âmbito da resposta às necessidades de qualificação da população adulta. Compete-lhes o encaminhamento de adultos para ofertas de educação e formação ou para o reconhecimento, validação e certificação de competências adquiridas ao longo da vida, para efeitos escolares e/ou profissionais.

Contrato de Associação - Contratos assinados pelo ME com escolas de gestão privada, através dos quais o ME se compromete a pagar o serviço educativo que estas prestam – em montante equivalente ao custo por aluno no ensino estatal - de modo a que os alunos abrangidos pelo contrato possam frequentar a escola gratuitamente.

Contrato de Desenvolvimento – Contratos que tem por objetivo a criação e a consolidação de estabelecimentos de educação pré-escolar em zonas carenciadas e a modalidade de apoio às famílias de mais fracos recursos económicos, através da atribuição de uma comparticipação financeira, conforme critérios determinados por despacho anual.

Contrato de Patrocínio – Modalidade de intervenção do estado que tem por fim estimular e apoiar o ensino particular em domínios não abrangidos ou restritamente abrangidos pelo ensino público, nomeadamente o ensino artístico especializado.

Contrato Simples – Contratos celebrados entre o Estado e os estabelecimentos de ensino que o desejem, que tem como objetivo permitir especiais condições de frequência de alunos nas escolas privadas, estabelecendo um montante de financiamento por aluno e a redução da propina a que as escolas se obrigam.

Curso Científico-Humanístico - Curso de ensino secundário vocacionado para o prosseguimento de estudos de nível superior que atribui diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 3.

Curso de Educação e Formação - Curso destinado a jovens com idade superior a 15 anos que lhes permite concluir o 3º ciclo do ensino básico ou o 12º ano de escolaridade, através de um percurso flexível, concretizando um projeto profissional, sem prejuízo do prosseguimento de estudos.

Curso de Educação e Formação de Adultos - Oferta de educação e formação para adultos que pretendam elevar as suas qualificações. Estes cursos desenvolvem-se através de percursos de dupla certificação, ou de habilitação escolar quando se revele adequado ao perfil e história de vida dos adultos. Destinam-se a indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos que pretendam completar o 4º, 6º, 9º e 12º ano de escolaridade ou desejem obter uma qualificação profissional.

Curso Profissional - Curso conducente a uma qualificação profissional que facilita o ingresso no mercado de trabalho e simultaneamente garante uma habilitação escolar que permite o prosseguimento de estudos. Atribui diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 4.

Curso Tecnológico - Destina-se, principalmente, aos alunos que, tendo concluído o 9º ano de escolaridade, pretendam uma qualificação profissional de nível intermédio que lhes possibilite o ingresso no mercado de trabalho. Atribui diploma de conclusão de nível secundário e qualificação de nível 4. Estes cursos, tal como os Cursos Gerais, permitem também o prosseguimento de estudos no ensino politécnico e/ou superior.

Educação e formação profissional - Formação com objetivo de dotar o indivíduo de competências com vista ao exercício de uma ou mais atividades profissionais.

Ensino Regular - Conjunto de atividades de ensino ministradas no âmbito da estrutura educativa estabelecida pela Lei de Bases do Sistema Educativo e que se destinam à maioria dos alunos que frequentam o sistema de ensino dentro dos limites etários previstos na lei.

Idade ideal - Considera-se aqui, à semelhança do conceito utilizado pelo INE e pelo GEPE na publicação *50 Anos de Estatísticas da Educação (2009)*, como idades expectáveis para a frequência dos diferentes ciclos de estudo, as seguintes: Educação pré-escolar, 3-5; 1º ciclo, 6-9; 2º ciclo, 10-11; 3º ciclo, 12-14; ensino secundário, 15-17.

Paralelismo Pedagógico (escolas particulares) - Consiste na não dependência das escolas públicas quanto a: orientação metodológica e adoção de instrumentos escolares; avaliação de conhecimentos, incluindo a dispensa de exame e a sua realização.

Passe 4_18@escola.pt - Título de transporte, alternativo ao transporte escolar, e destinado aos estudantes dos 4 aos 18 anos, que não beneficiem na deslocação casa escola, do Transporte Escolar. Os alunos beneficiam de uma redução de 50% no preço do título de transporte e no cartão de suporte ao passe 4_18@escola.pt, desde que o mesmo seja utilizado na deslocação casa – escola.

PCA (Percursos Curriculares Alternativos) – É permitida a constituição de turmas com percursos curriculares alternativos no ensino básico, destinadas a grupos específicos de alunos até aos 15 anos de idade, inclusive, que se apresentem em qualquer das seguintes situações: Ocorrência de insucesso escolar repetido; Existência de problemas de integração na comunidade escolar; Ameaça de risco de marginalização, de exclusão social ou abandono escolar; Registo de dificuldades condicionantes da aprendizagem (elevado índice de abstenção, baixa auto - estima e falta de expectativas relativamente à aprendizagem e ao futuro, bem como o desencontro entre a cultura escolar e a sua cultura de origem).

PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação) - Tem como finalidade promover a inclusão social de crianças e jovens mediante a criação de respostas integradas, designadamente socioeducativas e formativas de prevenção e combate ao abandono e insucesso escolar, favorecendo o cumprimento da escolaridade obrigatória e a certificação escolar e profissional dos jovens.

Programa PISA - Programme for International Student Assessment (Programa Internacional de Avaliação de Alunos). Estudo lançado pela OCDE sobre os conhecimentos e as competências dos alunos de 15 anos.

Regime Articulado – Regime aplicado no ensino artístico em que os alunos que frequentam o ensino regular em escolas dos diferentes graus de ensino (5º ano do básico; 10º ano do secundário), e tem as componentes especializadas do currículo nos estabelecimentos de referência reconhecidos pelo Ministério da Educação, através de protocolos.

Regime Supletivo - Regime aplicado no ensino artístico, em que os alunos frequentam escolas públicas ou privadas que não são de referência, desde que o desfazimento entre o ano de escolaridade que frequentam e o grau das disciplinas constantes do plano de estudos do curso especializado de música, não seja superior a 2 anos.

Taxa bruta de escolarização - Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos (independentemente da idade), e a população residente em idade normal de frequência desse ciclo de estudos.

Taxa real de escolarização - Relação percentual entre o número de alunos matriculados num determinado ciclo de estudos, em idade normal de frequência desse ciclo, e a população residente dos mesmos níveis etários.

Taxa de retenção e desistência – Relação percentual entre o número de alunos que não podem transitar para o ano de escolaridade seguinte e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Taxa de transição - Relação percentual entre o número de alunos que, no final de um ano letivo, obtêm aproveitamento (podendo transitar para o ano de escolaridade seguinte) e o número de alunos matriculados, nesse ano letivo.

Tecnologias de Apoio – Dispositivos facilitadores destinados a melhorar a funcionalidade e a reduzir a incapacidade do aluno, tendo como impacte permitir o desempenho de atividades nos domínios da aprendizagem.

Transportes Escolares - É da competência das autarquias locais a oferta de um serviço de transporte escolar entre o local de residência e o estabelecimento de ensino básico, secundário, profissional, oficial ou particular e cooperativo com contrato de associação e paralelismo pedagógico, que os alunos frequentam, quando residam a mais de 4km ou 3km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente com ou sem refeitório.

ANEXO 3 – Legislação de Referência

Leis

- Lei nº 51/2012, de 5 de setembro. Estatuto do Aluno e Ética Escolar.
- Lei nº 85/2009, de 27 agosto. Escolaridade Obrigatória: 12º Ano de escolaridade e 18 anos de idade.
- Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. Quadro de competências dos órgãos das freguesias e dos municípios.
- Lei nº 159/99, de 14 Setembro. Quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais.
- Lei nº 5/1997, de 10 de fevereiro. Lei - Quadro do Pré-Escolar.
- Lei nº 46/86, de 14 de setembro, alterada pelas Leis nº 115/97, de 19 de setembro, 49/2005, de 30 de agosto, e 85/2009, de 27 de agosto. Lei de Bases do Sistema Educativo.

Decretos-Leis

- Decreto – Lei nº 176/2012, de 2 de agosto. Cumprimento da escolaridade obrigatória.
- Decreto-lei nº 139/2012, de 5 de julho. Princípios orientadores da organização e gestão dos currículos do ensino básico e secundário, da avaliação dos conhecimentos a adquirir e das capacidades a desenvolver.
- Decreto - Lei nº 41/2012, de 21 de fevereiro. Última alteração ao Estatuto da Carreira Docente.
- Decreto-Lei nº 138 - C/2010, de 21 novembro. Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo
- Decreto-lei nº 55/2009, de 2 de março. Medidas de ação social escolar.
- Decreto-Lei nº 220/2008, de 12 novembro. Regime Jurídico de Segurança contra incêndios em edifícios.
- Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de julho. Transferência de novas competências em matéria de educação para os municípios.

- Decreto - Lei nº 75/2008, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 224/2009, de 11 de Setembro, e Decreto-Lei nº 137/2012, de 2 de julho. Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário.
- Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 21/2008, de 12 de maio. Apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário.
- Decreto-Lei nº 299/2007, de 22 agosto, com alterações ao Decreto-Lei nº 314/97 de 15 de novembro e ao Decreto-Lei nº 387/90, de 10 de dezembro. Denominação dos Estabelecimentos de Educação e Ensino da rede pública e respetiva tipologia.
- Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de agosto. Acessibilidades a Edifícios Públicos.
- Decreto - Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, com 1ª alteração pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto. Criação dos Conselhos Municipais de Educação.
- Decreto – Lei nº 115-A/98, de 4 de maio. Regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundários.
- Decreto - Lei nº 4/1998, de 8 janeiro. Regime Jurídico das Escolas Profissionais.
- Decreto - Lei nº 147/1997, de 11 de junho. Desenvolvimento e Expansão da Rede de Pré – Escolar.
- Decreto - Lei nº 319/91, de 23 de agosto. Integração de crianças deficientes no ensino regular.
- Decreto - Lei nº 299/84, de 5 de setembro. Organização dos Transportes Escolares.

Portarias

- Portaria 272/2012, de 4 setembro. Regulamenta o Programa PIEF (criado pelo Despacho conjunto nº 882/99).
- Portaria nº 265/2012, de 30 de agosto. Regras e procedimentos a observar na celebração, acompanhamento, e avaliação dos contratos de autonomia a celebrar entre os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas, e o Ministério da Educação e Ciência, e eventualmente outros parceiros e entidades.
- Portaria nº 97/2012, de 5 de abril. Montantes do subsídio anual por aluno, concedidos pelo estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo, ao abrigo dos contratos simples e de desenvolvimento.
- Portaria nº 283/2011, de 24 outubro. Cursos EFA.

-
- Portaria nº 151/2011, de 8 de abril. Regime de Apoio Financeiro do Estado às Escolas.
 - Portaria nº 1181/2010, de 16 de novembro. Alteração e Extinção de Agrupamentos de Escolas.
 - Portaria nº 138/2009, de 3 de fevereiro. Cria o passe 4_18@escola.
 - Portaria nº 1532/2008, de 29 dezembro. Regulamento Técnico de Segurança contra incêndios em edifícios
 - Portaria nº 1049 – A/2008, de 16 de Setembro. Definição de critérios para a determinação da dotação máxima de referência do pessoal não docente, por agrupamento de escolas e escola não agrupada.
 - Portaria nº 550-C/2004, de 21 maio. Regulamenta o Ensino Profissional.
 - Portaria nº 583/1997, de 30 junho. Desenvolvimento e Expansão da Rede de Pré – Escolar.

Despachos

Despacho nº 24 – A/2012, de 6 de Dezembro. Avaliação e certificação dos conhecimentos adquiridos e das capacidades desenvolvidas pelos alunos, e medidas de promoção de sucesso escolar a adotar no acompanhamento e desenvolvimento dos alunos.

Despacho nº 11886 – A/2012, de 6 de Setembro. Comparticipações correspondentes aos apoios sociais aos alunos no ano letivo 2012/2013.

- Despacho normativo nº 13-A/2012, de 5 de junho. Princípios de organização do ano letivo, e orientações a observar na organização dos tempos escolares dos alunos e na operacionalização da “Oferta Complementar”.

- Despacho nº 7533/2012, de 31 de maio. Delegação de competências do Diretor Geral da DRELVT nos diretores das escolas e agrupamentos de escolas.

- Despacho nº 5634/2012, de 26 de abril. Critério para a constituição de agrupamentos de escolas com maior dimensão.

- Despacho nº 5106 – A/2012, de 12 de abril. Normas relacionadas com a matrícula dos alunos, regime de funcionamento das escolas e constituição de turmas.

- Despacho nº 334/2012, de 11 janeiro. Cursos EFA.

- Despacho nº 12285/2011, de 19 de setembro. Tabela de cursos profissionais.

-
- Despacho nº 10532/2011, de 22 de agosto. Definição do número de alunos por turma no 1º ciclo do ensino básico
 - Despacho nº 4463/2011, de 11 de março. Agregação de Escolas e/ou Agrupamentos
 - Despacho nº 2237/20011, de 31 janeiro. Exames Ensino Básico e Secundário.
 - Despacho nº 18061/2010, de 3 dezembro. Entrada antecipada no 2º Ciclo.
 - Despacho nº 6514/2009, 27 fevereiro. Regime de Apoio Financeiro do Estado às Escolas.
 - Despacho nº 14460/2008, de 15 de maio, com as alterações introduzidas pelo Despacho nº 8683/2011, de 28 de junho. Normas a observar no período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e ensino do pré-escolar e 1º ciclo, e oferta de AEC e de atividades de animação e apoio à família no 1º CEB.
 - Despacho nº 15 847/2007, de 23 de julho. Recolha de dados junto das escolas para realização de estudos e inquéritos nas escolas.
 - Despacho Normativo nº 1/2006, de 6 de janeiro. Constituição de turmas de PCA.
 - Despacho nº 268/1997, de 25 agosto. Requisitos pedagógicos e técnicos para funcionamento de estabelecimentos do pré-escolar.

ANEXO 4 – Referências Bibliográficas

Azevedo, Joaquim [coord.] (2006). *Avaliação de Escolas – Programa AVES*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia.

Bolívar, António (2012). *Melhorar os Processos e os Resultados Educativos, O que nos ensina a investigação*, Fundação Manuel Leão, Vila Nova de Gaia.

Chitas, Paulo e Rosa, Maria João Valente (2010). *Portugal: os Números*, Fundação Francisco Manuel dos Santos, Lisboa.

CMO (2012). Plano de Ação Social Escolar e Transportes Escolares.

CMO (2012). *Plano Diretor Municipal de Odivelas – Volume 4.1 – Caracterização do Território – Componentes Ambientais – III – Caracterização Acústica* (Versão submetida a apreciação da CA), Junho 2012.

CMO (2010). *Local de residência dos alunos de Caneças – Desenvolvimento de um mecanismo de georreferenciação*, Junho 2010.

CMO (2009). *Plano Diretor Municipal de Odivelas – Volume 4.3 – Caracterização do Território – Enquadramento Regional, Estruturação Urbana e Sistemas Infraestruturais – XII – Mobilidade e Transportes*, Novembro 2009.

CMO/Transitec (2009). *Estudo prospetivo da Mobilidade no Concelho de Odivelas*, Agosto 2009.

CMO (2006). *Carta Educativa do Município de Odivelas. Proposta Preliminar de Reordenamento*.

CNE (2011). *Estado da Educação 2011 – A Qualificação dos Portugueses*, Lisboa.

DAPP (2000). *Critérios de Reordenamento da Rede Educativa*. Lisboa.

DAPP (2000) – *Manual para a Elaboração da Carta Educativa*. Lisboa.

DGEEC, DSEE e DEEBS (2012). *Estatísticas da Educação 2010/2011- Jovens*.

DGEEC e DSEE (2012). *Regiões em Números 2010/2011: Volume III* – Lisboa.

DGOTDU (2002). *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.

GEPE. *Apresentação do Sistema Educativo Português*. Lisboa.

Guerra, Isabel Carvalho (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*, Estoril, Principia.

INE, IP., Portugal (setembro 2011). *Estatísticas Demográficas; Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras*

Ramalho, Glória (2003). *A Aprendizagem no Sistema Educativo Português: Principais Resultados de Estudos Realizados*, in Joaquim Azevedo (Coordenador) "Avaliação dos Resultados Escolares – Medidas para Tornar o Sistema Mais Eficaz". Edições ASA, Porto.

Santana, Castilho (1999). *Manifesto para a Educação em Portugal – os equívocos e as soluções. As tendências do Terceiro Milénio*, Texto Editora, Lisboa.

ANEXO 5 – Identificação das Escolas

Código dos Agrupamentos de Escolas	Estabelecimento de Educação e Ensino	Códigos		
		JI	1º CEB e EB1/JI	2º e 3ºCEB
A Sudoeste Odivelas (Código 171918)	Escola EB2,3 António Gedeão			340340
	Escola EB1/JI Quinta das Dálias		238417	
	EB1/JI Veiga Ferreira		246025	
	EB1/JI Famões		254447	
	Escola EB1 Sophia de Mello Breyner Andresen (N.º 4 de Famões)		252475	
Avelar Brotero (Código 171906)	Escola EB2,3 Avelar Brotero			340376
	Escola EB1 António Maria Bravo		247480	
	Escola EB1/JI D. Dinis		251355	
	Escola EB1 Bernardim Ribeiro (Nº 5 de Odivelas)		253807	
	Escola EB1 Maria Máxima Vaz		254150	
	Jardim de Infância Álvaro de Campos	622280		
	Jardim de Infância Roque Gameiro	604057		
Caneças (Código 171920)	Escola EB2,3 dos Castanheiros			340534
	Escola EB1 Francisco Vieira Caldas (N.º1 de Caneças)		237437	
	Escola EB1/JI Artur Alves Cardoso (EB1/JI N.º1 de Caneças)		245124	
	Escola EB1/JI Cesário Verde		250685	
D. Dinis (Código 171992)	Escola EB 2,3 dos Pombais			342660
	Escola EB1/JI Maria Lamas		239987	
	Escola EB1 Rainha Santa		252657	

Código dos Agrupamentos de Escolas	Estabelecimento de Educação e Ensino	Códigos		
		JI	1º CEB e EB1/JI	2º e 3ºCEB
Moinhos Arroja (Código 171852)	Escola EB2,3 Moinhos da Arroja			341770
	Escola EB1/JI Manuel Coco (n.º 7 de Odivelas)		254654	
	Escola EB1/JI Porto Pinheiro		295541	
	Jardim de Infância Dr. João dos Santos (JI Arroja)	622291		
Pontinha (Código 171074)	Escola EB23 Pontinha			344679
	Escola EB1/JI Casal da Serra		293593	
	Escola EB1/JI Quinta Condessa		287878	
	Escola EB1 Dr. Mário Madeira		240620	
	Escola EB1 Mello Falcão		248095	
	Escola EB1/JI Quinta da Paiã		242081	
	Escola EB1 Serra da Luz		249490	
	Escola EB1/JI Vale Grande		250910	
	Jardim de Infância Gil Eanes	639825		
Póvoa de Santo Adrião (Código 171086)	Escola EB2,3 Carlos Paredes			344655
	Escola EB1/JI Quinta de S. José		253418	
	Escola EB1/JI Barbosa du Bocage		253819	
	Escola EB1/JI do Olival Basto		251550	
Vasco Santana (Código 171840)	Escola EB23 Vasco Santana			344620
	Escola EB1 Prof. Maria Costa		251598	
	Escola EB1 da Amoreira		248344	
	Escola EB1/JI João Villaret		252750	
	Escola EB1/JI Eça de Queirós		247327	
	Escola EB1/JI Casal dos Apréstimos		295693	
	JI da Azenha	240898		

Códigos de Identificação das Escolas Secundárias

Escolas Secundárias e Profissional	Códigos
Escola Secundária Braamcamp Freire	401020
Escola Secundária de Caneças	403544
Escola Secundária de Odivelas	400609
Escola Secundária Pedro Alexandrino	402450
Escola Secundária da Ramada	403507
Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paiã	404019

Os códigos das escolas são atribuídos pelos Serviços Competentes do Ministério da Educação e Ciência, em função do nível de educação ou de ensino ou da modalidade que exclusiva ou prioritariamente ministram, conforme Decreto-Lei nº 299/2007, de 22 de agosto.

Na Tabela que identifica os agrupamentos de escolas e estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico, aparecem escolas do 1º ciclo e jardins – de – infância, com dupla denominação (com nº e nome de patrono).

Esta situação diz respeito a estabelecimentos de educação e ensino, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 388/88, de 25 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 299/2007, de 22 de agosto, propuseram o nome de um patrono ou denominação que se identificava mais com as comunidades educativas onde as escolas se inserem, mas que apesar de os Serviços Regionais do Ministério da Educação terem legitimado as novas denominações integrando-os na Base de Dados oficial, nunca foi formalizada a publicação da “nova denominação” em Diário da República, pelo que se optou pela dupla identificação.

Anexo 6 – Caracterização da envolvente aos estabelecimentos de ensino (2011/2012)

Agrupamento	Designação	Agglomerado Populacional		Rede de transportes		Vias com muito tráfego		Jardins/Zonas verdes		Equipamentos coletivos diversos		Zona estacionamento para TI corpo doc. /não doc.		Zona embarque/desembarque passageiros		Ruídos ambientais		Classif. zonal do ruído *
		S/N	Obs	S/N	Obs	S/N	Obs	S/N	Obs	S/N	Obs	S/N	Obs	S/N	Obs	S/N	Obs	
	EB23 António Gedeão	S	Zona residencial - Colinas do Cruzeiro	S	Paragem de autocarro	N		S	Parque infantil	S	Pavilhão multiusos, campos de futebol	N		S		N		Zona Mista
	EB1 Quinta das Dálías	S	Zona residencial - Quinta das Dálías	S	Paragem de autocarro	N		S	Parque infantil	S	Ringue da JF Famões ao lado	N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI Veiga Ferreira	S	Zona residencial - Casal do Bispo	S	Paragem de autocarro	N		N		N		N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI de Famões	S	Zona residencial - Bairro das Queimadas	S	Paragem de autocarro	N		S	Jardim Bot. Famões	N		N		N		N		Zona Mista
	EB1 Qt. Pretas/EB1 Sophia Mello Breyner Andresen	S	Zona residencial - Quinta das Pretas	S	Paragem de autocarro	N		N		N		N		N		N		Zona Mista
	EB23 dos Castanheiros	S	Zona residencial - centro de Caneças	S	Paragem de autocarro e praça de táxis	S	Estrada Nacional e Estrada para a	S	Jardim do Coreto (com parque infantil)	S	Esc. Sec., EB 1, J. Freg., Bomb., Mercado, Igreja, etc.	N		N		N		Zona Mista
	EB1 Caneças/EB1 Francisco Vieira Caldas	S	Zona residencial - centro de Caneças	S	Paragem de autocarro e praça de táxis	S	Estrada Nacional nas proximidades	S	Jardim do Coreto (com parque infantil)	S	Esc. Sec., EB 1, J. Freg., Bomb., Mercado, Igreja, etc.	N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI de Caneças N.º 1/EB 1/JI Artur Alves Cardoso	S	Zona residencial - Campos de Caneças	S	Paragem de autocarro	N		N		S	Coletividade de futebol Botafogo	N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI Cesário Verde	S	Zona residencial - Casal Novo	S	Paragem de autocarro	N		N		N		N		N		N		Zona Mista
	EB23 Avelar Brotero	S	Centro de cidade de Odivelas	S	Estação de metro, paragem de autocarro e praça de táxis	S		S	Parque Urbano da Quinta da Memória	S	Jardim da Música, CEO, Qta. Mamória	S	Existe, mas não é respeitada	N		S	Trânsito intenso, vibrações	Zona Mista
	EB1 António Maria Bravo	S	Centro de cidade de Odivelas	S	Paragem de de autocarro e praça de táxis	S	Muito movimento por causa do	S	Jardim da Música	S	CEO, Casa da Juventude, Mercado municipal, Esquadra PSP, Biblioteca municipal	N		N		N		Zona Mista
	EB1 Maria Máxima Vaz	S	Centro de cidade de Odivelas	S	Estação de metro, paragem de autocarro e praça de táxis	N		S	Parque das escadilhas	S	Igreja, Espaço Polivalente JF, Esc. Sec. Odivelas	N	Estacionamento muito difícil	N		N		Zona Mista
	JI Roque Gameiro	S	Centro de cidade de Odivelas	S	Estação de metro, paragem de autocarro e praça de táxis	N		S	Parque Egas Moniz	S	JFO e outros	N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI de D. Dinis	S	Zona residencial - centro de Odivelas	S	Paragem de autocarro	N		S	Parque Urbano do Castelinho	S	Biblioteca municipal, Igreja, piscina, Escola Secundária	N	Estacionamento muito difícil	N		N		Zona Mista
	EB1 N.º 5 de Odivelas/EB1 Bernardim Ribeiro	S	Zona residencial - Bairro Codivel	S	Estação de metro, paragem de autocarro e praça de táxis	N		N		S	Escola Fixa de Trânsito, Campo de jogos Honório Francisco (JF), JI	N		N		N		Zona Mista
	JI Álvaro de Campos	S	Zona residencial - Bairro Codivel	S	Estação de metro, paragem de autocarro e praça de táxis	S	Via com algum trânsito	N		S	Escola Fixa de Trânsito, Campo de jogos Honório Francisco (JF), EB1	N	Estacionamento difícil	N	Difícil tomada/largada passageiros	S	IC22	Zona Mista
	EB23 dos Pombais	S	Zona residencial - no limite do bairro dos Pombais, a confinar com Colinas do Cruzeiro	S	Paragem de autocarro	N		N		S	Pavilhão multiusos, campos de futebol	S	Dentro do perímetro da escola	N	Difícil porque rua muito estreita	N		Zona Mista
	EB 1/JI Maria Lamas	S	Zona residencial - centro de Odivelas	S	Paragem de autocarro e praça de táxis	S		S	Parque Maria Lamas	S	Pavilhão polidesportivo, Bombeiros, Polícia. CAELO, CEO,	N		N		N		Zona Mista
	EB1 Rainha Santa	S	Zona residencial - Patameiras	S	Paragem de autocarro e praça de táxis	S		N		S	Correios, AMOP (IPSS), CAOS (CMO), Igreja.	N		N		N		Zona Mista
	EB23 Moinhos da Arroja	S	Zona residencial - Arroja e Colinas do Cruzeiro	S	Paragem de autocarro	N		S	Pq. Urbano Arroja	S	Serviços CMO, CTT	N		S		N		Zona Mista
	EB 1/JI N.º 7 de Odivelas/EB 1/JI Manuel Coco	S	Zona residencial - Arroja	S	Paragem de autocarro e praça de táxis	N		S	Pq. Urbano da Arroja, JI	S	EB23, CTT, Centro Comercial	N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI do Porto Pinheiro	S	Zona residencial - Arroja e Colinas do Cruzeiro	S	Paragem de autocarro	N		S	Parque Urbano Arroja	S	Serviços CMO, CTT	N		N		N		Zona Mista
	JI da Arroja/JI Dr. João dos Santos	S	Zona residencial - Arroja	S	Paragem de autocarro e praça de táxis	N		S	Parque infantil	S	EB1 Centro Infantil da Arroja	N		N		N		Zona Mista
	EB23 Vasco Santana	S	Zona residencial - Jardim da Radial	S	Paragem de autocarro	S		S	Parque infantil	S	Esc. Sec., IPSS (2), Igreja da Ramada	N	Estacionamento difícil	N	Tomada/largada difícil, congestionamento	N		Zona Mista
	EB 1/JI João Villaret	S	Zona residencial - Ramada Velha/Bons Dias	S	Paragem de autocarro	S	Na parte da entrada do portão grande.	S	Parque Infantil dos Moinhos	S	Esc. Sec., EB23, Igreja	N		N		S	Trânsito	Zona Mista
	EB 1/JI Casal dos Apréstimos	S	Zona residencial - Casal dos Apréstimos (na extremidade da urbanização)	S	Paragem de autocarro	N		S	Parque 25 de Abril, Parque de Merendas	N		N		S	Espaço estacionamento para deficientes	N		Zona Mista
	JI da Azenha	S	Zona residencial - Ramada Velha	N		N		N		S	Junta de Freguesia, parque infantil	N		N		N		Zona Mista
	EB1 da Amoreira	S	Zona residencial - Entre Bons Dias (moradias) e Ramada Nova	S	Paragem de autocarro	N		N		S	Externato Picapau, Centro Paroquial da Ramada, Grupo Desportivo dos Bons Dias	N		N		N		Zona Mista
	EB1 Professora Maria Costa	S	Zona residencial - Ponte da Bica, Bairro residencial do Girassol	S	Paragem de autocarro	N		N		N		N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI Eça de Queiroz	N	Zona residencial - B. S. Jorge - localização periférica em relação ao bairro e ao concelho	S	Paragem de autocarro	N		N		N		N		N		N		Zona Mista
	EB23 Carlos Paredes	S	Zona residencial - no limite do núcleo urbano, nas traseiras bairro degradado do Barruncho	S	Paragem de autocarro	S		S	Parque Urbano PSA	S	Mercado Municipal, PSP, Extensão Canetro de Saúde, Hospital	N	Estacionamento muito difícil	N		N		Zona Mista
	EB 1/JI Quinta S. José	S	Zona residencial - Quinta de S. José	S	Paragem de autocarro	N		S	Parque Infantil junto a JF	S	Sociedade Musical, Auditório (está fechado), JF	N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI do Olival Basto	S	Zona residencial - no centro do Olival Basto	S	Paragem de autocarro, praça de táxis	N		S	Parque infantil	S	Igreja, ringue, mercado, JF, centro de dia	N	Estacionamento muito difícil	N		N		Zona Mista
	EB 1/JI Barbosa do Bocage	S	Zona residencial - no centro da P. St. Adrião	S	Paragem de autocarro	N		S	Parque Urbano PSA, P. Infantil da Quintinha	S	Ringue, Mercado, Centro de Dia	N		S	Insuficiente	N		Zona Mista
	EB 23 da Pontinha	N	Excêntrica ao aglomerado urbano.; situado na Amadora, mas com acesso pelo território de	S	Paragem de autocarro	S	Na via lateral à escola	S	Escola Agrícola Paia, Pinhal da Paia	S	Escola Secundária, Bombeiros, PSP, Pavilhão Casal do Rato	N		S	Insuficiente	N		Zona Mista
	EB 1/JI Casal da Serra	S	Zona residencial - Casal da Serra	S	Paragem de autocarro	N	Na rua principal, junto à escola	N		N		N		N		N		Zona Mista
	EB 1º Ciclo Dr. Mário Madeira	S	Zona residencial - no limite do Bairro Mário Madeira, junto à Est. Circunvalação	S	Paragem de autocarro	S	Estrada da Circunvalação	S	Jardim junto à Igreja	S	JI, Igreja, CAC (sede), Pólo Biblioteca D. Dinis, EA Paia	N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI Quinta da Paia	N	Localização periférica em relação aos bairros residenciais. Em zona industrial.	S	Paragem de autocarro	S	Estrada da Paia	S	Escola Agrícola Paia, Pinhal da Paia	S	Complexo Desportivo Tenente Valdez	N	Estacionamento difícil	S		N		Zona Indiferenciada
	EB 1º Ciclo Mello Falcão	S	Zona residencial - no centro da Pontinha, elevada centralidade	S	Estação de metro, paragem de autocarro e praça de táxis	S		S	Parque Hermínio Estrela	S	Campo Ténis (CAC), Quartel, JIPP (IPSS), T. Armando Cortez, Centro Form. Alim. Pontinha,	N	Muito difícil	N		S	Trânsito	Zona Mista
	EB 1º Ciclo Serra da Luz	S	Zona residencial clandestina - Serra da Luz, no limite do bairro e do concelho	S	Paragem de autocarro	S	Estrada da Circunvalação	S	Parque Poetas de Abril	S	Ringue	N		N		S	Trânsito	Zona Indiferenciada
	EB 1/JI Vale Grande	S	Zona residencial - Vale Grande	S	Paragem de autocarro	N		N		S	Igreja, centro paroquial da Pontinha, Pavilhão gimnodesportivo do Casal do Rato	N		N		N		Zona Mista
	EB 1/JI Quinta da Condessa	S	Zona residencial - localização excêntrica em relação ao Bairro da Quinta da Condessa	N		N		N		S	Pavilhão gimnodesportivo do Casal do Rato	N		N		N		Zona Mista
	JI Gil Eanes	S	Zona residencial - Bairro Mário Madeira	S	Paragem de autocarro	N		S	Jardim junto à Igreja	S	Igreja, EB1 Mário Madeira	N		N		N		Zona Mista
	Escola Secundária Pedro Alexandrino	S	Zona residencial - no limite da freguesia da PSA	S	Paragem de autocarro	N		N		S	Piscina S. António dos Cavaleiros	S	Dentro do perímetro da escola, mas insuficiente	N	Difícil em horas de ponta	N		Zona Mista
	Escola Secundária de Odivelas	S	Zona residencial - Odivelas, de alguma centralidade	S	Paragem de autocarro e praça de táxis	S		S	Parque Urbano do Castelinho, Parque	S	EB1, Casa da Juventude, Quinta da Memória, Biblioteca D. Dinis, Piscina, Mesquita	N		N		S	Trânsito	Zona Mista
	Escola Secundária Braamcamp Freire	S	Zona residencial - no centro da Pontinha	S	Paragem de autocarro	N		S	Praça Bartolomeu Dias	S	Pólo da Biblioteca D. Dinis	S	Dentro do perímetro da escola, mas insuficiente	N		N		Zona Mista
	Escola Secundária da Ramada	S	Zona residencial - Ramada	S	Paragem de autocarro	N		S	Área de Lazer 25 de Agosto	S	EB23, IPSS	S	Dentro do perímetro da escola	N	Não é necessário porque portão recuado	N		Zona Mista
	Escola Secundária de Caneças**	S	Zona residencial - no limite do núcleo urbano de Caneças	S	Paragem de autocarro	S	Estrada Nacional e Estrada da Pontinha	S	Jardim do Coreto (com parque infantil)	S	EB23, EB1 JF, Igreja, etc.							Zona Mista
	Escola Profissional Agrícola D. Dinis - Paia	S	Zona residencial - no limite da Vila da Pontinha	S	Paragem de autocarro	S		S	Pinhal da Paia	S	EB23 da Pontinha	S	Dentro do perímetro da escola	N	Não é necessário porque portão recuado	N		Zona Sensível

* De acordo com o Decreto-Lei 9/2007 e constante da com a Classificação Zonal de Junho de 2012 (CMO, 2012)

** Escola não visitada, por se encontrar com obras por parte da Empresa Parque Escolar.

PEÇAS DESENHADAS